UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

FLÁVIA DE MATOS RODRIGUES

AMBULANTES EM CAMPINAS
Estratégias de resistência e sobrevivência no espaço urbano
(1929 – 1940)

São Paulo
2014

FLÁVIA DE MATOS RODRIGUES

AMBULANTES EM CAMPINAS

Estratégias de resistência e sobrevivência no espaço urbano
(1929 – 1940)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestra.

Área de Concentração: História Econômica

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Esmeralda Blanco
Bolsonaro de Moura

São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Nome: RODRIGUES, Flávia de Matos.

Título: **Ambulantes em Campinas**: estratégias de resistência e sobrevivência no espaço urbano (1929 – 1940).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestra.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, Inês e Sebastião, por tudo que fizeram, deixaram de fazer e continuam a fazer. A vocês, meu amor e meu carinho.

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi possível devido ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Talvez esqueça de alguém, mas em geral, agradeço a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração deste trabalho. Em particular, meus agradecimentos:

À Prof.^a Dr.^a Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, minha orientadora, pela paciência, sugestões e rigorosas correções, detalhadas e precisas. Este trabalho não seria o mesmo sem sua orientação, muito obrigada. Aos componentes da banca de qualificação, Prof.^a Dr.^a Raquel Glezer e Prof. Dr. Horácio Gutierrez pelas observações e ideias valiosas durante o exame de qualificação. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Stella Bresciani que, durante o curso Seminário de Grupo Temático, realizado na Universidade Estadual de Campinas, proporcionou o acréscimo de leituras e argumentos que deram sustentação a este estudo.

Ao Arquivo Municipal de Campinas e, em especial, à ex-funcionária Joana Tonon pelos auxílios na procura pela documentação e à Regina Santos que, com atenção e busca incansável pelos documentos solicitados, auxiliou-me durante todas as vezes que estive por lá. Obrigada pelos telefonemas para informar que havia encontrado algum documento de meu interesse. À responsável pela Biblioteca do Setor Jurídico da Prefeitura Municipal de Campinas, Renata Grilli, gentil e atenciosa.

Às queridas Lú, Keiko e Dri pelo incentivo e apoio. Aos outros queridos Thiago e Zezinho pela presença, incentivo e conversas de bar. À Dandan, pela correção e auxílios gramaticais nos momentos de desespero e pelo carinho também. À Quel e Carol, pelas leituras e revisões gramaticais rigorosas, ainda que em cima da hora (de ambos os lados).

À minha amiga e companheira Dê. Faltam palavras para agradecer sua presença, amizade, amor e força que me ajudaram a seguir em frente e a acreditar em mim nestes quase dez anos. Obrigada por existir e ser um presente “presente”.

À minha família e ao meu querido companheiro de vida Hugo, que me apoiou, com todo o carinho, paciência, amor e alegria, sempre. Ler, escrever, reler e reescrever seria impossível se você não tivesse aparecido e aberto as portas da tua casa e da tua vida para que eu pudesse entrar e ser feliz.

*Une manière commode de faire la connaissance d'une
ville est de chercher comment on y travaille, comment on y aime
et comment on y meurt.*

Albert Camus

(Uma maneira fácil de conhecer uma cidade é procurar
saber como se trabalha, como se ama e como se morre nela.)

Resumo

RODRIGUES, Flávia de Matos. **Ambulantes em Campinas:** estratégias de resistência e sobrevivência no espaço urbano (1929-1940). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

As hipóteses apresentadas neste trabalho são relacionadas às manifestações e disputas de ambulantes no espaço de transformação urbana do centro de Campinas e bairros vizinhos, no período de 1929 a 1940. Estas mudanças aparecem como resultado de uma urbanização articulada ao processo de industrialização que tomava conta da cidade, uma vez que a acumulação gerada pelos lucros do café desdobrava-se numa dinâmica industrial e imobiliária. Além disso, empresários dos setores industriais, imobiliários, comerciais e jornalísticos pressionavam a Administração Municipal diante da necessidade, em sua opinião, do estabelecimento de regras e normas quanto ao modo de viver em uma cidade moderna. O objetivo consistia em excluir tudo que não estivesse nos moldes da modernidade, desde as ruas estreitas e casarões até a permanência no centro. Neste cenário, a partir do estudo e compilação de requerimentos de ambulantes, comunicados de fiscais, livros de registros da Repartição Fiscal, da Legislação Municipal e dos Relatórios dos Prefeitos, busca-se contextualizar, identificar e compreender as formas de resistência dos ambulantes para assegurarem seus modos de vida e sobrevivência diante das intervenções legislativas e espaciais, da fiscalização e vigilância efetuadas pela Prefeitura no município. A persistência, seja por meio de suas andanças e/ou fixação em algum ponto da cidade é problematizada e articulada a algumas questões principais: a atividade concebida como necessária à população em geral, sendo assim, parte dos costumes e cultura dos habitantes locais; a importância dessa parcela da população para o abastecimento da cidade; sua influência econômica ligada ao pagamento de impostos contribuindo, assim, para os cofres públicos e a percepção por parte da Administração Municipal quanto às consequências negativas da proibição total da prática ambulante, uma vez que era (e ainda é) uma fresta deixada pela sociedade que possibilitava a sobrevivência daqueles que não conseguiam outro tipo de profissão.

Palavras-chaves: Ambulantes. Resistência. Cidade. Campinas.

Abstract

RODRIGUES, Flávia de Matos. **Hawkers in Campinas:** strategies of resistance and survival in the urban space (1929-1940). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

The hypotheses presented in this study are related to demonstrations and disputes of hawkers in the space of urban transformation of downtown Campinas and surrounding neighborhoods, from 1929 to 1940. Such changes appear as a result of urbanization hinged to industrialization that took the city since the accumulation of income generated by the coffee unfolded in a dynamics industrial and real estate. Moreover, the sectors of industry, commerce, business, real estates and journalistic were pressing the Municipal Administration in the face of, according to them, the need to establish rules and regulations on how to live in a modern city. The goal was to exclude everything that was not in the molds of modernity, such as the narrow streets, old buildings and the custom of remaining in the center. In this scenario, by studying and compiling requeriments, statements, records books, laws and Mayors reports, this work look forward to contextualize, identify and understand the forms of resistance from hawkers to ensure their modes of life and survival in the face of surveillance, supervision and of legal and urban interventions practiced in the municipality. The persistence, either through their mobility and / or to be stationary in somewhere in the city, is problematized and articulated some key issues : the activity conceived as necessary to the general population , like part of the customs and culture of the local inhabitants ; the importance of this portion of the population to supply the city ; their economic influence linked to the payment of taxes , thus contributing to the public coffers and the perception of the Municipal Administration of the negative consequences of a total ban practice, since it was (and still is) a gap left by the society that enabled the survival of those who could not find other type of profession.

Keywords: Hawkers. Resistance. City. Campinas.

Sumário

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	11
Campinas – uma cidade e um comércio remodelados?	11
1.1. Da epidemia à proposta de remodelação urbana	12
1.2. A década de 1930 e o crescimento urbano	17
1.3. Vargas no poder e a centralização das decisões	20
1.4. O momento político campineiro e os projetos de remodelação urbana.....	26
1.5. Os alcances do Plano de Melhoramentos Urbanos.....	32
1.6. O comércio campineiro na mira da fiscalização.....	35
CAPÍTULO II.....	43
O comércio ambulante e os ambulantes	43
2.1. A prática ambulante.....	44
2.1.1. <i>O comércio ambulante em finais do século XIX e início do XX.....</i>	44
2.1.2. <i>Ambulantes: uma variedade de tipos.....</i>	47
2.1.3. <i>Mobilidade X Fixação</i>	51
2.1.4. <i>A compra e a venda de serviços</i>	55
2.1.5. <i>O permitido e o proibido</i>	59
2.1.6. <i>Fotógrafos ambulantes</i>	62
2.1.7. <i>Verdureiros/ Quitandeiros.....</i>	64
2.1.8. <i>Vendedores de bilhetes de loteria.....</i>	65
2.2. O perfil dos ambulantes.....	67
2.2.1. <i>Quem eram os ambulantes?</i>	69
2.2.2. <i>Os espaços de atuação e perambulação</i>	77
CAPÍTULO III	85
Os ambulantes entre a Administração Municipal e o comércio estabelecido.....	85
3.1. A busca pela normalização dos espaços e dos sujeitos	86
3.1.1. <i>O início da racionalização dos espaços em Campinas</i>	87
3.1.2. <i>Uma legislação a favor da modernidade</i>	89
3.1.3. <i>As primeiras tentativas de controle</i>	92
3.1.4. <i>Um novo século, uma nova lei.....</i>	97
3.1.5. <i>Normas e sanções</i>	99

3.1.6. <i>A perspectiva da Administração Municipal: o imposto como mais um fator limitador</i>	104
3.1.7. <i>Alterações nos impostos e os gêneros alimentícios</i>	107
3.1.8. <i>Impostos, multas, apreensões: entre o controle e a arrecadação fiscal</i>	109
3.2. <i>Sociabilidades, cumplicidades e tensão social</i>	116
3.2.1. <i>Os ambulantes e os fiscais da Repartição Fiscal</i>	116
3.2.2. <i>Os ambulantes e os moradores da cidade</i>	119
3.2.3. <i>Os ambulantes e o comércio estabelecido</i>	122
3.2.4. <i>O significado das licenças, impostos e multas para os ambulantes</i>	123
CAPÍTULO IV	129
Estratégias de sobrevivência e ressignificações dos instrumentos de controle e disciplina	129
4.1. <i>Requerimentos de licença e isenção de impostos</i>	131
4.2. <i>Requerimentos de restituição de impostos</i>	140
4.3. <i>Requerimentos de restituição de bens e mercadorias</i>	143
4.4. <i>Requerimentos de revisão de impostos</i>	155
4.5. <i>Requerimentos de fiscalização e aplicação de multas</i>	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
FONTES	174
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
APÊNDICES	184

Introdução

Criança, ainda, quando passeava por Campinas com meus pais, alguns elementos da cidade sempre me chamavam a atenção. Os prédios, as casas, as ruas, as praças. Fui a cada ano, conhecendo mais e me apaixonando pela cidade na qual nasci, cresci e ainda moro. A paixão chegou ao ponto de me fazer pensar em estudar arquitetura para que pudesse desenhar (eu, criança, acreditava que arquitetura se resumia a desenhos) minha cidade, “meus prédios”, “minhas casas”, como eu as via e as imaginava.

O tempo passou, não me formei como arquiteta, mas, permaneceu o amor à cidade, particularmente, o amor a Campinas, apesar de suas imperfeições. Tornei-me historiadora e, então, não mais somente os edifícios e as ruas me atraíram: era algo que fazia a cidade pulsar e nunca ser igual e, ao mesmo tempo, ser sempre ela; algo que mudou os rumos dos traços que eu jamais havia desenhado. De repente percebi meu olhar pairando sobre as pessoas, sujeitos que quase não se olham, mas se esbarram e se tocam, como na movimentada Rua 13 de Maio, centro do comércio popular e varejista campineiro. Comecei a questionar-me se estas pessoas que passam rapidamente sempre tiveram pressa, se aqueles camelôs e lojas já estavam ali há muito tempo e se sim, porque continuavam, diante de tantas transformações como o surgimento dos grandes shoppings e supermercados. Teriam estas pessoas também se transformado para continuar? Se olharmos suas fotos antigas, o centro de Campinas modificou-se, assim como ocorreu com o centro de muitas cidades brasileiras. Foram estas mudanças que influenciaram o caminhar mais rápido e o recolhimento de algumas pessoas para cantos específicos da cidade e de seus bairros?

Uma das tentativas deste trabalho é demonstrar que, ao contrário do que eu imaginava quando criança, as configurações física e arquitetônica de uma cidade não são os únicos caminhos para compreender sua constituição histórica. Ela pode ser pensada mediante as relações sociais que lhe garantem vida e a fazem palco para o entendimento das ações de sujeitos sociais no espaço em que vivem e no decorrer dos anos.¹ O conteúdo social que preenche a cidade e o modo como se dá a transmissão das experiências através do tempo

¹ CUNHA, Erika J. R. da, LEMOS Celina Borges. “A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios” In: **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 32-42, jan. /abr. 2008. De acordo com as autoras: “Falar em cidade é falar sobre materialidade e imaterialidade que se encontram entrelaçadas na constituição de um espaço vivente”, p.34.

permitem a investigação da produção das modificações urbanas e suas consequências na vida de seus habitantes.

A análise dos processos de transformação urbana propicia a constatação de perdas e reinvenções desse espaço, como por exemplo, demolição de igrejas, surgimento de praças e parques e a tentativa de fazer desaparecer o comércio de ambulantes assim como outros sujeitos considerados, por muitos, inadequados ao cenário urbano. Estas transformações, que segundo a municipalidade e as elites econômicas da cidade, se mostram necessárias à transição de uma forma de cidade à outra, fazem parte do processo contínuo de construção histórica do cenário campineiro. A partir deste ponto, deve-se salientar que o estudo das relações dos habitantes com o espaço em que vivem demonstra como suas ações interferem nas mudanças e nos projetos urbanos e são por estes transformados.²

Para este fim foram escolhidos como o objeto de estudo alguns trabalhadores, especificamente aqueles que permanecem, até os dias de hoje, atuando no centro e em bairros vizinhos, ambiente em constante mutação e cenário de inúmeros conflitos urbanos, no período entre 1929 e 1940. Este é o momento em que se iniciaram, em Campinas, os trabalhos e discursos em prol de uma cidade moderna e remodelada. Ao mesmo tempo, é o período em que a política e a economia nacional são marcadas pela chegada de Getúlio Vargas ao poder e pelo crescimento dos investimentos em indústrias e no setor terciário.

O interesse se voltou basicamente para o universo dos ambulantes e sua relação com o poder instituído a partir das tensões sugeridas nas intervenções urbanísticas, de vigilância e fiscalização, assim como na imagem veiculada sobre o cotidiano desta população pelos comerciantes estabelecidos e pessoas contrárias à presença deste tipo de atividade na cidade. Durante o início deste trabalho, as leituras mostraram os ambulantes como imprescindíveis à vida e sobrevivência da população das cidades há muitos anos, sendo por este motivo, alvo de pesquisa histórica. Além disso, alguns trabalhos apontam e reforçam as formas sutis de inserção política na defesa dos interesses e da sobrevivência destes trabalhadores, sempre estigmatizados por discursos que não eram jamais os seus.

Na primeira metade do século XIX, em um dos primeiros estudos que buscam compreender a presença de ambulantes nas cidades através de suas próprias manifestações, o

² PESAVENTO, Sandra J. "Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas" In: **Revista Brasileira de História**, vol.27, n.53, jan/jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext. Acesso em 20 fev.2013. Segundo Pesavento, a cidade é sociabilidade, mas é também sensibilidade. Valores lhe são atribuídos por meio do imaginário. Estudam-se as representações que se constroem na e sobre a cidade, ou seja, o imaginário criado sobre ela. O estudo da cidade está no resgate de discursos, imagens e práticas sociais.

então jornalista Henry Mayhew destaca a presença destes trabalhadores na capital britânica por meio da publicação de diversos artigos que se transformaram em uma obra de quatro volumes.³ Neste trabalho, essencialmente descritivo e proporcionado por entrevistas com as pessoas que viviam na e da rua, o autor lista uma série de ocupações até então desconhecidas e/ou invisíveis, segundo ele, para a sociedade e ele próprio. Desde o vendedor de legumes e frutas até os catadores de tabaco nas ruas e prostitutas, Mayhew busca mostrar a vibração, as lutas e o cotidiano das ruas londrinas.

Por intermédio de uma linguagem simples e direta das vozes dos pobres da rua, os ganhos, experiências e sofrimentos são revelados, apesar da narração objetiva e literal do jornalista. A leitura do primeiro volume desta obra possibilita perceber, já no século XIX, a preocupação em se conhecer e compreender a existência e resistência, na maior cidade europeia da época, de sujeitos muitas vezes reconhecidos pelas autoridades e elites sociais e econômicas, somente pelo estereótipo de enganadores, vagabundos e infratores das leis: os vendedores ambulantes.

A partir dos anos 1980, parte dos historiadores brasileiros identificou-se com algumas análises que destacavam, tal como Mayhew havia feito no séculos anterior, as pessoas comuns como produtoras de ideias, comportamentos e costumes próprios. Dessa maneira, não mais relacionados às imagens preconcebidas de bandidos ou vítimas, estas pessoas passaram a ser analisadas a partir de perspectivas que as veem como capazes de se reapropriarem de discursos, ideias e elaborarem alternativas de vida e resistência.

O estudo de Maria Odila Dias é emblemático neste sentido quando analisa os espaços e papéis improvisados das mulheres na capital paulista durante o Império.⁴ O trabalho de Dias torna-se essencial quando a autora aponta estes papéis e espaços intimamente relacionados ao consumo e distribuição de alimentos nas ruas e praças da cidade. Estes eram os locais de ação e sobrevivência das mulheres escravas, forras, brancas e pobres que trabalhavam como quitandeiras e ambulantes.

Os espaços urbanos como locais de sociabilidades, cumplicidade e negociação também aparecem descritos no trabalho de Maria Inez M. B. Pinto, no qual a autora aborda a questão da miséria e marginalização do pobre na última década do século XIX em São Paulo.⁵ O

³ MAYHEW, Henry. **London labour and the London poor**. vol. 1. New York: Dover Publications, 1968. A primeira edição aconteceu em 1851.

⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

⁵ PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914**. São Paulo: Edusp, 1994.

estudo mostra como a escolha por um ritmo de vida próprio e a falta de oportunidades acabavam por gerar a proliferação de atividades de baixo ganho, sem local fixo e exercidas nas ruas e esquinas, como a prática ambulante. Estas formas de sobrevivência são entendidas, pela autora, como formas de resistência, sob feições políticas e de consciência social.

Dotados de habilidades e artimanhas para conseguir driblar os obstáculos de uma sociedade excludente, os “ganhadores”, como eram conhecidos os ambulantes de Salvador, são também identificados como resistentes na abordagem de Durães, que compara os contextos do final do século XIX e século XXI.⁶ Sob a perspectiva de controle e vigilância existentes no século XIX, os ganhadores eram vistos, pela sociedade da época, como socialmente perigosos, e por isso, controlados e vigiados pelo poder público por meio, por exemplo, do registro obrigatório. Tratados como caso de polícia e sonegadores de impostos, estes trabalhadores eram cercados pelas regulamentações e perseguições, ao mesmo tempo em que buscavam a sobrevivência.

Partindo de uma visão voltada mais para a relação cidade-urbano e Estado-espço, o geógrafo Eustógio Wanderley Correio Dantas proporciona outra contribuição relevante para o estudo do comércio ambulante.⁷ Seu trabalho compreende a ocupação do centro de Fortaleza, capital do Ceará, pelo comércio ambulante, no período de 1975 a 1995. Assim como Durães na segunda parte de seu estudo, Dantas apresenta um cenário mais atual da prática ambulante, mediante o disciplinamento e apropriação privada do uso do solo, concomitante à implantação de políticas de modernização e revitalização da área central. A presença de outras formas de atuação que tentam burlar a fiscalização e a normatização constantes apresentam-se como estratégias de sobrevivência, caracterizadas pela ambiguidade entre o conformismo e resistência, no qual o primeiro pode ser definido pela não recusa das normas, usufruindo destas, porém, de acordo com suas necessidades e interesses.

A reelaboração de relações segundo a vontade e interesses dos próprios ambulantes e habitantes da cidade, presentes em um desenvolvimento urbano desigual, fragmentado e marcado pela vigilância constante, possibilita a persistência do trabalhador de rua no decorrer dos anos e é contemplada nos estudos destacados acima. Dessa forma, a percepção de diversas formas de inserção e visões do mundo, presentes nos variados contextos

⁶ DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador**: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2006.

⁷ DANTAS, E. W. C. “Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995)” In: **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 202, dic./ 2005. Disponível em:

historiográficos e espaciais, confirma a possibilidade de inúmeros caminhos para a análise dos ambulantes e de sua atividade nas cidades. Interpretações estas, não opostas mas, complementares.

Diante deste cenário bibliográfico, o objetivo deste trabalho pautou-se em interpretar como os ambulantes se manifestaram diante de uma cidade em transformação. Estas expressões deveriam aparecer por meio de reivindicações junto ao poder público ou através da apropriação de espaços urbanos em Campinas, perceptível nos comunicados de apreensão e no Livro de Registros dos Fiscais. A partir desta identificação, a presença desse tipo de comércio no espaço urbano foi problematizada com vistas a entender sua importância e persistência através dos anos.

Conforme Fraya Frehse, o que mantém a permanência de determinados costumes frente às transformações urbanas é a constatação de que o passado está tão presente que com ele se confunde o tempo atual, prevalecendo o encontro de tempos históricos diferentes. Regidas ou informadas por distintas representações de temporalidade⁸, as artimanhas, tolerâncias, reclamações, conveniências e solicitações de ambulantes são maneiras de viver e sobreviver mediante normas, regulamentos e/ou reformulações urbanas e políticas.

A documentação a respeito da presença de ambulantes no centro de Campinas amplia a possibilidade de investigar as formas de ações surgidas diante de uma norma, demonstrando o quanto um novo costume demora a ser aceito e o antigo a ser abandonado.⁹ O cotidiano de ambulantes e suas contradições sociais tornam-se um caminho para a compreensão de reconstruções de práticas antigas e formas de incorporação – individual e coletiva – de novos usos através das ações de quem era vigiado, fiscalizado, punido, enquadrado, mas que sobrevivia. Corroborando a perspectiva presente na obra de Edward P. Thompson, busca-se, como nos estudos descritos, incorporar a visão que guiou a inserção das camadas mais pobres na História ao propor que suas ações foram mais que uma resposta aos estímulos econômicos.

A intenção, porém, não é a construção de uma imagem de pessoas autônomas, que não sofrem influências dos discursos externos e das transformações que ocorrem simultaneamente

⁸ FREHSE, F. “Cartões postais paulistanos da virada do século XX: problematizando a São Paulo ‘moderna’” In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n.13, jun/2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 19 fev. 2013. De acordo com Frehse, o tempo das cidades - em seu estudo, da cidade de São Paulo do século XIX - é marcado por uma temporalidade que mistura o velho e o novo, o colonial e o moderno. O tempo presente apresenta-se, portanto, carregado de passado e é, constantemente, empurrado pelos novos tempos da modernidade, constituindo-se em um tempo de continuidade e rupturas entre o antigo e o novo.

⁹ THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

a sua presença nos espaços urbanos. As atitudes e comportamentos dos ambulantes assumem formas de oposição aos limites e controles impostos e de manipulação das leis, formas estas, discriminadas por suas necessidades e expectativas¹⁰. Como afirma Roger Chartier “é preciso, [...] postular que existe um espaço entre a norma e o vivido, entre a injunção e a prática, entre o sentido visado e o sentido produzido, um espaço onde podem insinuar-se reformulações e deturpações”.¹¹ Assim, os discursos e modelos culturais que as autoridades e elites da cidade tentam impor à maioria da população jamais são recebidos fora de um espaço próprio de uso e de interpretação.

As fontes utilizadas neste estudo foram das mais diversas: requerimentos, comunicados, Livros de Registros dos Fiscais e de Assuntos da Repartição Fiscal da Prefeitura de Campinas, Relatórios dos Prefeitos entre 1929 e 1940 e os Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos entre 1889 e 1940. Além de fornecer informações a respeito da atividade ambulante no período, suas formas de manifestação e algumas características pessoais, estes documentos dão sustentação às hipóteses que norteiam este trabalho e respondem questões quanto aos aspectos das normas e regras dentro do comércio campineiro e da própria estrutura urbana da cidade. A maior parte da documentação foi localizada no Arquivo Municipal de Campinas, outras fontes o foram no Arquivo da Câmara Municipal e algumas leis, atos e decretos e regulamentos foram pesquisados na Biblioteca Jurídica da Prefeitura de Campinas.¹² A pesquisa foi efetuada, ainda, nas Bibliotecas: Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Octávio Ianni do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, José Amaral Lapa do Centro de Memória da Unicamp e também nas Bibliotecas Digitais da Fundação IBGE e SEADE.

Por possuir uma diversidade de fontes, as análises contêm o aparecimento de características, crivos e restrições diferentes para cada tipo de documento. Os requerimentos,

¹⁰ Ibid., p.22.

¹¹ CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, 1995, pp.179-192.

¹² Problemas de organização, armazenamento e mudança de local pelos quais, há anos, o Arquivo Municipal de Campinas passa, podem dificultar uma posterior consulta dos documentos aqui referenciados uma vez que grande parte deles estava fora de caixas, separada, ainda em organização. Outros foram encontrados por meio da pesquisa e, depois de utilizados, reunidos separadamente para nova organização. A localização da documentação pode, portanto, ser modificada devido à possibilidade de ocorrer uma nova organização dos documentos pela instituição. De acordo com a responsável pelas pesquisas e organização do acervo, Regina dos Santos, eles podem vir a constituir uma série ou subsérie relativa somente a ambulantes. O objetivo deste trabalho não é uma crítica aos modos de organização e preservação dos documentos analisados, por este motivo não nos estenderemos sobre assunto, deixando-o para futuras análises e pesquisas. Os documentos encontrados nessa situação aparecem aqui referenciados como “documentos avulsos”.

por exemplo, são cartas enviadas diretamente ao prefeito municipal com solicitações variadas. São as fontes principais deste trabalho por se constituírem em manifestação direta dos ambulantes ao poder municipal, reivindicando, negociando ou denunciando algo. Podem ser divididas em manuscritas e datilografadas, sendo algumas curtas e objetivas e outras, principalmente no caso de abaixo-assinados, longas e argumentativas. Uma característica marcante dos requerimentos é que, ou são individuais, cartas escritas em terceira ou primeira pessoa, ou coletivas, no formato de abaixo-assinados.

Após serem lidas pelo prefeito, geralmente eram encaminhadas à Repartição Fiscal ou Diretoria do Tesouro.¹³ Depois de feita sua verificação nestes locais, os requerimentos retornavam ao prefeito para deferimento. Infelizmente, muitos parecem ter se perdido no meio do caminho ou foram ignorados pelas autoridades, por esse motivo não existem respostas sobre a finalização de muitos processos. Imprescindível lembrar que, além de possibilitar uma aproximação maior em relação aos anseios e críticas frente à Administração, as repetições, contradições, fatos mal explicados, dados diferentes sobre os mesmos aspectos e lacunas encontradas neste tipo de fonte podem fornecer informações diversas a respeito de inúmeros conflitos e leituras sobre uma mesma situação.

As fontes chamadas “comunicados”, assim como os requerimentos, também são cartas enviadas ao prefeito municipal, mas neste caso, escritas por fiscais da Repartição Fiscal ou pelos delegados regionais de polícia através de *memorandums*. São documentos parecidos com “informes”, ou seja, fiscais e delegados tinham o objetivo de informar ao prefeito uma apreensão e mostrar que estavam trabalhando. Tal aspecto deveria ser o motivo de não fornecerem muitas informações a respeito do sujeito a quem foi imposta a multa e teve a mercadoria apreendida. Apenas o nome do ambulante e o local onde a ocorrência aconteceu aparecem transcritos e, em alguns casos, o tipo de mercadoria e sua quantidade são relatadas, justificando a apreensão pela falta de licença. Foi dada especial atenção àqueles em que o principal motivo da escrita era a apreensão de mercadoria e, em quase todas, devido à falta da licença obrigatória. Essa documentação permitiu conhecer quais eram os produtos que deveriam ser os mais vendidos irregularmente. Ao mesmo tempo, os comunicados trouxeram

¹³ A Repartição Fiscal era o órgão municipal responsável pela fiscalização da cidade. Sendo assim, a expedição de guias para concessão de licença, pagamento de impostos, aquisição de chapas de ambulantes e de veículos, multas e afins eram encaminhados pelo prefeito a ela, antes que o chefe do executivo deferisse ou indeferisse o processo. No final de 1934, o Decreto 97 anexou à Diretoria do Tesouro os serviços da Repartição Fiscal e da Inspetoria de Veículos. Em 1938, através do Ato 124, considerando que a anexação não havia proporcionado bons resultados, restabeleceu-se a Repartição Fiscal, ficando esta diretamente subordinada ao Prefeito.

a possibilidade de encontrar entre os infratores os mesmos ambulantes que dias depois requisitavam a devolução de mercadorias.

Além dos comunicados os livros que contêm dados sobre os ambulantes e negociantes do Mercado Municipal corroboram alguns dos argumentos defendidos nesta análise, principalmente em relação ao cumprimento e às infrações de normas e à cobrança de impostos, tratando-se dos livros produzidos pela Repartição Fiscal da Prefeitura Municipal. Um deles é o Livro de Registros de Fiscais dos anos de 1938 a 1940 que contém informações fornecidas pelos fiscais sobre apreensão de mercadorias. São anotações simples, concisas, sem detalhes a respeito do ambulante, apenas seu nome e mercadoria apreendida. São diferentes dos comunicados, porém, pelo fato de serem registros aleatórios de diversos fiscais, enquanto os primeiros são específicos de determinado agente municipal.

Um documento que contribuiu para que fosse possível traçar um perfil dos ambulantes e suas áreas de atuação foi o Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firmas. Este livro é constituído por uma diversidade de assuntos que vão desde a abertura e fechamento de estabelecimentos comerciais até os registros dos nomes de ambulantes que atuavam com autorização entre 1931 e 1932 e os respectivos lançamentos de impostos. Não há rigor nas informações (as anotações começam e recomeçam como se tivessem sido perdidas no próprio livro), todavia é possível conhecer, além dos nomes dos ambulantes, os locais onde cada um atuava por meio dos nomes das ruas, quais mercadorias eram vendidas e os valores das taxas cobradas. Há variações nos valores cobrados, nas formas de cobranças, motivo em virtude do qual não cabem generalizações, pois, o próprio livro comprova a existência de diversidade.

Uma das últimas fontes a serem analisadas, e também pertencente à Repartição Fiscal, foi o livro de registros entre 1932 a 1966 de aluguel de bancas, quartos, lugares no Mercado Municipal – para reforma de contratos (abril/1932 a 1966). Nele estão discriminados os comerciantes com bancas internas e externas, o que permitiu localizar alguns ambulantes atuando neste local.

Documentos essenciais para o conhecimento de medidas e alterações no espaço urbano da cidade, tais como os trabalhos iniciais para o Plano de Melhoramentos Urbanos em 1934, foram os Relatórios dos Prefeitos. Por meio deles foram obtidas referências relativas às finanças, arrecadação de impostos e taxas cobradas pela Administração Municipal. Os Livros de Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos entre 1889 e 1940 possibilitaram o conhecimento de dados a respeito do regulamento do comércio da cidade, informações sobre

mudanças no comércio, na atividade ambulante e a respeito de intervenções na estrutura urbana da cidade. Às fontes primárias somaram-se relatos bibliográficos e estudos acadêmicos sobre Campinas que auxiliaram na construção de um arcabouço de informações sobre o período e espaço pesquisados.

Importante destacar que, por tratar-se de um trabalho sobre uma parcela da população pobre, desprovida de recursos e prestígio, sua presença entre as fontes ditas “oficiais” fica praticamente invisível ou deturpada diante do discurso de autoridades e elites sociais e econômicas. Daí a necessidade de uma “filtragem” no conteúdo das fontes e, principalmente, a atenção às lacunas e brechas deixadas pela carência de dados e informações.

Ao mesmo tempo, o confronto dos dados contidos nos livros da Repartição Fiscal com os registrados nos Relatórios dos Prefeitos mostra que há disparidades nas informações encontradas em cada uma das fontes a respeito do número de ambulantes no período. Além disso, é preciso não esquecer a existência de diversos ambulantes sem registro e que, por capacidade de esconder-se, fugir ou devido à proteção ou falta de ação dos fiscais, nunca foram contabilizados pelo poder municipal. Apesar de numerosa, a quantidade de registros de ambulantes presentes nas fontes não constitui amostra significativa de todos aqueles que atuavam nas ruas e praças da cidade. Portanto, este estudo não pretende e, nem poderia, atingir todos os ambulantes existentes em Campinas no período analisado.

Devido à quantidade de fontes, o trabalho foi organizado em quatro capítulos que estão conectados. O primeiro capítulo tem, dentre outras finalidades, a de apresentar como se deu a formação da estrutura urbana de Campinas, destacando-a como um dos motivos que levaram aos primeiros discursos a favor da modernização da cidade ainda na década de 1920 e a constituição do anteprojeto do Plano de Melhoramentos Urbanos. Além disso, busca apresentar o contexto político e econômico da época, destacando a implantação do governo Vargas em 1930 e do Estado Novo em 1937, análise detida, principalmente, no âmbito local. Nesse ínterim, os parâmetros de atuação do Estado e, essencialmente do poder municipal nas diversas formas de controle são evidenciados por meio da construção do ideal de trabalhador brasileiro e da reorganização urbana. Complementar a esta apresentação e, iniciando as discussões para o capítulo seguinte, são expostas as diversas formas de comércio já existentes em Campinas ressaltando as constantes intervenções municipais a fim de organizar, regular e controlar a atividade comercial como um todo.

O segundo capítulo consiste em apresentar quem eram os ambulantes e seus variados modos de atuação. As primeiras formas da atividade, a questão da perambulação e fixação, os

artigos proibidos, os locais de atuação, a apreensão de mercadorias e as diferentes categorias em que se desdobrou, dada a importância que tinha para a sociedade, constituem os elementos deste capítulo.

No terceiro capítulo são analisadas as formas de controle e vigilância que regulam a prática. As tentativas de normalização dos espaços e sujeitos, em consonância com o discurso de modernização das cidades já no período em estudo, são discutidas a partir dos últimos anos do século XIX, momento no qual preceitos de higiene e limpeza urbana estavam em pauta.

A legislação municipal, os regulamentos referentes à taxação de impostos aparecem como formas de controlar e restringir a presença dos ambulantes por meio da obrigatoriedade da licença, do pagamento de taxas, multas, apreensão de mercadorias. É a partir deste momento que se pode relacionar estes mecanismos de controle com as interpretações que deles fazem os ambulantes em suas ações. As formas de sociabilidades entre fiscais e ambulantes, comerciantes estabelecidos e ambulantes, autoridades municipais e ambulantes são deflagradas, dentro das quais a ambiguidade torna-se traço marcante num cenário conflituoso e tenso.

Por fim, no quarto e último capítulo, os requerimentos enviados aos prefeitos são investigados de maneira a apreender as diversas formas que os ambulantes adotaram para inserirem-se no contexto político, econômico e social do período. As formas de sociabilidades destacadas no capítulo anterior são reforçadas diante das manifestações dos próprios ambulantes. Estratégias de negociação, cumplicidade e resistência aparecem como formas de atingir seus interesses apesar – e a partir – das relações de poder do período. Neste último capítulo, talvez, resida a principal contribuição deste estudo para a historiografia. Em suas páginas estão presentes - ainda que não todos - personagens centrais da construção de uma metrópole, manifestando-se, expressando-se, transformando-se, enfim, vivendo e fazendo parte do passado e do presente campineiros.

Capítulo I

Campinas – uma cidade e um comércio remodelados?

1.1. Da epidemia à proposta de remodelação urbana

O município de Campinas está situado no interior do Estado de São Paulo, a 100 km da capital São Paulo e atualmente é sede da Região Metropolitana de Campinas. Iniciado a partir de uma rota secundária de entreposto mercantil tornou-se, em meados do século XIX, uma das principais cidades do complexo cafeeiro paulista. Um dos motivos que teria contribuído para o crescimento da importância econômica do município foi sua configuração como entroncamento de vias férreas, a partir da chegada das Companhias Paulista e Mogyana de Estradas de Ferro, em 1872 e 1875, respectivamente. A dinâmica da economia cafeeira e as vias de comunicação conferiram um dinamismo econômico e demográfico à região e interferiram no crescimento de sua malha urbana.

Segundo o estudo de Zakia, terras circunvizinhas às estações da Paulista e da Mogyana foram arruadas e na região da primeira, oficinas de concerto se instalaram junto com o novo operariado, dando origem ao bairro da Vila Industrial. Ao mesmo tempo, a população pobre formada por trabalhadores e artesãos, desde meados do século XIX, instalava-se nos bairros próximos ao centro como Bonfim, Fundão, Cambuí e Guanabara.¹⁴

A demarcação espacial da segregação social foi reforçada com a construção das duas ferrovias, contribuindo para aquilo que Zakia chama de “os pobres do outro lado da linha.” Como a maioria das indústrias instalava-se na região dos trilhos da Paulista, a população dos bairros que os rodeavam aumentou. Foi o que ocorreu com o Bonfim, Ponte Preta e o Fundão.

Em finais do século XIX, assim como outros centros urbanos brasileiros¹⁵, Campinas foi assolada por diversos surtos de epidemia de febre amarela que reduziram significativamente sua população e colocaram às luzes as carências do município. Após estes surtos epidêmicos, agravaram-se as preocupações com os problemas habitacionais e de higiene e, pela primeira vez, a cidade passaria por reformulações em sua política urbana mediante a elaboração e aprovação dos Códigos de Posturas e Leis Sanitárias.¹⁶

¹⁴ ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. **Construção, arquitetura e configuração urbana de Campinas nas décadas de 1930 e 1940**. O papel de quatro engenheiros modernos. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012, p. 23.

¹⁵ Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Recife, Salvador foram algumas das cidades brasileiras que sofreram com as epidemias de febre amarela ainda no século XIX. BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas**. Campinas: Ind. Graf. Saraiva S.A., 1966, v.22, pp.43, 71-76.

¹⁶ José Roberto do Amaral Lapa delineou o processo de limpeza e higienização da cidade em sua obra **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900**. São Paulo: Edusp, 1996 e aprofundou-se no cotidiano daqueles que definiu como “excluídos” na sociedade escravista em sua obra *Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850 – 1930)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008 na qual tenta fugir do viés que se define pelo

Como afirma Roberto Silva Leme, os Códigos de Posturas tiveram um papel decisivo na tarefa de ordenação e higienização da cidade.¹⁷ O ano da primeira grande epidemia de febre amarela em Campinas, 1894, foi marcado pela promulgação do Primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo que reuniu normas de saúde pública, a regulamentação do espaço público e privado e práticas sanitárias. O combate às epidemias e doenças infectocontagiosas no final do século XIX apoiou-se em intervenções como as previstas no Código de 1894, resultando em alterações no Código de Posturas de 1880, substituído pela Lei 43 de 1895 que passou a prever normas e reformas urbanas e sociais de caráter essencialmente sanitário. A construção de rede de água encanada e de esgotos, a higiene das habitações, as desinfecções dos espaços públicos e privados e a segmentação do espaço urbano em funções especializadas foram os principais alcances das reformas.¹⁸

De acordo com Antonio da Costa Santos, o final do século XIX e início do XX em Campinas foram marcados pela montagem dos serviços públicos e de infraestrutura, bancados pelo capital público e privado advindo do café e que tinham por finalidade a busca de uma cidade limpa, iluminada e higiênica. Entre estes serviços, o autor destaca a criação da Companhia Campineira de Iluminação à Gás (1872); Companhia Campineira de Carris e Ferro (1898); Companhia Campineira de Águas e Esgotos (1887); Companhia Campineira de Tração, Luz e Força (1911).¹⁹

Em 1896, ano da maior epidemia registrada em Campinas, ocorreu a instalação da Comissão de Saneamento do Estado na cidade, dirigida por Saturnino de Brito. O objetivo era a definição de obras de drenagem e saneamento básico para debelar as sucessivas epidemias.²⁰ O início da canalização e retificação do Canal do Saneamento (atual córrego da

sistema de produção e homogeneização dos pobres, ao priorizar as diversas realidades da pobreza entre 1850 e 1930 na cidade de Campinas. Dentre diversas obras que também enfatizam as modificações urbanas pautadas nos preceitos higiênicos e de ordenação ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996; CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Cidadelas da ordem**. A doença mental na República. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990. PECHMAN, Robert Moses. “A cidade dilacerada” e DAMASIO, Cláudia Pilla. “A construção e a imagem cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século” in: SOUZA, Célia F. de e PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Imagens Urbanas**. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1997. pp. 205-219 pp.147-155; RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim... Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

¹⁷ LEME, Roberto Silva. **Edifícios de habitação coletiva em Campinas e as manifestações da arquitetura moderna**. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2009, pp.15.

¹⁸ MARTINS, Valter. **Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, pp. 306-318.

¹⁹ SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)**. Campinas, SP: Unicamp, 2002, p. 162.

²⁰ Ibid., p. 184.

Avenida Orosimbo Maia) foi considerado o símbolo da recuperação econômica e sanitária.²¹ As autoridades municipais que, evoluíram a partir de uma cultura de pensar a cidade como o lugar de restrições de usos das ocupações e atividades²², passaram a defender o princípio de melhoria social ao derrotar os surtos epidêmicos e retomar o crescimento do município. De acordo com Santos, este movimento de características higienistas e estetizantes, intimamente influenciado pelo urbanismo europeu e norte-americano, era marcado pelo revisionismo da vida cotidiana e do padrão moral da população e perpassaria o debate sobre a remodelação de Campinas na década de 1930.²³

Debelada a crise urbana e retomado o crescimento econômico, a expansão do município que já contava com um expressivo setor financeiro, comercial e serviços de infraestrutura caracterizou-se, até o fim da década de 1920, pelo aumento da área central com a proliferação de unidades residenciais e dos setores de comércio e serviços, enquanto as indústrias instalavam-se predominantemente nos arrabaldes do Centro como Ponte Preta, Fundão, Bonfim, Vila Industrial, Guanabara.

A partir de meados da década de 1920 é possível observar o crescimento populacional urbano e a sedimentação das áreas comerciais no centro de Campinas esboçando uma diferenciação do espaço urbano não presente nos anos anteriores. Este novo padrão de crescimento era caracterizado pela multiplicação dos espaços vazios no interior da malha urbana, proporcionando o surgimento de novos bairros.²⁴

Estes novos bairros acompanhavam a chegada de estabelecimentos industriais de diversos setores. O poder municipal, por meio de concessões de isenções fiscais e de terras distantes atraía novas empresas e consequentemente os trabalhadores instalavam-se próximos a elas. Diversificavam-se e multiplicavam-se as funções urbanas com o surgimento de novos empregos decorrentes da ampliação dos setores secundário e terciário. De acordo com Zakia, a infraestrutura elétrica, o custo de vida inferior ao da capital do Estado, as facilidades concedidas pelo governo municipal às empresas e a suspensão da navegação mercantil

²¹ VITTE, Antonio Carlos, CISOTTO, Mariana Ferreira e VILELA FILHO, Luiz Ribeiro. “A urbanização e a incorporação das várzeas ao espaço urbano de Campinas (SP), Brasil”. In: **Revista Eletrônica de Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR – Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.105-132, jan./jun.2010. p. 117. Disponível em:

< <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/17784/11615>> Acesso em 15/07/ 2013.

²² LEME, op. cit.

²³ SANTOS, op. cit., p.187.

²⁴ BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996, pp.36-37.

durante a Primeira Guerra Mundial favoreceram o desenvolvimento do parque fabril campineiro.²⁵

A expansão da cidade passou a fazer-se não mais por meio da incorporação de terras próximas ao núcleo urbanizado, mas predominantemente em áreas distantes, sem infraestrutura, aumentando os custos da urbanização e destacando a incapacidade do poder público frente à expansão. Com decretos e leis voltados somente às concessões fiscais o governo municipal não regulava, tampouco organizava o surgimento de loteamentos privados.

Uma nova configuração urbana começou a aparecer com os loteamentos periféricos que, embora submetidos à aprovação da municipalidade, muitas vezes não obedeciam a critérios técnicos e muito menos a um planejamento geral e condizente com a realidade do período.²⁶ Entrava em cena a especulação imobiliária que proporcionaria um retalhamento do solo pela iniciativa privada; o lote urbano passaria a ser entendido como mercadoria em detrimento da demanda da população.

No final da década de 1920, a conjugação de interesses impôs à cidade um novo ritmo de crescimento, com destaque para as atividades urbanas, especialmente aquelas voltadas para o setor imobiliário. O avanço deste último resultou no desmembramento de fazendas de café com a consequente abertura de novos loteamentos que deram origem a bairros como o Jardim Guanabara e Chapadão. No entanto, as ocupações das regiões norte, oeste e nordeste de Campinas ocorreram de fato somente após o término da construção da adutora do Rio Atibaia em 1936, responsável pela chegada de água nos lugares mais altos da cidade. Diante do crescimento populacional desordenado, desde o final da década de 1920, iniciou-se o questionamento, por parte do poder público municipal e de setores de elite da sociedade civil, quanto à necessidade de um planejamento que orientasse tanto a remodelação como a expansão da cidade.

Em 1929 o discurso do vereador Waldemar Rangel Belfort de Mattos²⁷ do Partido Democrático na Câmara Municipal de Campinas já demonstrava a tentativa de elaboração de um plano para a cidade e a intenção de contratar um engenheiro para sua realização. A favor da remodelação, Belfort criara condições políticas para garantir a contratação do engenheiro Anhaia Mello, seu parceiro político. Todavia, a Comissão de Obras Públicas da Câmara solicitou um parecer técnico sobre o assunto junto ao engenheiro Carlos Stevenson,

²⁵ ZAKIA, op. cit., p. 21.

²⁶ VITTE, op. cit., p. 119.

²⁷ Arquivo da Câmara Municipal de Campinas, de agora em diante, APMC. Discurso do Vereador Waldemar Rangel Belfort Mattos. **Livro de Atas**, ano de 1929, fls. 83.

decidindo-se pelo arquivamento do projeto, apesar das diversas considerações de Belfort contra a decisão.²⁸

Esta posição da Câmara revela o conflito entre o Partido Democrático e o Partido Republicano Paulista. Nove das onze cadeiras da Câmara eram compostas por membros do PRP durante o triênio 1929-1931. O então prefeito Orosimbo Maia também pertencia ao PRP. Interesses políticos de ambos os partidos influenciaram na decisão do arquivamento do projeto de Belfort. A suposta posição contrária da Câmara e de Stevenson sobre um projeto de remodelação da cidade em 1929 vai de encontro ao teor do Relatório do Prefeito do mesmo ano e do discurso do próprio Carlos Stevenson anos mais tarde.

Apesar das considerações da Câmara referentes ao projeto de Belfort em 1929, o então prefeito Orosimbo Maia manteve postura favorável à elaboração do plano de urbanismo assumindo, porém, a posição de primeiro idealizador de um projeto urbano para Campinas.²⁹ A Prefeitura chegou a procurar o engenheiro-arquiteto Anhaia Mello e este teria apresentado um memorial com as propostas e opiniões sobre as necessidades da cidade junto com os honorários pretendidos. A elaboração da primeira planta cadastral da cidade em 1929, depois do pedido feito por Orosimbo Maia, está destacada no Relatório Anual do prefeito do mesmo ano, reforçando a ideia de um projeto de arquitetura e urbanização de Campinas ainda na década de 1920. Esta planta simbolizaria a constituição do aparato burocrático estatal da Prefeitura, visto ter sido capaz de realizar um levantamento cadastral das edificações para um plano da cidade.³⁰

Os planos iniciais envolvendo a arquitetura e urbanização da cidade foram interrompidos no final de 1930, após a tomada do poder federal por Getúlio Vargas. Começava então o momento no qual os projetos de elaboração do plano de remodelação da cidade e as comissões nomeadas para sua organização e aprovação passaram a ser estabelecidos e reestabelecidos por diversas vezes, dependendo da conjuntura do país e das negociações e acertos políticos, entre os governos municipal e federal.

²⁸ ACMC. **Livro de Atas**, ano de 1929, 25/10/1929.

²⁹ ZAKIA, op. cit. Segundo a autora teria ocorrido uma querela política entre o prefeito Orosimbo Maia e o vereador Belfort a respeito da primazia da idealização do plano para remodelação urbana de Campinas. Como já mencionado, Belfort defendeu a elaboração de um plano urbanístico e a contratação de um engenheiro para sua realização. Em 1929, meses após o discurso do então vereador, Orosimbo Maia teria declarado à imprensa que ele próprio operava, desde 1927, um movimento em prol do urbanismo. Porém, Orosimbo Maia apenas teria promovido obras urbanas de caráter sanitaria, diferentemente do que propunha Belfort, com um plano de caráter produtivista e o objetivo de inclusão da cidade na modernidade.

³⁰ SANTOS, op. cit., p. 239. Os engenheiros Jorge Macedo Vieira e Carl Alexander Oelsner foram os responsáveis pela elaboração da planta cadastral de 1929, que foi a base para a elaboração dos apêndices que constam neste trabalho.

1.2. A década de 1930 e o crescimento urbano

A partir de 1930, mesmo após a crise internacional de 1929 e do café, Campinas apresentou um aumento em sua população urbana³¹ e crescimento econômico devido ao investimento em outras áreas agrícolas, industriais e fábricas de beneficiamento de café. Na visão de Semeghini³², algumas das causas desse crescimento teriam sido as implantações de indústrias de bens de consumo imediato (bebidas, fumo, vestuários), indústrias de bens de consumo não duráveis (têxteis e alimentares) e o auge do algodão nas plantações do município em substituição ao café. Durante os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, o município tornou-se uma das regiões mais industrializadas do Estado de São Paulo³³, assistiu à expansão dos serviços de água e esgotos, ao reemplacamento de inúmeras ruas e a um acréscimo de loteamentos conforme registrado nos Relatórios dos Prefeitos.

Mas o crescimento populacional total não atingiu altos índices. A urbanização e industrialização, ainda em fase inicial, não provocaram, nos anos de 1930, um crescimento significativo como teria ocorrido em períodos anteriores e posteriores.³⁴ Entre 1920 e 1934, Campinas passou a registrar uma taxa de crescimento demográfico de apenas 1% a.a., passando de 115.602 habitantes para uma população de 132.819 moradores. Entre 1934 e 1940, apesar da taxa de crescimento urbano ter sido elevada, o crescimento total registrou

³¹ Censo Demográfico e Escolar do Estado de São Paulo de 1934. In: **Boletim do Departamento Estadual de Estatística**. São Paulo, n.1, v.1, jan.1939 e n.5, maio de 1939. Disponível em Biblioteca Digital SEADE: <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011220&parte=1> Acesso em 16/08/2013 e

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011224&parte=1> Acesso em 16/08/2013 e FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico de 1940**. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf Acesso em 24/08/2013.

Segundo os dados do Censo Escolar e Demográfico de 1934 e Censo Demográfico de 1940 da Fundação IBGE, Campinas teve uma queda no crescimento populacional no período, saindo de 132.819 em 1934 para 129.940 em 1940. Todavia, os mesmo dados revelam um aumento de 3,3% a.a da população urbana, passando de 51% em 1934 para 64,6% em 1940.

³² SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à Indústria: uma cidade e seu tempo**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991, pp. 66, 78-79 e 91-103.

³³ Estatística Industrial do Estado de São Paulo. Anos: 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Disponível em **Biblioteca Digital SEADE** <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/listarPublicacao.php> Acesso em 16/08/2013.

³⁴ CAMPINAS. Prefeitura Municipal de Campinas. **Recenseamento de 1918**. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. 10ª série, n.9, set/1919 apud BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do Polo Industrial Paulista**. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 1992, p. 39 e FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico de 1920**. Segundo os dados obtidos por Baeninger e pelo Censo Demográfico de 1920, no período de 1918-1920, a taxa de crescimento populacional de Campinas alcançou o mesmo patamar da capital do Estado, 4,8% a.a. A diminuição do fluxo emigratório teria ocorrido sob a influência da intervenção governamental na valorização do café, o que estimulou o fluxo migratório.

valor negativo de 0,36% a.a.³⁵ Ocorreu um esvaziamento da população rural, que não foi totalmente absorvida pelo município, uma vez que a taxa de crescimento total foi negativa.

A emancipação, nos anos anteriores à década de 1930 de distritos como Americana e Nova Odessa, ajudam a identificar para onde parte da população rural e urbana poderia ter ido.³⁶ Com a queda de produção nas regiões agrícolas próximas a Campinas, grande parte da população rural migrou em busca dos lugares onde a agricultura ainda era a principal fonte de renda. Outra explicação reside no fato de que a população não era mais reposta como nas duas décadas anteriores devido, principalmente, à diminuição da entrada de imigrantes.³⁷

O centro da cidade, porém, apresentava-se como local de valorização financeira, interesses imobiliários e comerciais e mantinha um crescimento populacional considerável. A expansão de áreas adjacentes demonstra que a região começava a ter suas propriedades valorizadas e verticalizadas.³⁸ Ainda em 1927, por meio da Lei 401, o prefeito Orosimbo

³⁵ Censo Demográfico e Escolar do Estado de São Paulo de 1934. In: **Boletim do Departamento Estadual de Estatística**. São Paulo, n.1, v.1, jan.1939 e n.5, maio de 1939. Disponível em **Biblioteca Digital SEADE**: <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011220&parte=1> Acesso em 16/08/2013 e <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011224&parte=1> Acesso em 16/08/2013.

³⁶ IBGE. “Histórico do Município de Campinas, SP” In: **Biblioteca IBGE**. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/detalhes.php?id=32071> (Acesso em 13 fev. 2014). De acordo com os dados, a partir dos anos de 1930, a configuração do espaço campineiro sofreu algumas modificações. O município, antes composto por um distrito-sede (Conceição), pelos distritos de Santa Cruz, Vila Americana, Nova Odessa, Rebouças (atual Sumaré), Valinhos, Cosmópolis e Arraial dos Sousas, além de seus bairros e povoados, sofreu um processo de diferenciação político-territorial intramunicipal. Após a emancipação dos distritos de Vila Americana e Nova Odessa, ainda na década de 1920, o distrito-sede foi dividido em dois: o da Conceição (centro histórico) e o da Vila Industrial, criado em 1934. Em 1938, uma nova modificação ocorreu. Foram extintos os distritos de Santa Cruz e Vila Industrial, sendo anexados ao município do distrito sede de Campinas. No mesmo ano, o distrito do Arraial dos Sousas passou a chamar-se simplesmente Sousas. Dessa forma, no final do período em estudo, até 1943, o município é constituído de cinco distritos: Campinas, Cosmópolis, Rebouças, Sousas e Valinhos.

³⁷ FUNDAÇÃO IBGE. **Censo Demográfico de 1920 e 1940**. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_v2_br.pdf Acesso em 24/08/2013. Em 1940, a população estrangeira da cidade era de apenas 8,5%, muito menor em relação a 1920, quando chegou a corresponder a 20% da população total de Campinas. Consequência direta da política de Vargas de redução da entrada de imigrantes no país, a queda nesta parcela da população também foi influenciada pela crise do café.

³⁸ DEZAN, Waldir Vilalva. **A implantação de uma modernidade**: o processo de verticalização da área central de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2007; LEME, op. cit., p.33; ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. **Edifício Santana**: o primeiro arranha-céu de Campinas. In: 9º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL – Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Jun 2011, Brasília. Disponível em:

<http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/017_M28_RA-SantanaOPrimeiroArranhaCeuDeCampinas-ART_silvia_zakia.pdf>. Acesso em 18 jul. 2013.

Segundo o estudo de Roberto Silva Leme a verticalização em Campinas tem suas origens no início do século XX, quando se tornaram obrigatórias as construções com o mínimo de dois pavimentos em certas áreas da região central, como na Rua Barão de Jaguara, Praça Bento Quirino e Visconde de Indaiatuba. Em 1938, por meio do Ato nº118 que aprovou o Plano de Melhoramentos Urbanos, ficou previsto o limite máximo de seis pavimentos para o centro. Segundo o mesmo autor, a partir da década de 1940 há um descumprimento da legislação pelos empreendedores, principalmente após o caráter provisório da Lei Municipal nº640 de 1951 que ampliou os

Maia recolocou a obrigação de verticalização em alguns eixos viários e praças do centro de Campinas bem como estabeleceu o recuo frontal de quatro metros para algumas ruas e avenidas, a ser reservado para jardim com arborização conveniente. Em 1934, o Código de Construções previa a indução à substituição de imóveis antigos e à verticalização:

Art. 343 - Nenhum prédio poderá ser construído, reconstruído ou reformado, sem ter, no mínimo, dois pavimentos nas ruas e praças abaixo especificadas [...] Parágrafo único – nos prédios existentes, em desacordo com este artigo, só serão permitidas reformas parciais, quando não vierem estas contribuir para aumentar a duração natural do edifício.³⁹

O aumento nos preços dos imóveis e as modificações urbanas que a cidade sofria iriam forçar, nas décadas posteriores à de 1930, a transferência da população de menor renda para outros locais, em bairros vizinhos do centro ou em regiões mais distantes onde, ao lado de chácaras e sítios, começavam a se localizar diversas indústrias.

Diante do aumento da população urbana, no início da década de 1930, imprensa, empresários do setor imobiliário e industrial fizeram alarmes sobre a necessidade de modernização da cidade que, segundo eles, estaria crescendo. Eram a favor de seu alinhamento nos ideais de progresso e desenvolvimento⁴⁰ colocando, diante do governo, a exigência de um modo de vida normalizador de viver em cidades.

Se por um lado a questão social adquiria um papel de destaque nos projetos do regime pós-30, por outro, a questão urbana frente à população que crescia tornava-se algo imprescindível para as autoridades públicas e elites do município. Entraria em pauta entre governantes, imprensa e engenheiros a discussão sobre a necessidade de um plano urbano que reformulasse a cidade e a definisse, junto à sua população, nos padrões da modernidade.⁴¹

gabaritos das edificações, não se ocupando de regulamentar diretamente a expansão horizontal e vertical da cidade.

³⁹ Arquivo Histórico Municipal de Campinas (de agora em diante AHMC). Decreto 76 de 1934 que aprova a criação do Código de Construções da cidade de Campinas. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

⁴⁰ SANTOS, op. cit., p.260-261. De acordo com Santos, a palestra do então engenheiro Carlos Stevenson, no Rotary Club de Campinas, em 1933, teria mobilizado a opinião pública em favor de um plano urbanístico. Seu discurso estava pautado na remodelação da cidade, uma vez que Campinas era um importante centro viário do estado e possuía ruas impróprias à circulação de veículos. Para que a cidade entrasse no rol das grandes cidades modernas era necessária, segundo o engenheiro, uma intervenção em sua estrutura urbana e a contratação de um urbanista. A palestra do engenheiro expressava um ideal de cidade alinhado com as ideologias europeias do final do século XIX. As vielas, as edificações desordenadas eram, para Stevenson, incompatíveis com a modernidade que desejava para Campinas. Muitas das propostas proferidas por ele foram contempladas no Plano de Melhoramentos de Prestes Maia em 1934.

⁴¹ A partir de 1920, as concepções de urbanismo, informadas por projetos arquitetônicos e de saneamento, que haviam revolucionado as principais cidades e capitais da Europa no século XIX, transformando ruas sinuosas em belas e largas avenidas e *boulevards*, começaram, de fato, a se estabelecer no Brasil. As características de fluidez

Para o projeto de remodelação e expansão da cidade diretamente associado aos interesses dos proprietários de terras e de empresários do setor imobiliário e da construção civil, articulações de cunho ideológico foram adotadas. Assim, fez-se uso do discurso da necessidade de remodelação da cidade revestido de um imaginário de aspiração coletiva de progresso, desenvolvimento e modernidade.⁴² Este imaginário estava bem próximo dos discursos e práticas que aludiam à formação da nação através de projetos de engenharia e classificação social presentes no país principalmente a partir de 1930.⁴³

1.3. Vargas no poder e a centralização das decisões

Na década de 1920 a política baseada no liberalismo perdeu força diante da crise mundial aberta com a Primeira Guerra Mundial e com a queda da Bolsa de Nova Iorque. Estes acontecimentos levaram ao aparecimento de novas formas políticas e ao surgimento de novos sujeitos no cenário mundial. No caso brasileiro, ocorreu também um redimensionamento da balança do poder político. O fim do que se convencionou chamar de República Velha, não erradicou as elites oligárquicas, mas abriu espaço para os projetos da elite urbana industrial e comercial, que passaram a ter maior participação nas decisões políticas.

A partir de 1930, após um golpe que impediu a posse do presidente eleito Julio Prestes, o Governo Provisório, imposto sob o comando de Getúlio Vargas, trouxe um projeto

e velocidade, inerentes ao conceito de modernidade, podem ser encontradas na análise de Marshall Berman em “O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento” In: **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986, pp.41-98. A modernidade aparece como sinônimo de uma constante revolução que muitas vezes perturba, confunde; uma vez que tudo que havia sido criado até aquele momento devia ser destruído para dar lugar a algo novo. Segundo Berman, a ideia de criação de um movimento coletivo, num ambiente homogêneo se faz presente. Assemelha-se, por exemplo, ao desejo dos planos urbanísticos brasileiros de São Paulo e Rio de Janeiro de que tudo estivesse ordenado e definido em seus lugares. Concebida sob o imaginário de que o que a constitui deve ser rápido, tecnológico, industrial, mutável, a modernidade possibilitaria tudo acontecer e “desacontecer”.

⁴² SANTOS, op. cit., pp. 260-63.

⁴³ CUNHA, Olívia Maria Gomes. “Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999, pp.257-288. O artigo de Cunha, a respeito das intervenções estatais como processos de confinamento a determinadas temáticas e sujeitos sociais, demonstra como a ideia de monumento possui a intenção de perpetuar um passado específico. No discurso, presente entre as elites econômicas, intelectuais e imprensa campineiras, não era um determinado passado que deveria ser perpetuado [este deveria ser demolido, apagado], mas sim o presente e as reformas urbanas contempladas nele em prol da modernidade e progresso da cidade. Como Cunha apresenta em seu trabalho, há a tentativa da construção de uma memória pública em torno da valorização de uma imagem inclusiva da nação, e no caso de Campinas, da cidade.

de modernização política e econômica de cunho autoritário e corporativista.⁴⁴ A intenção era, segundo os defensores do golpe, submeter interesses particulares, individuais e de grupos regionais aos interesses nacionais e assim, promover o desenvolvimento econômico.

A Constituição de 1891 foi suspensa, o Congresso Nacional, as Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais dissolvidos e todas as funções executivas e legislativas ficaram concentradas no chefe do executivo que governou mediante decretos-leis até a promulgação de uma nova Constituição em 1934. Por meio do fortalecimento do poder central, um sistema de intervenção nos estados e nomeação de prefeitos substituiu as eleições diretas. Municípios e estados não tinham mais autonomia para decidir sem a prévia autorização do governo central. Foram instituídos conselhos consultivos nos estados, no Distrito Federal e nos municípios em substituição às Assembleias. Para que tivessem seus projetos e verbas aprovados e liberados, os prefeitos nomeados deveriam enviar relatórios aos Conselhos Consultivos de Municipalidade do recém-criado Departamento Administrativo das Municipalidades. Como o conselho cumpria a função da Câmara Municipal, dependia dele a aprovação e liberação da verba.

A centralização do governo federal e diminuição da autonomia dos estados provocou o crescimento de oposição a Getúlio Vargas e uma forte reação por parte da elite oligárquica do Estado de São Paulo, desencadeando revoltas. Com a justificativa de defesa dos direitos constitucionais suprimidos com a anulação da Constituição de 1891 e, portanto, pelo restabelecimento da autonomia estadual, os paulistas entraram em conflito militar contra o governo federal em julho de 1932. Enfraquecidos por não obterem apoio dos outros estados e cercados pelas tropas do governo, acabaram derrotados.

Apesar da derrota, a revolta da velha oligarquia paulista contra o governo federal durante a Revolução Constitucionalista de 1932 reforça a ideia de que o princípio do decênio de 1930 até 1937, foi “dominado ainda por conflitos e negociações, violentos e delicados, conformadores de uma ‘incerteza’ só cessando quando as forças vitoriosas definiram que ‘entre o povo e o governo’ não haveria mais intermediários.”⁴⁵ Havia, naquele momento,

⁴⁴ ARAÚJO, Ângela M.C. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores nos anos trinta**. São Paulo: Scritta, 1998, pp. 25-77.

⁴⁵ GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: as fronteiras entre o público e o privado” In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção). **História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 515. Outros processos podem ser encontrados também no já citado trabalho de Ângela M.C. Araújo, onde são examinadas as greves de 1930, 1931 e 1932, com participação de sapateiros, vidreiros, padeiros, tecelões, ferroviários. São movimentos que, além da luta por melhores condições de vida e trabalho, buscavam escapar da oficialização instituída pela Lei de Sindicalização de 1931.

insatisfação e tensões entre diversos setores da sociedade como jovens tenentes, classe média urbana, industriais, oligarquias e, trabalhadores em geral. A instabilidade, conflitos e incertezas expandiam-se às gestões estaduais e municipais.

Após o encerramento do conflito de 1932, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte para a elaboração da nova Constituição. Promulgada em 1934, a nova Carta Nacional continha medidas presentes na anterior, de 1891. Mantinha a nação como uma República Federativa, a separação dos poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário e o uso de eleições diretas para escolha dos membros dos poderes Executivo e Legislativo. A nova lei eleitoral, prevista na Constituição, permitiu a adoção do voto secreto e direto para todos maiores de 21 anos, incluindo as mulheres. Somente os analfabetos, soldados, padres e mendigos não poderiam ter direito ao voto. Todavia, cerca de 75% da população era analfabeta, conferindo à carta um caráter excludente. Não houve, portanto, grande alteração na participação eleitoral.

Nas questões trabalhista e social, a Carta ampliou leis relativas à distinção salarial baseada em critérios de sexo, idade, estado civil e/ou nacionalidade e proibiu o uso da mão de obra de jovens menores de 14 anos. Além disso, estabeleceu o salário mínimo e a redução da carga horária de trabalho para 8 horas diárias dentre outros benefícios ao trabalhador que na prática, quase não foram concretizados diante da resistência dos empregadores.

Outro aspecto a considerar refere-se ao fato de que, apesar das características democráticas, a Nova Carta determinava, em suas disposições transitórias, que o Presidente da República seria eleito pela própria Constituinte, no dia imediatamente após sua promulgação. Dessa forma, Getúlio Vargas foi indiretamente eleito pela Assembleia Constituinte que estabeleceu um mandato de mais quatro anos. Ao final deste período, Vargas deveria ser substituído.

Tanto após o golpe quanto depois da promulgação da nova Constituição, diversas tensões continuaram a ocorrer no cenário nacional. Desde o início do século XX, inúmeras greves e conflitos ocorriam em todo o Brasil exigindo, por exemplo, a jornada de oito horas, melhores salários e, também, a regulamentação do trabalho feminino e de menores. Ao mesmo tempo, ideias reformistas, nem sempre identificadas umas às outras, caracterizavam as primeiras décadas do século XX, tais como aquelas ligadas ao fim do federalismo, à modernização, ao nacionalismo, às políticas higiênicas e sanitárias.

Ver também o estudo de ZAMBELLO, Marco Henrique. **Ferrovia e Memória**: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana (USP), São Paulo, 2005.

Neste sentido, o golpe ocorrido em 1930 não teria sido apenas uma crise de hegemonia provocada pelo colapso da política das elites oligárquicas, principalmente de Minas Gerais e São Paulo, como afirmam alguns estudiosos⁴⁶, assim como o Estado não teria sido o único sujeito político, agente histórico. Houve um conjunto de fatores e ideias, anteriores a 1930, que contribuíram para desencadeamento do processo.⁴⁷ A insatisfação da classe média urbana que crescia em importância econômica - porém, não em representação política - e a revolta da população diante da falta de atendimento às questões sociais, da carestia de alimentos, de habitação e da repressão do governo tornaram-se alguns dos fatores para o ocorrido em 1930.

Contudo, greves e outras manifestações em favor de melhores condições de vida permaneceram no pós 1930, ao contrário do que desejavam os idealizadores do golpe.⁴⁸ Corroborando as afirmações de Ângela de Araújo e Ângela de Castro Gomes a respeito de conflitos existentes no período, Paulo Sérgio Pinheiro afirma que foram frequentes e violentas as greves durante os primeiros anos da década de 1930, destacando paralisações no setor de serviços como o de transportes.⁴⁹ São acontecimentos que reforçam a tese de que não ocorriam mudanças significativas para a maioria da população e tampouco o avanço de direito sociais e políticos, mesmo depois da promulgação da Nova Constituição em 1934.

Desta maneira, após 1934, a radicalização política permaneceu nas manifestações de insatisfação e oposição a Getúlio Vargas. Enquanto jovens tenentes tentavam, em vão, mobilizar as classes médias urbanas a favor de uma revolução contra o governo federal, membros da oposição e de apoio a Getúlio fundavam, respectivamente, a Aliança Nacional

⁴⁶ Cf. FAUSTO, Boris. “Conclusão – A crise dos anos vinte e a revolução de 1930”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, 2º vol. São Paulo: Bertrand, 1990, pp.401-426 e CARVALHO, José Murilo. “Marcha acelerada (1930-1964)”. In: **Cidadania no Brasil – O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 89-153.

⁴⁷ Pertinente a análise que faz Ângela de Castro Gomes a respeito da situação política brasileira em finais da década de 1920 e início de 1930. Para a autora o Estado centralizado presente a partir de 1930 não teria surgido devido a uma crise hegemônica, consequência de uma suposta fragilidade civil. Foi um projeto, amadurecido durante os anos de 1920, de proposta autoritária, corporativista e que enxergava que não havia democracia sem a presença forte do Estado. Uma nova relação público-privado, ausente de princípios individualistas, era necessária para solucionar as tensões da relação Estado-sociedade. Cf. GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: as fronteiras entre o público e o privado”. In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção). **História da vida privada no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. pp. 489-558.

⁴⁸ SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza**. Fortaleza: INESP, 2007; DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. Estes estudos são emblemáticos para o trabalho aqui desenvolvido no que se refere à busca de indícios do que poderia ter sido a atitude da população frente ao governo e sistema político no período em questão. São perspectivas que, por meio do uso de fonte, como cartas enviadas a periódicos e processos criminais, destacam expressões populares cotidianas [de resistência e/ou submissão] que superam as correntes historiográficas que enfatizam somente greves e protestos públicos como formas de luta por melhores condições de vida.

⁴⁹ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Frentes populares para a revolução” In: **Estratégias da ilusão**. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 276-278.

Libertadora – ANL sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e a Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado. Ao mesmo tempo, trabalhadores e o restante da população continuavam a manifestar-se, dado que as transformações desejadas não ocorriam.

Estas manifestações, muitas vezes omitidas e/ou descartadas por parte de algumas correntes historiográficas, eram constituídas por diversos tipos de manifestantes com variadas características. Podem ser identificadas em movimentos sindicalistas autônomos de trabalhadores nas greves que lutavam para escapar da oficialização dos sindicatos instituída pelo Decreto 19.770 de 1931⁵⁰ ou na submissão [e/ou resistência] às formas de controle estabelecidas em troca de reconhecimento e inclusão nos novos moldes propostos pelo governo federal a partir dos quais poderiam ter suas reivindicações atendidas.⁵¹

Como demonstra Erick Araújo, antes do golpe em novembro de 1937, Vargas minava seus opositores à esquerda e à direita por meio de uma prática de negociação com as forças perdedoras: “O presidente procurou em cada Estado um conchavo entre representantes da ‘velha política oligárquica’ e grupo novos de poder.”⁵² É conhecido o fato de que, em se tratando da questão social, desde o início da década de 1930, o Estado passou a atuar de maneira a controlar, mediante diversas formas de regulação, os conflitos e manifestações provocados pelas desigualdades sociais.

Além disso, o contexto de radicalização política no início de 1930 teria sido fator primordial para que em 1935 fosse promulgada a Lei de Segurança Nacional – LSN. Esta lei define crimes contra a ordem política e social, dentre eles: a greve de funcionários públicos, incitação de ódio entre as classes sociais, a propaganda subversiva, organização em associações e partidos não permitidos por lei. A LSN tornou-se um dos instrumentos para o endurecimento do governo de Vargas e para a implantação do regime ditatorial do Estado Novo a partir de 1937.

⁵⁰ ARAÚJO, Ângela M.C. op.cit. O Decreto 19.770 de 1931 instituiu a Lei de Sindicalização, a qual tinha, como objetivo geral, fazer com que as organizações sindicais de empresários e trabalhadores tivessem sua função principal fundamentada e regulada por órgãos de colaboração do Estado. Além de movimentos contra a Lei da Sindicalização, Ângela Araújo identifica forças do movimento de trabalhadores que contribuíram na efetivação da nova estrutura sindical. Por outro lado, a autora destaca que o atendimento de algumas reivindicações históricas também teria auxiliado na troca de reconhecimento e na submissão às formas de controle estabelecidas.

⁵¹ DE DECCA, Edgar. **O Silêncio dos Vencidos**. 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984; FERREIRA, Jorge Luiz. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas” In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1990, pp.180-195.

⁵² ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007, p.68.

As agitações políticas e sociais ocorridas, antes e depois de 1930, eram, segundo a política do Estado, sintomas da perda do sentido da nação e de ordem no país.⁵³ Os conflitos e oposições, principalmente após o levante de 1935 liderado por Luis Carlos Prestes, serviram de desculpa para a criação do discurso em prol da segurança, paz nacional e contra o comunismo. Assim, após a promulgação da LSN, em 1936 foi instituído o Estado de Guerra no qual os direitos civis foram suspensos. Momentaneamente interrompido devido à proximidade das eleições presidenciais, o Estado de Guerra foi novamente decretado em outubro de 1937, às vésperas da escolha do novo presidente, baseado em um plano de ação comunista forjado pelo próprio governo [Plano Cohen] e arquitetado, segundo ele, para promover a discórdia e desunião na sociedade.

Um mês após o decreto, Getúlio Vargas anunciou à nação o início de uma nova era, determinando o fechamento do Congresso e outorgando uma nova Constituição que lhe conferia o controle dos poderes Legislativo e Judiciário. Em seguida, decretou o fechamento dos partidos políticos. Entre 1937 e 1945, Vargas deu continuidade à estruturação do Estado orientando-se cada vez mais para a intervenção estatal na economia e para o nacionalismo econômico tendo como instrumentos principais de sustentação a censura e a propaganda política.

A fim de consolidar a identificação com o local de origem, iniciou-se um processo para eliminar as multiplicidades internas da sociedade projetando a imagem de unidade, indivisão e harmonia, típica da multidão que deveria caminhar nas ruas da cidade grande. A nação esboçaria, a partir de então, uma transformação em busca do desenvolvimento industrial, a intensificação da urbanização e a modificação do sistema político e de gestão pública. O Estado passou a movimentar-se como interventor político e econômico e mediador da adesão da sociedade à nova ordem social. O plano de remodelação da cidade de Campinas aparece, portanto, em sintonia com o projeto de modernização e industrialização do governo federal. Por meio de tratativas burocráticas e concessões de verbas públicas, ainda que lentas e graduais, seria enfim colocado em prática em 1938, logo após o início do Estado Novo.

A Constituição de 1937 e o discurso de Getúlio Vargas a respeito do novo homem brasileiro promoveram a noção de cidadania definida pelo trabalho e pela ocupação.⁵⁴ Mais

⁵³ Ibid., p.64.

⁵⁴ A construção do cidadão no Estado Novo vinculada ao discurso de Vargas conferia raízes ao povo brasileiro e visualizava uma igualdade de oportunidades, contudo deveria passar pelas necessidades e capacidades de cada um. Essas apenas seriam conhecidas através da convivência, atribuindo ao indivíduo o caráter de ser humano. Por meio de um imaginário homogêneo de comunidade nacional, criado pela reconstrução da história oficial da nação e pela difusão da ideologia em meios culturais como músicas, rádio e revistas e, estruturados em

do que estar aptas às mudanças as pessoas deveriam ir buscá-las, movimentar-se. O Estado Novo corroborava a invenção da noção de cidadão trabalhador e de um contrato social – entre cidadão e chefe da Nação - no objetivo de fundar o bom convívio na sociedade que deveria ser pacífica e harmoniosa. Centrada na figura do trabalhador da cidade registrado em carteira, a cidadania regulada excluía, portanto, aqueles que viviam do meio rural, além de autônomos e domésticos do meio urbano. Além destes, outras atividades e formas de vida, consideradas prejudiciais à ordem e moral da nação também seriam reprimidas ou, tornadas “invisíveis” a exemplo das prostitutas, dos ébrios, deficientes físicos.

Os ambulantes podem ser inseridos nos limites entre os trabalhadores “autônomos” e os sujeitos considerados “inimigos da nação e da ordem.” Ao mesmo tempo em que exerciam uma atividade para o sustento próprio e, por isso, não eram considerados “vagabundos”, eram representantes de uma ocupação que denotava atraso e remetia aos anos passados e de escravidão, momentos estes que deveriam ser extirpados da história da nação brasileira, agora harmoniosa e unida, segundo o discurso das autoridades do período. Vivendo nas brechas da sociedade e da cidadania, estas pessoas elaboraram estratégias de vida a partir da percepção dos limites impostos pelas restrições políticas e sociais e, ao mesmo tempo, por meio da lógica do discurso dominante.

Diante de um mercado de trabalho restrito, da falta de oportunidades, insegurança nos empregos, baixos salários, alta do custo de vida e famílias numerosas, ter um emprego, não necessariamente com carteira assinada, assegurava ao menos a alimentação e moradia. Morar e comer eram, portanto, as primeiras necessidades, bem à frente do desejo de ser “cidadão brasileiro”.

1.4. O momento político campineiro e os projetos de remodelação urbana

instituições e órgãos governamentais, surge a proposta de humanização do trabalho, aliado do bem estar comum da sociedade. O trabalho assume a importância de único meio de ascensão social e cidadania. A dignificação e integração do homem elaborado pelo Estado só seria possível por intermédio do trabalho. Acima de todas as características necessárias para o cidadão, tais como honestidade, saúde, coragem, determinação e inteligência, a cidadania do Estado Novo passava necessariamente pela regulação trabalhista. O trabalho, após a Constituição de 1937, tornou-se um dever social. Tornavam-se pré-cidadãos todos cuja ocupação a lei desconhecesse. A partir de então, nota-se a importância de órgão de Segurança Pública no desenvolvimento da classificação e métodos de distinção entre aqueles que não cumpriam seu dever e da carteira profissional como identidade nacional. O Estado se encarregava de verificar quem era 'vagabundo' ou não.

Com Getúlio Vargas no poder federal, o então prefeito Orosimbo Maia foi destituído do cargo e substituído pelo engenheiro José Pires Neto nomeado pelo interventor estadual. Em Campinas, o intervalo entre 1930 e 1945 foi marcado pela dificuldade de construção de uma hegemonia política, o que auxiliou na permanência da instabilidade política, econômica e social durante todo o período estudado. Um dos detalhes interessantes e que evidencia a situação política do município é a constatação de que, somente entre 1930 e 1940 a cidade teve nove prefeitos, dos quais apenas José Pires Neto esteve no cargo duas vezes, entre outubro de 1930 a abril de 1931 e agosto de 1934 a junho de 1936. Quanto aos Conselhos Municipais, dentre os três que atuaram em Campinas entre 1930 e 1945, o engenheiro Carlos Stevenson esteve sempre presente.

A instabilidade no cenário político e a nomeação de Anhaia Mello para a prefeitura de São Paulo contribuíram para o adiamento dos projetos de remodelação da cidade, que se iniciaram de fato, somente em 1934 com a contratação de Prestes Maia. Antes disso, porém, mesmo após a nomeação de Anhaia Mello para prefeito da capital, o então prefeito nomeado, José Pires Neto, retomou as declarações de Orosimbo Maia presentes no Relatório de 1929 e instituiu o Decreto 11 de 1931, com qual criou a Comissão de Urbanistas para organização de um plano da cidade.⁵⁵ A atuação desta Comissão, definida como órgão consultivo da prefeitura, afirmava a metodologia sugerida por Anhaia Mello e, ao mesmo tempo, demonstrava que o poder público mantinha-se a favor de mecanismos de promoção de planejamento como modo de controlar o crescimento urbano e modernizar a cidade.

Antes mesmo de ser oficialmente composta, a Comissão de Urbanistas teve suas funções anuladas devido à instabilidade política do período quando, em julho deste ano o Estado de São Paulo iniciou o conflito contra a permanência de Getúlio Vargas na presidência e a favor da elaboração de uma nova Constituição. Neste momento, Orosimbo Maia, membro do Partido Republicano Paulista, havia sido nomeado prefeito e retornava ao cargo que deixara em 1930, concentrando seus esforços a favor da elite agrária campineira e fazendo oposição ao governo federal.⁵⁶ Por este motivo, Orosimbo Maia não permaneceria muito tempo como prefeito. Em outubro de 1932, com o final do conflito e a saída de Orosimbo Maia, Campinas chegou a ter dois prefeitos nomeados.

Até 1933, quando se iniciaram os trabalhos para a Constituinte de 1934 não houve iniciativas em prol do urbanismo e reformas da cidade. Somente meses antes da instalação da

⁵⁵ AHMC. Decreto 11 de 1931. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

⁵⁶ SANTOS, op. cit., p.270. De acordo com Santos, Orosimbo Maia teria desembolsado capital dos fundos municipais para doá-lo à velha oligarquia contrarrevolucionária.

Assembleia Constituinte, ainda em 1933 e após a nomeação do engenheiro Perseu Leite de Barros para o cargo de prefeito, a pauta da arquitetura e urbanismo em Campinas retornaria à cena. Neste ano, Carlos Stevenson proferiu a conferência na qual apresentou seu projeto para a remodelação da cidade. Segundo o engenheiro, as ruas estreitas da cidade não comportavam mais o tráfego necessário a uma Campinas industrializada e moderna. Seu projeto estava pautado na lógica em que a organização da cidade deveria facilitar a circulação de pessoas, capitais, mercadorias e informações.

Como aponta Antônio da Costa Santos, neste período a Administração Municipal de Campinas não deixaria de ser estruturada de acordo com a lógica corporativista e de aprofundamento do aparato administrativo definidos pelo governo Vargas.⁵⁷ Repartições, comissões e diretorias foram criadas como a Seção de Arquitetura dentro da Diretoria de Obras e Viação, outras foram extintas e recriadas, como aconteceu com a Repartição de Fiscalização, responsável pelas multas, autorização e vigilância dos vendedores ambulantes.

A partir da reorganização das repartições municipais em 1934⁵⁸ e auxiliado pelo novo aparato administrativo, o governo municipal organizou, de modo mais sistemático e eficiente, a definição de práticas condizentes com o crescimento da cidade além de fiscalizar seu cumprimento e punir infratores, como veremos em relação aos ambulantes. Dessa forma, o poder público contribuiu para a construção de valores e costumes que, por meio de taxas, multas e apreensões, começaram a ser entendidos como partes da vida urbana.⁵⁹ A Prefeitura continuava a criar, tal como em finais do século XIX e início do XX, dispositivos institucionais - como as diversas Comissões de Urbanismo e o Código de Construção de 1934 - que permitissem a intervenção sobre a cidade, principalmente no sentido de racionalização dos espaços.

Com a chegada do engenheiro Perseu Leite de Barros à prefeitura, a Associação de Engenheiros de Campinas passou a ter grande peso na composição do poder local. A influência desta entidade pode ser notada na constituição do Conselho Municipal e da própria prefeitura por seus membros dirigentes. Durante as décadas de 1930 e 1940 vários engenheiros ocuparam o posto principal do poder municipal.⁶⁰

⁵⁷ Ibid., p.258.

⁵⁸ AHMC. Decreto 97 de 1934. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

⁵⁹ AHMC. Decreto 148 de 1935. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940). Por meio deste decreto, a Prefeitura Municipal criou o Imposto Territorial Urbano que, diante de um valor imposto para a utilização do espaço urbano, garantia cada vez mais características de mercadoria ao solo.

⁶⁰ SANTOS, op. cit., p. 260. Os engenheiros José Pires Neto, Perseu Leite de Barros e Euclides Vieira alternaram-se no cargo de prefeito municipal nesse período. Na composição das comissões os engenheiros também se fizeram presentes, tais como José Pires Neto e Carlos Stevenson.

A classe política dirigente composta por engenheiros, profissionais liberais, comerciantes, industriais e remanescentes da oligarquia cafeeira retomou a discussão de um plano, segundo ela, necessário diante do crescimento populacional. As repercussões econômicas e territoriais da industrialização e urbanização ocorridas desde a década de 1920, a necessidade de esgotos, pavimentação e transportes para atender a população urbana que crescia, foram alguns dos motivos que teriam interferido na decisão da prefeitura de contratar um engenheiro para elaborar um projeto de melhorias urbanas.⁶¹

Entretanto, é preciso considerar que, devido à nova conjuntura política, a centralização do governo, ao nível federal, promoveu restrições à autonomia ilimitada dos municípios, introduzindo, por exemplo, maior rigidez na discriminação tributária e causando problemas financeiros aos cofres da cidade de Campinas. Em contrapartida, os tributos locais passaram a depender mais do porte das cidades e de seu grau de urbanização, atribuindo ao município uma renda definida. A partir da análise dos Relatórios dos Prefeitos, podemos notar que, na década de 1930, segundo os próprios prefeitos, as despesas municipais excedem as previsões, causando prejuízos aos cofres da cidade. Uma reformulação do desenho urbano e da ocupação do solo central poderia vir a ser a solução para a gestão do déficit público.

A remodelação do centro acarretaria uma valorização da região e com isso aumentaria a arrecadação da Administração Municipal, que passaria a cobrar mais pelo uso do solo urbano.⁶² Nesse contexto, ao qual se somam necessidades de infraestrutura, é possível afirmar que a Administração Municipal, interessada nos benefícios à gestão pública, assumiu o papel de interventora, incorporando o discurso das elites econômicas que preconizava as transformações nas formas de organização espacial.

Os interesses de setores da elite campineira na remodelação do centro baseavam-se, no plano privado, na necessidade de transferência do capital agrário para o ramo da construção civil. A justificativa da importância da modernização e embelezamento da cidade teve como principal característica o início do seu processo de mercantilização por meio da construção de novos edifícios e da regularização ainda maior sobre a presença dos ambulantes na região central.⁶³

⁶¹ BADARÓ, op. cit.

⁶² CARVALHO, Edemir. **Crise urbana e habitação popular em Campinas. 1870-1956.** (1991). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 1991, p. 40. A transferência da competência do Imposto Territorial Urbano para os municípios, a partir de 1934, também pode ser concebida no sentido de aumentar a arrecadação de taxas para os cofres municipais.

⁶³ Ibid, pp. 37-50.

O projeto apresentado pelo engenheiro Carlos Stevenson em 1933 é revelador destes interesses. Tinha como ideia norteadora o prolongamento e remodelação do sistema viário e construções de novos edifícios, deixando para segundo plano, a questão do zoneamento, localização de atividades diversas e utilizações urbanas de circulação, primordiais, segundo Santos, no memorial elaborado por Anhaia Mello. As mudanças propostas pareciam conceber a cidade mais como um espaço voltado para os interesses do capital financeiro do que local de relações sociais e habitação. Dessa forma, quem mais contribuiria para a remodelação da cidade seriam frações do capital financeiro e comercial associados a alguns setores comprometidos com o mecanismo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano.⁶⁴

Em 1934, com José Pires Neto novamente no cargo de prefeito, os estudos para a remodelação da cidade com a contratação do arquiteto-urbanista Prestes Maia continuaram. No mesmo ano entrou em vigor o novo Código de Construções⁶⁵, a cargo de uma comissão na qual um dos membros era Carlos Stevenson. O novo Código de Construções aparece como o dispositivo essencial para a execução do plano ainda em desenvolvimento. Com as novas regras, a verticalização no centro urbano estava garantida e o novo modelo de ocupação de lotes (com a diminuição de altura dos pés direitos) conciliava os pressupostos de salubridade e os lucros imobiliários. Além de estabelecer um padrão municipal e estipular regras para construção, o código também previa um novo perímetro urbano para a cidade, dividido em quatro zonas.⁶⁶

Prestes Maia, que havia elaborado o Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo iniciou as análises consultivas do projeto apresentado por Carlos Stevenson em 1933 e a elaboração do Plano de Melhoramentos de Campinas. Contudo, de acordo com Santos, o engenheiro-arquiteto-urbanista não teria encontrado “argumento consistente que se colocasse à altura das intervenções solicitadas”⁶⁷ e nas palavras de Prestes Maia,

[...] o problema não é assim de congestionamento, atual, máxime de congestionamento com perdas econômicas graves.

⁶⁴ Ibid, p. 271.

⁶⁵ AHMC. Decreto 76 de 1934. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

⁶⁶ Segundo a Lei 379 de 1926, Campinas dividia-se em quatro zonas, determinadas por perímetros concêntricos. A 1ª zona era compreendida pela região central, a parte mais antiga da cidade, onde se encontra o setor terciário; a 2ª é caracterizada pela expansão do Centro, englobando as áreas da duas estações de ferro e a Vila Industrial; a 3ª compreendia o prolongamento da 2ª intensificado na década de 1920 com a transformação dos antigos cafezais em bairros; a 4ª zona, denominada “zona de transição” e/ou “zona rural”, áreas já próximas das estradas que levavam para outras cidades do Estado de São Paulo, como Mogi Mirim e Limeira e dos córregos Anhumas e Proença e onde estavam indústrias, matadouros e onde começava a se concentrar a população mais pobre da cidade. O projeto de remodelação da cidade não modificava muito esta divisão.

⁶⁷ SANTOS, op. cit., p. 285.

É apenas de comodidade e de estética, e a ser encarado, sobretudo, sob o ponto de vista do desenvolvimento futuro da urbes.⁶⁸

Apesar das ressalvas destacadas a respeito da necessidade ou não de uma remodelação da cidade, Prestes Maia encaminhou seu plano para análise da Comissão de Urbanismo, fazendo apontamentos sobre diversos aspectos de adequação e melhoramentos urbanos da cidade de Campinas. As intervenções propostas e aprovadas ficaram próximas às sugeridas por Carlos Stevenson e, de certa maneira, semelhantes a algumas previsões de Anhaia Melo.

O prefeito José Pires havia restabelecido a Comissão de Urbanismo, sendo ela oficialmente composta pelo Decreto 135 de 1935, com a finalidade de organizar e dirigir a propaganda do plano, providenciar recursos e meios para o estudo do urbanista e exprimir as condições e aspirações gerais da comunidade. Constituindo-se de caráter consultivo e cívico, ela teria a missão de aprovar ou não a proposta de remodelação e encaminhá-la ao Executivo Municipal para que fosse remetida à Câmara que seria ainda eleita. Além do prefeito e do engenheiro da Diretoria de Obras e Viação, entre seus representantes estavam membros dos seguintes setores da sociedade: classe média, advogados, engenheiros civis, engenheiros arquitetos, comerciantes e industriais, agricultores, imprensa local e da capital paulista, delegacia da saúde, Cia. Paulista de Estradas de Ferro, Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, Cia. Campineiros de Tração, Luz e Força, Cia. Telefônica Brasileira, proprietários de imóveis.⁶⁹ Em todas as comissões, estabelecidas e extintas, a composição de seus membros fora parecida com esta, representando, portanto, os grandes capitais locais interessados em diretrizes para o crescimento urbano.

De acordo com Santos, a devolução do capital desembolsado dos fundos municipais, doados por Orosimbo Maia à velha oligarquia campineira para financiá-la durante a Revolução Constitucionalista de 1932, tivera o valor simbólico de consolidar a emergente burocracia estatal para iniciar a anunciada remodelação da cidade.⁷⁰ Além disso, segundo este mesmo autor, impostos, taxas, auxílio estatal e especulações imobiliárias de frações do capital financeiro e comercial, associados a alguns setores comprometidos com o mecanismo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano, contribuíram para a realização do projeto.

Apesar do início de alguns trabalhos, a Comissão de Urbanismo composta em 1935 não concluiu seus serviços após ser destituída com o início da gestão da Câmara Municipal

⁶⁸ Ibid., p. 286.

⁶⁹ AHMC. Decreto 135 de 1935. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

⁷⁰ SANTOS, op. cit, p. 270.

eleita constitucionalmente. Os projetos do Plano de Prestes Maia seriam adiados. No ano seguinte, João Alves dos Santos reestabeleceu novamente a comissão, com o nome de Comissão de Melhoramentos Urbanos. Porém, em 1937 um novo cenário político, provocado pelo golpe de Getúlio, excluiria a comissão protelando, mais uma vez, os trabalhos de remodelação da cidade.

Somente em 1938, por meio do Ato nº115, foi retomado e aprovado um anteprojeto do Plano de Remodelação da Cidade, já sem a assinatura de Prestes Maia. A fragilidade política e o cenário instável contribuíram para que o projeto de um plano de remodelação, pensado ainda na década de 1920 se tornasse real – porém com muitas modificações/ omissões – somente no final da década de 1930, quando demolições, construções e desapropriações começaram a fazer parte da rotina do centro de Campinas.

A partir de 1938, sem a presença de Prestes Maia, o anteprojeto foi confirmado como objeto de trocas políticas e negócios urbanos. A falta de verbas para executar todas as obras, as diversas trocas de prefeitos e a conjuntura nacional fizeram com que o plano fosse incorporado lentamente e sua fase de grandes transformações ocorresse somente no final da década de 1940. Por outro lado, apesar dos diversos entraves políticos provocados pela conjuntura nacional a legislação vigente até então foi mantida, “atribuindo-se à Prefeitura a responsabilidade de estimular e promover os usos mais adequados do solo e inibir ou mesmo proibir aqueles tidos como inconvenientes”.⁷¹ O viver urbano e moderno coexistiria durante muito tempo com costumes e hábitos remanescentes do passado considerados não modernos e “inconvenientes”.

1.5. Os alcances do Plano de Melhoramentos Urbanos

A ruptura com um passado que era considerado antiquado, por parte de governantes, engenheiros, imprensa e elite local, deveria ocorrer em 1934, quando finalmente o engenheiro, arquiteto e urbanista Prestes Maia iniciou os trabalhos de elaboração do Plano para Campinas prevendo mudanças em longo prazo (entre 25 e 50 anos) e preparando a

⁷¹ BADARÓ, op. cit, pp.111-112. O autor dedica algumas páginas de seu estudo às ações do poder municipal diante da presença dos cortiços e sua proibição a partir da vigência do Código de Construções de 1934. Assim como os ambulantes, os cortiços representavam um período da história da cidade que, de acordo com o poder municipal, imprensa e elite econômica e social campineira precisava desaparecer, por esta razão, o crescimento deste tipo de habitação deveria ser controlado até a completa extinção.

cidade para a industrialização. A criação e instituição dos projetos para um plano de melhoramentos urbanos⁷² tiveram suas diretrizes voltadas para a modernização, circulação e delimitação de espaços da cidade. Segundo os projetos, Campinas deveria possuir um trânsito rápido, moderno, tanto para os veículos – elemento simbólico da modernidade – como para homens e mulheres que a partir de então, usariam o centro apenas como local de passagem.⁷³

O discurso norteado pela lógica da modernidade e do progresso tinha como objetivo o controle do crescimento da cidade e sua adequação à nova ordem econômica. Como aponta Zakia, a elaboração e implantação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas continham uma proposta na qual

A cidade moderna e industrializada necessita de uma gestão complexa de fluxos de movimento coordenado em massas, de novos modelos de habitação popular e também de espaço de lazer de massa, porque o lazer na cidade industrial é, na realidade, a preparação para o trabalho.⁷⁴

Ainda em 1934, o ato que completaria as medidas legais para alcançar os objetivos propostos foi a aprovação do Decreto 76 que instituiu o Código de Construções de Campinas. Ao tratar da regulamentação das condições para arruamento, loteamento de terrenos e construções ele tornou-se o instrumento norteador do acelerado processo de expansão urbana que se desencadeou na cidade nas décadas seguintes limitando-se, porém, às normas viárias, de parcelamento das quadras e canalização de cursos de água.

Ao lado do novo Código de Construções, maior e melhor circulação, principalmente na área central, estavam entre os principais objetivos a serem atingidos. Para isso, era necessária a abertura de avenidas radiais e perimetrais, criação de novas ruas e alargamento das existentes a fim de facilitar o fluxo, além de demolições e uma remodelação urbana por meio da construção de edifícios modernos. O projeto de transformação, segundo cronistas campineiros⁷⁵, deveria colocar a cidade em pé de igualdade com a capital do Estado.

No entanto, somente nos anos de 1940 e 1950, as almejadas transformações iniciaram-se, quando ocorreram modificações e intervenções mais drásticas no cenário urbano com o

⁷² AHMC. **Relatório do Prefeito**, ano 1934.

⁷³ AHMC. **Relatório do Prefeito**, ano 1934.

⁷⁴ ZAKIA, 2012, p.15.

⁷⁵ CARNIELLI, Flávio de Godoy. **Gazeteiros e bairristas**. Histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2007. Os cronistas destacados no estudo de Carnielli são: Julio Mariano, Jolumá Brito e José de Castro Mendes, que escreveram, entre os anos de 1950 e 1980, e, segundo Carnielli, teriam lido as transformações, ocorridas a partir de final da década de 1920, como lembranças, transformando-as, em seguida, em comemorações.

aceleramento das demolições e dos alargamentos. A partir da Lei 640 de 1951,⁷⁶ que permitiu a construção de pontes e viadutos, foram realizados os alargamentos das ruas Francisco Glicério, Campos Sales e Senador Saraiva e as demolições da Igreja do Rosário, do Mercado das Andorinhas e já na década de 1960, do Teatro Municipal Carlos Gomes.

Embora o plano tenha se estabelecido, de fato, somente no período posterior ao deste estudo, a formação das Comissões de Urbanismo, a elaboração/ discussões de projetos e a instituição do novo Código de Construções permitiram um crescimento intenso nos negócios imobiliários direcionados aos interesses de setores voltados à acumulação de capital, ainda na década de 1930. Além disso, antes desse momento, já havia se iniciado a diferenciação das áreas por categorias de uso e padrões construtivos.⁷⁷ A instalação definitiva da industrialização previa, por exemplo, os primeiros conjuntos habitacionais populares do município, reiterando as novas necessidades quanto à divisão econômica e social do espaço. O centro deveria ser somente um espaço de convívio e negócios modernos. As medidas em prol do urbanismo, que tiveram como resultado o advento de obstáculos para a apropriação e ocupação do solo para a maioria da população, originaram uma segregação espacial presente até hoje em Campinas.

Os obstáculos para os usos e apropriações do espaço tornaram-se proeminentes e a permanência nas ruas e calçadas da cidade, característica típica dos ambulantes, apresentou-se como um problema para a Administração Municipal e, principalmente, para o crescente comércio estabelecido varejista. A presença da Seção de Fiscalização e, em seguida, da Repartição Fiscal as quais tinham atribuições de inspecionar, intimar, multar e apreender mercadorias foi vivenciada pelos habitantes e por ambulantes do centro de Campinas num controle cada vez maior das práticas urbanas. Os primeiros anos do século XX foram marcados pela intensificação das ações dos fiscais e normatização das atividades urbanas por meio da elaboração de Regulamentos, Leis, Atos e Decretos e nela inclui-se o comércio da cidade.

A persistência da presença de outros referenciais que não estavam nos moldes da modernidade e da cidadania regulada pela sindicalização na década de 1930, como o vendedor ambulante propiciou, então, conflitos entre estes e as autoridades municipais e

⁷⁶ BADARÓ, op. cit.

⁷⁷ Como já mencionado, desde o século XIX Campinas tinha seu território dividido em “zonas” para efeito de cobrança de impostos territoriais e normas de construções. Ademais esse objetivo, percebe-se, na leitura de Requerimentos e nos Livros de Registros da Repartição Fiscal, que esta divisão influenciava os valores do imposto cobrado por mercadoria vendida. As 1ª e 2ª zonas corresponderiam aos locais onde o imposto – de qualquer origem – deveria ser mais elevado. Quanto mais próximo da região central, maior o imposto cobrado.

destas com os discursos e interesses dos comerciantes estabelecidos; sempre contra a permanência dos trabalhadores de rua na cidade.

1.6. O comércio campineiro na mira da fiscalização

Até a inauguração do primeiro mercado em 1861, o comércio de Campinas era caracterizado pela dispersão dentro do espaço urbano. Apesar de existir naquele momento a Rua das Casinhas⁷⁸ como local específico para a prática comercial – especialmente gêneros alimentícios – as vendas, armazéns de secos e molhados, quitandeiras e vendedores ambulantes espalhavam-se pela cidade, sendo imprescindíveis para a população e dificultando a fiscalização municipal.

De acordo com Martins, a partir da construção e importância do Mercado Grande, o comércio e toda a rede de serviços da cidade de Campinas começaram a se estruturar.⁷⁹ Segundo o autor, na Praça do Mercado⁸⁰ começaram a surgir um comércio a varejo e a atacado, secos e molhados, armazéns, casas de comissões (que vendiam até escravos), botequins, comerciantes de louças e quinquilharias. Anos mais tarde, a vizinhança passou a contar com restaurantes, casas de saúde, livrarias, escolas de línguas, companhias teatrais. Era na Praça do Mercado que ocorria a maior afluência de compradores e vendedores.⁸¹

Embora a idealização da construção do Mercado Grande tivesse como justificativa garantir o acesso da população aos gêneros de primeira necessidade, ele surge como um novo espaço normatizado de Campinas com intuito de facilitar o controle dos movimentos da população e dos comerciantes, em específico.⁸² Com sua inauguração, a ocupação sem permissão do espaço urbano, os preços distorcidos pelo uso de medidas de peso antigas,

⁷⁸ As Casinhas ficavam localizadas entre as Ruas de Cima e do Meio (atuais Rua Barão de Jaguará e Rua Dr. Quirino) tendo sua frente voltada para a Rua das Casinhas (hoje, Rua Gal. Osório). Foram inauguradas em 1819 pela Câmara Municipal. Eram compartimentos cobertos e fechados, alugados para a venda de carnes verdes, cereais, sal. Ao seu redor, verduras e legumes podiam ser vendidos ao ar livre.

⁷⁹ MARTINS, 2010, p. 47.

⁸⁰ Ver Anexo 1 com a localização em 1929 da área onde existiu a Praça do Mercado Grande inaugurado em 1861.

⁸¹ LAPA, 1996, p. 280.

⁸² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987. p. 163. O mercado urbano é considerado, de acordo com a perspectiva de Foucault, como um modelo compacto de dispositivo disciplinar: espaço fechado, vigiado em todos os pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, os acontecimentos são registrados e há uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado.

alimentos adulterados, a preparação e comercialização de alimentos em desrespeito aos códigos de higiene, a comercialização de mercadorias de procedência irregular e outras características consideradas irregulares pelas autoridades municipais deveriam ser facilmente fiscalizadas e banidas. Além disso, a arrecadação de impostos, de taxas e multas estaria garantida por meio de uma vigilância constante e atuante na figura do supervisor. Todavia, a região tornou-se local de grande circulação de pessoas de diversos tipos sociais, de comerciantes ambulantes e outras variadas atividades econômicas e ocorrências, fora e dentro do Grande Mercado. Nem mesmo diante de posturas, regulamentos, fiscais, multas e polícia o comércio interno campineiro conseguia ser controlado pelo poder municipal.

A década de 1870 trouxe o segundo mercado da cidade – Mercado das Hortaliças ou Mercadinho – e a montagem dos serviços públicos e infraestrutura bancados pelo capital público e privado oriundo, principalmente, do café. Além dos elementos de modernidade, como a iluminação a gás, saneamento básico, água encanada e melhorias nos transportes, o crescimento urbano e um número cada vez mais diversificado e maior de estabelecimentos comerciais foram intensificados com a chegada das Companhias Paulista e Mogyana de Estrada de Ferro. Estas traziam mercadorias e pessoas de diversas partes do país e do mundo, assegurando mais variabilidade e novidades em todo o comércio campineiro.

Artigos de vestuário, moda, alimentação, lazer, decoração, arte passaram a ser comercializados por uma multiplicidade de ambulantes e estabelecimentos comerciais. Armazéns de secos e molhados, empórios, vendas, botequins, restaurantes, confeitarias, alfaiatarias, farmácias, barbearias, consultórios médicos e dentários, padarias, açougues constituíam alguns dos diversos estabelecimentos comerciais de Campinas já no século XIX. Nas palavras de Martins,

[...] além dos mercados, o abastecimento urbano acontecia mediado por vários tipos de casa comerciais, que atendiam as necessidades de consumidores diversos. As diferenças do consumo não se resumiam apenas aos gostos ou hábitos alimentares. Eram determinadas em grande parte pelo maior ou menor poder aquisitivo das pessoas.⁸³

Contudo, nem só de estabelecimentos fechados sobrevivia o comércio campineiro. Ambulantes, mascastes, atravessadores e outros tipos de negociantes continuavam a ocupar o espaço comercial da cidade. A dispersão e o crescimento do comércio pela cidade,

⁸³ MARTINS, 2010. p. 208.

especialmente o de quitandas, provocou a produção de um abaixo-assinado a favor da mudança do Mercadinho para o Largo da Liberdade (atual Largo das Andorinhas).⁸⁴ A justificativa por parte das autoridades municipais apontava que o espaço no prédio que abrigava o então Mercado de Hortaliças tornara-se insuficiente para abrigar os comerciantes ali instalados acarretando sua dispersão pelas ruas da cidade. Carregado de um discurso de controle em nome da saúde pública (o Mercadinho também não possuía água encanada), o pretexto era evitar que as quitandas ocupassem prédios onde seria difícil fiscalizar a qualidade dos produtos vendidos em prejuízo da higiene pública.⁸⁵ Aceita a justificativa pela Câmara Municipal, em 1885 o primeiro Mercado de Hortaliças foi demolido e o segundo inaugurado em 1886, no Largo da Liberdade, em frente ao Mercado Grande.

Durante as últimas décadas do século XIX, apesar dos serviços permanentes dentro da política de higienização e saúde pública presentes na cidade⁸⁶, o crescimento econômico, populacional e cultural sofreu uma queda drástica devido à epidemia de febre amarela. Os diversos surtos epidêmicos da doença acabaram por retrain o desenvolvimento urbano e por consequência, o comércio na cidade, encarecendo, principalmente, os gêneros alimentícios e ocasionando falta de abastecimento. Na passagem para o século XX, porém, o crescimento foi rapidamente retomado sob os interesses da classe dominante local, definida pela elite cafeeira e republicanos que se fixavam na cidade desde o século anterior.⁸⁷

Ainda em 1893, o Mercado Grande, considerado antiquado, pequeno e transformado em desinfetório durante a epidemia, foi demolido. O Mercadinho tornou-se o único mercado na cidade até a inauguração do Mercado Municipal em 1908, quando foi desativado. Os construtores do novo Mercado Municipal receberam concessão particular para explorar o edifício durante vinte anos. Como a inauguração se deu em 1908, somente no final da década de 1920, início do período estudado, ele passaria às mãos do poder municipal. Como na construção dos mercados anteriores, sua inauguração “[...] funcionava como controladora e organizadora do abastecimento de Campinas, procurando reger também a circulação e as

⁸⁴ Ibid., p. 155.

⁸⁵ Ibid., p. 150.

⁸⁶ LAPA, 1996, p. 243. De acordo com o autor, entre os serviços permanentes estavam a vacinação e revacinação. Quanto a aspectos como a limpeza pública, até as últimas décadas do século XIX, havia uma socialização do poder público com os moradores no atendimento da execução quanto dos custos da iniciativa. Segundo o autor “Os investimentos do poder público e da iniciativa privada nessa direção estão longe de responder à complexidade e ao porte das obras que se exigiam nesse sentido”, p.184.

⁸⁷ SANTOS FILHO, Lyrurgo de Castro, NOVAES, José Nogueira. **A febre amarela em Campinas – 1889-1900**. Campinas, SP: CMU/UNICAMP, 1996. As epidemias provocaram o êxodo da população, queda no fluxo migratório, alto índice de mortalidade. Além disso, a cada novo surto epidêmico, eram necessários elevados recursos financeiros e sociais. Estes fatores juntos determinaram uma queda considerável no desenvolvimento urbano, econômico e social da cidade.

atitudes das pessoas em suas dependências e até nas áreas vizinhas.”⁸⁸ A ampliação, ramificação e a grande circulação continuariam a marcar o comércio de Campinas mesmo após a instalação do novo Mercado e de medidas para controlá-lo, fiscalizá-lo e organizá-lo.

Novas formas de acumulação relacionadas ao comércio, indústria, atividades financeiras, serviços especializados e comércio imobiliário fomentariam uma prática discursiva das classes dominantes focalizada no progresso, onde toda e qualquer representação do antigo deveria ser excluída do cotidiano urbano. As primeiras décadas do século XX marcaram a retomada do crescimento econômico de Campinas. Acrescentaram-se no município, além das funções de entreposto comercial, a produção de artesanato, manufaturas e produtos industrializados cada vez em maior quantidade, bem como a expansão dos serviços bancários e casas de comissão que alteraram a vida da cidade. Apesar da existência do Mercado – nome pelo qual o novo Mercado ficou conhecido até os dias de hoje – o comércio (estabelecido e ambulante) espalhava-se pelas ruas do centro da cidade, com alguns lugares de maior concentração como o Largo da Estação da Paulista, Largo da Catedral e Rua 13 de Maio. Diversas formas comerciais que remontavam ao passado da cidade, com destaque para o comércio ambulante, teimavam em existir.

Neste período, a diversidade de artigos e serviços torna-se ainda maior: casas de moda; lojas de tecidos, roupas, cintos, chapéus, doces, louças; botequins, bares, cafés, restaurantes, charutaria, quitandas de verduras, frutas, legumes, ovos, peixe; casas de doces, de massas alimentícias; miudezas; padarias, confeitarias, sorveterias; cabeleireiros, salão de barbeiros; armarinhos, papelarias, armazéns de secos e molhados, de móveis, fumo, açúcar, ferragens; depósitos de farinha de trigo, máquinas diversas, implementos agrícolas, posto de gasolina, açougues, banca de revistas e jornais, cadeiras de engraxates, farmácias, gabinetes fotográficos.

O aumento da diversidade e a dificuldade em controlar e fiscalizar o comércio crescente provocou a elaboração da Lei 116 de 1906 que, além de outros dispositivos, regulou o comércio estabelecido, indústrias, profissões e ambulantes na cidade. De acordo com esta lei, todos que desejassem praticar o comércio e indústria na cidade, deveriam estar submetidos ao regulamento de impostos normatizados pela Administração Municipal. Esta se encarregava de autorizar e proibir determinadas atividades assim como fiscalizar e multar comerciantes, estabelecimentos comerciais e ambulantes que estivessem em desacordo com a Legislação Municipal do período.

⁸⁸ MARTINS, 2010, p. 362.

Com o regulamento determinado, o acesso à diversidade foi facilitado pelo crescimento dos meios de transportes públicos, com destaque para os bondes e estradas de ferro que proporcionavam a chegada de diversos produtos e, principalmente, de diferentes fregueses. A instalação de algumas fábricas e pequenas indústrias de tecidos, doces, chapéus, bebidas também contribuiu para a diversificação deste comércio que em finais da década de 1920 expandia-se ainda mais, em itens e formas de negociar.

Entre 1929 e 1940 foram inúmeros os requerimentos enviados pela população ao prefeito municipal pedindo autorização para atuarem como ambulantes, para abertura de estabelecimentos comerciais e fábricas em diversas localidades da região central e para alugar bancas internas no Mercado Municipal em negócios de frutas, verduras, legumes e açougue. O desenvolvimento econômico e industrial colaborou para o crescimento comercial. Não mais restrito à antiga região da Rua das Casinhas e a trechos da Rua 13 de Maio (proximidades ao Largo da Estação da Paulista), o comércio campineiro espalhou-se pelos arredores do centro da cidade, com marcante presença feminina, especialmente no ramo de casas de moda, tecidos, quitandas, armazéns de secos e molhados, açougue, café e na venda ambulante de doces e quitandas.

Segundo Del Fiorentino, de 1930 a 1945 o número de indústrias campineiras registrou um crescimento em torno de 748% (passando de 92 o número de fábricas, em 1930, para 781 em 1945), aumento que, certamente, influenciou e foi influenciado pelo comércio interno.⁸⁹ Observando os dados obtidos por meio da Estatística Industrial do Estado de São Paulo entre 1929 e 1937, há, de fato, um crescimento contínuo no número de fábricas na cidade, mas também uma queda considerável em 1937, passando de 142 em 1936 para 93 no ano seguinte, o que também causou a diminuição no número de operários.⁹⁰ Por outro lado, o ano de 1937

⁸⁹ DEL FIORENTINO, Teresinha Aparecida. O operariado campineiro de 1930 a 1945. In: **Revista da SBPH**, São Paulo, n.1. p. 17-34, 1983.

⁹⁰ SEADE. **Estatística Industrial do Estado de São Paulo**. Anos: 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Disponíveis em Biblioteca Digital SEADE: <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011278&parte=1> Ano de 1929. Acesso em 16/08/2013. <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011279&parte=1> Ano de 1930. Acesso em 16/08/2013. <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011280&parte=1> Ano de 1931. Acesso em 16/08/2013. <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011281&parte=1> Ano de 1932. Acesso em 16/08/2013. <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011282&parte=1> Ano de 1933. Acesso em 16/08/2013. <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011283&parte=1> Ano de 1934. Acesso em 16/08/2013.

registrou a criação de uma nova lei a respeito do funcionamento e concessão de licenças a estabelecimentos comerciais, indústrias, ambulantes e feirantes⁹¹, o que permite inferir que a queda observada deve-se não à diminuição do número de fábricas, mas à lentidão do processo para a regulação dos estabelecimentos. Tal hipótese poderia ser afirmada caso os dados referentes ao ano de 1938 fossem conhecidos, todavia eles não foram obtidos durante a pesquisa.

Por meio dos dados encontrados, nota-se que a média do número de fábricas em Campinas entre 1929 e 1937 é de 117 estabelecimentos, sendo que em 1929 é observada a menor quantidade, 92 fábricas e, em 1934 o maior número, 170. Ao mesmo tempo, a participação de operários tendia a crescer, apesar de descontinuamente, chegando ao maior índice em 1936, com aproximadamente 6150 operários nas fábricas. Com exceção de 1932 e 1934 (ano da Revolução Constitucionalista – quando a contagem chegou a 1910 operários e 1934 quando houve uma queda de quase cem trabalhadores em relação a 1933) é possível afirmar que a produção industrial da cidade ganhava em estrutura e trabalhadores.⁹²

Estes estabelecimentos fabris produziam uma enorme diversidade de artigos, desde produtos alimentares, bebidas, vestuário, têxteis, artefatos de couro, chapéus até artigos e móveis de madeira, máquinas e ferramentas para indústria e lavoura, oficinas mecânicas, artes gráficas, produtos químicos, material para construção, serralherias. A variedade de produtos industrializados era constatada no comércio. Em 1935, ano em que a cidade contava com 134 fábricas e 4989 operários, o registro fiscal da prefeitura informa que existiam 2130 estabelecimentos comerciais, dos quais a grande maioria correspondia aos produtos fabricados nas fábricas locais, como é possível notar pela tabela a seguir:

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011284&parte=1> Ano de 1935. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011285&parte=1> Ano de 1936. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011286&parte=1> Ano de 1937 Acesso em 16/08/2013.

⁹¹ AHMC. Lei 520 de 1937. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

⁹² SEADE. **Estatística Industrial do Estado de São Paulo**. Anos: 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Disponíveis em Biblioteca Digital SEADE: <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/#13>

Tabela 1 - Lista de artigos comercializados nos estabelecimentos de Campinas segundo o Registro Fiscal – Ano de 1935

Ano 1935	Estabelecimento	Número de estabelecimentos	Ano 1935	Estabelecimento	Número de estabelecimentos
1	Gêneros Alimentícios	350	11	Hotéis	14
2	Armarinhos e fazendas	73	12	Restaurantes e pensões	46
3	Louças e ferragens	28	13	Livrarias e papelarias	31
4	Bazares	5	14	Tipografias	9
5	Chapelarias	12	15	Torrefações de café	17
6	Bares e Botequins	221	16	Açougues	84
7	Bombas de gasolina	67	17	Alfaiataria	27
8	Barbearias	147	18	Acessórios para automóveis	12
9	Farmácias e drogarias	31	19	Encanadores e instaladores	15
10	Padarias e confeitarias	46	20	Demais ramos comerciais	855
Total: 2130 estabelecimentos comerciais em 1935					

Fonte: IBGE. **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Serviço Gráfico do IBGE, Rio de Janeiro, 1952, p.518. Disponível em Biblioteca Digital SEADE: <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10014000&parte=1> (Acesso em 28/08/2013)

Dentre os vinte ramos definidos na tabela 1 (incluindo os “demais ramos comerciais”), treze podiam depender diretamente das fábricas existentes na cidade, como os comerciantes

de gêneros alimentícios, armarinhos e fazendas, louças e ferragens, bazares, chapelarias, bares e botequins, farmácias e drogarias, padarias e confeitarias, restaurantes, tipografias, livrarias e papelarias, torrefações de café, alfaiataria. É provável que muitos buscassem suas mercadorias em outras cidades, como São Paulo, onde o número de indústrias era muito maior em comparação a Campinas. Porém, em alguns setores, o comércio estabelecido campineiro poderia ser abastecido pelas fábricas locais.

A variabilidade de artigos fabricados e vendidos por toda a cidade foi seguida por diversas formas de aquisição/venda que remontam ao século XIX: comércio estabelecido (lojas a varejo), comércio ambulante (em carrinhos de mão, carroças, tabuleiros ou outro meio de transporte), comércio ilícito (de artigos roubados), comissários, mascates, importadores e no final da década de 1920, feiras livres. Diversos gêneros alimentícios, objetos de decoração e uso pessoal e peças de vestuário podiam ser encontrados à venda no variado comércio ambulante presente nas ruas campineiras e mais tarde, também, entre feirantes durante um dia na semana.⁹³ A multiplicidade, como em outras cidades, era uma das características da maneira de se negociar em Campinas.

⁹³ A partir do final da década de 1920, os feirantes compunham um setor do comércio que atuava semanalmente. A variedade de artigos vendidos era extensa, mas destacavam-se, sobretudo, pela venda de verduras, frutas, ovos, frangos e gêneros alimentícios em geral. Muitos deles possuíam pequenas propriedades e obtinham a autorização da Prefeitura para poderem comercializar suas mercadorias em determinado dia da semana e local estabelecido. Os locais, geralmente, eram as praças no centro da cidade. Entre este tipo de comerciantes havia ambulantes que, sob a licença e pagamento de imposto de feirante à Prefeitura, podiam também comercializar nas feiras.

Capítulo II

O comércio ambulante e os ambulantes

2.1. A prática ambulante

2.1.1. *O comércio ambulante em finais do século XIX e início do XX*

Em meados do século XIX o problema no abastecimento de gêneros alimentícios em Campinas foi agravado. Até aquele momento, a cidade já sofria com a pouca quantidade de alimentos que chegava ao comércio local e com a ação dos atravessadores que intensificavam a alta dos preços. Estas teriam sido algumas das razões para que, desde 1819, com a construção das Casinhas, as autoridades da então Vila de São Carlos⁹⁴, passassem a ocupar-se em organizar e controlar o comércio interno, especialmente o crescente comércio ambulante de alimentos realizado, na época, por pequenos produtores, escravos, forros e mulheres. Com o auge da produção cafeeira, os pequenos agricultores produtores de alimentos começaram a sofrer com a concorrência do café “que roubava terras e mão de obra, antes destinadas a outras lavouras.”⁹⁵ Faltavam gêneros alimentícios e por consequência os preços subiam.

No intuito de diminuir os altos preços, devido também a contínua atividade de atravessadores e condições climáticas adversas, as ações previam a retirada dos vendedores das ruas confinando-os a espaços fechados, estabelecendo regulamentos e posturas. Entretanto, o comércio espalhado pelas ruas da cidade e a aquisição de produtos na porta de casa, continuariam a fazer parte da realidade campineira por muitos anos, dificultando a fiscalização.

Em 1872, uma nova iniciativa foi tomada pelas autoridades: a criação do Mercado das Hortaliças – o Mercadinho. A justificativa era não apenas organizar e controlar o comércio, mas também facilitar a circulação pelo centro.⁹⁶ Este mercado, porém, durou pouco tempo. Em 1886 ocorreu sua mudança de lugar para o Largo da Liberdade, decisão que aconteceu, segundo seus defensores, para favorecer o controle da população e, em tempos de epidemias, em nome da saúde pública a fim de evitar que

[...] o comércio de quitandas ocupe diferentes prédios disseminados pela cidade, onde necessariamente se torna mais

⁹⁴ O município de Campinas foi elevado à condição de cidade em 14 de julho 1874, até então era conhecida como Vila de São Carlos.

⁹⁵ MARTINS, 2010, p. 33.

⁹⁶ MARTINS, Ibid., p. 130.

difícil velar pela qualidade e maturação dos frutos e mais gêneros expostos à venda, em prejuízo da higiene pública.”⁹⁷

No entanto, a demolição em 1885 do primeiro Mercadinho, antes da construção do novo no Largo da Liberdade, provocou, além do prejuízo e perdas de emprego, uma nova dispersão dos verdureiros e quitandeiros pelas ruas da cidade. Alguns deles acabaram montando pequenos negócios conhecidos como *tanguás*, outros retornaram ao espaço inicial de suas atividades, entre as Ruas de Cima e do Meio (atuais Ruas Barão de Jaguará e Dr. Quirino).⁹⁸ Quando finalmente o novo Mercado de Hortaliças foi inaugurado, em 1886, nenhum verdureiro e quitandeiro ambulante quis ocupá-lo. O valor do aluguel era alto e, além do mais, eles não teriam lá a autonomia que possuíam nas ruas. Somente quando a Câmara decidiu ceder o espaço gratuitamente por um ano, os primeiros vendedores começaram a chegar.⁹⁹ Ainda assim, no trajeto até o Mercadinho, verdureiros ambulantes vendiam seus produtos diretamente à população nas ruas.

Esta atitude foi uma das razões para que a Câmara Municipal promulgasse, em 1891, a Resolução 36 que proibia a venda de verduras e quitandas fora do Mercadinho sem a devida licença, incluindo frutas, verduras, ovos, peixes e outros alimentos. Outra vez o poder municipal buscava centralizar o abastecimento e restringir a circulação dos ambulantes pelas ruas. Tal medida, além de obrigá-los a vender no Mercadinho e não nas ruas, visava, segundo as autoridades, impedir que prejudicassem o trânsito.¹⁰⁰ O suposto impedimento do livre acesso dos fregueses às mercadorias dos estabelecimentos comerciais foi desde o final do século XIX, motivo das reclamações de comerciantes estabelecidos¹⁰¹ e críticas de urbanistas modernos.

Como o espaço do novo Mercadinho tornou-se pequeno, principalmente depois da demolição do Mercado Grande, a partir da passagem do século XIX, os verdureiros ambulantes ganharam a liberdade para vender pelas ruas sem que fossem obrigados a

⁹⁷ACMC. Cx. c1/4, pasta 1885/II, 10/8/1885 apud MARTINS, Valter. **Mercados urbanos, transformações na cidade**: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p.150

⁹⁸ MARTINS, op. cit., pp.156-163. O autor especifica este tipo de comércio aproximando-o em alguns momentos aos “zungus” do Rio de Janeiro. Ver também: SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Zungú: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, pp.26-27.

⁹⁹ Ibid., p.157.

¹⁰⁰ AHMC. Lei 32 de 1894. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimientos** (1889 – 1940). Em maio de 1894 a Intendência Municipal publicou a Lei 32 que multava em 5\$000 todo carregador ou vendedor ambulante de qualquer espécie que transitasse pelos passeios das ruas com carga, tabuleiros, caixas, cestas e outros quaisquer objetos.

¹⁰¹ Os comerciantes de lojas de varejo, aqui denominados “comerciantes estabelecidos” correspondiam a negociantes com lojas, botequins, armazéns, padarias, confeitarias, secos e molhados e outros estabelecimentos, geralmente ambientes fechados. Vendiam, desde objetos de uso pessoal, alimentos, quinquilharias até material para construção, móveis e máquinas para indústria e lavoura.

permanecer no local.¹⁰² Após determinado horário, eles saíam e percorriam as ruas da cidade com carroças e carrinhos de mão ao lado de outros ambulantes.

Com a inauguração do novo Mercado Municipal – o Mercado – em 1908 e a desativação do Mercadinho, parte do comércio ambulante de alimentos da cidade ficou centralizada neste novo espaço.¹⁰³ O regulamento do Mercado garantia a permanência dos ambulantes de quitandas, reservando as bancas externas a eles, ficando sujeitos a impostos menores que os estabelecidos na parte interna. Dessa forma, a grande maioria, regularizada, dos ambulantes de frutas, verduras e legumes podia ser encontrada com bancas alugadas na parte externa do Mercado. Ao lado deles, mais próximos das ruas, nas calçadas, demais ambulantes com tabuleiros e/ou carrinhos de mão aproveitavam a circulação de várias pessoas na área ao redor do Mercado para poder vender seus produtos e oferecer seus serviços, sem o pagamento de algum aluguel.

Os gêneros de quitandas ocupavam até as três primeiras décadas do século XX grande parte do comércio ambulante campineiro e inúmeros utilizavam as bancas externas do Mercado. A venda de ovos, frangos, frutas, hortaliças somada a de leite, linguiça, carnes verdes, queijo e peixes continuava numerosa e importante para a cidade. Muitos negociantes apresentavam-se como pequenos criadores que viviam em chácaras e sítios nos arrabaldes da região central e de outras vizinhanças, como afirma o próprio prefeito Orosimbo Maia, em 1930.¹⁰⁴ A existência de pequenas e médias propriedades nos arredores da cidade, como a da requerente Risoleta Ferreira Jorge¹⁰⁵, colaborava para o abastecimento da população. A maioria dos ambulantes, no entanto, era intermediária entre os pequenos agricultores e os consumidores. Compravam as mercadorias nas chácaras e sítios ou nas bancas do Mercado

¹⁰² MARTINS, 2010, p. 175

¹⁰³ O prédio possuía bancas internas, dependendo do produto que era vendido e também externas, de uso exclusivo dos ambulantes de quitanda, os verdureiros. Estes, para terem direito de venderem seus produtos nas bancas externas, deveriam pagar o aluguel correspondente na época, a 10\$000 e depois aumentado para 14\$000. Todos que possuísem banca ou quarto no Mercado deveriam pagar, além do aluguel respectivo, o imposto pela mercadoria vendida. Como afirma Martins, eram muitas as mercadorias vendidas tanto no interior quanto na parte de fora. Podiam ser frutas, aves, armarinhos, carnes, verduras, flores. Sua presença tinha o propósito de ser um lugar para solucionar problemas ligados ao abastecimento além de permanecer como representação dos ideais de saneamento e modernidade presentes no período em que foi construído. Constituíam-se, portanto, como a instituição municipal responsável pela venda e compra de artigos necessários à população.

¹⁰⁴ AHMC. Abaixo-assinado de comerciantes, 22/03/1930. Comunicados. **Grupo Finanças**. Caixa 26. Em resposta ao pedido de proibição do comércio ambulante por parte dos comerciantes estabelecidos, Orosimbo Maia afirma a importância daqueles que obtinham gêneros alimentícios em outras regiões para vendê-los na cidade de Campinas.

¹⁰⁵ AHMC. Requerimento de Risoleta Ferreira Jorge, 03/08/1935. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso. A requerente possuía um terreno na região da Estação Ferroviária Paulista que também foi tema de discussão na Câmara Municipal no período analisado.

Municipal e saíam com seus tabuleiros, cestas, caixas, carrinhos de mão ou de tração animal pelas ruas.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, o acréscimo às funções da cidade de entreposto ferroviário e comercial, a produção manufatureira e os produtos industrializados modificariam a ocupação de ambulante, tornando-a mais complexa e diversificada. A ampliação comercial atraiu não apenas compradores interessados nos novos produtos como também pessoas de diversas regiões e nacionalidades empenhadas em uma atividade que começava a abrir mais espaço para outros artigos e serviços, além dos gêneros alimentícios. Os novos produtos e serviços traziam mais oportunidades e possibilidades para a prática ambulante.

2.1.2. Ambulantes: uma variedade de tipos

O comércio ambulante está ligado ao cotidiano das cidades. Sua presença nos mercados, nas feiras, às portas do comércio estabelecido e nas ruas sempre resultou em relações conflituosas que nos remetem ao século XIX no Brasil e fazem parte da vida da população urbana. Os trabalhadores deste comércio são geralmente definidos como vendedores ambulantes ou vendedores de rua, pessoas que oferecem diversos produtos a um preço mais baixo sem possuir uma estrutura fixa para isso. Podem assim ocupar espaços nas calçadas ou lugares públicos como praças, arredores dos mercados, passeios e ruas. Quanto à mobilidade, circulam de um lugar para outro carregando seus produtos, empurrando carrinhos, levando cestas às mãos ou na própria cabeça.

Mas, tal como as ações dos ambulantes, nossas fontes apresentaram um leque mais amplo do que era ser um ambulante entre 1929 e 1940 na cidade de Campinas, bem além da explicação generalizada acima. Dessa forma, neste trabalho, o termo “vendedor ambulante” ou “vendedor de rua” é substituído somente pela palavra “ambulante”. Apesar do uso deste termo pressupor a tentativa de igualar e assim esconder as diversas facetas pelas quais essa prática se revela nas cidades, a investigação profunda do sentido da palavra anuncia suas várias formas de ação e de compreensão por parte de quem o indaga.

Portanto, foi mantida a nomenclatura contida na legislação municipal e nas demais fontes por oferecer um intercâmbio de significados entre as diversas ocupações que abrange.

No caso deste estudo, a definição “ambulante” torna-se plausível visto que todos os trabalhadores de rua mencionados estavam sujeitos ao imposto de ambulante e à fiscalização da Prefeitura; perambulavam pelas ruas oferecendo seus artigos e serviços ou requisitavam um espaço público para exercerem sua atividade no contexto de projetos de reformulações urbanas.

A partir desta constatação e conceituação do termo, às páginas seguintes cumpre tentar esmiuçar a expressão “ambulante” em seus múltiplos componentes para que tais trabalhadores possam ser vistos individual e coletivamente. Assim, o termo inclui, como na legislação municipal do período, trabalhadores de rua fixos e móveis, vendedores e prestadores de serviços considerados modernos – como os fotógrafos, e não modernos – como engraxates, amoladores e mascates. Sua utilização prevê uma reconstrução que identifique a multiplicidade e complexidade das manifestações dos sujeitos apesar da homogeneidade preconcebida pela legislação municipal.

De acordo com o artigo 1º do Regulamento do Imposto de Ambulantes definido pela Tabela 2 da lei municipal nº116 de 1906, o imposto de ambulante recaía sobre todos os indivíduos que exerciam comércio e indústria nas ruas e lugares públicos de Campinas:

Art. 1º - O imposto de ambulante recai diretamente sobre o indivíduo que exerce comércio e indústria nas ruas e lugares públicos e sobre coisas e pessoas contempladas na tabela nº2 (ambulantes).¹⁰⁶

A mesma lei, em sua Tabela 3, referente ao Imposto de licença, estacionamento e localizações, que incide sobre qualquer ocupação das ruas ou lugares públicos, caracteriza fotógrafos não estabelecidos em casas comerciais e engraxadores (sic) com cadeiras estacionadas com a mesma palavra “ambulantes”. Ou seja, embora não estejam incluídas na Tabela 2, específica de ambulantes, estas duas atividades de rua aparecem descritas na Tabela 3, nos Livros de Registros e requerimentos como ocupação ambulante. Em 1932, o decreto 35 criou o imposto de Indústrias e Profissões para barbeiros e cabeleireiros não estabelecidos e

¹⁰⁶ AHMC. Art. 1º do Regulamento de Imposto de Ambulante. Lei 116 de 1906. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

que eram, de acordo com o dispositivo legal, também denominados “ambulantes” pela Prefeitura.

As leituras do artigo da lei mencionada e do decreto fazem perceber que a expressão “ambulante” aparece como uma categoria única de trabalhadores de rua e lugares públicos, independentemente de sua fixação em algum local. O regulamento, abrangente, denuncia a variabilidade de atividades que pretende alcançar por meio de um só termo. A compilação das fontes demonstra que, inicialmente homogêneo, o significado real da expressão presente na legislação municipal de Campinas extrapola aquele ligado à atividade itinerante ou fixa de venda de artigos diversos.

A expressão “ambulante” designava, de fato, o trabalhador de rua, autônomo que vendia diretamente ao consumidor produtos diversos ou que prestava serviços em vias e logradouros públicos, fora de estabelecimentos comerciais. O comércio ou serviço poderia ser realizado em pontos fixos e móveis (de forma itinerante), levando o trabalhador sua mercadoria junto ao corpo, em carrinhos de mão e/ou tabuleiros, com ou sem permissão legal.

A hipótese de que há uma tentativa de homogeneização das várias atividades presentes nas ruas de Campinas e em seus arredores, no intuito de facilitar seu controle e a regularização deve ser levada em conta. Estabelecer uma nomenclatura na qual todos comerciantes e prestadores de serviços nas ruas da cidade pudessem ser incluídos faz parte de um olhar sobre a sociedade, a partir do qual, esta é governada sob a ótica da normalização e regulamentação.¹⁰⁷ Assim, à medida que aumenta o número de trabalhadores de rua e a diversidade de suas atividades, a tarefa de controle pelo poder municipal se faz mais necessária e difícil.

Regulamentos, normas e leis aparecem na tentativa de disciplinar os indivíduos e não apenas proibi-los de atuar. Daí um regulamento específico para a cobrança do imposto de ambulante em 1906. Ao mesmo tempo em que a norma tem por finalidade classificar estes trabalhadores – em regulares, irregulares e clandestinos – ela homogeneiza e exclui, colaborando para uma possível extinção. A classificação, ajustada de acordo com a determinação prevista em normas e ligada ao tipo de atividade e modo de atuação, colabora com o poder municipal, por exemplo, para a taxação de impostos. Dessa forma, a multiplicidade de atividades, homogeneizada na expressão “ambulante” torna-se favorável e

¹⁰⁷ FOUCAULT, op. cit. O estudo de Foucault sobre a evolução da legislação penal e dos métodos punitivos e disciplinares adotados pelo poder público desde o século XVIII até as modernas instituições auxilia na compreensão das intenções e alcance das leis que regulavam o comércio ambulante em Campinas e suas definições.

ordenada, podendo ser administrada e governada pelas manifestações de poder. A realidade percebida entre 1929 e 1940 demonstra uma atuação do poder municipal próxima dessa perspectiva. O comércio ambulante não era proibido, contudo, algumas formas dele sim, como os que não pagavam impostos, aqueles que vendiam alguns artigos não permitidos, os que não possuíam a autorização da Administração Municipal e/ou atuavam em lugares proibidos. A princípio e, de acordo com o poder municipal, eram estes que deveriam ser extintos.

As ruas e a legislação da cidade contém a existência de uma vasta gama de profissões consideradas como comércio ambulante pela Prefeitura e que nem sempre estavam associadas ao ato de perambular pelas ruas. A multiplicidade, marcada pela presença de postos móveis, tabuleiros, bancas fixas, veículos (carrinhos de mão) e comércio de porta em porta, demonstra as diversas formas de operação da atividade. Assim, o comércio ambulante de Campinas compreendia as profissões de muitos trabalhadores autônomos de rua, desde vendedores de alimentos, roupas, utensílios domésticos e pessoais, doces, quitandas, bilhetes de loterias até aqueles que se especializavam em algum serviço como fotógrafos, engraxates, barbeiros, vidraceiros e dentistas.

A diferenciação, intrínseca ao termo ambulante, deixa claro que mais do que apenas trabalhadores ambulantes itinerantes/ fixos, todos fazem parte de um comércio de rua onde suas manifestações demonstram formas diversas de sociabilidade que dependiam de como a atividade era exercida e qual produto era comercializado. Assim, as diferenças de perfis pessoais e ocupacionais tornaram-se imprescindíveis para a compreensão da permanência e aceitação do comércio ambulante no cotidiano urbano.

O início da permanência e aceitação legais dava-se com a necessidade de registro na Prefeitura Municipal. Para que uma pessoa pudesse realizar qualquer atividade comercial na cidade de Campinas ela deveria solicitar autorização ao prefeito municipal. A licença para exercer a ocupação ambulante, somente seria autorizada depois do envio de um requerimento ao prefeito que, após averiguação da Repartição Fiscal, decidia pelo deferimento ou não do pedido.

Obtida a autorização, ficavam sujeitos ao imposto referente à mercadoria comercializada, ao horário de atividade determinado por lei e às multas da fiscalização. Todos os ambulantes, além da licença, deveriam portar consigo a chapa de ambulante contendo o nome registrado na Repartição Fiscal, o artigo que vendia e o número da autorização

municipal. Se alguma irregularidade fosse encontrada ou denunciada às autoridades públicas os infratores seriam multados.

Por meio da posse ou não da licença, pode-se classificar os ambulantes entre os que possuíam a licença obrigatória para comercializar e os que viviam na clandestinidade ou irregulares. Os clandestinos são caracterizados aqui como ambulantes que preferiam não possuir a licença e não pagavam as taxas devidas desta. Quanto aos irregulares, apesar de possuírem a autorização, não estavam em dia com o fisco. Os três tipos eram comuns na cidade. A partir desta classificação é possível inferir os tipos de resistência caracterizados em outra forma de multiplicidade: aquelas referente às atitudes perante a obrigatoriedade da licença e, outras, às diversas formas de controle e normalização impostas pelo poder municipal.

2.1.3. Mobilidade X Fixação

Apesar das reclamações de comerciantes estabelecidos ligadas à perambulação dos ambulantes, a tendência à sua fixação já acontecia na década de 1930 em Campinas. Na realidade, a permanência dos ambulantes, em alguns locais, era o que mais incomodava alguns comerciantes. A Administração Municipal conferia a alguns vendedores pontos fixos nas ruas e praças da cidade para comercializarem por meio do pagamento da taxa de “estacionamento”. Assim, além daqueles que pagavam seus impostos para poderem vender pelas ruas, é comum a presença de ambulantes que pagavam por um espaço fixo, como os verdureiros ambulantes do Mercado Municipal.

A permanência num local fixo possibilitava que o direito de uso do solo passasse a ser visto como um direito de posse do ponto, elevando o valor do imposto. O termo e a condição de “estacionamento” começaram a ser utilizados sob a tentativa de fixar os vendedores de rua e assim melhor controlá-los. Como já mencionado, desde o século XIX a Administração Municipal promulgava leis que coibissem a perambulação de ambulantes pelos passeios das ruas de Campinas, obrigando-os a “estacionarem” em algum ponto. Ademais, a Lei 116 de

1906 traz a Tabela 3 de impostos, que dentre diversas ocupações e divertimentos públicos, incluía o imposto de “estacionamento” de ambulantes.¹⁰⁸

Geralmente, quando fazia a solicitação ao prefeito, o ambulante não especificava se desejava comercializar com estacionamento e, tampouco, o fiscal informava se o ambulante tinha ou não autorização para estacionar ou apenas vender pelas ruas. Poucos especificavam, tal como o requerente Theodoro Pascholini, em dezembro de 1932, a intenção de obter autorização para “estacionar” seu carro de sorvetes no Largo do Rosário.¹⁰⁹

Outros apenas apontavam o local onde desejavam atuar, o que demonstra uma pretensão em obter um local fixo. Foi este o caso de Guilherme Winzirl, quando em julho de 1931 solicitou a licença para a venda de balas na praça.¹¹⁰ A qual praça ele se referia não há como saber com certeza, mas deveria ser o mesmo Largo do Rosário pretendido por Theodoro. O nome de Guilherme é um dos poucos que aparece, tanto nos requerimentos quanto no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms e, em 1931, está registrado como vendedor de doces e balas com estacionamento na região da Rua Barão Jaguará, que fica próxima ao Largo do Rosário.¹¹¹

A exemplo do caso acima, o Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms registra a presença de ambulantes com estacionamento e também daqueles que vendiam mercadorias em cestas. Quando há nota sobre como a mercadoria ou serviço eram vendidos, ela contém a expressão “com estacionamento” ou “com cestas”. O livro aponta que, quando vendiam com cestas, geralmente os ambulantes não possuíam estacionamento, uma vez que as duas expressões dificilmente aparecem juntas. Embora alguns negociantes com estacionamento oferecessem seus produtos em cestas, estas eram mais características aos ambulantes itinerantes, por ser mais fácil seu transporte de um lugar para outro.

Entre os ambulantes registrados com “estacionamento”, destacam-se os vendedores de doces, como Guilherme Winzirl. No ano de 1931, quando foram registrados cerca de 215 ambulantes atuando no Centro e nos bairros ao seu redor, as mercadorias mais comercializadas eram doces e frutas. Havia aproximadamente 43 ambulantes de doces (incluindo os vendedores de balas). De um total de 19 nomes anotados com “estacionamento”,

¹⁰⁸AHMC. Tabela 3 do Regulamento de Imposto de Licença, estacionamento e localização. Lei 116 de 1906. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940). Grifo nosso.

¹⁰⁹AHMC. Requerimento de Theodoro Pascholini, 22/12/193. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

¹¹⁰AHMC. Requerimento de Guilherme Winzirl, 04/07/1931. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

¹¹¹AHMC. Registros de Ambulantes. **Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Registro de Firms** (1930-1936), p. 92.

nove são de vendedores de doces, o restante está dividido entre engraxates, pastéis, peixes, pentes, refrescos, sorvete, amendoim, armarinhos e serviço de consertos. Estes ambulantes estavam interessados em construir uma clientela fixa e fiel e o pagamento de uma taxa a mais para fixar suas bancas e/ou tabuleiros e oferecer seus serviços não seria tão prejudicial diante do lucro mais certo.

Outro dado diz respeito à presença das vendedoras de doces. Apesar de estas mercadorias serem bastante comercializadas por mulheres, são poucas as doceiras relacionadas com “estacionamento”. Há apenas três doceiras dentre os nove vendedores de doces que possuíam o registro com “estacionamento”. Ao todo, apenas 4 mulheres aparecem “estacionadas” no ano de 1931. Estes dados corroboram a hipótese de que, mais móveis e adeptas à perambulação, muitas mulheres deveriam dificultar a fiscalização e, no caso de irregulares e clandestinas, também a apreensão de suas mercadorias. Seria esta, umas das causas, talvez, de quase não terem sido encontrados comunicados e registros de fiscais sobre a apreensão de mercadorias portadas por pessoas do sexo feminino.

De acordo com os dados do mesmo livro, havia em 1931, 55 ambulantes vendendo produtos em cestas, portanto, perambulando pelas ruas. Destes, apenas cinco eram mulheres, vendendo frutas, doces e amendoim. Os ambulantes de frutas são os que mais aparecem como aqueles que utilizavam cestas para comercializar. Além deles havia os ambulantes de hortaliças, linguças, ovos, peixes, queijo, carne verde, amendoim, artefatos e quitandas. Entretanto, o número de anotações acerca da utilização da cesta é baixo. Em 1932, o registro “com cestas” diminui consideravelmente, chegando a apenas sete. Neste caso, pode não ter ocorrido somente uma queda na utilização das cestas, mas também a desconsideração por parte dos fiscais em anotar a existência deste instrumento para a venda.

Em relação a todos os registros encontrados, não se pode afirmar que apenas os que contêm as expressões “com estacionamento” ou “com cestas” dizem respeito a ambulantes fixos ou itinerantes, respectivamente. As expressões são identificadas na fonte mais como um lembrete (quase ilegível, com tinta fraca e letra pequena) do que como um registro imprescindível que deveria ser sempre anotado; observação que não invalida as considerações acima destacadas, mas impede qualquer tipo de generalização.

O prosseguimento das análises do Livro de Assuntos da Repartição Fiscal demonstra que em quase todas as anotações (inclusive nas que aparecem sem o estacionamento) há o nome da rua onde deveriam estar localizados os ambulantes. Além disso, à frente e acima do nome da rua ou praça, existe o registro de um número que deveria corresponder ao local

aproximado onde determinado ambulante poderia ser encontrado. Este “lembrete” facilitaria a fiscalização, caso alguma irregularidade fosse encontrada. Os ambulantes, antes considerados itinerantes, aparecem não mais tão móveis quanto se presumia e, por esse motivo, mais facilmente localizados pelos fiscais e alvo do controle municipal. Ao mesmo tempo, tornavam-se centro das críticas dos comerciantes estabelecidos, já que tinham uma região específica para a venda, ainda que sem fixação. Por outro lado, segundo a perspectiva do geógrafo Eustógio Wanderley Correia Dantas, é possível considera-los como aqueles que

[...] aceitam sua fixação, mas nos momentos próprios deslocam parte de seus produtos para comercializar em pontos melhores, adotando uma perspectiva de aceitação da ordem estabelecida como estratégia capaz de garantir o deslocamento quando possível.¹¹²

O tema da fixação e circulação é tratado por Dantas em seu estudo sobre o comércio ambulante em Fortaleza.¹¹³ De acordo com o autor, a lógica de estabelecer o controle e fiscalização em todos os espaços, principalmente no momento em que a cidade começa a passar por transformações urbanas, promove um caráter ambíguo ao comércio ambulante. A característica de perambular pelas ruas é substituída pela fixação ou pela permanência durante algum período do dia, mês ou ano em determinados lugares. O ato de perambular não desaparece por completo, mas deixa de ser pré-requisito para que o trabalhador possa ser considerado ambulante.

A priorização do espaço da circulação estava no cerne das intervenções municipais. No período estudado, a inserção dos ambulantes no modelo de cidade moderna se faz por meio de sua fixação em espaços urbanos abertos, seja por meio do “estacionamento” ou da permanência (sem o estacionamento) em regiões determinadas pelo poder municipal.¹¹⁴ Dantas considera que, por detrás do estacionamento e de sua adesão completa ou parcial, está o estabelecimento e a consolidação do ordenamento do espaço da circulação através da lógica formalista e funcionalista de intervenção¹¹⁵ – presentes nos projetos de remodelação urbana de Campinas. Essa lógica acena para o comércio ambulante com a legalização e fixação de sua atividade nos dias atuais em Campinas e em outras cidades do Brasil, mas que teria se

¹¹² DANTAS, op.cit.

¹¹³ Ibid.

¹¹⁴ A partir de 1937, com o estabelecimento da Lei 540, torna-se proibida a prática ambulante em determinadas áreas da cidade como, por exemplo, no Largo do Rosário.

¹¹⁵ DANTAS, op. cit.

iniciado ainda no século XIX. O fato levou à incorporação de muitos ambulantes a esta política de fixação, dando início a uma ambiguidade: a do comércio ambulante fixado.

Com o registro e anotação do local onde atuavam (nomes das ruas e números) há uma mudança da natureza do comércio ambulante e nas formas de compreendê-lo. Poderia sua fixação, ou melhor, seu “estacionamento” caracterizar-se como um provável anúncio de seu fim. Contudo, apesar de (ou por) ser um elemento da normatização do espaço, tornou-se uma estratégia de resistência e sobrevivência adotada pelos sujeitos envolvidos, de acordo com seus próprios interesses. Assim, em determinados momentos, deveriam mudar de lugar em busca de maior clientela ou até mesmo para escapar da vigilância constante do fiscal. Ao mesmo tempo, a não incorporação à fixação deve ser entendida como forma de resistência que também impede seu desaparecimento.

Ao lado dos ambulantes cadastrados existiam os clandestinos, aqueles sem registro que atuavam em lugares determinados por eles próprios e pela quantidade de possíveis clientes. Não eram fixos porque não sendo cadastrados, estavam a todo momento a fugir da fiscalização, mudando de lugar várias vezes e em quase todos os dias. Os comunicados dos fiscais de apreensões e os requerimentos de devolução de mercadorias evidenciam sua permanência pelas ruas de Campinas.

2.1.4. A compra e a venda de serviços

Em finais do século XIX, os ambulantes eram vistos com desconfiança pelas autoridades e por uma parcela da população, especialmente quando eram negros ou imigrantes.¹¹⁶ No século XX não seria diferente. A falta de confiança foi uma das causas para que a aquisição de produtos, por parte de ambulantes, diretamente das fábricas, quase não existisse. Além disso, eram artigos mais caros (a maioria dos ambulantes pertencia a camadas mais pobres da sociedade) e a venda a varejo, para pequenos negociantes como vendedores ambulantes, não deveria ser interessante para os proprietários das fábricas que visavam negócios maiores e mais lucrativos. Por outro lado, muitos ambulantes preferiam

¹¹⁶ MARTINS, Valter. “Pelas ruas, de porta em porta: verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do império à república” In: **Revista de História Regional**, v. 14, n.2, pp. 53 - 81, 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2349/1843>. Acesso em 19 fev. 2013. p.63

comercializar mercadorias de fácil aquisição a fim de não terem que oferecê-las a um preço muito maior e, com isso, dificultar a venda e por consequência, sua renda. Os artigos de quitanda (hortaliças, frutas, ovos), com valores mais baixos, fáceis de serem adquiridos ou produzidos para a venda, eram também os de maior necessidade da população permanecendo, por estas razões, entre os principais produtos comercializados, ao lado dos doces.

O aumento do número de indústrias atingiu o comércio de comestíveis entre ambulantes. Além da venda de produtos de quitanda passaram a destacar-se o comércio de biscoitos, amendoim, pipocas e doces, gêneros que, com a ampliação das fábricas, passaram a fazer parte do hábito de consumo da cidade. A venda de doces era bastante comum em Campinas, principalmente entre as mulheres. Tanto o Relatório do Prefeito de 1934 quanto os dados estatísticos da Fundação SEADE, entre 1929 e 1937, confirmam a existência de pelo menos duas fábricas por ano de doces, balas, bombons, caramelos, biscoitos e bolachas em Campinas.¹¹⁷ Por conseguinte, a grande quantidade de vendedores e vendedoras de doces deveria estar relacionada à presença destas fábricas, que facilitava a aquisição da mercadoria. No ano de 1931, mais de 20% dos ambulantes eram registrados como ambulantes de doces e balas e mais da metade deste número eram mulheres.¹¹⁸ No mesmo ano, Campinas contava com quatro pequenas fábricas de doces e biscoitos: Guarany, Princesa d'Oeste, Argus e

¹¹⁷ SEADE. **Estatística Industrial do Estado de São Paulo**. Anos: 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Disponíveis em Biblioteca Digital SEADE:

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011278&parte=1>, Ano de 1929. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011279&parte=1> Ano de 1930. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011280&parte=1> Ano de 1931. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011281&parte=1> Ano de 1932. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011282&parte=1> Ano de 1933. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011283&parte=1> Ano de 1934. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011284&parte=1> Ano de 1935. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011285&parte=1> Ano de 1936. Acesso em 16/08/2013.

<http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011286&parte=1> Ano de 1937. Acesso em 16/08/2013.

¹¹⁸ AHMC. Registro de Ambulantes. **Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms** (1930-1936). pp. 88-94.

Sacadura.¹¹⁹ Muitas das vendedoras de doces deveriam adquirir seus produtos a partir destas fábricas, comprando diretamente da fábrica ou de algum outro comerciante.

Considerando outra hipótese, as doceiras poderiam garantir fregueses e diminuir custos fazendo doces caseiros. Conforme Pinto “Por trás dos mais diversos tipos de vendedores ambulantes de guloseimas e quitandas [...] sempre havia o trabalho doméstico e complementar de habilidosas mãos de exímias confeitadeiras”.¹²⁰ Ao produzir em casa, talvez, seus prejuízos pudessem ser menores. Estes seriam decorrentes apenas da compra de ingredientes utilizados e não da dívida por doces não vendidos.

Havia também inúmeros vendedores de amendoim entre 1931 e 1932¹²¹, contudo, não é possível apontar, nas fontes pesquisadas, a procedência deste tipo de mercadoria na cidade. É provável que adquirissem o produto por meio de outros negociantes que buscavam o artigo em outros municípios a um preço baixo e atrativo para os ambulantes mais pobres. Refrescos, empadas, pastéis, sorvetes, caldo de cana completam a lista de artigos comercializados pelos ambulantes descritos nos requerimentos, comunicados e livros de registros.

Apesar do aumento no número de fábricas, tanto os requerimentos quanto os comunicados e os livros da Repartição Fiscal não revelam uma prática de comercialização consistente quanto aos produtos industrializados. Entre estes, os mais comuns são artigos de menor valor como armarinhos, ou seja, linhas, agulhas, botões além de canetas, lápis e objetos de decoração (flores artificiais) e de uso pessoal e doméstico (penteados, copos, garrafas). Os ambulantes vendiam, também, sabonetes, tijolos, couro, revistas, almanaques.

Os ambulantes de produtos industrializados tinham variadas formas de obter sua mercadoria. Uma delas era a compra a atacado (porém não de diferentes artigos) nos diversos estabelecimentos comerciais existentes na cidade, ou na capital, e a revenda a um preço menor do que o praticado por aqueles. A compra a varejo também deveria existir, uma vez que alguns requerimentos demonstram que havia quem desejasse autorização para a venda de diversos artigos de armarinhos em cestas.¹²² Uma das suposições é que a compra também fosse feita nas lojas mais baratas da cidade, mas em pequenas quantidades e de variadas

¹¹⁹SEADE. **Estatística Industrial do Estado de São Paulo**. Anos 1931. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Disponível em Biblioteca Digital SEADE: <http://www.seade.gov.br/produtos/bibliotecadigital/view/singlepage/index.php?pubcod=10011280&parte=1> Acesso em 16/08/2013.

¹²⁰PINTO, op. cit, p.155.

¹²¹AHMC. Registro de Ambulantes. **Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Registro de Firms** (1930-1936), pp. 88-101.

¹²²AHMC. Requerimento de Miguel Mansur, 10/05/1939. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Caixa 48. Além deste requerimento, há diversos registros dos fiscais informando a apreensão de cestas e/ou malas com variados artigos.

mercadorias. Outra maneira poderia ser feita por meios ilícitos, tais como roubos de artigos e produtos.¹²³ Por fim, poderiam repassar mercadorias de baixa qualidade rejeitadas pelas indústrias ou produzidas em pequenas fábricas.

Nos registros de autuação de ambulantes de diversas mercadorias, é comum a aproximação entre a atividade ambulante e a do mascate. Mascates são mediadores de vendas entre o fabricante e o consumidor/comerciante. Além de conduzir consigo suas mercadorias, aproximam-se dos ambulantes por realizarem a atividade nas ruas da cidade. Por outro lado, como os mascates dirigem-se às casas dos clientes para oferecer-lhes seus produtos, sua atividade está próxima também a de vendedores que realizam vendas diretas para as grandes fábricas e indústrias, atividade existente ainda nos dias atuais.

Sabe-se que, em meados do século XIX, enquanto os escravos eram os principais abastecedores pelas ruas do país, os mascates forneciam calçados, cortes de tecidos, meias, colchas, linhas, lenços em fazendas e no interior. Inserido na variabilidade de ações e modalidades comerciais, o mascate, vendedor de tecidos, roupas e quinquilharias, aparece nos requerimentos de devolução de mercadoria e aquisição de licença, nos comunicados e registros de fiscais misturado e confundido entre ambulantes de quinquilharias, armarinhos, tecidos, meias, roupas feitas, estofados. Ao mesmo tempo ocupavam o espaço das ruas ao realizar comércio, sendo esta a razão para que a Prefeitura definisse como ambulantes os requerentes que desejavam autorização para vender tecidos, roupas feitas, quinquilharias e também aqueles que comercializavam estes produtos.¹²⁴ Como não há nos requerimentos e comunicados a distinção entre quem vendia tecidos e armarinhos e os mascates, talvez os primeiros possam ser caracterizados como mascates, por mais que se note a tentativa, por parte da Prefeitura Municipal, em promover uma fusão de ambas as atividades.

Ao lado das diferentes maneiras de vender, o comércio ambulante era constituído de uma gama de serviços considerados não modernos e modernos, estes últimos, caso dos fotógrafos ambulantes. Engraxates, amoladores, barbeiros que ofereciam seus serviços pelas ruas, sem local fixo, eram também considerados ambulantes e enviavam requerimentos ao prefeito solicitando licenças, revisão e isenção de impostos.

¹²³ LAPA, 1996, p.293. Segundo Lapa, a atividade ambulante feita com artigos roubados era generalizada no início do século XX. Devido à situação de crise econômica, alta nos preços dos artigos de primeira necessidade e, por já fazer parte do cotidiano urbano desde muitos anos, supõe-se que esta prática não deveria ter desaparecido por completo no período em estudo.

¹²⁴ AHMC. Requerimento de Ângelo Teofelo, 18/08/1939. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso. Dentre os requerimentos analisados, há apenas um, o de Ângelo Teofelo, de agosto de 1939, no qual o requerente solicita licença para atuar como mascate e não ambulante, porém não é mencionado o tipo de mercadoria que desejava negociar.

Outra categoria bastante comum e que tinha suas mercadorias apreendidas pelo fiscal corriqueiramente, era a dos vendedores de bilhetes de loteria. Vendiam suas mercadorias nas mãos, à porta de bares ou em pranchas de madeira. Tinham como fregueses lojistas, empregados de escritórios, operários, faxineiros; pessoas de todas as classes econômicas com a intenção de ganhar um dinheiro extra para solucionar algum problema ou aumentar o capital. Talvez por esse motivo fossem tão presentes em Campinas ocupando um espaço diferenciado no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firmas no momento em que indústrias chegavam e novos negócios surgiam a toda sorte.

2.1.5. O permitido e o proibido

A variedade de artigos comercializados e de serviços prestados por ambulantes é observada por meio da legislação municipal que permitia e proibia a venda de determinados produtos. Até o ano de 1924 não foram encontradas leis que modificassem a relação das mercadorias proibidas e permitidas constantes na Tabela 2 da Lei 116 de 1906: bengalas, chapéus, bonés, charutos e cigarros, chicotes, cordas, barbantes, papel, lápis, tinta, penas de escrever, envelopes, livros impressos ou em branco, aguardente, fósforo, fumos, querosene, óleos e tintas, relógios e joias quaisquer não podiam ser vendidos no comércio ambulante. Porém, a alteração na tabela de ambulantes, ocorrida em 1924 pela Lei 340, traz a exclusão da venda de chapéus de sol, que passavam a fazer parte dos produtos permitidos aparecendo com o valor do imposto a ser pago. Fosse ou não um estímulo às fábricas chapeleiras da cidade, não encontramos registro de ambulantes que vendessem este tipo de mercadoria entre os requerimentos e comunicados. Os preços e a concorrência do comércio estabelecido podem não ter estimulado a aquisição dos produtos para a venda ambulante regularizada.

Em relação ao que era permitido, há uma vasta lista: caldo de cana, carvão, hortaliças, ovos, lenha, acolchoado, aves, balaies e cestos, barris e baldes de madeira, café normal e moído, doces e queijos em fração, gaiolas, garrafas, leite, linguiça, chouriço, louça de barro, porcelana e vidro, peles, velas, frutas, empadas, pastéis, flores, mel de abelhas, melado, água, artefatos nacionais, cestas, escovas, vassouras, vime, carne verde, carimbos de borracha, estampas, quadros, figuras de gesso ou barro, folhas de Flandres, bilhetes de loteria, peixes, rede, quitanda em geral (ovos, frangos, verduras em pequena escala), sabão, sabonetes,

sorvete, massas alimentícias, gêneros alimentícios em pouca quantidade, armarinhos, quinquilharias, imagens, rosários, calçados, fazendas, ferragens, objetos de ferro. Muitas das mercadorias relacionadas poderiam ser produzidas nas fábricas existentes em Campinas no período em estudo. As atividades discriminadas, na mesma lei de 1906, eram as seguintes: vidraceiro, agenciador de tintureiro, amolador, engraxate e dentista. Ao lado destes, havia barbeiros e, na Tabela 3, fotógrafos ambulantes.

Além da verificação das leis de 1906 e 1924, outra maneira encontrada para observar quais produtos eram permitidos, foi por meio do abaixo-assinado da União dos Varejistas e Proprietários de Imóveis enviado ao prefeito Orosimbo Maia em 1931.¹²⁵ O surgimento de novas atividades ambulantes que deveriam ser taxadas segundo a União proporciona a leitura de como a cidade, os costumes e hábitos de seus habitantes estavam a se modificar.

Apesar das sugestões dos valores serem exorbitantes, por ora, o interessante é a grande diversidade de produtos citados na tabela, sugerida pelos comerciantes estabelecidos, em comparação com a Tabela 2 da Lei 116 e sua modificação em 1924. Na proposta dos comerciantes estabelecidos é possível perceber a presença de encanadores, eletricitas avulsos, mercador de roupas feitas, alfaiate, costureiras, mercador de colchões, mercador de extratos, águas perfumadas, sabonetes, pós, óleos, cremes, *rouge*, batom, vendedor de meias e gravatas¹²⁶, muitos dos quais não são citados na lei de 1906 e na sua alteração em 1924. Tais artigos demonstram a ampliação das atividades dos ambulantes que, por outro lado, intensificava cada vez mais a preocupação dos varejistas. Todavia, a presença dessa variedade nos requerimentos, comunicados e livros de registros, é quase nula.

Embora a proposta da União dos Varejistas e Proprietários de Imóveis apresente enumeração de amplas atividades (cuja existência não deve ser descartada), os requerimentos

¹²⁵ AHMC. Abaixo-assinado da União dos Varejistas e Proprietários de Imóveis. 06/07/1932. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso. Na década de 1930, alguns comerciantes estabelecidos faziam parte de uma organização denominada União dos Varejistas e Proprietários de Imóveis que atuava em favor e na defesa de interesses e direitos de seus membros. Nesta organização, estavam inclusos proprietários de imóveis. Considerando que este trabalho abrange um período no qual o setor imobiliário (e, portanto, os proprietários de imóveis) começava a interferir, consideravelmente, no planejamento urbano da cidade, sua presença ao lado dos varejistas que se estabeleciam no centro parece sugestiva. A “União” foi responsável pelo projeto de uma longa e detalhada revisão na tabela e nos regulamentos dos impostos de ambulantes que, todavia, não foi implementado, ao menos no que diz respeito aos anos estudados. Entre as justificativas para a elaboração do projeto, estava a excessiva “perambulação” pelo centro e os “baixos” impostos, além da atividade ambulante sem licença que, segundo a União e outros comerciantes estabelecidos, contribuía ainda mais para uma concorrência desleal entre as distintas atividades comerciais na cidade.

¹²⁶ MAYHEW, op. cit. Henry Mayhew pesquisou a diversidade de ocupações de rua presentes em Londres, no século XIX, a qual denominou “street-folk”. Aqueles que, como notado na Tabela da União, exerciam alguma atividade manual – não vendendo produtos – Mayhew chamou de “street-laboures.” Apesar de serem comuns no cotidiano da cidade – como os barbeiros ambulantes - neste trabalho, os únicos trabalhadores destacados que oferecem seus serviços serão os fotógrafos ambulantes, por serem eles alguns dos que mais requerimentos enviaram à Prefeitura Municipal.

e comunicados permitem uma visão mais restrita, que delimita quais eram as mercadorias e atividades recorrentes entre os ambulantes pesquisados no período de 1929 a 1940. Tecidos, roupas feitas, colchas, armarinhos, doces, amendoim, alimentos, frutas, hortaliças, pasteis, peixes, aves, artefatos domésticos e de uso pessoal, linguiça, queijos, quitandas (incluindo hortaliças, frutas, ovos), bilhetes de loteria, amoladores, engraxates, além de fotografos ambulantes são as mercadorias e serviços referenciados neste trabalho.

Conquanto os requerimentos não possibilitem um levantamento de quais eram, discriminadamente, os produtos com maior número de solicitações para serem comercializados, eles permitem notar a variedade de artigos, com destaque para os produtos comestíveis e armarinhos. Um problema encontrado e que não foi possível solucionar devido à carência de informações, foi a percepção de que muitas solicitações para licença e isenção fiscal não possuem o nome da mercadoria que se desejava comercializar. Por intermédio dos requerimentos de devolução de bens, de revisão de impostos e fiscalização e do Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms nota-se a relevância de alguns itens, como doces, amendoim, tecidos (fazendas), frutas, hortaliças, frangos e ovos. Os comunicados de apreensão indicam o destaque das mesmas mercadorias.

As informações contidas no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms revelam que ambulantes de doces, frutas, quitanda em geral e amendoim eram os mais numerosos entre os que pagavam o imposto de licença. De acordo com os dados obtidos, nos anos de 1931 e 1932, respectivamente, dentre 212 e 175 registros de ambulantes no Centro e bairros vizinhos, havia para cada ano, 43 e 17 ambulantes de doces, 34 e 23 de frutas e 18 vendedores de quitandas e 12 ambulantes vendendo amendoim em ambos os casos. Diante destes dados, faz sentido compartilhar da perspectiva de Pinto quando a autora afirma que o mercado ambulante de produtos baratos – doces, neste caso - deveria estar ligado à falta de interesse dos comerciantes estabelecidos pelo produto.¹²⁷ Com exceção das frutas e quitandas que eram comercializadas no Mercado Municipal, doces e amendoim eram preteridos pelos comerciantes mais abastados porque estes não viam lucro nestes pequenos comércios. Como a grande maioria dos ambulantes pertencia à camada mais pobre da população, a aquisição do artigo a ser negociado não poderia agravar suas dificuldades econômicas, daí a escolha por mercadorias de baixo valor.

As fontes demonstram que as apreensões de tecidos e cortes de fazendas foram significativas no período estudado. Esta constatação permite afirmar que, tratando-se de

¹²⁷ PINTO, op. cit., p.155.

vendedores de roupas, tecidos e fazendas era mais comum que atuassem sem a licença obrigatória. O número de 30 apreensões citando ambulantes com “cortes de brim”, “casimira”, “chita”, “roupas”, “meias”, “tecidos”, “blusas”, entre os anos de 1938 e 1940, é relevante se considerado o total de 70 apreensões anotadas no período em um Livro de Registros de Fiscais. É preciso sempre lembrar a possibilidade de existirem outros livros que poderiam demonstrar um número maior de apreensões de outros artigos. Porém, o destaque fica por conta do surgimento da venda de novos produtos no mercado ambulante, o que sugere não apenas o crescimento da atividade. Afinal, como afirmado anteriormente, a população também crescia, assim como as estruturas urbanas, transformando costumes e, conseqüentemente, as necessidades dos habitantes da cidade. O comércio ambulante deveria acompanhar essas modificações. A variedade de produtos, assim como seus preços, atraía toda população, fosse de setores mais abastados ou menos favorecidos economicamente. Em se tratando de vestuário e moda, pode-se supor que eram artigos ligados a uma parcela da população com mais recursos, corroborando a hipótese de que o comércio ambulante servia a todo tipo de consumidor.

2.1.6. Fotógrafos ambulantes

Uma das atividades/serviços mais destacadas entre os ambulantes nos requerimentos é a dos fotógrafos ambulantes. Os documentos enviados por eles à Administração Municipal permitem caracterizá-los como de grande importância para Campinas na década de 1930, uma vez que também eram propagadores de um dos símbolos da modernidade, a fotografia. Entre eles, porém, não foi percebida a presença feminina, o que sugere que a prática de fotografar ainda não era, em Campinas, um universo no qual muitas mulheres se arriscavam.

Em todos os requerimentos encontrados que tratam desta categoria, há a informação de que atuavam no Largo do Rosário e Jardim Carlos Gomes, duas das principais praças do centro no período. Ao contrário dos demais ambulantes, possuíam local fixo e estabelecido para praticar a atividade e em espaços de referência para a cidade. De acordo com o prefeito Orosimbo Maia em 1932, o local de estacionamento dos fotógrafos ambulantes era definido pela Repartição Fiscal.

A clientela desses fotógrafos ambulantes era composta, segundo eles próprios, por pessoas simples. Casamentos, batizados, aniversários, recepções eram serviços confiados aos ateliês de fotografias, que por sua vez, possuíam mais rendimentos. Por este motivo, afirmavam tais fotógrafos que o rendimento era baixo e as taxas municipais deveriam ser condizentes com ele. Provavelmente, também faziam retratos de pessoas, a preços baixos, tendo como pano de fundo o espaço urbano.

Embora a arte de fotografar já fizesse parte da prática cotidiana das cidades e de seus habitantes, a máquina fotográfica era um artigo caro, de difícil aquisição, um dos motivos para que estes fotógrafos fossem vistos com certo prestígio pelo poder municipal. Ademais, mesmo não correspondendo à parcela de fotógrafos profissionais que tinham trabalhos encomendados pelo poder público, instituições e pessoas mais abastadas não podemos esquecer a importância dos fotógrafos ambulantes diante da construção da memória de uma cidade moderna. Ao fotografar as pessoas na cidade atuavam também como difusores de uma modernidade, a partir da qual a fotografia passou a ser considerada suporte de informação confiável.¹²⁸ Como afirma Possamai,

[...] o homem moderno, ao pensar distanciar-se das formas tradicionais de construção narrativa que tinham na memória ponto fundamental de apoio e de transmissão de vivências, atribui às imagens fotográficas, por sua peculiar pretensão à objetividade, a faculdade de reter o transcurso do tempo, congelando em imagens cenas urbanas a serem concebidas como pedaços da realidade presente ou passada.¹²⁹

As solicitações ao prefeito e as respostas deste, enviadas aos fotógrafos, reafirmam a importância da atividade na cidade. Se Campinas passava por transformações urbanas, o poder público via com bons olhos aqueles que contribuíam para a disseminação da imagem de uma cidade moderna. A linguagem, manifesta nas cartas, e o atendimento às revisões e modificações nos valores dos impostos demonstram a diferenciação da categoria e o tratamento mais preciso da Repartição Fiscal. No Livro de Assuntos desta repartição, verifica-se que os fotógrafos ambulantes encontram-se em páginas separadas dos demais, mais um indício de que havia distinção entre a prática ambulante de fotografia e as outras atividades ligadas ao comércio ambulante.

¹²⁸ POSSAMAI, Zita Rosane. "Narrativas fotográficas sobre a cidade" In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, n.53, 2007, p.58.

¹²⁹ Ibid., p.59.

Outra característica peculiar aos fotógrafos ambulantes está ligada ao fato de não haver requerimentos individuais, todos são abaixo-assinados. Esta constatação revela a organização da categoria no momento de requerer seus direitos ou melhorias para sua profissão. A continuidade na atividade talvez reforçasse a união. Muitos destes ambulantes eram antigos na profissão, como afirmam César Augusto de Souza e José Moraes em abaixo-assinado enviado em 1930: “estavam em Campinas há dez anos atuando como fotógrafos no Largo do Rosário”. O fato de estarem há muitos anos atuando na cidade era, segundo o fiscal Sylvio Barros, o motivo que os levava a julgarem-se no direito de fazer o que desejavam. O mesmo fiscal cita como exemplo a mudança de lugares, a presença de cadeiras e a insistência em fotografar sobre a grama, ações proibidas pela lei municipal, mas, infringidas e/ou contestadas pelos fotógrafos ambulantes.¹³⁰

A autonomia na escolha de formas e locais de atuação era comumente questionada e requerida nos abaixo-assinados. Destacam-se, portanto, o envio de abaixo-assinados ligados a reclamações de taxas cobradas, a determinação de lugares sem que tivessem a possibilidade de escolher e de regras que não eram cumpridas pelos demais. São solicitações que permitem perceber uma organização e conhecimentos profundos dos direitos que tinham e percepção de que contribuíam, com sua arte, para a divulgação do projeto de remodelação da cidade.

2.1.7. Verdureiros/ Quitandeiros

Quitandeiros/ verdureiros com bancas externas no Mercado Municipal compunham um significativo tipo de comércio ambulante caracterizado por possuir uma organização coletiva. Apesar de não se identificarem como ambulantes,¹³¹ o Regulamento do Mercado Municipal previa que as bancas externas, utilizadas pelos verdureiros e quitandeiros, fossem

¹³⁰ AHMC. Abaixo-assinados de fotógrafos ambulantes, 01/08/1930. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

¹³¹ AHMC. Abaixo Assinado de verdureiros ambulantes do Mercado Municipal, 04/01/1933. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso e Requerimentos de Victorino Rodrigues, 11/02/1937; Ramiro Bento, 11/02/1937 e Manoel Rodrigues, 13/02/1937. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documentos avulsos.

de uso exclusivo de ambulantes de verduras e flores, condição afirmada pelo fiscal Sylvio Ramos, em suas respostas a alguns requerimentos.¹³²

Imprescindíveis para o abastecimento da cidade e organizados em espaços fechados e/ou estabelecidos, desde o século XIX, estes verdureiros apresentam-se como uma “elite” de ambulantes, a despeito dos trabalhadores que perambulavam pelas ruas da cidade. Necessário destacar que, desde a inauguração do Mercado Municipal, eles reclamavam ao prefeito, por meio de abaixo-assinados, dos valores dos impostos e aumentos relativos ao aluguel das bancas e tabuleiros. Em julho de 1934, enviaram ao prefeito, sob o nome da Sociedade União dos Leiteiros e Horticultores de Campinas, um abaixo-assinado no qual pediam a revogação do aumento da taxa de estacionamento cobrada.¹³³

Mediante a existência do requerimento desta associação, nota-se que deveria ser significativo o número de integrantes da categoria de chacareiros e sitiantes, que produziam e vendiam suas próprias mercadorias, não necessitando de intermediários. Todavia, vale lembrar que alguns acabavam vendendo produtos para ambulantes mais pobres que circulavam pelas ruas da cidade e que não tinham condições de pagar o aluguel das bancas do Mercado Municipal.

Em requerimento que enviaram ao prefeito em 1933, ao relembrar a mobilização ocorrida em 1908, quando nenhum verdureiro saiu às ruas para vender seus produtos, num ato contra o aumento do valor do imposto, eles destacam seu poder de organização frente à medida sobre a qual discordavam.¹³⁴ Assim como os fotógrafos ambulantes, seus requerimentos demonstram a consciência que tinham sobre a importância de seu comércio para o abastecimento da cidade e uma forma de representação ainda restrita a determinados grupos de ambulantes.

2.1.8. Vendedores de bilhetes de loteria

¹³² Além da informação contida no Regulamento do Mercado Municipal, o fiscal Sylvio Ramos, em resposta aos requerimentos de Victorino Rodrigues, Ramiro Bento e Manoel Rodrigues de 1937, confirma que as bancas externas do Mercado estavam previstas para uso de ambulantes chacareiros e floricultores.

¹³³ AHMC. Abaixo-assinado da Sociedade União dos Leiteiros e Horticultores de Campinas, 27/01/1934. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

¹³⁴ AHMC. Abaixo-assinado de verdureiros, 04/01/1933. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

Outro tipo de profissão ambulante existente na época e que se manifestou por meio de abaixo-assinados é a dos vendedores de bilhetes de loterias. Assim como os verdureiros acima, eles se uniram, em janeiro de 1933, para recorrer ao prefeito municipal devido às mudanças na legislação de loterias.¹³⁵ De acordo com a nova lei, as extrações da loteria federal foram reduzidas a duas vezes por semana, o que prejudicava, segundo os requerentes, seus rendimentos. Conforme os bilheteiros, a renda advinda da venda dos bilhetes da loteria federal era a maior de seus negócios e por isso, com as extrações feitas duas vezes por semana, tiveram seus proventos reduzidos. Sem mais argumentos, solicitavam a retificação do lançamento do Imposto Municipal.

Assinam dezesseis ambulantes: Eugenio Pinto da Silva, Roman Martinelli, Joaquim Pereira, Marcelino de tal, Alcides Nogueira, Lourenço Franco de Campos, Francisco Oliveira, Ricardo Navarro, José Martins Ribeiro, Jorge Cauby, Sebastiano Xavier de Brito, Bento de Camargo, Joaquim Dias, Candido Faustino Nascimento, Carlos Oliveira, José Leite. Por último, repete-se a assinatura de Eugenio Pinto da Silva, sugerindo ser o mentor do abaixo-assinado. A resposta do fiscal é curta e objetiva, alegando que o pedido dos ambulantes não tinha sustentação, já que a supressão de algumas loterias aumentaria a venda das que permaneciam.

A presença dos vendedores de bilhetes foi recorrente também nos comunicados e registros dos fiscais. Por meio destes dados foi possível notar que a venda de bilhetes de loterias era uma das atividades mais visadas pelos fiscais. Surpreendidos pelos funcionários da Repartição Fiscal, Francisco de Oliveira e João Paulo, em 1933, e Joaquim Franco Bueno, em 1936, tiveram seus bilhetes apreendidos e nomes registrados nos comunicados de apreensão. Joaquim teria recebido os bilhetes de volta, sem pagar a multa e licença, mas comprometendo-se a não mais vendê-los sem a licença. O “comprometer-se” em não mais vender era formalizado pela assinatura do ambulante no registro do comunicado. A exigência deste procedimento, por parte da Administração, era recorrente. Quando a mercadoria confiscada tratava-se de bilhete de loteria, acabava sendo restituída ao ambulante após a apreensão sem, contudo, registrar se a multa pela ausência de licença fora ou não paga.

Apreender bilhetes de loterias para depois leiloá-los parecia não ser um bom negócio para a Repartição Fiscal; não haveria lucro estimulante em seus leilões. A solução era forçar os bilheteiros a adquirir a licença para tê-los de volta ou destruí-los. Os valores cobrados pela licença e impostos auxiliam a compreender as motivações para o comportamento dos

¹³⁵ AHMC. Requerimento de vendedores ambulantes de bilhetes de loterias, 11/01/1933. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

vendedores de bilhetes de loterias. Segundo a Tabela 2 da Lei 116 de 1906, além das taxas de inscrição e da chapa de ambulante, o vendedor deveria pagar 50\$000 de imposto por trimestre para poder vender sua mercadoria. Caso contrário, pagaria a multa de 20\$000 ficando sujeito à apreensão de mercadoria. A partir de 1925, pela Lei 345, o valor subiu para 75\$000, mudança verificada também no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal, na parte de registro de ambulantes.

A renda de um ambulante de bilhete de loteria, assim como de todos, não era estável. Além disso, ele deveria contar com a superstição e fé de seus clientes para vender, além da necessidade/desejo destes em terem mais dinheiro. Permanecer na clandestinidade, aguardando o dia em que o fiscal pudesse lhe exigir a licença, era protelar a despesa relevante de 75\$000 e o imposto que com ela viria depois. Ao contrário dos vendedores de tecidos, que se recusavam a pagar a licença mediante a possibilidade de maiores lucros, é possível considerar a opção dos bilheteiros clandestinos como sendo a de não gastar mais do que lhes era cabível, já que seu produto não era tão caro quanto um corte de seda.

2.2. O perfil dos ambulantes

A quantidade de ambulantes regulares, atuando no centro de Campinas, pode ser estimada a partir de dados do Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms e dos Relatórios dos Prefeitos de 1929 a 1940. Segundo estas informações, foram cadastrados, aproximadamente, 360 e 303 ambulantes em toda a cidade nos anos de 1931 e 1932.¹³⁶ No centro e bairros vizinhos havia cerca de 212 e 175 ambulantes nos respectivos anos, como afirmado anteriormente. Os números coincidem com as informações divulgadas nos Relatórios dos Prefeitos dos referidos anos. De acordo com os relatórios, entre 1931 e 1932 houve a expedição de 364 e 311 chapas de ambulantes, respectivamente. Provavelmente, outros livros de registros desapareceram ou foram descartados durante os momentos de transferência e recolhimento de documentos, justificando a ausência de dados para todo o período estudado. Um dos motivos pelo qual não se pode trabalhar com estes valores como se refletissem toda a realidade e a quantidade de ambulantes nas regiões pesquisadas. Calcular o número exato é praticamente impossível, também porque muitos não possuíam registros na

¹³⁶ A queda referente ao ano de 1932 deve estar relacionada à Revolução Constitucionalista ocorrida naquele ano no Estado de São Paulo.

Prefeitura, por serem clandestinos. A tabela a seguir permite fazer uma estimativa sobre a quantidade de ambulantes que teriam obtido licença para vender seus produtos entre 1929 e 1940.

Tabela 2 - Chapas expedidas para ambulantes em Campinas entre 1929 e 1940.

Ano	Número de chapas expedidas para ambulantes em toda a cidade de Campinas
1929	215
1930	*
1931	364
1932	311
1933	275
1934	251
1935	*
1936	181
1937	**
1938	158
1939	***
1940	144

* Não há informações nos Relatórios do Prefeito de 1930 e 1935 a respeito de expedição de chapas de ambulantes.

** Não houve publicação do Relatório do Prefeito em 1937.

*** Em 1939 não há dados sobre a quantidade de chapas expedidas para ambulantes. Porém há informação de que foram expedidas 440 guias para pagamento de imposto de ambulante. Dado que sugere a existência de 440 ambulantes registrados neste ano.

Fonte: AHMC. **Relatórios dos Prefeitos.** Anos: 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1938, 1939, 1940.

De acordo com as informações apresentadas, houve uma média anual de 175 expedições de chapas de ambulantes em toda a cidade de Campinas; estes ambulantes, com nomes registrados na Repartição Fiscal, contribuía para as finanças do município. No final do período, segundo os relatórios, existiam, aproximadamente, 1924 ambulantes cadastrados, lembrando que havia aqueles que desistiam da atividade no decorrer dos anos.¹³⁷

¹³⁷ AHMC. Requerimento de Alexandre Gnato. 10/02/1933. Requerimentos. **Grupo Finanças.** Documento avulso. Alexandre Gnato escreveu ao prefeito solicitando a baixa no imposto de ambulante. Antes disso, seu nome aparece no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Registros de Firmas, em 1931, como ambulante de armarinhos.

Com exceção de 1939, momento em que houve um grande aumento de expedição de guias para pagamento de imposto de ambulante, há um decréscimo no número de aquisições de licenças. Além disso, mesmo que obtivessem a licença, talvez muitos se esquecessem de pagar pela expedição da chapa, provocando a queda observada e, por consequência, tornando-se irregulares. A burocratização da aquisição de licenças, a partir de 1937, deve ter ajudado a desestimular o pedido de muitos ambulantes nos anos seguintes.¹³⁸ Formalizada pela nova Lei 520 e pelas mudanças ocorridas na estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, a nova organização deve ter confundido requerentes no momento de solicitar ou retirar a licença e chapa.

Estes dados, além de marcarem uma redução no comércio ambulante da cidade, indicam, também, a possibilidade do aumento de comerciantes irregulares e/ou clandestinos. As corriqueiras apreensões de mercadorias por falta de licença ou pagamento de imposto presentes nos comunicados e Livro de Registros dos Fiscais fundamentam essa afirmação.

2.2.1. *Quem eram os ambulantes?*

A tarefa de traçar o perfil dos ambulantes foi dificultada pela ausência de dados específicos. Entre as fontes consultadas, são poucos os documentos que relatam discriminadamente dados como nacionalidade, idade e tipo de atividade. Assim como na utilização do termo “ambulantes”, a individualização destes comerciantes nos comunicados e registros dos fiscais foi evitada; talvez a fim de construir cada vez mais a ideia de uma categoria homogênea e fácil de ser controlada e, também, vista com desprestígio pelos representantes municipais.

Salvo as limitações impostas, buscou-se algumas pistas nos requerimentos¹³⁹ a fim de descobrir quem eram estes ambulantes. Para a descrição dos perfis, foram consideradas as variáveis sexo, idade, local de nascimento, grau de instrução (se analfabeto ou não). Novamente, é importante destacar que, apesar destas variáveis, a escassez de dados e informações pessoais sobre cada indivíduo impõem lacunas que não puderam ser preenchidas.

De modo geral, grande parte dos ambulantes aparece nos requerimentos como homens, maiores de 50 anos, brasileiros, residentes na área urbana, pobres e analfabetos. A

¹³⁸AHMC. Lei 520 de 1937. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889 – 1940).

¹³⁹São os documentos que possuem uma descrição individual e detalhada de alguns ambulantes.

fim de não incorrer em generalizações e, provavelmente, deixar de entrever as diversas nuances presentes no conjunto do comércio ambulante, deve-se chamar a atenção para a composição heterogênea dos trabalhadores que dele se ocupam. Mulheres, menores de idade, idosos e imigrantes de outros países e cidades do Brasil estão inseridos nos diversos perfis destes trabalhadores. Ademais, há um número considerável de sujeitos que se declaram inválidos, parcial ou totalmente inutilizados para tarefas industriais, viúvas, doentes, desempregados, operários que desejavam complementar a renda, pequenos chacareiros e sitiantes.

Em alguns casos é possível fazer conjecturas acerca da escolaridade dos requerentes. Analfabetos, semianalfabetos e alfabetizados estavam entre aqueles que enviaram requerimentos ao prefeito. A escrita de muitas cartas em terceira pessoa (datilografada ou manuscrita), assinada por outra pessoa para o requerente “por este não saber escrever”¹⁴⁰ confirma a existência de muitos analfabetos que desejavam atuar ou atuavam como ambulantes. Em outros casos, o solicitante apenas assinava o requerimento manuscrito, permitindo perceber que o mesmo fora escrito por outra pessoa a seu pedido, diante da dificuldade que deveria ter com a escrita. Por outro lado, há cartas nas quais é possível notar terem sido escritas pelo próprio requerente devido a letra na assinatura ser semelhante à do corpo da carta, estar em primeira pessoa e ter expressões mais impessoais.

Não foram encontrados dados para estipular a quantidade de imigrantes, tampouco de brasileiros, pois, mesmo nos requerimentos quase não há informação a respeito da nacionalidade. Alguns requerentes afirmam ser espanhóis, portugueses, sírios, o que possibilita a perspectiva de que entre estes deveriam existir outros imigrantes, mesmo diante da diminuição da presença europeia no Brasil desde a década de 1920, conforme afirma Rosana Baeninger, baseada em dados do IBGE.¹⁴¹ Os comunicados dos fiscais de apreensão de mercadorias e alguns requerimentos apresentam a existência de ambulantes vindos de outras cidades, como São Paulo, para exercer a atividade em Campinas. Para que pudessem praticar o comércio em Campinas, deveriam requerer a licença municipal. Como muitos deixavam de solicitar a autorização, tinham as mercadorias apreendidas pelo fiscal.¹⁴²

¹⁴⁰ Esta expressão aparece em diversos requerimentos onde é percebida a assinatura com nome diferente do requerente.

¹⁴¹ BAENINGER, op. cit.

¹⁴² AHMC. Requerimento de Jorge Icaci e Ana Icaci, 30/01/1939. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso. O requerimento de Jorge e Ana Icaci apresenta uma situação oposta. Eles declaram-se residentes em São Paulo, mas morando em Campinas em uma pensão, provavelmente de passagem. Solicitam ao prefeito autorização para venda de flores artificiais durante cinco dias para conseguirem alguma renda nesse período.

A facilidade de entrada e a confusa divisão entre trabalho e propriedade dos meios de produção, que retratam a diversidade na forma de organização e atuação, interferem no perfil socioeconômico destes ambulantes. Por exemplo, em alguns momentos, é perceptível que o ambulante é o proprietário da mercadoria, assim como também seu produtor. Em outros, fica a dúvida sobre se atuava como revendedor ou se representava apenas o papel de intermediário para um comerciante com estabelecimento local. Os vendedores de verduras, frutas e quitandas são uma amostra de ambas as percepções, assim como as vendedoras de doces que poderiam produzir ou revender os doces de alguma fábrica.

É possível notar que a baixa quantidade de capital e de tecnologia não era condição exclusiva para a execução da prática. É comum haver ambulantes que detivessem recursos financeiros e propriedades, como chacareiros e sitiantes, que deveriam conferir melhores condições (financeiras e tecnológicas) para seu negócio. Do mesmo modo, a atuação dos ambulantes de tecidos, que vendiam artigos de maior valor, reforça a hipótese de que nem toda atividade ambulante é fruto de uma crise econômica ou da extrema pobreza. É preciso destacar, também, os fotógrafos ambulantes. Perdurando, durante todo o período estudado e nas décadas seguintes, estes ambulantes não apenas investem em sua profissão como se mantêm informados sobre seus direitos, demonstrando que não era a crise econômica que os mantinha ali, mas a necessidade de trabalhar e/ou o prazer de fazê-lo daquele modo.

Por outro lado, a preferência de muitos ambulantes pela venda de doces e amendoim, produtos mais baratos e que não visavam grandes lucros, está ligada à falta de recursos aliada à tentativa de encontrar meios de sobrevivência. A venda de produtos como doces é uma forma de trabalho ligada à pobreza, exatamente por ser um produto barato, de fácil aquisição e com lucros pequenos. A constatação de ser este um dos artigos mais vendidos em Campinas destaca a ideia de que a grande maioria dos ambulantes era composta por pobres, que buscavam uma maneira de encontrar recursos para sobreviver, sendo a maior parte dos pedidos de licença com isenção de impostos feita por pessoas que se declaravam miseráveis.

Não obstante a predominância do sexo masculino, a presença de mulheres é significativa. O papel da mulher no mercado miúdo e, principalmente, das donas de casa já foi destacado em outras cidades do mundo, como na Paris do século XIX, na obra de Michelle Perrot.¹⁴³ Verdureiras com cestos, vendedoras de hortaliças, legumes, frutas ou flores as mulheres parisienses expunham ao longo das ruas ou das calçadas seus panos. Trazendo dinheiro para o lar, defendiam o direito de montar banquinhas “contra regulamentações cada

¹⁴³ PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, pp. 167- 231.

vez mais draconianas dos delegados de polícia que se [inquietavam] com tais aglomerações sem controle.”¹⁴⁴

De acordo com Perrot, é no “fazer-se camelô” que as mulheres do período se sobressaem. Os pequenos ofícios, pequenos comércios nas bancas ou a venda a domicílio eram seu quinhão. Segundo a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, até finais do século XIX, em São Paulo, o universo dos ambulantes também era ocupado, em grande parte, por mulheres. Brancas pobres, escravas, forras destacam-se como quitandeiras, compondo organização familiar e de sobrevivência próprias. Como não estavam integrados nas normas e instituições da sociedade, os espaços femininos, conquistados e não esperados, acabavam omitidos na documentação administrativa, judicial ou da polícia.¹⁴⁵

Apesar deste contexto, e embora destaque utilizar-se de fontes comprometidas com valores de dominação e poder, a autora consegue retratar o cotidiano das vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo no término do trabalho escravo até fins do século XIX, destacando seus papéis no processo de urbanização da cidade. Conforme a historiadora brasileira, as mulheres estão presentes na história como seres sociais, “que integram sistemas de poder, redes de dominação e laços de vizinhança”.¹⁴⁶

Em contextos e espaços diferentes, a presença feminina acontece em Campinas em finais do século XIX. Segundo Valter Martins, muitas mulheres garantiam sua sobrevivência com o pequeno comércio “a retalho”, facilitando a vida de muitas cozinheiras e donas de casa. Muitas vezes, estas mulheres, verdureiras e quitandeiras, acabavam representando papeis de atravessadoras e provocando várias reclamações encaminhadas à Câmara Municipal. Elas chegavam ao Mercado de Hortaliças (ainda existente no século XIX) logo de madrugada e compravam todas as verduras, revendendo-as pelo dobro do preço.¹⁴⁷

Todavia, os requerimentos e comunicados analisados indicam uma suposta diminuição da presença feminina no comércio ambulante na década de 1930, pois a maioria trata de apreensões e solicitações envolvendo homens. Por outro lado, essa preeminência não equivale à afirmação de que havia poucas mulheres, apenas indica que, talvez, os homens reclamassem ou solicitassem mais do que as mulheres. Conforme afirma Perrot, a respeito do mercado de Paris, este teria se masculinizado ao longo dos séculos XIX e XX. Para a autora, teria havido um retraimento da mulher real – aquela que busca sua sobrevivência e não faz parte do

¹⁴⁴ Ibid., p.201.

¹⁴⁵ DIAS, op.cit.

¹⁴⁶ Ibid., p.50.

¹⁴⁷ MARTINS, 2009, p.61.

estereótipo construído no universo masculino. Tornava-se cada vez mais difícil para ela tomar a palavra, daí sua presença marginalizada, inabitual e depois excepcional no comércio parisiense.

Entretanto, apesar de aparentemente pequena, não se deve afirmar que a frequência das mulheres no comércio campineiro deixou de existir ou fosse excepcional e não há dados que atestem a retração, apenas a observação de pouca documentação. Corroborando a afirmação de Dias, a presença feminina em espaços que a distanciavam do estereótipo criado pela sociedade, era omitida ou ignorada em documentos “oficiais”.

Por fazerem parte de uma massa populacional que precisava trabalhar e se sustentar sozinha ou contribuir para o sustento da família, elas não deveriam ter estudado ou prolongado os estudos. Era o que acontecia, por exemplo, com Augusta Correa Portella ao enviar requerimento ao prefeito Euclides Vieira em 1939.¹⁴⁸ Segundo Augusta, ela tinha 60 anos de idade e encontrava-se “em estado de grandes dificuldades financeiras”, pois, seu esposo, Eugenio Portella, de 68 anos de idade, achava-se em “precário estado de saúde”. A fim de ajudar na renda familiar, Augusta solicitava autorização para atuar como ambulante e estes seriam os motivos apresentados para que o prefeito lhe concedesse uma licença, isenta de imposto, para negociar doces e hortaliças.

Ao mesmo tempo, o trabalho feminino fora de casa era entendido como pernicioso e desmoralizante – “marginalizado” como afirma Perrot – o que dificultava ainda mais a possibilidade de reclamar ou escrever solicitações à Prefeitura em vista de obter respostas positivas. Porém, mesmo sem possuir um número relevante de requerimentos de mulheres, o Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firmas demonstra que o universo feminino continuou a compor o comércio ambulante, principalmente na venda de doces e verduras. Além das balas e doces diversos, hortaliças, frutas, quitanda e amendoim compunham alguns dos artigos comercializados por mulheres. Os poucos requerimentos femininos, solicitando a autorização para atuar como ambulante, identificam a presença de viúvas, esposas com maridos doentes e, apenas um caso, de proprietária de chácara. Destas cartas, há aquelas que parecem ter sido escritas pelas próprias mulheres e outras, por terceiros, não podendo ser definido se todas eram analfabetas ou não.

Nos comunicados e registros dos fiscais quase não foi encontrada a presença feminina. Como mencionando anteriormente, as mulheres ambulantes deveriam ser mais adeptas à perambulação, dificultando a vigilância dos fiscais. Também poderiam ser mais ágeis no

¹⁴⁸AHMC. Requerimento de Augusta Correa Portella, 31/10/1939. Requerimentos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

momento de fugir da fiscalização ou criteriosas quanto a possuir a licença e não terem mercadorias apreendidas. O fato é que apenas o nome de Olympia Leme da Silva, vendedora de amendoim, paçoca e pipoca aparece entre ambulantes com mercadorias confiscadas por falta de licença em 1938.

Para corroborar a afirmação da participação feminina no abastecimento da cidade, o livro de registro de negociantes do Mercado Municipal¹⁴⁹, com dados entre 1932 e 1966, revela nomes de mulheres entre negociantes com bancas e quartos internos e externos, sendo estas últimas caracterizadas como ambulantes. Em 1932, por exemplo, segundo os dados do livro, havia cinco mulheres negociando, nos quartos externos, frutas e aves: Josepha Leal, Ursúla Marinelli, a Viúva Mazzucone, Trindade Maria de Mello, Muzza Obbud. Em 1933, o número permanece o mesmo mas, aos artigos anteriores, acrescentam-se verduras, café e armazém. No ano seguinte, o número diminui para três. Trindade Maria de Mello teria transferido seu quarto para o nome de Antonio de Mello que, logo em seguida, fez o mesmo para João de Mello. Os sobrenomes idênticos sugerem que os três deviam ser da mesma família, reafirmando o papel feminino na complementação da renda familiar. O registro de uma das negociantes como “viúva” reforça a hipótese de que, para algumas mulheres, a atividade ambulante era a solução quando era preciso trabalhar para se sustentar sozinha.

Tal como acontece em relação à presença feminina, foram encontrados poucos dados sobre menores ambulantes. O registro do fiscal Maurillo Prado informa que haviam sido apreendidos almanaques de dois menores sem licença em 1938 na Rua 13 de Maio, confirmando a existência de jovens no comércio ambulante de Campinas.¹⁵⁰ Todavia, sendo qualificados como menores e, portanto, estando aquém do limite de idade permitido para o trabalho, eles não reclamavam ou solicitavam autorização para vender, sendo justificada a ausência de requerimentos que mencionam essa situação.

De acordo com o Código de Menores de 1927 era proibido o trabalho de crianças abaixo de 12 anos de idade.¹⁵¹ Além disso, entre aqueles acima dessa idade e menores de 14 anos, apenas os que tivessem completado a instrução primária poderiam trabalhar. O trabalho nas ruas, aqui compreendido como de ambulante, era permitido somente para homens maiores de 14 anos e mulheres a partir de 18 anos. Todavia, no parágrafo único deste artigo, há a

¹⁴⁹ AHMC. **Livro de registros entre 1932 a 1966 de aluguel de bancas, quartos, lugares no Mercado Municipal** – Para reforma de contratos (Abril/1932 a 1966).

¹⁵⁰ AHMC. **Livro de Registro dos Fiscais**. Ano 1938.

¹⁵¹ BRASIL. Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 05 fev. 2013.

possibilidade de, mediante a “habilitação perante a autoridade competente” menores de 14 a 18 anos exercerem a ocupação, levando consigo a licença e chapa numérica. Estas duas últimas exigências eram comuns para todos e quaisquer ambulantes, o que leva a crer que, contrariando seus dispositivos iniciais, a lei poderia garantir o trabalho ambulante de menores.

Mesmo que o número de apreensões seja pequeno, pode-se afirmar a presença de ambulantes clandestinos menores perambulando pela cidade e que conseguiam escapar da fiscalização. Ser surpreendido pelo fiscal, exercendo a ocupação de ambulante sem a devida licença, além da multa pela ausência de autorização levaria o menor a ser apreendido e julgado como abandonado. Além disso, uma multa de 500\$000 era imposta ao responsável legal e dez dias de prisão celular. Correr, fugir, esconder-se dos fiscais deveriam ser algumas das saídas para os menores ambulantes ilegais.

A partir da Constituição de 1934 o trabalho de menores de 14 anos tornou-se proibido, assim como na Constituição de 1937, sendo uma das justificativas para não aparecerem também nos requerimentos. Porém, a proibição, assim como acontecia desde 1927, não significava a ausência de menores atuando como ambulantes ou auxiliares nas ruas de Campinas. Era comum que ambulantes adultos tivessem às suas ordens menores de 18 anos. O Código de Menores de 1927 contém um dispositivo sobre o assunto, exigindo que o ambulante levasse consigo as certidões dos menores, sendo a multa pela infração de 20\$000 a 200\$000.

A faixa etária dos ambulantes variava bastante. Mas, de acordo com as manifestações dos requerimentos, a idade avançada, doenças e alguma dificuldade física eram as principais justificativas para a solicitação de licença para atuar como ambulante e, na maioria destes casos, pedir a isenção do imposto. De acordo com Pinto, apesar do clima de progresso econômico, não há, nas primeiras décadas do século XX, medidas para a acomodação do homem e da mulher pobre no processo produtivo.¹⁵² A situação agrava-se no caso de pessoas acima de 40 anos e com algum problema de saúde.

Considerados sem importância social, política e econômica, estes sujeitos, vítimas de acidentes de trabalho, portadores de dificuldades físicas e com idade avançada são vistos, pela sociedade e indústria, como inúteis e incapazes. O trabalho no comércio ambulante aparece como um refúgio, uma saída diante das recusas e preconceito que os impedem de sair da situação de miséria a que muitos pertencem.

¹⁵² PINTO, op. cit., p.113 e 122.

Num esforço para providenciar “proteção” a estes indivíduos, a Lei Estadual nº2.485 de 1935 e a Lei Municipal nº520 de 1937¹⁵³ estabelecem a isenção do imposto de indústria e profissões para os mercadores ambulantes que, a juízo do Governo, fossem considerados incapazes ou impossibilitados de outros serviços. Afirmando a ideia de incapacidade destes indivíduos, as leis surgem como uma forma de “caridade” do governo sujeita a avaliação merecedora.

A partir de 1937 cresce o número de requerimentos solicitando a isenção de impostos, acrescentados de atestado médico para comprovar determinada dificuldade física. A avaliação médica e a ida de um fiscal à casa do sujeito, para comprovar a situação de pobreza, eram alguns dos meios que o governo (municipal e estadual) utilizava para julgar se o requerente era, de fato, incapaz de outro serviço. Alguns idosos, embora pobres, porém, sem problemas físicos, acabavam solicitando a isenção e tinham o pedido recusado pelo prefeito, já que deveriam comprovar problemas de saúde. Como afirmavam não possuir recursos para arcar com os impostos, é provável que muitos acabassem recorrendo ao comércio clandestino.

Por outro lado, nos requerimentos para isenção ou redução de imposto, a idade avançada e a saúde não são citadas como o motivo principal do pedido. A solicitação era motivada pela condição financeira, segundo os solicitantes, eram pobres, desprovidos de recursos, desempregados, viúvas ou que desejavam fazer da renda do comércio ambulante uma complementação de seu salário. Estas mulheres e homens, provavelmente abaixo dos 50 ou 40 anos, recorriam ao trabalho ocasional, instável e autônomo devido à carência de empregos no mercado produtivo, aos baixos salários pagos pela indústria, à carestia dos gêneros alimentícios e à necessidade de sobrevivência.¹⁵⁴ Motivados pela numerosa família, pela dificuldade em encontrar outro emprego, pela ausência do marido ou da esposa, acabavam atraídos pelo comércio ambulante.

O Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms apresenta informações que auxiliam na sustentação de algumas destas teorias. Diversos nomes de ambulantes aparecem com as seguintes anotações: “por um mês”, “por um trimestre”, “por um semestre”.

¹⁵³ **SÃO PAULO (Estado)**. Art. 20, letra b da Lei 2.485 de 16 de dezembro de 1935. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei%20n.2.485,%20de%2016.12.1935.htm>. Acesso em 19 de fev. 2013.

¹⁵⁴ FIORENTINO, op. cit, pp.17-34. A autora observa que, entre 1930 e 1932, houve alta nos preços de alimentos básicos como arroz, feijão, farinha de mandioca e açúcar e queda de outros como toucinho e charque; contudo, entre 1934 a 1937 a média de todos os gêneros alimentícios teria duplicado. Além disso, a exposição das médias salariais de algumas fábricas pela autora demonstra que os salários destes operários não acompanhou o aumento do custo de vida na década de 1930. Segundo os dados obtidos por Fiorentino, a década de 1930 aparece como um período economicamente difícil para as camadas mais pobres da população, diante da carestia dos alimentos e da habitação.

Estes registros confirmam a existência de pessoas que viam o comércio ambulante como um trabalho ocasional, porém, necessário durante um determinado período de tempo. Como um tipo de trabalho que não requer habilitação específica, o comércio ambulante tornava-se uma maneira de sobreviver diante das dificuldades.

Mas, a distância da disciplina regular da indústria e do tempo marcado pelo relógio também influenciava na escolha pela profissão. As manifestações presentes nos requerimentos de licença e os registros da Repartição Fiscal mostram a existência de ambulantes que permaneciam neste mercado durante um período mais longo do que um semestre e que investiam na profissão, adquirindo artigos de alto valor, caixas térmicas, tabuleiros sofisticados e outros instrumentos de trabalho, como a máquina fotográfica e utensílios de barbeiros. De acordo com Pinto, a autonomia e mobilidade com relação à organização diária do trabalho torna a profissão uma síntese de trabalho e lazer.¹⁵⁵ Ao lado da necessidade de sobrevivência, a possibilidade de organizar seu próprio ritmo de vida é um aspecto que deveria interferir na escolha em ser ambulante.

2.2.2. Os espaços de atuação e perambulação

Não obstante a impossibilidade de afirmar que o comércio de rua e seus efeitos sejam homogêneos, ele segue sobrevivendo diante de mudanças econômicas, sociais, culturais e urbanas. Portanto, sua presença tornou-se um fenômeno socioeconômico muito importante no espaço das cidades. O espaço escolhido para a análise de sua dinâmica é o centro de Campinas (local onde se concentraram as modificações previstas pelo Plano de Melhoramentos Urbanos) e seus arredores que compreendiam, no período em estudo, partes da Vila Industrial, Bairro Guanabara, Vila Itapura, Bonfim, Cambuí, Fundão e Ponte Preta (Ver Apêndice 1).

Como já mencionado, a região central de Campinas passava por uma valorização cada vez maior do solo urbano, verificada no crescimento das construções e na implantação de taxas, como a do Imposto Territorial Urbano. Ao mesmo tempo, havia a concentração do setor terciário, no qual pode-se destacar o comércio varejista estabelecido. Ao lado deste, a presença de comerciantes ambulantes, no centro e nos bairros vizinhos, contribuía para a

¹⁵⁵ PINTO, op. cit., p.235.

expansão e diversificação cada vez maior do comércio campineiro. Os bairros distantes do centro começavam a receber parte da população pobre que se deslocava em direção às indústrias e na tentativa de encontrar moradias a preços mais acessíveis. Este cenário ajuda na compreensão da composição espacial identificada na planta presente no Apêndice 4, a qual apresenta os locais de residências de ambulantes que enviaram requerimentos ao prefeito ou tiveram mercadorias apreendidas pelos fiscais.

Algumas das fontes consultadas fornecem dados a respeito dos locais onde os ambulantes, regulares ou não, mais atuavam. Os registros de apreensão de mercadorias, em especial os realizados entre 1938 e 1940, demonstram, segundo os fiscais, onde determinado ambulante teve seu artigo confiscado e por consequência, onde atuava naquele momento sem a devida licença. Além disso, muitos contêm a informação acerca da residência dos ambulantes. Em relação àqueles que possuíam autorização da Prefeitura, entre 1931 e 1932, o Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firms ajuda na identificação dos locais onde cada ambulante registrado estava autorizado a negociar. A partir destas informações foi possível construir algumas hipóteses acerca das relações entre os locais de atuação de ambulantes regulares, clandestinos e irregulares, locais de residência e pontos de apreensão de mercadorias verificando, nestes casos, os lugares de maior ação dos fiscais.

As áreas de apreensão de mercadoria estão intimamente ligadas aos lugares de atuação de ambulantes irregulares ou clandestinos. Por sua vez, o registro desta ação está relacionado à atividade do fiscal e aos lugares em que estes costumavam agir com maior empenho. A visualização das ruas onde mercadorias foram apreendidas, permite observar quais eram as regiões em que a presença do fiscal era mais constante (Ver Apêndice 3). O trabalho dos fiscais estava concentrado nas ruas com ligações diretas à Estação da Paulista e Largo Floriano Peixoto. Locais de intensa circulação de pessoas e mercadorias eram os favoritos dos ambulantes, principalmente daqueles que chegavam à cidade vindos de outras localidades, fossem com novas mercadorias para seu comércio local ou para atuar como comerciante ambulante. Este deve ter sido um dos motivos para os inúmeros casos de apreensões de mercadorias de negociantes residentes em São Paulo.

Ao desembarcarem, muitos deixavam de solicitar a licença para negociar e tinham suas mercadorias apreendidas pelo fiscal, como aconteceu com Simão Elias. Em 1940, o fiscal Herculano Krambeck registrou a apreensão de sua mercadoria (cortes de brim).¹⁵⁶ De acordo com o fiscal, Simão Elias residia na cidade de São Paulo e negociava sem a respectiva

¹⁵⁶ AHMC. **Livro de Registro dos Fiscais**. Ano de 1940.

licença em Campinas. Não há informação sobre o local da autuação, porém, Simão já atuava há muito tempo na cidade, uma vez que seu nome aparece também no comunicado do Delegado Regional de Polícia, em dezembro de 1931, pelo mesmo motivo: falta de licença para vender como ambulante.¹⁵⁷ Em 1940, segundo informação anotada por Herculano Krambeck, Simão Elias pagou a licença e tornou-se ambulante regularizado.

Outros comunicados e registros apresentam a apreensão de mercadorias de ambulantes residentes em São Paulo nas ruas que tinham ligação direta com a Estação da Paulista. São exemplos os casos de Jayme Paguna, vendedor de tecidos e autuado na Rua Cônego Cipião, em 1940, de Nicola Nardelli também vendedor de tecidos e apreendido por Herculano Krambeck na Rua Dr. Campos Sales, em 1939 e, no mesmo ano, Mario Cavar, multado por Benedito da Costa Camargo por vender tecido sem licença na Avenida João Jorge.¹⁵⁸ Uma das características marcantes nestes casos é o tipo de mercadoria.

A maioria dos ambulantes residentes em São Paulo e que tiveram suas mercadorias apreendidas comercializavam algum tipo de tecido. Como já comentado, historicamente, os vendedores de tecidos ficaram conhecidos como mascates e outra característica peculiar desta profissão era a viagem para outras cidades em busca de novos clientes. Ora, parece ser exatamente o que Simão Elias, Jayme Paguna, Nicola Nardelli e Mario Cavar buscavam. No entanto, quando chegavam a ser apreendidos ou pagavam a licença (como foi o caso de Simão Elias) eram sempre registrados como ambulantes.

Ainda que a proximidade com a Estação da Paulista fosse um dos motivos para a localização de muitos ambulantes, é possível perceber que havia clandestinos e irregulares atuando em regiões como a Praça do Mercado Municipal e Bairros Fundão e Ponte Preta (Ver Apêndice 3), onde era grande o número de indústrias (por serem bairros vizinhos aos trilhos da Paulista) e crescente sua população. A Praça do Mercado Municipal era local de intensa circulação de pessoas e mercadorias, assim como o Largo Floriano Peixoto em frente à Estação da Paulista. Era mais lucrativo expor e vender as mercadorias, uma vez que quem por ali passava, muitas vezes já chegava à procura de algo. Todavia, havia também diversos negociantes estabelecidos com bancas no Mercado Municipal e verdureiros ambulantes que reclamavam, por meio de requerimentos, quanto à presença destes outros ambulantes, segundo eles, clandestinos e irregulares. A presença ativa dos fiscais nessa região era influenciada pelos diversos pedidos de maior fiscalização enviados por abaixo-assinados de

¹⁵⁷ AHMC. Comunicado do Delegado Regional de Polícia, 19/12/1931. Comunicados. **Grupo Segurança Pública**. Caixa 2.

¹⁵⁸ AHMC. **Livro de Registro dos Fiscais**. Anos 1938-1940.

comerciantes do Mercado Municipal, desejosos de ver desaparecer a concorrência provocada pela presença dos ambulantes.

As características das ruas nas quais mercadorias foram apreendidas referenciam outro aspecto comum dos ambulantes clandestinos e irregulares: a perambulação. A maioria das ruas onde os ambulantes eram autuados são longas, particularidade que propicia a movimentação para cantos opostos da região central e bairros vizinhos, aspecto que não difere das ruas de ambulantes registrados entre 1931 e 1932 (Ver Apêndice 2).

Conquanto se possa afirmar que o centro continuou a ser o espaço de maior atuação de ambulantes regulares, irregulares e clandestinos, o número de conjecturas possíveis é limitado devido à ausência de dados sobre os locais de atuação e residência. A maioria dos registros encontrados acerca de apreensões e residências refere-se aos anos de 1938 e 1940, enquanto que a atuação de ambulantes registrados diz respeito aos anos de 1931 e 1932. Ainda assim, em relação às apreensões, trata-se do momento em que o Plano de Melhoramentos Urbanos finalmente é colocado em prática e, dentre as normas e conceitos de modernidade presentes nele, a atuação dos ambulantes, em especial dos irregulares e clandestinos, deveria ser extinta. Supõe-se, portanto, ser uma das causas da ação acentuada dos fiscais nesta região.

Caracterizados pela intensa mobilidade (aspecto que dificulta ser apanhado pelo fiscal) e pelo descumprimento das normas públicas, os ambulantes clandestinos e irregulares tornam-se, neste período, os principais alvos dos fiscais, elementos da manifestação do poder municipal sobre os habitantes. Impedir a atuação clandestina e irregular, já proibida por lei, significava excluir aqueles desajustados em relação às normas fixadas, por exemplo, pela tabela de taxação de impostos. Além disso, por estarem distantes da concepção de modernidade da elite dominante campineira, as ações de perseguir, multar e apreender mercadorias de forma a forçar o pagamento de impostos surgem como estratégias do poder, a fim de inseri-los (dentro dos limites econômicos, sociais e culturais pré-definidos pela mesma elite) ou excluí-los da cidade moderna.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar que, de acordo com os dados dos Relatórios dos Prefeitos, há um decréscimo no número de expedições de chapas de ambulantes no período. Mais do que perseguir, multar e apreender mercadorias de ambulantes irregulares e clandestinos percebe-se uma tendência à restrição quanto à concessão de licenças a todos os ambulantes. Sem dúvida, devem ser levados em consideração a realidade e o cenário que se apresentavam à população naquele momento, motivando o envio de menos solicitações de

autorizações. Todavia, não se há como negar a propensão do poder municipal em restringir de todas as formas a prática do comércio ambulante em Campinas, desde o século XIX.

Os ambulantes regularizados atuavam, entre 1931 e 1932, com intensidade nas ruas próximas e com ligação direta à Estação da Paulista. As grandes vias eram as mais visadas pelos ambulantes, além daquelas que circundavam a Praça do Mercado Municipal e regiões próximas a ele (Ver Apêndice 2); perspectiva que reflete, também, a orientação dos ambulantes para áreas mais distantes do centro. Esta afirmação é sustentada pela localização de muitos ambulantes em ruas extremamente longas que passam pelo centro e bairros vizinhos e os ligam às regiões Noroeste, Sudeste e Nordeste da cidade, ainda em fase de crescimento na década de 1930.¹⁵⁹ Como não é possível identificar qual o local exato de estacionamento ou fixação, deve ser considerada a possibilidade de muitos perambularem através destas ruas compondo um espaço cada vez maior de atuação. Onde havia elevado número de população e possíveis compradores em circulação, os ambulantes deveriam estar.

Apesar da demarcação das ruas representar diferentes momentos do período em estudo, as imagens a elas referentes e que identificam os locais de atuação dos ambulantes e de apreensão de mercadorias, apontam para configurações semelhantes do espaço ocupado por esse comércio (Ver Apêndices 2 e 3). Ou seja, ainda em finais da década de 1930 e início de 1940, o centro comportava um número significativo de ambulantes atuando (mesmo que clandestina ou irregularmente) em seu espaço, ao mesmo tempo em que seus arredores tornavam-se locais de expansão do comércio ambulante e de crescimento populacional urbano.

Outro detalhe importante a considerar refere-se à escolha dos ambulantes (tanto os regulares, quanto irregulares e clandestinos) por ruas que já possuíam tradição no comércio local neste período e suas relações com a localização do comércio ambulante e parte do estabelecido em Campinas nos dias atuais. Com o passar dos anos, algumas ruas tornaram-se locais de grande circulação de pessoas e comércio varejista estabelecido, potencialmente voltado para lojas de calçados, roupas e armarinhos, como as Ruas 13 de Maio e Costa Aguiar. Estes dois últimos itens, como vimos, eram alguns dos mais comercializados entre os ambulantes no período de 1929 a 1940.

Ademais, havia forte presença dos ambulantes na Rua Álvares Machado, que se estende do Mercado Municipal até início da Rua Uruguaiana. A Rua Álvares de Machado comporta hoje grande contingente de camelôs de diversos itens. É também por meio dela que,

¹⁵⁹ Ver Anexo 2. Ruas como Avenida Pará, Rua da Abolição, Rua Francisco Glicério, Rua Cel. Quirino e Rua Major Sólton como extensão da Rua Lusitana.

atualmente, se pode chegar ao espaço reservado às bancas de ambulantes, conhecido como “camelódromo”, localizado no entorno do Terminal Central de Transportes Urbanos, próximo às Avenidas Moraes Salles, Senador Saraiva e Ruas Cônego Cipião. Ainda que em formas distintas da apresentada no presente, o comércio ambulante campineiro já determinava alguns dos espaços de maior atuação, entre 1929 e 1940, e se caracterizava, como ainda hoje, por uma localização próxima à do comércio estabelecido.

Por outro lado, quanto às ruas que possuíam registros de atuação de até nove ambulantes, há uma variação no espaço de atuação que indica a expansão desse tipo de comércio. Para além da região da Estação da Paulista, da Rua 13 de Maio - voltada para o comércio estabelecido – e da Praça do Mercado Municipal, os ambulantes espalhavam-se por vias já historicamente comerciais, como a Rua Barão de Jaguará e Rua Lusitana, expandindo seu comércio para a região da Rua da Abolição, via de ligação para os Bairros do Fundão e Ponte Preta e também da Avenida do Pará, elo entre o centro e a parte em desenvolvimento do Bonfim. Ao mesmo tempo, algumas ruas do Cambuí e da Vila Industrial também possuíam grande quantidade de negociantes ambulantes, o que caracteriza, tal como para os outros bairros próximos à região central, uma expansão populacional e comercial além do centro.

Reiterando, a busca por uma clientela maior está ligada à procura de novos espaços de atuação dos ambulantes. De fato, entre 1929 e 1940, há um crescimento no número de bairros e arrabaldes em Campinas que, conseqüentemente, provoca a expansão da presença ambulante. Perambular pelas ruas e trocar de estacionamento eram estratégias para se alcançar mais clientes e melhores vendas. Ao mesmo tempo, de acordo com o Livro de Registros dos Fiscais e comunicados, a atuação da fiscalização era constante e ativa no centro, estendendo-se, em raros casos, para os bairros vizinhos.

Portanto, a partir da análise da planta cadastral, presente no Apêndice 2, não se pode desconsiderar a hipótese de que alguns trabalhadores possivelmente reivindicavam a autorização para atuar mais distante do centro devido a uma fiscalização mais branda nestas regiões. Como já mencionado, após obter a autorização municipal e pagar a licença juntamente com a chapa de ambulante, havia também a obrigação do pagamento anual do imposto referente ao artigo. Ainda que existisse o registro do local de atuação e por ser este, em muitos casos, distante do centro, era raro que o fiscal aparecesse em outros momentos que não fosse o de efetuar a cobrança do imposto. Dessa forma, negociar outras mercadorias que não as registradas ou praticar um tipo de serviço complementar, além do autorizado, tornava-se mais fácil. Aumentar a renda e lucro por meio de estratégias que “burlavam” a lei, mas que

não os indispunham contra ela, pode ser uma das causas que justificariam também a atuação em áreas mais longínquas em relação ao centro.

Ao solicitar a autorização ou isenção de imposto junto ao prefeito alguns requerentes informavam o endereço de residência ou local onde desejavam atuar. As duas informações, contudo, dificilmente aparecem juntas no mesmo requerimento. Guilherme Winzirl, por exemplo, que enviou em 1931 o requerimento pedindo autorização para a venda de doces no Largo do Rosário, não informou seu local de residência, assim como Maurício Chegure que desejava comercializar armarinhos no Largo Correa de Melo, em frente ao Mercado Municipal no ano de 1930.

Outros, por outro lado, não informavam onde queriam atuar e, no início ou fim do documento anotavam o endereço de moradia, característica que permite o levantamento da hipótese de desejarem perambular sem estacionamento ou fixação. Foi o que fez Josepha Lopes em 1939, dizendo-se residente na Rua Dr. Ricardo, 508 e desejando vender fazendas “pelas ruas da cidade”.

Diante destas limitações, as fontes que permitiram melhor traçar o espaço de residência dos ambulantes foram os comunicados e o Livro de Registro dos Fiscais de 1938 e 1940. No momento em que o ambulante era autuado deveria identificar-se ao fiscal, informando também o seu endereço de residência a fim da multa ser aplicada. Alguns se recusavam a fazê-lo e fugiam, correndo, sem fornecer informação alguma, escapando da multa.¹⁶⁰ Outros acabavam por fornecer nome e endereço e recebiam a coima.

Os locais de residência registrados nas fontes citadas permitiram traçar os dados contidos na planta cadastral apresentada no Apêndice 4. Por meio dela percebe-se que, ao contrário dos locais de atuação, as residências de alguns ambulantes estavam distantes do centro. Como grande parte dos comerciantes ambulantes fazem parte da população pobre, seu deslocamento para áreas longínquas deve ser justificado pela intensa valorização da região central, caracterizada também pela destruição de cortiços, seguida de sua proibição.¹⁶¹ Desprovidos de infraestrutura básica e com moradias mais baratas, os arrabaldes dos bairros vizinhos ao centro passaram a receber a população mais pobre. Os ambulantes, entretanto,

¹⁶⁰AHMC. Registro de Ocorrências. **Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Registro de Firmas** (1930-1936), p.24. Em 19 de setembro de 1930, foi registrada a apreensão de 3 cortes de casimira de um vendedor sem licença que se recusou a informar seu nome. Além deste caso, há registros de apreensões de mercadorias nos quais não há o nome do suposto infrator, o que permite aproximá-los do caso mencionado.

¹⁶¹Em 1934, por meio do Decreto 76, que instituiu o Código de Construções, a Prefeitura Municipal proibiu a construção de cortiços e determinou padrões mínimos para construção de habitações populares, causando a superlotação dos cortiços já existentes na região central.

continuaram a trabalhar, em grande maioria, na região central. Bairros como a Vila Industrial, Bonfim e Fundão tiveram seus limites ampliados com a chegada de mais moradores.

Havia ainda na década de 1930 muitos espaços ocupados por chácaras e sítios ao redor dos bairros vizinhos que, devido à urbanização e aumento da população, passavam a produzir para o mercado interno. Risoleta Ferreira Jorge, proprietária da Chácara João Jorge próxima do acesso à região central é um exemplo dessa situação. Além de enviar um requerimento solicitando autorização para venda de quitandas em agosto de 1935, em 1932, seu nome aparece registrado como ambulante de flores artificiais na Avenida João Jorge.

Muitos ambulantes de verduras do Mercado Municipal e outros ambulantes de quitandas que percorriam as ruas ou estavam estacionados em algum ponto deveriam possuir as mesmas características de Risoleta Ferreira Jorge. Pequenos chacareiros e sitiantes saíam de suas propriedades para vender seus produtos no centro da cidade. Dessa forma, lucravam com sua própria produção e ajudavam no abastecimento de gêneros alimentícios da população. Em outra situação, ambulantes compravam estes produtos e os revendiam. O fato de morar próximo dessas chácaras ou sítios, apesar de longe do centro, poderia ser um bom negócio nestes casos. Há nestas situações a evidência de que campo e cidade se completam e afirmam uma coexistência entre o urbano e rural.

Embora seja uma das características dos locais de residência, a habitação na zona rural ou em seus limites não exclui a existência de ambulantes vivendo no centro e suas vizinhanças (Ver Apêndice 4). Muito pelo contrário. Ainda que seja possível notar a expansão dos bairros residenciais mais distantes da região central por meio da localização da habitação de alguns ambulantes, o espaço de nossa análise é, também, o local de moradia da maioria deles. Morar perto de onde a profissão era exercida, portanto, continuava a ser importante para os ambulantes. Além disso, morar no centro era mais viável que habitar nas periferias em péssimas condições e sem a infraestrutura urbana.

Capítulo III

Os ambulantes entre a Administração Municipal e o comércio estabelecido

3.1. A busca pela normalização dos espaços e dos sujeitos

A legislação urbana, seus regulamentos, os olhares dos fiscais e dos habitantes da cidade atuam como aparelhos disciplinares que visam o controle do indivíduo a fim de que, a cada período, ele se torne mais obediente para os objetivos das autoridades e elites locais. Trata-se, compartilhando das ideias de Foucault, de uma política de coerções, “uma manipulação calculada” dos gestos e dos comportamentos. Esta disciplina procede à distribuição dos indivíduos no espaço onde cada um ocupa um lugar determinado. Mas qual lugar? Aquele no qual será útil; preservada sua diferenciação hierárquica e, ao mesmo tempo, mantida a regra à homogeneização e a ordem da multiplicidade. Os elementos apresentados tornam-se, portanto, essenciais para a efetivação desta disciplinarização e controle sobre o cotidiano da população.¹⁶²

A sistematização de um conjunto de leis e outros instrumentos de controle revelam uma necessidade premente de orientar, intervir, fiscalizar e regular principalmente àqueles que se movimentam pela cidade com atitudes e comportamentos diferentes dos permitidos, considerados uma ameaça aos padrões sociais e princípios morais dos espaços urbanos. Ao tornarem ilegítimas as práticas exercidas por estes sujeitos, as normas definem territórios dentro e fora da lei, uma vez que não conseguem atingir a todos da mesma maneira.¹⁶³ Seu espaço de ação resulta, portanto, em uma cidade modelo, ideal – para alguns – porém, não real para muitos.

Reconhecendo a existência/ persistência, entre a população local, de modos de viver considerados inadequados e indesejados aos projetos de modernidade, as leis muitas vezes não proíbem suas ações, mas tentam de diversas formas, controlá-las e discipliná-las.¹⁶⁴ Para este fim fazem uso daquilo que Foucault nomeia de “sanção normalizadora”, ou seja, da

¹⁶² FOUCAULT, op. cit., p.121

¹⁶³ ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: a legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1999, p.13.

¹⁶⁴ RODRIGUES, Cristian Vicente. **Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o fogo das práticas de controle social** – Uberaba 1865/1935. 2009. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2009. Em seu estudo, o autor analisa os diversos conflitos e sociabilidades existentes em Uberaba, entre 1865-1935. A partir da apresentação dos “inimigos do Estado” : vagabundos, gatunos, ébrios, jogadores de bicho e prostitutas, cujas práticas deveriam ser evitadas, o autor demonstra como a moralidade pública e o trabalho eram a base da formação do bom cidadão, antes mesmo do Estado Novo, prevendo o controle social por meio da segregação espacial e do despovoamento do centro da cidade de todos e tudo o que fosse ameaçador e perigoso à ordem social. Inadequadas à moralidade e à cidade moderna, porém parte da realidade urbana e dos costumes de seus habitantes, as prostitutas, por exemplo, eram toleradas e, assim, deveriam permanecer e existir somente nas zonas impostas para a realização da sua atividade, algo que nem sempre acontecia. Sobre tema semelhante ver também ARAÚJO, Erick Assis de. op. cit.

penalidade, na qual tudo o que é considerado inadequado à regra deve ser reduzido, corrigido. Esta estratégia tem como objetivo a normalização a partir da tentativa de fazer sentir a falta cometida por meio da humilhação, confusão e, por fim, destituição da prática. Tais sujeitos, indesejados, portanto, poderiam ser tolerados desde que limitados a espaços definidos, obedecendo a determinações rígidas e claras.

3.1.1. O início da racionalização dos espaços em Campinas

Através das leis, atos, decretos e regulamentos as exigências morais, higiênicas e estéticas são determinadas pelas autoridades e elites locais diante da necessidade de “ser” e “parecer” moderno no período em estudo. Todavia, a importância das fontes reside, para além do que revelam, naquilo que podem ou pretendem esconder, em suas negações e repetições. A busca pela reconstituição de aspectos da vida cotidiana urbana frente às formas de controle deve passar, portanto, pelo trabalho de desvendar, nas entrelinhas, as resistências e as diversas interpretações criadas pelos habitantes sobre a legislação municipal e seus regulamentos.

A legislação e regulamentos referentes ao comércio de Campinas foram analisados a partir daqueles promulgados nas últimas décadas do século XIX, quando a cidade ainda era governada pelos Intendentes Municipais, fato que deixou de ocorrer somente em 1908, ano no qual tomou posse como prefeito Orosimbo Maia. Até aquele momento, como em outras cidades do país, a Câmara Municipal era o órgão mais importante do poder da cidade. Os Intendentes eram eleitos pela Câmara entre os próprios vereadores. Normas e regulamentos de como viver eram determinados pelas posturas municipais.¹⁶⁵

Desde os Códigos de Posturas, de origem colonial, a legislação a respeito das funções urbanas no Brasil evolui dentro do princípio de delimitação de fronteiras do poder por meio do qual as diferenças culturais são relacionadas com sistemas hierárquicos. Segundo Rolnik, os significados e noções de civilidade presentes na legislação ficam diretamente ligados aos

¹⁶⁵ Estas se constituem de leis em âmbito municipal que contemplam a normatização da vida na urbe, principalmente em relação ao regulamento do uso e ocupação do solo e circulação. A última tentativa de elaboração de um Código de Posturas na cidade, aparentemente, refere-se à Resolução 910 de 1929 promulgada pelo então prefeito Orosimbo Maia. Segundo ela, a Câmara Municipal autoriza a Prefeitura a mandar elaborar um projeto para um novo Código de Posturas. No entanto, até 1940, este projeto não aparece nos livros de leis. A elaboração do Código de Construções de 1934 talvez tenha substituído a proposta de um Código Geral de Posturas, deixando os assuntos não pertinentes à estrutura urbana para outros regulamentos. O Decreto 76 de 1934 institui o novo Código de Construções como separata específica do Código de Posturas Municipais.

modos de vida dos grupos envolvidos em sua formulação.¹⁶⁶ Em suma, as leis atuam de forma a validar e materializar os propósitos dos setores dominantes sem levar em consideração a multiplicidade de hábitos, anseios e formas de vida do restante da população.

O historiador campineiro, Amaral Lapa, apresenta uma visão ampla de como, a partir de finais do século XIX, o momento de “produção” da cidade e a ocupação de seu espaço passaram a ter regras mais detalhadas, voltadas, principalmente, para o tema da salubridade e saneamento/ limpeza do município. Algumas de suas consequências foram a exclusão e/ou confinamento dos indesejáveis (instituições, homens e animais), o emplantamento de mendigos, encarceramento de loucos, ocultamento de leprosos e distanciamento dos mortos, controle dos muitos escravos.¹⁶⁷

Tratando também de questões como a higiene pública, normas para a movimentação das pessoas e construção de edificações as posturas davam contornos precisos ao cotidiano citadino. Nos últimos vinte anos do século XIX, foram promulgadas algumas leis que reiteraram parâmetros higienistas e burgueses da ordenação da cidade. Foram elas: o Código de Posturas de 1880 e a Lei 43 de 1895.¹⁶⁸ Mediante o estabelecimento destas normas, a municipalidade interferia e regulava a estrutura sanitária, de abastecimento, iluminação e edificações da cidade, porém ainda não proporcionava grandes mudanças na estrutura urbana, apesar do crescimento populacional.

Em alguns momentos, contando com a participação de engenheiros e sanitaristas conhecidos como Ramos de Azevedo, Saturnino de Brito e Emilio Ribas foram formuladas regras para construções, calçamento de passeios, criação de um padrão municipal para construção de fossas para latrinas etc. A estas mudanças somaram-se o uso de combustores de gás, torneiras, ralos e vasos sanitários no interior dos edifícios/ habitações a fim de evitar novas epidemias, buscando a salubridade do município. Ademais, ocorriam tímidas ampliações do perímetro urbano e um projeto que nivelava ruas e praças visando acabar com áreas de brejos, possíveis núcleos originários de epidemias, além da normatização das edificações e áreas livres.¹⁶⁹ As escavações, o escoamento das águas pluviais, a instalação da rede de água e esgotos, a conservação de edifícios, ruas, praças e arborização foram alvos das atenções dos engenheiros sanitaristas. Acrescentam-se a estas “maquinarias da modernidade”

¹⁶⁶ ROLNIK, op. cit., p.13

¹⁶⁷ MARTINS, 2010, LAPA, 1996.

¹⁶⁸ MONTEIRO, Ana Maria Góes. “Ramos de Azevedo e a modernidade urbana da Campinas dos barões do café” In: **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** – ANPUR, Salvador, maio/2005, p.2. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anaais/article/viewFile/3442/3372>. Acesso em 06/01/2014.

¹⁶⁹ LAPA, 1996.

o advento do telefone e a chegada das Companhias Paulista e Mogyana de Estradas de Ferro, interferindo na comunicação e circulação de pessoas, mercadorias, cultura e saberes.

A preocupação com a produção e limpeza dos espaços da cidade, em finais do século XIX, restrita ao perímetro urbano, demonstra que o higienismo apresentava-se como a primeira forma de uma política urbana de enquadrinhamento do espaço urbano e controle da circulação das pessoas. Todavia, segundo Pechman, a partir das primeiras décadas do século XX, o pensamento urbanístico no Brasil, antes concentrado nos problemas higiênicos, devido às inúmeras epidemias, passa a ser associado ao progresso da ciência e desloca-se, do campo da medicina, para o da engenharia.¹⁷⁰

O objetivo converte-se em organizar territorialmente a cidade, em sua estrutura, aformoseando-a por meio de equipamentos urbanos (em Campinas, parcialmente já existentes) e obras grandiosas, na intenção de fazer a cidade circular e mostrar-se moderna. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento técnico (presente nas redes de esgoto e água, eletricidade, ferrovias, alargamento de vias) não admite a presença do saber e experiências do habitante da cidade, visando somente a racionalidade e objetividade do urbano. Na perspectiva de Pechman, forma-se um urbanismo ainda mais disciplinador, normatizador e regulamentador que tenta desconstruir a cidade e a rua como espaços de sociabilidades entre seus moradores.¹⁷¹

3.1.2. Uma legislação a favor da modernidade

Inicialmente prevendo o encarceramento de determinados sujeitos em locais específicos e fechados, os regulamentos, leis, atos, decretos passam a instituir, no período em estudo, uma maneira diferente de trabalhar o espaço. A utilidade de todos no sistema de coação deve ser destacada no discurso presente durante o governo Vargas, promovendo o ajustamento das diferenças a partir da manipulação dos interesses em pauta visando um objetivo comum que, neste caso, é a Campinas moderna. Porém, este objetivo comum faz

¹⁷⁰ PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estritamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

¹⁷¹ Ibid. Mais do que qualquer local na cidade, as ruas e suas calçadas eram consideradas uma extensão da casa pelos seus habitantes, local onde tudo acontecia, onde todos estavam e se encontravam.

parte apenas da premissa ideológica enraizada sob os interesses de governantes e elite local, proprietários de terra e empresários do setor imobiliário.

A legislação campineira contrapunha-se a aspectos que denotavam “atraso” na visão do legislador. Neste sentido, procurava restringir ou mesmo extinguir determinadas práticas e formas de viver antigos. Os modos de vida e sobrevivência da população de baixa ou de nenhuma renda eram os mais atingidos pela legislação municipal que buscava a disciplina.

A permanente existência da preocupação com a fluidez do trânsito e o impedimento de outros usos que não os permitidos refletem-se em aparelhos de coação e correção utilizados para prevenir e reprimir ações e comportamentos que ameaçam uma determinada ordem da cidade. As leis, os regulamentos, os projetos de remodelação da cidade, como Plano de Melhoramentos Urbanos e o Código de Construções de 1934, são indicativos de alguns dos instrumentos para essa nova normatização dos habitantes.

Exemplos como a preocupação com padrões estéticos de edificações, licença para construções e abertura de ruas, levantamento de muros, calçadas, iluminação, higiene, salubridade, segurança e, por fim a tentativa de zoneamento da cidade, presentes no Plano de Melhoramentos Urbanos e no Código de Construções de 1934, acabam por demarcar um território calcado em distinções sociais. Tais aparelhos não ficam restritos apenas às normas de ordem estrutural, como as regras para construções e fluxo do trânsito, apresentam-se também nas formas de impostos, multas, horários de funcionamento mais sintetizados, elaborados e controlados. Algo emblemático ao que já acontecia no Rio de Janeiro desde a década de 1920, segundo Pechman:

Viver na cidade demandava, além da lei, a norma, que disciplina. Lei para amarrar os indivíduos a um contrato social, norma para dar legitimidade às relações de poder que submetiam as massas, numa sociedade que começava a se industrializar.¹⁷²

Conforme o discurso do engenheiro Carlos Stevenson em 1933, no Plano de Melhoramentos Urbanos e no Código de Construções, a modernização da cidade envolvia a questão da ordem pública. O Plano de Melhoramentos, aprovado em 1934, demonstra que as mudanças no centro previam sua transformação em local de passagem e circulação rápidas, voltado para a presença de prédios públicos e estabelecimentos comerciais de ambientes fechados, usos que a modernização poderia proporcionar. Uma remodelação que, enfim, deveria causar mudanças no formato urbano de Campinas, deixando-a com ares de cidade

¹⁷² Ibid., p.347.

moderna. Era a proposta destes “ares” o grande diferencial dos projetos iniciados em finais da década de 1920. O desejo da modernidade deveria estar presente em toda a população, aspirando ao progresso e desenvolvimento da cidade. Aqueles que não estivessem em consonância com este pensamento, segundo os idealizadores da remodelação, não deveriam ter o direito a ela.

Estava presente neste projeto e, da mesma maneira, nos dispositivos legais, um modo de vida normalizador que tornava mais fácil controlar a população, projetando a imagem de unidade, coesão e harmonia, típica da multidão que deveria caminhar nas ruas da cidade. A impessoalidade tornaria praças e ruas elementos de orientação e leitura da população, excluindo o contato e conversas entre pedestres. As relações sociais, presentes desde o século anterior na região central, deveriam desaparecer mediante a retirada de seu componente territorial, ou seja, a rua e calçadas como espaços privado e público.

Ao mesmo tempo em que há uma “preocupação” das classes dirigentes com a proliferação dos “maus” costumes, desenvolve-se um paradigma de cooperação entre as classes sociais onde o Estado é o único interventor. Mecanismos de integração e consolidação nacional são ajustados por meio de instrumentos de controle e supervisão. Através destes aparelhos, os pobres, desempregados, ébrios, prostitutas e não só os opositores do regime político, são constantemente estigmatizados como não civilizados, sem regras, sem princípios e causadores da desordem na nação em suas cidades.

Para que funcionasse de acordo com as normas, um sistema de vigilância apoiado no registro permanente e na localização imediata dos indivíduos por meio de relatórios foi intensificado. Fez-se necessário, portanto, saber onde e como encontrar as pessoas a fim de poder vigiar o comportamento de cada um. Da mesma forma, as roupas e o andar, que já haviam se tornado maneiras de distinguir atitudes suspeitas no século XIX, na década de 1930, continuaram a ser aspectos para a diferenciação e controle da população.

É essencial destacar aqui o contexto do Estado Novo e a política de Vargas naquilo que se refere à repressão e fiscalização e sua influência na sistematização dos aparelhos de vigilância e fiscalização, que já estavam em andamento desde princípios do século XX, tornando-se mais elaborada a partir da década de 1930. A fiscalização sobre os usos do espaço e a legislação que a regula, atuam no sentido de racionalizar as atividades e separar cada tipo de prática, destinando-as a lugares específicos. O objetivo é tornar invisíveis cenas antes cotidianas, porém, incompatíveis com o ideal de cidade moderna. Dessa forma, ambulantes, com suas andanças irregulares pela cidade, portando seus embrulhos, caixotes, cestas,

tabuleiros e sua fixação em algum “estacionamento” são confirmados como alvo das leis e políticas de controle urbano.

Embora a presença dos ambulantes fosse importante para o abastecimento da cidade, estava também associada ao atraso e ao passado, e este foi um dos motivos para que comerciantes, engenheiros sanitaristas, urbanistas, industriais e autoridades municipais desejassem seu desaparecimento. Como vimos, desde finais do século XIX, a cidade de Campinas debruçava-se sobre legislações que coibissem atividades que passaram a ser consideradas atrasadas. Entre elas estava a profissão de ambulante, concebida como atividade de enganadores e mentirosos, perigosa por ser quase impossível de controlá-la devido à circulação em cantos diferentes e também como anti-higiênica, conforme lembra Valter Martins:

O trabalho dos verdureiros, quitandeiras, leiteiros, peixeiros e tripeiros era útil à população, mas, para urbanistas e sanitaristas, o comércio ambulante era visto como obstáculo da livre circulação e que, muitas vezes, comprometia a salubridade urbana. A busca burguesa da cidade ideal, bela e higiênica incluía a boa qualidade dos alimentos, requisito indispensável para garantir a saúde e a produtividade da força de trabalho.¹⁷³

De acordo com o autor, o mercado ambulante compunha parte da movimentação e circulação tanto de pessoas e mercadorias quanto dos costumes que existiam entre a população. O aspecto circulante aliado à liberdade de compra e venda seguindo mais os princípios pessoais do que os econômicos preocupava as autoridades municipais que viam na atividade uma ameaça à modernidade. Apesar de apresentar-se como característica da época colonial e que, aos olhos dos defensores da modernidade, deveria desaparecer, a prática ambulante não foi proibida pela legislação municipal, mas regulada e limitada por normas específicas, conforme poderá ser visto a seguir.

3.1.3. As primeiras tentativas de controle

Como o comércio ambulante fazia parte da vida urbana, as posturas municipais também vigoravam para ele, assim como para os mercados e comerciantes estabelecidos.

¹⁷³ MARTINS, 2009, p. 66.

Como observado no primeiro capítulo, antes mesmo de Campinas elevar-se à condição de cidade, a Câmara Municipal, já tentava controlar e organizar o comércio disperso e ambulante de gêneros alimentícios.¹⁷⁴ Ao mesmo tempo em que tentavam combater a dificuldade de abastecimento e a ação de atravessadores, as autoridades buscavam regulamentar a venda de gêneros alimentícios na cidade. Foi somente após a finalização da construção do primeiro Mercado da cidade e da elaboração de seu regulamento em 1861 que, segundo Martins, teve início a reorganização do espaço da cidade e, conseqüentemente, de seu comércio. A Praça do Mercado teria sido o espaço das primeiras intervenções diretamente relacionadas à circulação, organização, racionalização e reorganização do cotidiano urbano. Ainda nas últimas décadas do século XIX, a Câmara criou o Mercado das Hortaliças – Mercadinho¹⁷⁵ para não apenas solucionar o problema no abastecimento como também – mas, principalmente – para controlar e organizar o comércio de quitandeiros, de verdureiros ambulantes e regular a circulação de pessoas.

A partir de então, diante do crescimento populacional, a Câmara começou a dispor de mais regras para sistematizar e disciplinar o comércio de rua da cidade. No Código de Posturas de 1876, o artigo 115 dispõe sobre a permissão para a venda nas ruas da cidade de frutas, aves, peixes e outros gêneros de quitanda. Todavia, determinava que os ambulantes não poderiam permanecer nas ruas e lugares públicos a não ser no mercado respectivo, no caso, o Mercadinho. A multa pela infração à lei era de 5\$000 a 10\$000 e, caso não tivessem como pagar – situação da maioria dos trabalhadores que eram pobres – ficavam sujeitos a dois dias de cadeia. De acordo com esta lei, a permanência dos ambulantes nas ruas e calçadas deveria ser restrita, uma vez que, segundo as autoridades, prejudicava o trânsito e, claro, dificultava a vigilância e o cumprimento do regulamento do Mercado das Hortaliças.

Conforme o artigo 78 do Código de Posturas de 1880, a preocupação da Câmara, naquele mesmo ano, em limitar a circulação dos vendedores pelas ruas torna-se mais clara:

Os gêneros chamados de quitanda, como frutas, aves, peixes e outros serão vendidos no respectivo mercado. [...]

§ único. Os negociantes de gêneros acima especificados podem igualmente vendê-los pelas ruas da cidade, contanto que os vendedores não estacionem, senão nos lugares indicados. Os

¹⁷⁴ Como já observado na nota 78, em 1819 os vereadores aprovaram a construção de pequenos edifícios, em terreno municipal, que servissem ao comércio de alimentos e que ficariam conhecidos como “Casinhas”.

¹⁷⁵ MARTINS, 2010. O Mercadinho teve, de acordo com o autor, duas localizações distintas: Largo da Cadeia entre 1872 e 1885 e Largo da Liberdade entre 1886 a 1908 – ano em que teve as atividades encerradas devido à inauguração do Mercadão.

que venderem doces em tabuleiros poderão estacionar-se pelas ruas, contanto que não embarquem o trânsito.¹⁷⁶

E em 1886 o Regulamento do novo Mercado de Hortaliças¹⁷⁷ acrescenta mais determinações de como, quando e onde os ambulantes quitandeiros e verdureiros deveriam comercializar. Segundo Martins, mesmo com as restrições legais e a existência do Mercadinho, muitos quitandeiros e verdureiros ambulantes ainda perambulavam pela cidade, principalmente na região onde antes ficavam as “Casinhas”, no cruzamento entre a Rua do Comércio (atual Barão de Jaguará) e a Rua Gal. Osório e no Largo da Estação.

A fim de reforçar o controle sobre estes negociantes e a distribuição de alimentos na cidade, no ano de 1891, a Câmara estabeleceu a seguinte medida, por meio da Resolução 36:

Art.1º – Ficam proibidas as vendas de gêneros chamados - quitanda – fora do mercado respectivo, sem a devida licença.
§ único – Estão compreendidas as frutas, verduras, ovos, aves, peixes e outros.¹⁷⁸

A decisão faz menção à obrigatoriedade de licença para trabalhar nesta atividade. Segundo a norma, era necessário proibir que se vendessem alimentos ao ar livre e em carroças porque poderiam estragar rapidamente causando danos à saúde da população, tema de alcance das inovações e teorias de salubridade e higiene do século XIX.¹⁷⁹ No entanto, ela visava também obrigar os comerciantes a se inserir em um cotidiano racionalizado e identificado; algo que jamais chegaria a abranger todos os ambulantes.

A exigência do pagamento de uma licença anual para exercerem seu ofício remonta ao século XIX e, portanto, não era novidade aos ambulantes da década de 1930 e, tampouco, peculiaridade de Campinas. Sempre sujeitos às normas estabelecidas pela Administração, anos antes, escravos, forros e mulheres pobres já eram acompanhados de perto pelo fiscal, não raro, pela polícia.¹⁸⁰

Em Salvador, no final do XIX, Durães afirma que já havia um regulamento policial e um livro de matrícula que determinavam e identificavam aqueles que podiam trabalhar nas

¹⁷⁶ AHMC. **Código de Posturas de 1880**.

¹⁷⁷ AHMC. Regulamentos de 1886. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

¹⁷⁸ AHMC. Resolução 36 de 1891. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

¹⁷⁹ O ano de 1894 foi marcado pela promulgação do Primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo, que reuniu normas de saúde pública, a regulamentação do espaço público e privado e práticas sanitárias. O combate das epidemias e de doenças infectocontagiosas, no final do século XIX apoiou-se em intervenções como as previstas no Código de 1894, que resultaram, em Campinas, nas reformas urbanas, do fim do século XIX e início do século XX, de caráter essencialmente sanitário. A construção de rede de água encanada e de esgotos, a higiene das habitações, as desinfecções dos espaços público e privado e a segmentação do espaço urbano em funções especializadas foram os principais alcances das reformas.

¹⁸⁰ MARTINS, 2010.

ruas, ou seja, somente quem estivesse devidamente matriculado. Segundo o autor, muitos ganhadores eram obrigados a se registrarem, como forma de evitar a proibição do trabalho nas ruas, que era por sua vez, uma forma de sobrevivência de escravos, forros e mulheres e homens pobres livres. De acordo com os dados de Durães, em 1889, começaram a ser exigidas licenças e pagamento de impostos e a multa pela infração era de 20\$000, o que gerou embates e resistência entre os trabalhadores de rua e as autoridades soteropolitanas.¹⁸¹ Em seu estudo Dias também apresenta diversos conflitos relacionados à pesos e ao pagamento das licenças para comercializar nas ruas da capital. Agravados durante os períodos de crise no abastecimento, a resistência ao fisco e à licença, assim como a alteração de pesos e medidas, são concebidas pela autora como artifícios, por parte das vendedoras, de controle do seu modo de trabalho mesmo diante da presença dos fiscais do governo e seus regulamentos.

Ademais, o Estado Republicano Brasileiro sempre fez sua função de fiscalizar e policiar a ordem pública, zelando pelos interesses das classes dominantes.¹⁸² A partir de 1930, novos mecanismos de controle social foram introduzidos e, ao mesmo tempo, a tendência policialesca, unida à vigilância diária da conduta do outro, foi aprimorada. A respeito de Fortaleza, Erick Araújo afirma que não houve o estabelecimento de um tratamento planejado para a prática ambulante. Existia, contudo, uma política estritamente punitiva, cabendo ao Estado a garantia da circulação e do bom comércio. Esta garantia, portanto, deveria ser alcançada por meio de regulamentos como, por exemplo, a exigência da licença para se vender nas ruas.

É neste pano de fundo que adquire relevância a concretização da ideia de controle por meio da identificação. Pechman realiza uma explanação interessante a respeito de como a identificação dos habitantes da cidade, por meio da datiloscopia, permitiu a prevenção de práticas indesejáveis e o melhor controle da população intensificados com a organização dos órgãos da polícia na cidade do Rio de Janeiro.¹⁸³ Apesar de referir-se especificamente ao método de reconhecimento mediante as impressões digitais, adotado no Brasil somente em 1903, a preocupação em reconhecer e localizar qualquer um em meio à multidão já existia e aproximava-se da imposição, cada vez maior, da obrigatoriedade da licença e registro como forma de controle dos ambulantes.

O registro do ambulante decorrente da licença, além de reforçar os cofres municipais, converte-se em mais um dos instrumentos usados para a diferenciação daqueles que não

¹⁸¹ DURÃES, op. cit.

¹⁸² ARAÚJO, Erick Assis de. op. cit., p.305.

¹⁸³ PECHMAN, op. cit., pp.361-375.

estavam enquadrados nos moldes das normas estabelecidas. Localizar, controlar, multar, enfim, vigiar, torna-se mais fácil mediante a existência da licença e, por conseguinte, da identificação e registro precedente do ambulante. Nas palavras de Martins “a licença era um recurso na tentativa de seguir os passos daqueles que estavam legalmente liberados para vender nas ruas de Campinas”.¹⁸⁴ Ao mesmo tempo, quem não a possuísse continuava desconhecido, difícil de ser controlado e fora dos padrões, sendo, por estes motivos, alvo da ação e perseguição dos fiscais e da polícia.

Em 1894 um novo dispositivo sobre a regulação do comércio ambulante na cidade foi sancionado. Já no final do século XIX, a Lei 32 determina que:

Todo indivíduo, carregador ou vendedor ambulante de qualquer espécie, que transitar pelos passeios das ruas com carga, tabuleiros, caixas, cestas ou outros quaisquer objetos, será multado em 5\$000 e no dobro na reincidência.

Nota-se que a medida não se aplica somente a quitandeiros e verdureiros, mas a “vendedores ambulantes de qualquer espécie”. A multiplicação e variedade de ambulantes e artigos durante as últimas décadas do século XIX podem ter sido a causa para não mais especificar o tipo de mercadoria; fato que deveria proporcionar maiores preocupações à Câmara quanto à circulação já que, ao mesmo tempo, havia um crescimento da população urbana. Não há alusão a respeito da permissão em “permanecer ou vender pelas ruas” tal como nas leis anteriores. Porém, está claro que favorecer o trânsito, controlar e impedir que ambulantes atuassem em lugares não permitidos persistiam entre as preocupações das autoridades municipais.

Anos antes da publicação da lei acima, fora criado o cargo de fiscal geral, responsável por “fiscalizar tudo quanto se entenda com a boa execução do Código de Posturas e tabela de impostos”.¹⁸⁵ Na realidade, o cargo de fiscal existia há anos com inúmeras funções atribuídas e fora extinto e recriado algumas vezes. Provavelmente, entre suas atribuições anteriores deveria estar a fiscalização da circulação dos ambulantes pelas ruas. Em 1904, o cargo foi extinto e novamente criado em 1906, pela Lei 112, evidenciando que, apesar dos dispositivos legais e das tentativas de impor regulamentos, havia ainda muita dificuldade e deficiência no que se referia à fiscalização do cumprimento das normas entre os habitantes da cidade e entre eles, os ambulantes.

¹⁸⁴ MARTINS, 2010, p. 170.

¹⁸⁵ AHMC. Resolução 42 de 1891. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

A partir de 1906 a legislação a respeito da fiscalização e vigilância do crescente comércio campineiro começa a ganhar contornos mais precisos. Além da Lei 116 de 1906, que reforma e regula a cobrança de impostos em diversas atividades, a venda e fiscalização de gêneros alimentícios recebem disposições por meio da Lei 122 de 1907 e, em 1912, ocorre a organização dos serviços de fiscalização por meio da criação da Repartição Fiscal, até então representada pela Repartição de Rendas.

3.1.4. Um novo século, uma nova lei

Em 1908, Campinas passa a ter como administrador um prefeito e não mais intendentes nomeados pela Câmara. Contudo, ainda em 1906, a Câmara Municipal promulga a Lei 116 de 1906, que define novas tabelas e regulamentos de impostos para diversas atividades e profissões urbanas, a fim de angariar mais recursos financeiros. Como destacado, a cidade passava por grandes transformações neste período, como a instalação de postes de iluminação nas ruas do centro, a substituição dos bondes à tração animal pelos elétricos e a inauguração do novo Mercado em 1908. Diante de tais investimentos, era comum que a Câmara reformulasse os regulamentos e tabelas de impostos.¹⁸⁶

Nesta lei há regulamentos que se referem aos ambulantes, à licença para o uso dos espaços públicos, ao comércio estabelecido e indústrias, ao Mercado, ao imposto sobre veículos, imposto de viação ou metros corridos. Muitos dos dispositivos relativos à prática ambulante, presentes em 1906, persistiram durante a década de 1930 e contribuem para as análises feitas neste trabalho. Dados os objetivos da pesquisa, devem ser destacados o Regulamento de Imposto de Ambulante e o Regulamento de Imposto de Licença, Estacionamento e Localização juntamente com suas respectivas tabelas, 2 e 3. O Regulamento que contém a Tabela 2 diz respeito diretamente à atividade ambulante e suas mercadorias; já o que se refere à Tabela 3 faz menção, em seu 1º artigo a todas as pessoas que

[...] exploram divertimentos públicos ou particulares; concessões especiais para comerciar além das horas determinadas nas leis, pelos engraxadores que se utilizarem dos

¹⁸⁶ MARTINS, 2010, p.254. Conforme Martins, em 1906, o vice-presidente da Câmara Artur Leite de Barros, apresentou um projeto de lei para realização de um empréstimo de 3.200:000\$000 com prazo máximo de 50 anos para o pagamento. Sugeriu, portanto, que a Câmara se empenhasse na arrecadação dos impostos de indústrias e profissões, ambulantes, veículos e outros.

lugares públicos para se localizar; por todos aqueles que se ocuparem de misteres que pela necessidade da fiscalização da polícia municipal não podem ser exercidos sem licença do Intendente [...]¹⁸⁷

No artigo 2º fica mais clara a inclusão dos ambulantes nesta tabela:

[...] Este imposto, na parte concernente a engraxadores estacionados ou a qualquer ocupação das ruas ou lugares públicos, é pessoal e intransferível, recaindo diretamente sobre o indivíduo que for ocupante dos lugares.¹⁸⁸

Além disso, como reforço dessa constatação, o artigo 29 firma que “nos casos omissos neste regulamento, dever-se-á recorrer às disposições do regulamento de ambulantes em tudo que for aplicável.”¹⁸⁹

Dessa forma, tanto no primeiro quanto no segundo regulamento estão compreendidos, os sujeitos que mais interessam a este trabalho: fotógrafos ambulantes, engraxates e ambulantes de frutas, doces e de quaisquer mercadorias expostas à venda por ano nas ruas ou lugares públicos.

O comércio ambulante de Campinas, no período estudado, foi regido pelos Regulamentos de Impostos de Ambulante e de Licença, Estacionamento e Localização presentes na Lei 116 de 1906, com alterações nos valores dos impostos cobrados por meio da Lei 340 de 1924 e nos dispositivos relacionados à atuação e impostos em 1937 pela Lei 520. Apesar dos novos valores estipulados pela Lei 340 e das modificações referentes aos impostos dos fotógrafos ambulantes, muitos produtos continuaram a ser taxados, na década de 1930, de acordo com as Tabelas 2 e 3 de 1906, como é possível observar no Livro de Registros da Repartição Fiscal de 1931 e 1932, que traz valores idênticos aos mencionados na Lei 116. Os comunicados dos fiscais também revelam que o valor da multa relativa à ausência da licença de ambulante e de pagamento do imposto de ambulante continuou, na década de 1930, o mesmo. Apesar do estabelecimento de algumas novas normas para o comércio ambulante em 1937, aparentemente, não houve modificações relevantes quanto à organização da prática ambulante presente nos Regulamentos de 1906 até o final do período em estudo.

¹⁸⁷ AHMC. Art.1º do Regulamento de Imposto de Licença, Estacionamento e Localização da Lei 116 de 1906. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

¹⁸⁸ AHMC. Art.2º do Regulamento de Imposto de Licença, Estacionamento e Localização da Lei 116 de 1906. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

¹⁸⁹ AHMC. Art.29 do Regulamento de Imposto de Licença, Estacionamento e Localização da Lei 116 de 1906. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

3.1.5. Normas e sanções

Para que pudesse atuar no comércio da cidade todo interessado deveria obter a autorização do prefeito municipal. Não seria diferente para os ambulantes. Segundo os regulamentos da Lei 116 de 1906 e, anos mais tarde, a Lei 520 de 1937, o comércio sem licença era proibido e quem o praticasse deveria pagar a multa de 20\$000, tendo também a mercadoria apreendida. Depois de obtida a licença, os ambulantes poderiam arcar com dois impostos: o imposto de ambulante e o imposto de licença, estacionamento e localização, caso desejassem ficar “estacionados” em algum local da cidade.

Os impostos relativos à Tabela 2 dizem respeito aos artigos e serviços oferecidos pelos ambulantes enquanto os presentes na Tabela 3, envolvem a licença para atuar “estacionado” em determinados lugares públicos, como a rua, calçadas, portas de casas de espetáculos e igrejas, ou seja, espaços de ação dos ambulantes. Dessa forma, no primeiro caso, o imposto cobrado incide sobre a mercadoria/ serviço enquanto no segundo, sobre o espaço ocupado, do qual o valor dependia do lugar onde cada trabalhador estivesse “estacionado.” Mesmo isentos do pagamento de outro imposto (como os contidos na Tabela 2), os ambulantes estacionados em algum espaço público, fotógrafos ambulantes, engraxates ou quitandeiras estavam sujeitos ao pagamento das taxas da Tabela 3. Dito em outras palavras, mesmo aqueles que obtivessem a licença gratuita para atuar como ambulante e isenção do imposto sobre as mercadorias vendidas, deveriam pagar o imposto de “estacionamento” caso desejassem se fixar em algum ponto da cidade. Dessa forma, depois de obtida a autorização do prefeito, o solicitante deveria inscrever-se na Repartição Fiscal¹⁹⁰, pagar a licença no valor contido na Tabela 2 da Lei 116 referente à mercadoria comercializada, acrescido da taxa para a chapa de ambulante, correspondente a 2\$000.¹⁹¹

¹⁹⁰ A Lei 116 de 1906 faz referência à Repartição de Rendas. No entanto, em 1912, as atribuições ligadas à prática ambulante foram transferidas para a Repartição Fiscal.

¹⁹¹ A chapa de ambulante é um elemento sobre o qual não há referências em nenhuma lei analisada que diga respeito à regulação da atividade. A presença da chapa de ambulante somente é mencionada nos comunicados dos fiscais quando estes justificam a apreensão da mercadoria pela ausência dela e em algumas respostas da Repartição Fiscal a requerimentos que solicitam licença, fornecendo, portanto, o número da chapa. Por conseguinte, são os dados presentes nos Relatórios dos Prefeitos, comunicados e requerimentos que possibilitam presumir qual seria a função e importância do pagamento da chapa. Após a aquisição da autorização da Prefeitura – da licença propriamente dita – o ambulante necessitava pagar uma taxa pela chapa que, obrigatoriamente, deveria carregar consigo enquanto praticasse a atividade, para que pudesse ser identificado pela fiscalização. Ela continha, de acordo com alguns requerimentos, um número individual que identificava o ambulante e facilitava a ação da fiscalização no momento de reconhecer ambulantes irregulares e clandestinos. Os dados e valores contidos nos Relatórios dos Prefeitos levam à conclusão que o valor da chapa de ambulante era de 2\$000. Infelizmente, nem sempre as informações que se referem às receitas advindas dos ambulantes,

A Lei de 1937, que dispõe sobre o funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais, reitera a exigência da licença e do pagamento dos impostos respectivos, destacando a necessidade do envio da solicitação à Prefeitura, com nome ou razão social, ramo do negócio, que poderia ser a mercadoria vendida, nome do estabelecimento e endereço da sede ou filiais. De acordo com esta lei, tanto indústrias quanto os estabelecimentos comerciais, ambulantes, feirantes e comerciantes não estabelecidos¹⁹² estavam sujeitos à obrigatoriedade da licença e ao pagamento dos impostos decorrentes dela. Em meio à instabilidade da profissão, ocorriam casos em que o solicitante não especificava o artigo que pretendia vender, argumentando apenas que esperava ser concedida a licença. Tal atitude sugere que, obtida a licença, esta poderia ser agregada a qualquer mercadoria que lhe fosse possível vender, facilitando a escolha do artigo para a prática ambulante.

Porém, a Administração Municipal objetivava dificultar de todas as maneiras a prática ambulante. Quanto às licenças de ambulante e de estacionamento, ambas eram pessoais e intransferíveis; os interessados não podiam, pagando apenas um imposto, ocupar outra pessoa, nem mesmo como auxiliar, para vender suas mercadorias. Além disso, a mudança de ocupação ou de mercadoria dependia de uma nova inscrição e novo pagamento da licença. No caso da venda de artigos diferentes, segundo o Regulamento do Imposto de Ambulantes, deveriam pagar duas vezes a taxa do artigo mais caro, ficando isentos de todas as outras. Quando, porém, as taxas das mercadorias juntas fossem menores que a de maior valor, era cobrada a taxa de cada uma.

Esta disposição, restritiva da atividade ambulante, revela que nem sempre os ambulantes comercializavam apenas um tipo de mercadoria e que, a Administração Municipal, por meio dos valores de impostos, forjava obstáculos para o exercício da profissão, principalmente àqueles que vendiam variados produtos. O fato de existir uma norma, regulando a venda de produtos diversos, demonstra que deveria haver ambulantes que solicitavam a licença para um artigo e, de posse da autorização municipal para a venda de determinado produto, acabavam complementando seus rendimentos com a venda de outras

o número de licenças, chapas concedidas e multas aplicadas aparecem completas. Os motivos para o silêncio e ausência a respeito de dados podem estar ligados às mudanças nas estruturas e funções dos órgãos da Prefeitura, como as sucessivas trocas de atribuições.

¹⁹² A referência a comerciantes não estabelecidos diz respeito aos negociantes que chegavam de outras cidades e comercializavam durante um período em Campinas. Assim como os comerciantes que eram estabelecidos no município, estes também deveriam requerer a licença e pagar o imposto, fato notado em alguns dos requerimentos analisados que, como na Lei de 1937, possuem a expressão “não estabelecido em Campinas” ou “estabelecido na cidade tal”. A presença desses novos negociantes deve estar associada ao crescimento do mercado consumidor campineiro. De acordo com os dados contidos no Livro de Registros de Fiscais, muitos deles eram estabelecidos na capital do Estado, o que permite supor que vinham em busca de mais consumidores e de menor concorrência, já que, em São Paulo, o número de ambulantes e mascates deveria ser bem maior.

mercadorias. Devem ter existido muitos casos nos quais o ambulante com licença teve suas mercadorias apreendidas por comercializar outros itens para os quais não tinha autorização. Esta escolha poderia ser influenciada pela garantia de melhores rendas que tal produto lhe proporcionava, mas como a licença e impostos para vendê-lo deveriam ser mais altos, optava-se por conseguir a autorização para a venda de um item de menor valor. Esta artimanha para obter uma renda maior valia à pena diante da possibilidade de ganhos maiores e melhores condições de sobrevivência.

O horário de atuação dos ambulantes também era determinado pelas leis municipais, estando sempre sujeito ao mesmo período de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. Em 1937 o horário permitido era, na zona urbana, diariamente, das 8 às 18 horas, com exceção dos domingos. Na zona rural o comércio poderia ser praticado das 7 às 18 horas, quando não houvesse proibição estabelecida por lei. Uma das justificativas para a proibição estava ligada à tentativa de evitar reclamações, por parte dos comerciantes estabelecidos, que protestavam contra o que, para eles, era a concorrência desleal dos ambulantes.

Reforçando a limitação, deve ser apontado o acréscimo de um dispositivo às normas da prática do comércio ambulante pela Lei 520; mais uma forma de restringir sua atuação visando, segundo as autoridades, a melhoria do trânsito nas ruas da cidade. Segundo o artigo 20 da referida lei, tais negociantes não poderiam fixar-se nas vias públicas, salvo às portas das casas de espetáculos, igrejas por ocasião de festividades e, sempre a juízo da Prefeitura.¹⁹³ O Regulamento do Imposto de Ambulantes menciona a permissão do comércio nas ruas e lugares públicos, inclusive, isenta do imposto de ambulante os colonos que comercializassem aos domingos, dias santos e feriados. O mesmo regulamento não traz a especificação criada em 1937, fato que permite entrever, na década de 1930, o aumento da rigidez, preocupação e limitação das autoridades quanto aos espaços que deveriam e poderiam ser ocupados pelos ambulantes.

Outro detalhe da Lei 520 que chama a atenção é que não há nela uma tabela de impostos específica para ambulantes, tal como ocorre na Lei de 1906. Constam na regra quatro tabelas (A, B, C e D), respectivamente referentes ao imposto de licença ordinária para estabelecimentos comerciais, imposto de licença ordinária para os estabelecimentos industriais, impostos de licença extraordinária¹⁹⁴ e imposto de licença para feiras livres. É possível supor que os ambulantes poderiam estar inclusos tanto na Tabela A, porque se refere

¹⁹³ AHMC. Art. 20 da Lei 520 de 1937. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

¹⁹⁴ Incluem-se, neste caso, as licenças para teatros, cinemas, restaurantes, pensões, albergarias.

ao comércio em geral, quanto na Tabela D, que diz respeito às feiras livres, locais onde havia muitos negociantes ambulantes; ou também, poderiam estar incorporados em ambas. Por outro lado, o fato desta lei não apresentar uma tabela exclusiva para ambulantes, como nos anos anteriores, deixa implícita a intenção das autoridades de não apresentá-los como significativos aos cofres públicos, tentando diminuir sua aparente importância econômica, política e social.

A Tabela A, da mesma lei, possui informação pertinente em relação à maneira como os impostos eram cobrados e que já estava embutida da limitação do uso de determinados espaços públicos, principalmente aos ambulantes. De acordo com os dados, os tributos eram lançados segundo a zona de atuação do estabelecimento comercial. Como a cidade estava dividida em quatro zonas, havia quatro taxas diferentes, com valores decrescentes da primeira (área central) à quarta zona, que correspondia à zona rural. Quanto mais próximo do centro, maior o imposto a ser pago. Determinação que, claramente, visava impor o distanciamento cada vez maior de negociantes com baixa renda da região central.

A Tabela D faz menção à taxa de negociantes ambulantes não produtores e produtores que atuavam nas feiras livres. Segundo seus dados, os primeiros estavam sujeitos a três vezes o imposto de licença ordinária enquanto os segundos eram isentos da tributação. Outro indício de restrição à atuação de negociantes que atuavam como intermediários entre consumidores e proprietários de chácaras e sítios, situação da maioria dos ambulantes. Todavia, não há elementos nesta lei que informem qual o valor da licença ordinária, o que sugere que os valores estipulados pela Lei 340 de 1924 ainda deveriam ser parâmetro para a cobrança do imposto da maioria dos ambulantes.

Em 1935, a Lei estadual 2.485, em seu artigo 20, modificou a cobrança de impostos, isentando comerciantes ambulantes considerados, a juízo do Governo do Estado, incapazes ou impossibilitados de outros serviços.¹⁹⁵ O mesmo dispositivo está presente no artigo 28 da Lei Municipal 520. As novas regras, municipal e estadual, foram alguns dos motivos que levaram, a partir de 1937, diversas pessoas a requererem a obtenção de licença e isenção de impostos à Prefeitura, além de abertura de firmas. Tal medida pode conduzir à ideia de que as autoridades visavam facilitar, enfim, a vida e atividade dos ambulantes. Contudo, havia dificuldades em comprovar, cumulativamente, ser reconhecidamente pobre e portador das dificuldades físicas

¹⁹⁵ **SÃO PAULO (Estado)**. Art. 20, letra b da Lei 2.485 de 16 de dezembro de 1935. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei%20n.2.485,%20de%2016.12.1935.htm>. Acesso em 19 de fev. 2013.

e/ou doenças especificadas nas leis, o que, por outro lado, deveria aumentar o número de ambulantes sem registro.

A obrigação do envio de requerimentos e atestados médicos para obter a permissão e/ou a isenção do imposto cobrado pela Administração Municipal tornou-se um obstáculo permanente para o uso e apropriação do solo na cidade de Campinas, principalmente após a formulação do Plano de Melhoramentos Urbanos em 1934 e sua definitiva aprovação em 1938. A indicação de que havia ambulantes preocupados em obter a licença, requisitando-a à Administração Municipal, aparece ao lado das constantes apreensões de mercadorias e comunicados de multas que possibilitam perceber a não incorporação de todas às regras da maneira prevista pelas autoridades e que os obstáculos impostos não eram intransponíveis. Neste último caso, pode-se dizer que talvez não se tratasse de resistência à lei em si, mas da defesa de um modo diferente de fazer, principalmente diante da realidade interpretada por meio das próprias necessidades e costumes dos ambulantes.¹⁹⁶

Atitudes como a escolha em obter ou não a autorização da Prefeitura, a recusa em pagar os impostos, a insistência em diferentes formas de atuar, vendendo diversos produtos e pagando somente um imposto, comercializando artigos proibidos, vendendo em locais e horários não permitidos devem ser compreendidas como formas de resistência e estratégias de sobrevivência elaboradas pelos ambulantes de acordo com o contexto no qual estavam inseridos. O valor da multa por falta de autorização ou por outra infração à lei influenciava na decisão de solicitar a licença ou permanecer na clandestinidade, contendo diversos sentidos dependendo de qual produto fosse comercializado e da realidade vivida pelo ambulante.

Diante destas persistências e releituras, o Regulamento do Imposto de Ambulante de 1906 determinava a aplicação da multa de 20\$000, o pagamento do imposto e mais despesas àqueles indivíduos que vendessem pelas ruas da cidade sem a autorização municipal ou que infringissem algum de seus dispositivos. Ficavam sujeitos também à apreensão da mercadoria e esta só seria devolvida caso a situação fosse regularizada na Repartição Fiscal. Em 1937 a multa por falta de licença foi firmada, porém sem um valor definido. Há somente a informação de que, a qualquer infração da lei, deveriam ser pagos os valores de 10\$000 a 50\$000 e o dobro na reincidência.

A leitura dos comunicados de apreensão e dos requerimentos de devolução de mercadorias comprova que a multa de 20\$000 pela falta de licença permanece a mesma durante todo período estudado. A falta de licença era a maior causa das apreensões de

¹⁹⁶ THOMPSON, op. cit, pp.13-24.

mercadorias e imposição de multas a ambulantes. Eram uma forma de resistir ao fisco, já que viviam na incerteza de conseguir renda ao final do dia ou do mês.¹⁹⁷ Porém, a ideia de resistência à obrigatoriedade não deve ser vista como característica apenas da década de 1930 e, tampouco, estar somente ligada às mobilizações públicas de descontentamento.¹⁹⁸ Como mencionado, a exigência da autorização municipal para exercício da atividade ambulante e outras atividades comerciais, remonta ao século XIX, o que faz supor que seria um elemento comum para o cotidiano da população e ambulantes. Contudo, no período estudado, a fiscalização aos ambulantes passa a ser acompanhada de controle e regras baseados na proposta de modernização urbana, com o intuito de deslocar aqueles sujeitos considerados inadequados à modernidade.

3.1.6. A perspectiva da Administração Municipal: o imposto como mais um fator limitador

A prática de organização do comércio por meio da exigência da licença, do pagamento dos impostos, do controle da venda e proibição/permissão de artigos a serem comercializados não tinha os efeitos esperados, pelas autoridades, entre os ambulantes. Mesmo com as medidas e ações do poder público em restringir e coibir cada vez mais seus espaços de circulação, o comércio ambulante se mantinha e se modificava. As novas normas, higiênicas, morais ou de comportamento racionalizaram o cotidiano urbano, mas também geraram novos costumes e modos de vida. Dessa forma, a atividade ambulante continuou a fazer parte da tradição de grande parte da população urbana, o que proporcionou a coexistência entre representações e significados negativos e positivos sobre sua permanência.

Dentre as providências para a restrição e controle do comércio ambulante, as cobranças de imposto, os pagamentos da licença, as multas e apreensões de mercadorias aparecem também como alternativas de arrecadação de verbas para os cofres públicos da cidade. Na década de 1930, a partir do momento em que a cobrança do imposto territorial

¹⁹⁷ MARTINS, 2009.

¹⁹⁸ CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

urbano passa aos municípios¹⁹⁹ a Prefeitura começa a controlar cada vez mais o uso e apropriação do solo urbano, principalmente, por meio da cobrança de impostos a fim, também, de obter mais recursos.

A organização da cidade, por meio da divisão das funções urbanas, altera ainda mais as condições de vida e a segregação, refletindo uma ordem em função do mercado, sob aspectos econômicos e políticos.²⁰⁰ Define-se, portanto, a alteração do valor de determinados espaços para a indústria e setor terciário, que vai direcionar e explorar os lugares de acordo com os interesses financeiros do município e imobiliários.

A expansão das funções urbanas e de regiões com intermediações de mercadorias e pessoas como a da Estação da Paulista tornam-se os locais mais atrativos para a realização do comércio na cidade.²⁰¹ Concomitante ao interesse pelos espaços, o valor para o uso do local (ou estacionamento, no caso dos ambulantes) aumenta e transforma-se em mais uma dificuldade para a realização da atividade. Caso desejassem atuar em uma região com maior circulação de pessoas e mercadorias, o preço a ser pago pelo estacionamento/ fixação era mais caro. Um bom exemplo é a existência de grandes diferenças entre os impostos cobrados por diversos artigos vendidos mas, e, principalmente, para a mesma mercadoria. Inicialmente esta diferença estaria relacionada à existência de diferentes “zonas” de atuação e de cobrança de impostos na cidade. No entanto, observando-se com cuidado os registros, nota-se que, em uma mesma rua, o imposto para a venda de doces poderia variar de 30\$000 a 55\$000. Maria Benedita Castro, ambulante na Rua Regente Feijó, centro de Campinas, pagava o maior valor em 1932, enquanto Mariana Ferraz, em 1931 atuante na mesma rua, o menor. Não há informação nas leis municipais que justifique essa diferença. Contudo, a Rua Regente Feijó, está localizada bem em frente à Catedral da cidade, é paralela à entrada da igreja. Possivelmente, Maria Benedita tinha seu ponto próximo à Matriz, ponto de encontro e local de grande circulação de pessoas. Esse fato, talvez, fundamentasse para a Repartição Fiscal a diferença nos valores, já que se tratava de um bom ponto de comércio. Este era um dos motivos para que os pagamentos dos impostos, muitas vezes, acabassem em situações não amistosas entre fiscais e os ambulantes, nas quais a polícia acabava intervindo.

¹⁹⁹ No regime da Constituição de 1891, havia previsão do imposto predial e do territorial urbano como dois impostos distintos. O primeiro, incidia sobre edificações e, o segundo, sobre imóveis não edificados, sendo que ambos eram de competência dos Estados.

²⁰⁰ ROLNIK, op. cit., p.30.

²⁰¹ A Rua 13 de Maio, desde o final do século XIX, havia se tornado a principal via de comunicação direta entre o centro da cidade e a estação da Paulista, sendo por isto, a região mais almejada pelo comércio ambulante.

Como dito anteriormente, um dos impostos cobrados era aquele sobre o tipo de mercadoria vendida e outro estava ligado à ocupação de um lugar no espaço público da cidade. Todos os anos as duas licenças – de ambulante e de estacionamento – deveriam ser solicitadas ao prefeito, uma vez que ambos os impostos eram anuais. A cobrança do imposto de ambulante era feita sem aviso ou lançamento, sempre no começo do ano ou no momento de início da atividade. O Regulamento do imposto de licença, estacionamento e localização permite supor que o mesmo acontecia para este tipo de imposto. Segundo esta determinação, existiam casos em que a cobrança não dependia do lançamento do imposto, o que leva a crer ser o caso dos ambulantes contidos na Tabela 3. Os impostos eram cobrados integralmente de todos, porém, deve ser cogitada a possibilidade de haver diversas formas de pagamento.²⁰²

De acordo com o Regulamento da Tabela 3, o contribuinte que não realizasse o pagamento nos prazos determinados, incorria na multa de 30\$000 aplicada imediatamente. No caso dos impostos da Tabela 2, ficava sujeito à multa de 10% sobre o valor da taxa atrasada. Todos aqueles que infringissem os regulamentos e não pagassem os impostos correspondentes, além das multas, teriam as mercadorias apreendidas. O mesmo ocorria para os ambulantes que não trouxessem consigo a competente licença. Apreendida a mercadoria, esta ficava sujeita às despesas de depósitos e praça, efetuados oito dias após a apreensão caso o pagamento do imposto e da multa não fosse realizado. O ambulante tinha também o prazo de oito dias para reclamar da imposição de multas e apreensões de objetos feitas pelos fiscais. Não obstante, podia reclamar ao prefeito caso se sentisse agravado com a aplicação das taxas, como aconteceu com fotógrafos ambulantes e verdureiros em diversos momentos, como poderá ser visto mais adiante. Na situação de não requerer as mercadorias de volta e,

²⁰² Na Tabela 2 da Lei 116, em sua alteração presente na Lei 340 de 1924 e no Registro de Ambulantes do Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Registro de Firms (1930-1936) há indicação de que alguns impostos deveriam ser pagos mensal, trimestral ou semestralmente, dependendo do artigo comercializado e/ou atividade realizada. A Tabela 3 da Lei 116 também identifica como anual a cobrança do imposto de licença, estacionamento ou localização. Porém, o imposto relativo aos fotógrafos ambulantes era mensal, como os próprios ambulantes afirmam em requerimentos enviados ao prefeito municipal em 01/10/1930, 24/12/1930 e 23/11/1932. Em três requerimentos, enviados por fotógrafos ambulantes à Prefeitura solicitando a revisão do imposto cobrado, há menção sobre os valores e formas de pagamento dos impostos. Segundo eles, fotógrafos ambulantes pagavam um imposto de 600\$000 que podiam ser divididos em *prestações mensais* de 50\$000. Neste caso, percebe-se que, apesar da cobrança ser anual, como afirmam as Leis 116 e 520, ela podia ser paga em prestações. Outro documento, enviado pelo suposto ambulante Simão Talerman, em 21/10/1932, solicitando a devolução de mercadorias que lhe foram apreendidas pelo fiscal, também fornece informações a respeito de como poderia ser realizado o pagamento do imposto de licença. Após solicitar suas mercadorias e justificar as causas da apreensão, Simão afirma que pagaria o *trimestre* do imposto acrescido da multa de 20\$000. Ele não se manifesta sobre quais seriam as mercadorias e, tampouco, a respeito do valor total do imposto, mas, de acordo com estes registros, é possível inferir que existiam possibilidades para o pagamento do imposto anual. A partir destes dados, é possível supor que o imposto de licença poderia ser pago mensal, semestral ou trimestralmente. Porém persiste a dúvida se o valor anual era parcelado, se havia uma cobrança na qual o mesmo valor era cobrado diversas vezes no ano ou ainda, se ambas as possibilidades existiam.

tampouco, pagar a multa pela falta de licença ou o imposto em atraso, aquelas eram doadas às instituições de caridade no caso de gêneros alimentícios, ou, leiloadas em se tratando dos demais artigos.

3.1.7. Alterações nos impostos e os gêneros alimentícios

Entre 1906 e 1924 – ano no qual ocorreu a alteração nos valores dos impostos de ambulantes – é possível notar alguns dispositivos que isentavam determinados ambulantes dos impostos, como por exemplo, os de gêneros alimentícios. Segundo a Lei 236 de 1918, desde a década de 1910, os ambulantes de gêneros alimentícios que vendiam diretamente ao consumidor e a retalho, por preços inferiores aos adotados na praça, estavam isentos do pagamento de impostos, devendo pagar somente a licença para início da atividade. Com o dispositivo de 1918 a determinação permaneceu até 1925, quando foi sancionada a Lei 345, que excluiu do aumento estabelecido pela lei orçamentária os ambulantes de gêneros alimentícios.

A presença destas e de outras medidas em relação aos ambulantes de gêneros alimentícios mostram estes comerciantes como dotados de certos privilégios diante da Administração Municipal. O comércio de alimentos sempre foi uma preocupação das autoridades municipais e, a importância que tais ambulantes tinham na questão do abastecimento da cidade aparece destacada, ainda que por meio de aparelhos de controle, auxiliando em épocas de carência de alimentos básicos no município.

Inferese que, por tratar-se de produtos passíveis de deterioração, o comércio deveria ser realizado em um menor intervalo de tempo a fim de evitar problemas relacionados à saúde pública. Porém, a venda rápida somente seria possível se os valores fossem acessíveis à maioria da população, condição que poderia ser obtida excluindo a obrigatoriedade do pagamento de impostos. Daí a necessidade de normas que permitissem a venda a preços mais baixos.

A dificuldade no abastecimento da população campineira, devido aos altos preços durante as primeiras décadas do século XX, foi primordial para que estes ambulantes fossem excluídos da cobrança de impostos em 1918 e do aumento estipulado em 1924. Além da valorização da produção de café, a urbanização pode ter sido uma das razões para os

problemas no abastecimento de alimentos, já que esta, além de causar o desaparecimento das chácaras próximas à região central, também ocasiona a restrição do costume das casas com quintais. O alargamento das ruas para promover o uso de automóveis, veículos considerados mais rápidos, impulsiona a diminuição das atividades de subsistência dentro dos próprios quintais o que, por consequência, eleva o número de pessoas em busca de alimentos diante da redução da produção.

O empenho da Administração, no ano de 1925, em obter alimentos para a compra e venda de artigos de primeira necessidade, corrobora a afirmação de falta de gêneros alimentícios. Segundo o artigo 1º da Lei 348:

Fica a Prefeitura autorizada a adquirir, onde for possível e de preferência de acordo com a Comissão de Abastecimento da capital do Estado, gêneros alimentícios, tais como banha, arroz e outros considerados de primeira necessidade, para revendê-los aos consumidores diretamente, ou por intermédio do comércio local, pelo preço de custo, apenas aumentando das despesas indispensáveis, para a apresentação à venda, tais como transporte, armazenagem, etc.²⁰³

Ademais esse dispositivo, havia outro que autorizava o então Prefeito Dr. Miguel de Barros Penteado a instalar “armazéns de emergência”, para oferta direta aos consumidores.²⁰⁴ Além disso, segundo o Regulamento publicado cinco dias após esta lei, estava proibida a revenda de produtos a negociantes nos armazéns sob a pena de multa. Destaca-se a necessidade de venda de artigos de primeira necessidade somente à população e não a comerciantes, que os venderiam a preços mais altos.²⁰⁵ Os dados apresentados por Teresinha A. Del Fiorentino²⁰⁶ também reforçam a hipótese de que uma crise no abastecimento tornava ambulantes de alimentos essenciais para o município, fato que teria se estendido durante a década de 1930.

De acordo com a autora, durante os anos de 1930, era provável que os comerciantes não respeitassem as tabelas de preços impostos pela Prefeitura. Neste sentido, se, entre 1930 e

²⁰³ AHMC. Art. 1º da Lei 348 de 1925. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

²⁰⁴ AHMC. Art. 2º, letra c, da Lei 348 de 1925. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

²⁰⁵ AHMC. Art. 7º e 8º do Regulamento da Lei 348 de 1925. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

²⁰⁶ FIORENTINO, op. cit. Para obtenção destes dados, Fiorentino baseou-se nas informações contidas no jornal campineiro *Correio Popular*, onde, segundo a autora, eram publicadas as tabelas de preços estabelecidas pela Prefeitura e nas propagandas de casas comerciais. Após verificar algumas edições do *Correio Popular* do período, presentes no acervo da Hemeroteca do Centro de Memória da Unicamp, foram encontradas diversas propagandas relativas ao comércio estabelecido da cidade, contudo, não foram localizadas as tabelas de preços estabelecidos pela Administração Municipal.

1932, a diferença entre a média dos preços no comércio da cidade foi mínima (de 1\$680 para 1\$710), devido à alta nos preços dos alimentos como arroz, feijão, farinha de mandioca e açúcar e queda de outros como toucinho e charque, entre 1934 a 1937, a média teria duplicado, passando de 1\$160 para 2\$110, quase triplicando no final do período. Estas informações substanciam um dos motivos que levaram, na década de 1930, prefeitos como Orosimbo Maia, Euclides Vieira e a Repartição Fiscal a evidenciarem a importância dos ambulantes de gêneros alimentícios para o abastecimento da cidade em suas respostas aos abaixo-assinados contrários à presença de negociantes ambulantes.

A modificação dos valores dos impostos de todos os ambulantes, prevista para 1925, ocorreu por meio do artigo 18 da Lei 340 de 1924. É importante destacar que esta lei não tinha como objetivo modificar todas as tabelas e regulamentos de impostos contidos na Lei de 1906, por isso ela não deve ser considerada como substitutiva da Lei 116. Seu dispositivo principal é o orçamento da receita e fixação das despesas para o ano de 1925 e não o estabelecimento de um regulamento do imposto do comércio ambulante, como dispunha a legislação de 1906.

A alteração previa uma alta de 50% em todos os impostos dos artigos e serviços contidos na Tabela 2 da Lei 116. Para artigos como acolchoados, armarinhos, quinquilharias, imagens, rosários, fazendas o aumento ultrapassava a metade do estabelecido. Como somente a tabela de impostos de vendedores ambulantes foi alterada e com valores bem acima dos anteriores, supõe-se que o aumento atendia aos pedidos de comerciantes, sempre incomodados com a presença de ambulantes na cidade, e de pessoas ligados ao comércio estabelecido.

3.1.8. Impostos, multas, apreensões: entre o controle e a arrecadação fiscal

Os diferentes artigos e serviços presentes nas tabelas de impostos da lei de 1906, expressam a existência da grande diversidade no comércio campineiro e a tentativa da Intendência e, em seguida, da Prefeitura Municipal, em regular e controlar este comércio sem abrir mão da arrecadação financeira para os cofres públicos. A partir da análise dos Relatórios dos Prefeitos, é possível afirmar que a atividade ambulante, considerada inadequada por urbanistas e engenheiros, contribuía para o aumento das finanças municipais mediante o

pagamento das licenças, impostos e multas. Havia também a possibilidade de leilão das mercadorias apreendidas, proporcionando mais um meio de obter recursos financeiros. Dessa forma, todos, até mesmo os ambulantes sem a autorização municipal ou inadimplentes, acabavam por contribuir para a arrecadação fiscal do município.

A partir de 1925, a contribuição tornou-se maior, com o aumento dos impostos de ambulantes – previsto na Lei 340 de 1924 – que passaram a variar entre 15\$000 a 600\$000, dependendo do produto comercializado e do local de atuação. Os maiores tributos correspondiam a produtos como armarinhos, quinquilharias, imagens, rosários e tecidos. Por exemplo, estes ambulantes, que pagavam impostos de 250\$000 até 1924, em 1925 passaram a ter taxas de 400\$000. Tecidos que, desde 1906, eram taxados com imposto de 300\$000, tiveram o ônus elevado para 500\$000.

De ambulantes vendedores de água, artefatos nacionais, cestas, escovas, vassouras, carne verde em tabuleiro, carimbos de borracha, estampas e quadros, flores artificiais, bilhetes de loteria, peixes, rede, sabão, sabonetes, sorvetes, objetos de vidro, louça de barro passaram a ser cobrados 75\$000 anualmente. Quando não estivesse contemplado na tabela da lei nem fosse assemelhado a alguma mercadoria, cobravam-se os encargos de 30\$000, 50\$000, 100\$000 ou 300\$000, conforme a natureza do produto, importância econômica ou lucros obtidos através da venda.

A tabela a seguir oferece uma amostragem relativa à incidência do imposto sobre alguns artigos em dois momentos distintos:

Tabela 3 - Alguns artigos comercializados e seus impostos respectivos de acordo com a Lei 116 de 1906 e a alteração sofrida após a Lei 340 de 1924.

Artigos	Valor do imposto de acordo com Lei 116 de 1906	Valor do imposto modificado após a Lei 340 de 1924
Hortaliças, ovos.	15\$000	22\$000
Doces e queijos em fração, cebola e alhos (semestre), linguiça, frutas.	30\$000	45\$000
Doces, empadas e pastéis em tabuleiro, flores naturais.	20\$000	30\$000
Artefatos nacionais, flores artificiais, bilhetes de loteria, peixes, quitanda em geral (verduras, frutas, ovos, frangos em pequena escala), sabão, sabonetes, sorvetes.	50\$000	75\$000
Massas alimentícias	100\$000	150\$000
Gêneros alimentícios (em pouca quantidade, em carrinhos ou não)*	200\$000	300\$000
Armarinhos, quinquilharias, imagens, rosários.	250\$000	400\$000
Fazendas.	300\$000	500\$000

Fonte: AHMC. Tabela 2 da Lei 116 de 1906 e Lei 520 de 1937. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889 – 1940). Os artigos destacados foram escolhidos, para a elaboração da tabela, a partir daqueles que mais aparecem entre os requerimentos enviados ao Prefeito e nos comunicados de apreensão dos fiscais.

* Os ambulantes de gêneros alimentícios foram excluídos deste aumento após a promulgação da Lei 345 de 1925, como já mencionado.

A Prefeitura demonstra ter consciência da importância da arrecadação dos impostos de ambulantes para os cofres públicos ao mesmo tempo em que tentava racionalizá-la, disciplinando a atividade por meio da elevação dos impostos e restrição da ocupação ambulante nos espaços públicos, eliminando aqueles ambulantes que mais incomodavam, por exemplo, sujando as ruas. Esta constatação pôde ser obtida por meio dos registros da Repartição Fiscal publicados nos Relatórios dos Prefeitos.²⁰⁷ Apesar do orçamento para os anos de 1929 e 1932, nos quais a receita do imposto de ambulantes ficou bem abaixo do esperado, os valores estimados pela seção de contas da Prefeitura aparecem sempre próximos dos recolhidos. O recebimento destes impostos, ainda que pouco significativo, era algo previsto e fazia parte das contas orçamentárias da cidade. Em um período de projetos de remodelações urbanas, qualquer queda nos números da receita poderia ser desastrosa.

²⁰⁷ AHMC. **Relatórios dos Prefeitos**. Anos 1929 – 1940.

Esta era uma das justificativas para que, tanto nas respostas da Administração aos requerimentos da população quanto em alguns comunicados dos fiscais, existisse certa complacência das autoridades diante da presença deste tipo de comércio no município. Ao responder a um abaixo-assinado, enviado em 1930, por comerciantes estabelecidos no Mercado Municipal, que exigia providências quanto à presença de ambulantes no local, o então prefeito Orosimbo Maia afirma que estes, em dia com o fisco, só traziam lucros e benefícios à população.²⁰⁸

Os dados encontrados nos Relatórios dos Prefeitos corroboram estas observações, principalmente no que diz respeito aos impostos. Os valores arrecadados por meio dos impostos de ambulantes revelam que o recolhimento anual girava em torno de 2% de toda a receita municipal. Com exceção do intervalo entre os anos de 1934 e 1936, nos quais o recebimento ficou acima de 2%, a percentagem recebida pelos impostos dos ambulantes variou entre 1,6% e 2%. É importante destacar que para os anos 1937, 1938 e 1940 não foram encontrados dados consistentes acerca da arrecadação deste imposto. Para 1938 e 1940, os valores referentes à atividade ambulante não são discriminados, apresentando apenas uma arrecadação comum com a denominação “imposto de licença”.²⁰⁹ Entretanto, é possível notar que o final do período estudado caracteriza-se pela diminuição da arrecadação do imposto de ambulante. Em 1939, ano em que houve um elevado número de expedição de chapas de ambulantes – 440 chapas – o valor arrecadado relativo à atividade caiu vertiginosamente, passando a representar 0,5% de um total de 8.332:615\$700. Número, contudo, acima da expectativa da Administração, que previa um total equivalente a apenas 0,2% de toda a receita do município.

A obtenção de grande quantidade de licenças para o comércio de produtos com impostos de baixos valores explicaria o aumento do número de chapas expedidas concomitante à diminuição na arrecadação. Ademais, a queda pode estar ligada à inadimplência de ambulantes que, mesmo tendo obtido a licença e a chapa, recusavam-se a pagar os impostos devidos, fugindo e/ou escondendo-se da fiscalização que se tornava cada vez mais rígida com o início da execução do anteprojeto do Plano de Melhoramentos

²⁰⁸ AHMC. Abaixo-assinado de comerciantes estabelecidos no Mercado Municipal, 22/03/1930. Requerimentos de Fiscalização e aplicação de multas. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²⁰⁹ Em 1937, devido à conjuntura nacional, não houve publicação do Relatório do Prefeito. Já nos dados referentes a 1938 e 1940 nota-se que o “imposto de licença” inclui a arrecadação dos impostos de ambulantes e, ao mesmo tempo, de estabelecimentos comerciais, indústrias e similares, veículos, publicidade e licenças diversas.

Urbanos. A junção destes fatores deve ter interferido na aquisição da receita advinda do comércio ambulante em finais do período estudado.

A importância fiscal da arrecadação de imposto do comércio ambulante também pode ser fundamentada a partir da comparação entre a contribuição do Mercado Municipal e dos ambulantes. Por meio deste método nota-se que, de fato, os ambulantes ainda eram preferidos por parte da população em relação ao Mercado da cidade quando o assunto era a compra. Os Relatórios dos Prefeitos indicam que entre a arrecadação dos impostos do Mercado e do comércio ambulante não há grandes diferenças chegando, em alguns momentos, a ser maior a contribuição dos ambulantes do que a do estabelecimento municipal; como ocorreu em 1934, ano no qual o recolhimento dos impostos de ambulantes e do Mercado correspondeu, respectivamente, a 2,6% e 2,2% de uma receita total de 6.075:790\$000.²¹⁰

Segundo os dados levantados, somente a partir de 1936 a receita proveniente do Mercado começou a elevar-se gradativamente em relação à ambulante. Em 1939 ela era da ordem de 2% acima da de ambulante que, como já observado, correspondeu a apenas 0,5% de toda a receita municipal. Conforme consta nas fontes pesquisadas, de fato, ocorreu uma diminuição relativa na contribuição de ambulantes no final da década. Contudo, durante todos os anos 30, décadas após a inauguração do Mercado Municipal, este tipo de comércio ainda contribuía de maneira igual ao estabelecimento fechado, tornando esta constatação mais uma das justificativas para que a Administração Municipal não agisse diretamente de maneira a fazê-lo desaparecer.

Inicialmente, as multas poderiam ser uma forma de a Prefeitura adquirir recursos e ao mesmo tempo limitar a ação dos ambulantes. A mais corriqueira neste comércio era a multa por falta de licença. Porém, como não há regularidade na apresentação dos dados da Repartição Fiscal a respeito do tipo de multa aplicada, não foram obtidos elementos suficientes para ponderar a ocorrência do número de multas por ano entre os ambulantes. Pode-se inferir que, em se tratando de multas diversas da Repartição Fiscal, ocorriam, em média, cerca de 100 multas por ano e, dentre estas, devem ser incluídas as multas aos negociantes ambulantes.

A Prefeitura também orçava a receita procedente das multas em geral (incluindo todas as Repartições e Diretorias). Durante os anos de 1932, 1935 e 1936 ela ficou bem abaixo do previsto.²¹¹ O ano de 1932 é o ano da Revolução Constitucionalista, momento no qual seria compreensível uma diminuição das atividades municipais não ligadas diretamente ao conflito,

²¹⁰ AHMC. **Relatório do Prefeito**. Ano 1934.

²¹¹ AHMC. **Relatório do Prefeito**. Anos 1932, 1935 e 1936.

como por exemplo, as ações dos fiscais sobre os ambulantes. Entre 1935 e 1936, a justificativa pode ser encontrada na consideração do prefeito Euclydes Vieira para explicar o restabelecimento da Repartição Fiscal em 1938. Segundo ele, a anexação dos serviços da Repartição Fiscal à Diretoria do Tesouro, ocorrida desde o início de 1935, não teria dado bons resultados, ou seja, os serviços foram prejudicados e entre eles figuravam o de fiscalização e aplicação de multas.²¹² No restante dos anos, o valor arrecadado pelas multas apresentou-se acima do previsto.

A partir do levantamento dos valores recebidos em cada ano por meio das multas totais aplicadas, estima-se qual era a relevância das multas da Repartição Fiscal. Nos anos em que não há discriminação sobre qual tipo de pena fora aplicado, os valores recebidos devido à aplicação de multas diversas correspondem, em média, a 14% do valor total recebido por ano.²¹³ Era de se esperar, portanto, que a importância das multas por falta de licença a ambulantes fosse menor. Sendo assim, em 1931, 1933 e 1938 – únicos anos em que a punição por falta de licença aparece diferenciada nos Relatórios do Prefeito – a média dos valores recebidos ficou em torno de 3,5% do total de multas arrecadadas. Em 1931 o registro é quase irrelevante, ocorrendo apenas doze multas por comércio sem licença, não chegando a corresponder a 1% do valor total recolhido. Este número revela-se maior no ano de 1938, momento da implantação do anteprojeto do Plano de Melhoramentos Urbanos e, por consequência, ampliação da fiscalização. Naquele momento foram registradas 61 multas a ambulantes no valor de 1:220\$000, correspondentes a 6,7% do total arrecadado pelas punições.

Diante destes números, a arrecadação do imposto de ambulantes aparece como mais vantajosa aos cofres públicos se comparada ao recolhimento da importância advinda da aplicação de multas por falta de licença. O valor das multas, equivalente a 20\$000 e ínfimo para a Administração Municipal, deveria causar mais impacto no bolso do ambulante do que ao orçamento da cidade. Esta taxa, portanto, não era uma forma significativa de arrecadar fundos para o município, mas sim um instrumento para punir e controlar o comércio ambulante e restringir cada vez a atuação de negociantes sem a devida licença.

Se, de fato, as multas causavam prejuízos aos ambulantes – principalmente clandestinos e inadimplentes – o confisco das mercadorias e instrumentos de trabalho pelos

²¹²AHMC. Ato nº 124 de 1938. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

²¹³Segundo os dados colhidos nos Relatórios dos Prefeitos, multas diversas da Repartição Fiscal eram caracterizadas por ocorrências como: excesso de fuligem, comércio a funcionar fora do horário e dias estabelecidos por lei, incêndio, animais no quintal, soltar fogos de artifício, depredação de jardins, alteração de pesos e medidas, queima de capim em quintal, danificação de veículos, fabrico clandestino de pães.

fiscais também se enquadrava entre suas preocupações. A partir de 1934, os Relatórios dos Prefeitos registram diversas apreensões de artigos de ambulantes que ocorriam nas ruas da cidade. Durante o ano da criação do Plano de Melhoramentos Urbanos, há o registro de 158 mercadorias diversas confiscadas em poder de negociantes sem a devida licença. O número diminui em 1935, chegando a 92 apreensões e começa a cair, até que em 1940 são registradas apenas 24 apreensões. O elevado número em 1934, seguido da redução a partir do ano seguinte, pode ser explicado pela ação da fiscalização e a pressão exercida sobre ela devido às modificações urbanas.

Como o Plano de Melhoramentos Urbanos previa maior circulação e passagem das pessoas, logo que foi aprovado, em 1934, os ambulantes que atuavam no centro e bairros vizinhos, com suas andanças – porém localizadas em regiões específicas – tornaram-se alvos comuns dos fiscais, que deveriam agir na intenção de controlar e restringir a atividade em prol dos preceitos da modernização. A tendência à queda, porém, pode ser atribuída a alguns fatores prováveis: à diminuição no afinco da fiscalização, ou seja, a pressão da fiscalização tendia ao declínio com os adiamentos da realização do plano e às prováveis reformulações nas atribuições dos fiscais ligadas à extinção da Repartição Fiscal a partir de 1935, ocasionando dificuldades para o desempenho de suas funções, que se estenderam até finais da década de 1930. Além disto, neste período pode ter havido um crescimento no número de ambulantes registrados – fato que justificaria o aumento de chapas expedidas em 1939 – assim como sua adaptação às normas estabelecidas e a diminuição de ambulantes sem licença, provocando um menor número de apreensões de mercadorias.

Por fim, o confisco dos bens também compunha uma forma do município receber fundos. Além do imposto e multa cobrados, os ambulantes deveriam pagar as taxas para a retirada de seus artigos. Caso não o fizessem as mercadorias eram postas em leilão e o que era arrecadado passava para os cofres públicos. O Relatório do Prefeito de 1939 registra uma situação semelhante. Segundo a informação fornecida pela Repartição Fiscal, naquele ano, foram feitas 58 apreensões de mercadorias diversas, sendo algumas retiradas com o pagamento da licença e outras postas em leilão, produzindo o total de 1:453\$500. Assim como o valor das multas, a quantia recebida não aparece como significativa para o orçamento municipal (no ano referido a receita total arrecadada pela prefeitura foi igual a 8.332:615\$700), porém, a medida, de caráter essencialmente punitivo, ocasionava a revolta dos trabalhadores ambulantes e prejuízos por estes ficarem sem poder exercer a profissão por algum tempo.

3.2. Sociabilidades, cumplicidades e tensão social

3.2.1. *Os ambulantes e os fiscais da Repartição Fiscal*

Criados para atuar no espaço público contendo e corrigindo os “maus hábitos” da população das cidades, os fiscais estavam presentes no cenário urbano campineiro desde o século XIX. Além de combater os atravessadores, deveriam impedir a permanência de ambulantes sem licença nas ruas e praças da cidade. Até então, possuíam atribuições diversas e muitas vezes confusas, o que acabava gerando conflitos entre os próprios fiscais e entre estes e a população. Mesmo com o estabelecimento das posturas, a fiscalização do cumprimento das normas era deficitária e provocava reclamações na imprensa local, entre comerciantes e a população em geral.²¹⁴ No século XIX, nas cidades brasileiras, foram inúmeros os embates e questionamentos entre o que era exigido pelas leis e praticado pela população, demonstrando que, apesar de constante, a fiscalização não era permanente.

A atuação das autoridades, alternada entre a repressão e a tolerância como estratégia de controle para evitar um mal pior, incomodava alguns segmentos sociais, principalmente aqueles ligados ao comércio estabelecido ou pessoas simpatizantes à política de divisão das funções do espaço, iniciada nas principais cidades brasileiras já no século XIX. Durães afirma que em Salvador, os jornais da época atuavam como fiscais das atividades de rua, cobrando ações do poder municipal com o propósito de coibir, por exemplo, a presença dos ganhadores de rua, no caso, em sua maioria escravos, forros e mulheres. O mesmo acontecia em São Paulo. Segundo Fraya Frehse, a presença do comércio ambulante, nas ruas da capital do Estado no final do Império, gerou debates e reclamações quanto às medidas tomadas pelo governo municipal. Os protestos aconteciam tanto por parte dos transeuntes que apoiavam as restrições ao uso do espaço urbano quanto das quitandeiras e donos de tabuleiros contra os constantes abusos de autoridades dos fiscais e da Câmara Municipal.²¹⁵

Em Campinas, as disputas pelo espaço da cidade também eram acirradas. Algumas vezes, o fiscal sozinho não conseguia impedir o descumprimento das posturas pelos ambulantes e apelava para a presença da polícia. Esta medida proporcionava maiores

²¹⁴ MARTINS, 2010 e LAPA, 1996, pp.247-250.

²¹⁵ DURÃES, op. cit. e FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, pp.181-186.

confrontos entre os ambulantes e as autoridades municipais que, na maioria dos casos, abusavam do poder instituído ao destruir tabuleiros e arrebataram as mercadorias apreendidas para si.²¹⁶

No século XX, com um regulamento específico para o cargo e uma repartição que lhe atribuía funções determinadas, o fiscal passou a atuar com mais vigor no espaço público. Em outubro de 1912, o então prefeito Heitor Teixeira Penteado instituiu o regulamento para os serviços de fiscalização municipal por meio da Lei 153 e, a partir desta, criou a Repartição Fiscal, diretamente subordinada ao prefeito. Entre suas principais atribuições estava a “providência para observância de comodidade, do sossego, da higiene, da segurança e de tudo que possa interessar à vida comum dos munícipes”.²¹⁷ A Repartição tornou-se o órgão responsável pela fiscalização de diversos serviços urbanos, como limpeza da cidade, transportes, comunicação, iluminação pública, publicidade e instalações fabris. Ao mesmo tempo, deveria executar o registro de carregadores e ambulantes; a inspeção de casas de comércio; o exame e apreensão de gêneros expostos à venda ou destinados ao consumo; a imposição de multas caso alguma lei e/ou regulamento fossem descumpridos, dentre inúmeras outras funções. Todos os anos, o chefe da Repartição deveria enviar um relatório ao prefeito com os dados referentes às funções a ela atribuídas, que seriam publicados no relatório anual do chefe executivo.

Para a fiscalização e execução dos serviços o pessoal responsável dividia-se em: Fiscal geral (chefe); 2 fiscais de 1ª classe (um para o Distrito da Conceição e outro para o de Santa Cruz); 2 fiscais de 2ª classe (ajudantes); 2 fiscais de 3ª classe (ajudantes); 1 fiscal do Mercado e, por fim, 5 fiscais das subprefeituras/ distritos (Valinhos, Arraial dos Sousas, Vila Americana, Cosmópolis e Rebouças (atual Sumaré)).²¹⁸

O fiscal geral deveria ficar no posto localizado no edifício da Prefeitura onde estaria disponível para receber avisos e reclamações, das 11 às 16 horas. Os demais saíam para percorrer o município e seus distritos, voltando às 15 horas para dar conta do serviço. Segundo o regulamento, deveriam exercer rigorosamente a fiscalização, percorrendo as ruas diariamente e o maior número de vezes possível.

²¹⁶ MARTINS, 2010 e LAPA, 1996, pp.251-253.

²¹⁷ AHMC. Art. 2º do Regulamento da Lei 153 de 1912. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940). A partir de 1934, a Repartição Fiscal foi extinta e algumas de suas funções como a fiscalização, registros de ambulantes e apreensão de mercadorias foram transferidas à Diretoria do Tesouro. Contudo, em 1938, por meio do Ato 124, a Repartição Fiscal foi restituída assim como suas atribuições.

²¹⁸ Com a emancipação do distrito de Vila Americana e Nova Odessa na década de 1920 e a criação do distrito de Vila Industrial em 1934 esta divisão sofreria modificações. Sobre a divisão da cidade de Campinas em distritos, ver nota 36.

Apesar das especificações do regulamento, as atividades delegadas aos fiscais continuavam extensas. Suas responsabilidades iam desde a fiscalização da limpeza pública, das construções particulares até a extinção de formigueiros, apreensão de cães e recolhimento de animais soltos. No que tange a esta análise, os fiscais eram os responsáveis por examinar os gêneros expostos à venda, apreendendo os que deviam ser submetidos às análises e inutilizando os estragados ou imprestáveis; receber os impostos de indústrias e profissões em geral; multar negociantes estabelecidos ou ambulantes que negociavam sem a devida licença; apreender objetos de comércio dos ambulantes encontrados sem licença; fechar as casas comerciais nas horas marcadas por lei; aplicar multas por infração das posturas e leis municipais. No geral, os fiscais eram os responsáveis pela vigilância e fiscalização de todo o comércio da cidade, inclusive o ambulante.

Segundo o Regulamento da Lei de 1912, cada fiscal deveria atuar apenas entre as divisas dos respectivos distritos; não podendo ir além dos limites geográficos para o serviço de fiscalização. Porém, o mesmo firma que o serviço de apreensão e verificação de licença dos ambulantes poderia ser executado pelos fiscais em qualquer distrito, flexibilizando sua atuação.²¹⁹ Ou seja, em relação ao comércio ambulante, qualquer fiscal poderia agir em qualquer local, o que visava facilitar o controle e a ação da fiscalização da Prefeitura diante desta prática.

Como podiam multar e apreender produtos de ambulantes sem restrição de local, eram corriqueiras as multas e apreensões de mercadorias por falta de licença. Entretanto, possuir a licença não era garantia para os ambulantes evitarem que seus artigos fossem apreendidos assim como estar em dia com o fisco não impedia as perseguições dos fiscais, que sob qualquer pretexto os puniam. Alguma irregularidade da mercadoria, o não atendimento a algum dos regulamentos do comércio ambulante como não portar a chapa de ambulante, ter algum artigo não registrado no tabuleiro ou até mesmo deixar suas mercadorias por alguns instantes sob os cuidados de outra pessoa eram motivos para o fiscal aplicar a multa e apreender os produtos. Em muitos casos, o ambulante acabava escrevendo ao prefeito contra a disposição do fiscal requerendo a devolução da mercadoria. Alguns alegavam não ser ambulante ou serem vítimas de perseguição do funcionário municipal ou do próprio prefeito que não os deixavam trabalhar.

As decisões do prefeito, tomadas após averiguação na Repartição Fiscal, quase nunca eram favoráveis aos ambulantes que acabavam sendo obrigados a pagar a multa e taxas, caso

²¹⁹AHMC. Art.20 do Regulamento da Lei 153 de 1912. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

desejassem rever suas mercadorias. Sem levar em conta os argumentos e as diferentes condições de vida dos trabalhadores, os fiscais justificavam as apreensões por meio de um discurso estereotipado a respeito dos ambulantes, os quais eram, segundo eles, mentirosos, enganadores e que estavam sempre buscando burlar as leis. Era a partir destes argumentos que o prefeito indeferia diversas solicitações de ambulantes.

Durante as perseguições aos ambulantes, não era incomum que acabassem por apreender mercadorias ou produtos pessoais de qualquer sujeito que caminhasse pelas ruas portando algum embrulho, cesta ou caixa. Funcionários de estabelecimentos comerciais, que levavam mercadorias de um local para outro, e viajantes eram frequentemente abordados pelos fiscais, tendo seus produtos apreendidos caso não conseguissem provar não ser ambulantes. Esta comprovação só acontecia após a multa, uma vez que, não sendo ambulante, o sujeito não portava a licença nem a chapa. Dessa forma, indiscriminadamente, qualquer indivíduo caminhando com pacotes era, aos olhos dos fiscais, um ambulante sem licença. Em outros momentos as ações indiscriminadas dos fiscais geravam reações desesperadas. Ao reagir diretamente contra a apreensão e multa, os ambulantes e transeuntes acabavam sendo multados ou presos por desacato às autoridades, além é claro, de terem as mercadorias confiscadas e serem impedidos de trabalhar.

3.2.2. Os ambulantes e os moradores da cidade

A perambulação dos ambulantes pelas ruas da cidade lhes conferia a característica de veículos de informação, algo que muitas vezes chegava a desagradar às autoridades. Ao trazer e levar informações para diversos cantos acabavam interferindo nas opiniões e atitudes das pessoas sobre os acontecimentos, estabelecendo redes de sociabilidades e preocupando as autoridades e elites locais. A permanência dos ambulantes nas ruas ainda possibilitava o encontro de lugares, de pessoas e culturas – mesmo que não diretamente – num momento em que rua e casa adquiriam significados opostos.

As leituras afetiva, econômica e social realizadas pelos próprios habitantes nesta complexa rede de relações, conferem elementos importantes para a persistência deste tipo de atividade. Sendo o comércio ambulante uma ocupação realizada em meio à população, seria praticamente impossível negar que esta, obedecendo aos próprios valores e releituras, não

interferisse nos acontecimentos relativos aos ambulantes, posicionando-se a favor ou contra sua presença. As determinações disciplinares e punitivas atuavam como forma de eliminar as relações estabelecidas e suas consequências. Todavia, o paradigma do projeto político de Vargas e existente em Campinas, pautado na cooperação e harmonia entre a população, não teria sido efetivado diante das lutas sociais cotidianas.

Por intermédio do requerimento enviado, no ano de 1934, por Arthur Maluf é possível elaborar algumas proposições a respeito das possíveis interpretações e ações da população em relação à atividade ambulante.²²⁰ No documento, o requerente solicita a devolução de mercadorias, apreendidas pelo fiscal de sobrenome Chiavegnato. A descrição, feita pelo fiscal, de como teria acontecido o fato demonstra indícios das releituras das normas e controles por parte dos moradores que acompanhavam a prática ambulante.

Segundo Chiavegnato, uma pessoa o teria informado de que havia um ambulante, sem licença, atuando próximo à Rua 11 de Agosto, no centro da cidade. Após a verificação e comprovação da presença de um sujeito oferecendo artigos no local – tratava-se de Arthur Maluf – o fiscal, certo de que era ele o tal ambulante, registrou que Arthur havia sido avisado por alguém que ele o estava seguindo. Tal aviso teria possibilitado a fuga de Arthur, que saíra correndo, mas acabou sendo alcançado por Chiavegnato. Por fim, o fiscal relata que Arthur tentou “fazer um acerto”, pedindo que o deixasse ir embora, o qual ele não aceitou.

Nesta curta ocorrência é possível perceber a existência, entre a população, de pessoas que praticavam a vigilância do outro e que tinham suas próprias ideias a respeito das leis. Como citado anteriormente, a Lei 116 de 1906, ainda em vigor na época do requerimento, dispunha, em seu artigo 26, que o denunciante de faltas cometidas por ambulantes receberia a metade do valor arrecadado pela multa. Não se pode negar a hipótese do delator de Arthur Maluf, e tantos outros, terem sido estimulados por artigos como o presente nesta lei. Ao mesmo tempo, pode-se enxergá-los como apoiadores da política de reordenamento das funções no espaço urbano, tema em destaque nos projetos do Plano de Melhoramentos Urbanos e do governo de Vargas. Atenta para os atos e atividades em desacordo com as normas e regras às quais ela também estava sujeita, a população denunciava o comportamento suspeito para as autoridades municipais evocando uma cidade ideal, moderna e harmoniosa, tal como pode ter ocorrido com a pessoa que informou o fiscal sobre a presença de Arthur Maluf. Assim, além de escapar da fiscalização municipal, dos abusos dos fiscais e das

²²⁰AHMC. Requerimento de Arthur Maluf, 06/08/1931. Restituição de Bens e Mercadorias. **Grupo Finanças**. Caixa 48.

reclamações dos comerciantes estabelecidos, os ambulantes deveriam, também, estar atentos ao olhar vigilante de moradores da cidade que desejavam seu desaparecimento.

Por outro lado, é possível notar, por intermédio do mesmo requerimento, que os habitantes nem sempre estiveram ao lado das autoridades e contra os ambulantes. No segundo momento, após a chegada do fiscal, a interferência da população ocorre por meio do alerta, ao suposto ambulante, sobre a chegada do funcionário da Prefeitura, possibilitando a fuga momentânea de Arthur, ou seja, em favor da tradicional prática urbana e contra o representante da lei, no caso, o fiscal Chiavegnato. Se existia quem era contra a permanência dos ambulantes, as redes de relacionamentos, as quais estes construíam em suas andanças, também possibilitavam a cumplicidade e aprovação da atividade por parte de muitos habitantes.

É interessante observar que esta cumplicidade é gerada mediante determinada circunstância, tornando a conquista – a fuga, por exemplo, ou a simpatia de alguns moradores – apenas provisória. Percebe-se que é por meio destas cumplicidades que os ambulantes e os próprios habitantes da cidade encontram chances de melhorias, elaborando estratégias em benefício de si mesmos.²²¹ Assim, ao mesmo tempo em que o ambulante recebia ajuda da população para escapar da fiscalização, os moradores angariavam motivos para obter descontos, facilidades de pagamento ou os melhores artigos do mesmo ambulante.

Não devem ser esquecidos os diálogos e redes de sociabilidades também criadas entre os próprios ambulantes que influenciavam na reivindicação de direitos, estimulando a resistência, por exemplo, frente ao imposto cobrado e que criavam um clima de ameaças entre fiscais, comerciantes, prefeitura e ambulantes. As conversas neste sentido podem ser presumidas por meio da existência dos abaixo-assinados e requerimentos. Nos abaixo-assinados, referentes essencialmente aos fotógrafos ambulantes, infere-se que, através das diversas assinaturas e da escrita em terceira pessoa do plural que, se todos não tomavam a decisão de requerer a revisão do imposto cobrado, ao menos estavam em acordo com ela e assinavam o documento.

Outro tipo de comunicação é sugerido nos requerimentos que solicitam a isenção de taxas. No ano de 1937, foram enviados ao prefeito três requerimentos praticamente idênticos, de ambulantes distintos, mas que atuavam próximos uns aos outros. Segundo cada um deles, realizavam comércio com bancas externas no Mercado Municipal e desejavam o reembolso de 50% das taxas às quais eram sujeitos. Nenhum dos pedidos foi atendido, por serem os três

²²¹ ARAÚJO, Erick Assis de. op. cit., pp.260-261.

ambulantes - possuíam bancas externas no Mercado – e não terem direito ao reembolso requerido. Entretanto, neste caso, a importância está nas prováveis conversas que teriam ocorrido antes do envio da carta ao prefeito. O fato dos três requerimentos serem parecidos, tanto na linguagem e estrutura quanto na solicitação, faz supor que os ambulantes informassem um ao outro sobre a possibilidade de obterem o reembolso e sobre a conveniência de, a partir deste recurso, obterem melhores condições de vida.

3.2.3. *Os ambulantes e o comércio estabelecido*

Os comerciantes estabelecidos são os maiores críticos diretos ao comércio ambulante e pressionam a Administração Municipal para que ela tome medidas mais drásticas em relação à sua presença. Apesar das constantes apreensões e multas aos ambulantes, os comerciantes estabelecidos no centro de Campinas queixavam-se mais diretamente da fiscalização que era, segundo eles, ineficiente quando o assunto era o comércio ambulante. A falta de fiscalização ou a complacência de alguns fiscais diante das irregularidades, segundo eles, tornavam a concorrência dos ambulantes desleal, uma vez que estes atuavam sem nenhum controle e aos olhos complacentes do prefeito.

A despeito de afirmarem, constantemente, serem contrários à concorrência desleal e preocupados com a arrecadação financeira do município, os comerciantes desejavam, de fato, a proibição da atividade ambulante. A União de Varejistas e Proprietários de Imóveis de Campinas deixa este propósito bem claro ao enviar um abaixo-assinado sobre o assunto em 1936.²²² Nos documentos encontrados e que fazem parte dos papéis ligados ao abaixo-assinado, há cerca de 30 páginas entre a solicitação de fato, folhetos de propaganda comercial com dois artigos de oposição aos ambulantes e a proposta de revisão para a tabela de impostos do comércio ambulante. Embora o objetivo principal fosse expor a oposição e descontentamento dos comerciantes em relação à presença dos ambulantes na cidade, os autores solicitam somente a renovação na Tabela 2 da Lei 116 de 1906.

Todavia, em seus folhetos – e não no requerimento em si – o desejo de que os ambulantes fossem proibidos de comercializar na cidade é evidente. O que está em causa não é a tentativa de controle sobre lucros elevados ou ilegais mediante os baixos valores dos

²²² AHMC. Abaixo-assinado da União de Varejistas e Proprietários de Imóveis de Campinas, 02/10/1936. Fiscalização, vistoria e aplicação de multas. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

impostos ou o seu não pagamento. É, sobretudo, a presença do ambulante que incomoda. Esta atividade é concebida, pelos autores dos folhetos e abaixo-assinado, como uma forma duvidosa de trabalho. Sendo uma profissão que ainda desafiava as características normativas da economia capitalista e industrializada, era vista como um modo ilegítimo – e atrasado – de viver e que deveria desaparecer.

3.2.4. *O significado das licenças, impostos e multas para os ambulantes*

Para que se possa compreender quais eram os significados das diversas medidas restritivas para àqueles que as recebiam, é preciso lembrar que não há registros dos valores percebidos pelos ambulantes, pois não recebiam salários e sua renda era instável. Como se trata de uma das mais pobres categorias da cidade, os dados de salários de operários de fábricas existentes no período em Campinas e apresentados por Fiorentino são utilizados como base para as hipóteses aqui levantadas.²²³ Optou-se pelos operários por serem eles os mais próximos da realidade dos ambulantes da cidade, pois, viviam em condições precárias de habitação e alimentação.

No estudo de Fiorentino há o levantamento da média salarial de algumas categorias operárias em três empresas de Campinas, entre 1930 e 1937: uma grande (oficina da Cia Mogyana), outra média (Fábrica de chapéus Cury) e uma pequena (Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert). A classificação das fábricas é baseada no número de operários.

A autora analisa a média dos salários das seguintes profissões: *Cia Mogyana*: ajustador, caldeireiro, marceneiro, carpinteiro, pintor, funileiro, serrador; *Chapéus Cury*: operário, operária, costureira; *Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert*: meadeiras, tintureiros e tecelões. As informações obtidas dizem respeito às folhas de pagamento dos empregados da Cia Mogyana, Livros de Registros dos Empregados, Registros de lei de Férias e Fichário dos Empregados da Fábrica de Chapéus Cury e no Livro de Ponto dos operários da Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert.

Fiorentino demonstra que, no período de 1930 a 1934, os trabalhadores da Mogyana tiveram seus salários diários praticamente estáveis. A média sofreu alterações significativas somente a partir do final da primeira metade da década. De 3\$160 em 1932 passou para 4\$100

²²³ FIORENTINO, op. cit.

em 1937, demonstrando um crescimento de 29,7%. Por sua vez, os funcionários da Chapéus Cury recebiam por dia, na década de 1930, entre 2\$000 e 5\$000. O menor salário era o de costureira, que em 1933 chegava a cerca de 2\$000 e não ultrapassou 3\$000 em 1937. O maior valor recebido era o de operário, no valor de 5\$000 a partir de 1933, mas que não chegou a 7\$000 em 1937, ano de maior alta dos salários. As mulheres operárias, em 1930, recebiam diariamente 2\$500; em 1931 sua remuneração chegou a quase 5\$000, tendo pequenos aumentos até 1934, quando se aproximou do valor de 1931 e começou a cair até que, em 1937, igualou-se ao salário da costureira.

Na análise dos salários dos empregados da Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert, a autora apresenta os valores mensais de meadeiras, tintureiros e tecelões no período de 1930 a 1937. Para as primeiras, os salários variavam entre 50\$000 e 100\$000. Tintureiros possuíam salários que oscilavam entre 100\$000 e 250\$000 enquanto tecelões, mais valorizados, recebiam valores que variavam entre 250\$000 e 500\$000.

A exposição das médias salariais está atrelada à comprovação, por Fiorentino, do aumento do custo de vida na década de 1930 e o não acompanhamento deste pelos salários da maioria da população, desde operários até ambulantes, com o agravante de que estes últimos não possuíam renda fixa. Somente a partir de 1938 as rendas dos operários começaram a ter aumentos significativos. Antes disso, a população campineira passava por dificuldades na compra de alimentos e também na aquisição de habitação. De acordo com a autora, em 1935, houve pequenas altas nos salários para algumas profissões como ajustador, caldeireiro, marceneiro e, a partir de 1937, ocorreu um aumento relativamente idêntico em todas as atividades. Todavia, a década de 1930 aparece como um período economicamente difícil para as camadas mais pobres da população, diante da carestia dos alimentos e da habitação. E aqui, novamente, devem estar incluídos os ambulantes.

A situação econômica do município deveria regular a autorização das licenças, o valor dos impostos e as multas. É sabido que o valor da licença para atividade ambulante dependia de qual mercadoria seria comercializada nas ruas da cidade, de seu valor nas fábricas e também do local onde haveria o comércio. Assim, tal como a venda de doces, a preferência pela venda de hortaliças e frutas poderia ser motivada pelo custo, lembrando que a maioria dos ambulantes era formada por pessoas pobres e desprovidas de muitos recursos. Além disso, diante da carestia e falta de alimentos, hortaliças e frutas, se não fossem vendidas, poderiam ser consumidas pelo próprio ambulante e família que, muitas vezes, poderia ser o próprio produtor, plantando-os em quintais ou pequenas chácaras.

Na análise dos valores presentes no Livro de Registros Diversos, na Lei de 1906 e sem suas alterações, nota-se grande diferença entre o valor do imposto de tecidos (indústria em expansão no período) e o de frutas, verduras e doces, artigos ainda ligados ao ambiente doméstico de casas, sítios e chácaras. Ainda em 1906, a mesma lei isentava dos impostos os ambulantes de produtos de novas fábricas cuja propaganda o Intendente julgasse necessária. Não há, após esta data, nenhuma menção a esta atitude. No entanto, pode-se presumir que, na década de 1930, momento de crescimento de diversas indústrias, tal medida não fosse mais cabível diante dos lucros visados por elas.

Para os ambulantes, a multa pela venda sem licença poderia ser considerada alta, se comparada ao salário de um operário da menor fábrica analisada por Fiorentino – a Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert – e se fosse aplicada a ambulantes com rendimentos mais baixos, como deveriam ser as doceiras, tornava-se mais agravante. Tendo como base o menor salário dos empregados desta fábrica, a multa seria correspondente a 10% ou 20% da renda mensal de um operário. Supondo que um ambulante tivesse uma renda mensal aproximada ao rendimento desse operário, o recebimento da multa, por estar sem licença, não se apresentava como um bom negócio. A opção em ter a licença e pagar o imposto anual, entre 15\$000 e 22\$000 dependendo da localização, aparece como mais vantajosa.

Para outros, porém, talvez fosse mais lucrativo viver na clandestinidade, mesmo que o pagamento do imposto pudesse ser feito em parcelas. No comércio de armarinhos, fazendas e tecidos de meias, por exemplo, que pagavam o imposto de licença de ambulante correspondente a 400\$000, 500\$000 e 250\$000 respectivamente, correr o risco de, a qualquer momento pagar 20\$000 pela venda sem licença não parecia tão prejudicial quanto a cada seis meses pagar o valor de 250\$000; lembrando que suas rendas não eram estáveis e tampouco previsíveis. Escapar dos fiscais no momento da cobrança do imposto ou recusar-se a ter licença, que o obrigava a esse pagamento, aparecem como meios para aumentar a renda e justificar a preferência em correr o risco de pagar a multa e continuar atuando ilegalmente.

Novamente, comparando os salários dos empregados da Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert com os valores da licença e dos impostos, nota-se que os motivos para renegar as licenças e com elas os impostos eram compreensíveis. O maior salário mensal, da profissão de tecelão, variava entre 250\$000 e 500\$000. Ou seja, durante duas vezes ao ano, o ambulante de fazendas deveria pagar um imposto referente a um mês do salário do tecelão. Acredita-se que este salário não fosse muito distante ou pouco maior que a média do

rendimento mensal dos ambulantes, mesmo daqueles que comercializavam produtos com preços mais elevados na praça, como cortes de fazenda.

Um negociante ambulante de tecidos (assim como outros que vendiam artigos mais caros) nem sempre tinha comprador garantido. Muitas vezes, o rendimento pela venda de algumas peças, num determinado período, deveria ser o meio de sobrevivência para um mês inteiro ou até mais. A obrigação de pagar o imposto poderia vir exatamente no mês em que a renda não tivesse sido tão boa, o que permite elencar mais uma razão para que ele escolhesse não ter a licença.

Quanto ao valor da chapa de ambulante, 2\$000, pago junto com a licença, equivalia a um dia de trabalho de uma costureira na Fábrica de Chapéus Cury. Este pagamento não parece ser o grande motivo para pedidos de isenção ou até desistência em atuar como ambulantes. A quantia de 2\$000 paga apenas uma vez, no início da atividade, não trazia prejuízos ao negociante, que poderia lucrar bem mais do que isso durante o mês. A grande dificuldade não estava na obtenção da chapa ou aquisição da licença. O grande inimigo dos ambulantes era a incidência do imposto decorrente do licenciamento. Tal como afirma Erick Assis de Araújo, a respeito das classes populares vigiadas de Fortaleza, vivendo em uma sociedade policiada e controlada, os ambulantes atuavam, “com estratégias e táticas que compõem um repertório de escolhas de alternativas para melhor enfrentar suas difíceis condições de vida”.²²⁴

Porém, não era somente a multa por vender sem licença ou a dificuldade em pagar os impostos que preocupavam os ambulantes mais pobres. Vender artigos adulterados, falsificados ou deteriorados apresentava-se como um delito grave aos olhos da Administração. Manter as condições higiênicas e de salubridade, a partir da época dos surtos de febre amarela, havia se tornado uma das exigências das autoridades municipais, que encontravam tais problemas quanto à venda de produtos desde início do século XIX.²²⁵ Assim, como era também um problema recorrente na cidade, a Prefeitura não apenas punia economicamente o infrator, mas o expunha tanto quanto fosse possível, na tentativa de impedir que outros cometessem a mesma violação da regra. A reputação do comerciante, fosse ele ambulante ou não, ficaria depreciada durante um tempo, enquanto a infração permanecesse na memória da população. As vendas ficavam conseqüentemente prejudicadas.

²²⁴ ARAÚJO, Erick Assis de. op. cit., p.116.

²²⁵ MARTINS, 2010, pp. 254-270. Eram inúmeros os casos de adulteração, falsificação e venda de alimentos deteriorados no século XIX e início do XX. Carnes e leites estavam entre os que mais geravam reclamações, fosse pelo mal estado do produto ou pelas constantes adulterações, como o acréscimo de água ao leite.

Em 1934, o Decreto 74 estabelece punições a comerciantes que vendessem mercadorias danificadas e determina a quem as sanções seriam interpostas:

Art. 4º - Com relação aos gêneros alterados, deteriorados ou falsificados, consideram-se infratores da lei:

1 - o dono do estabelecimento em que for verificada a alteração;

2 - os vendedores dessas mercadorias, embora de propriedade alheia;

3 - a pessoa que transportar ou guardar em armazém ou depósito, mercadorias de outrem ou praticar qualquer ato intermediário entre produtos e vendedor, quando oculte a procedência ou destino da mercadoria.²²⁶

A regra pretendia tornar passível de pena qualquer pessoa que comercializasse e/ou transitasse com mercadorias alteradas e, neste caso, devemos incluir os ambulantes. Tal medida facilitava a ação do fiscal e aplicação da multa, uma vez que não era preciso investigar a fundo a procedência do produto, apenas multar quem estava com a mercadoria e apreendê-la.

Da mesma forma, a Lei 455 de 1929 estava carregada do discurso de higienização e salubridade ao proibir a venda de doces e outras iguarias em tabuleiros abertos. Sabe-se que a venda de doces estava entre as mais corriqueiras no comércio ambulante, principalmente entre as mulheres, sendo elas, portanto, as mais atingidas por tal medida. Esta previa que os produtos ficassem sob o resguardo da poeira, das moscas e não deveriam ser envolvidas em papel de jornal, como de costume. Outrossim, os tabuleiros deveriam ser construídos em forma de caixa envidraçada, o que, obviamente dificultaria o deslocamento das vendedoras de doces, obrigando-as a estacionarem em algum lugar fixado pela Prefeitura.

Disciplinando e padronizando a distribuição, o preço e qualidade de determinados produtos, além de estabelecer regras de pesos e medidas, este tipo de normatização pode ser vista como uma tentativa de evitar que os compradores fossem ludibriados por comerciantes desonestos, tal como ocorria com a adulteração de outros alimentos como o leite. Contudo, é necessário lembrar que a venda de doces era praticada, em sua grande parte, por mulheres pobres, sem condições de pagar a multa e, ainda menos, de investir um dinheiro extra na compra de tabuleiros, de acordo com o exigido por lei. O valor da multa, correspondente a 50\$000, caso fosse verificada infração à lei, apresenta-se, portanto, como uma forma de

²²⁶AHMC. Art. 4º do Decreto 74 de 1934. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

limitar esse tipo de comércio nas ruas da cidade e, também, de retirar do espaço público a figura feminina.

Como mais uma medida punitiva à atividade ambulante irregular ou clandestina, as apreensões das mercadorias aparecem como forte preocupação dos ambulantes. Muitas vezes, além do artigo comercializado, qualquer instrumento de trabalho poderia ser confiscado junto, como por exemplo, tabuleiros inteiros, caixas térmicas, cadeiras de engraxate. A situação agrava ainda mais as condições de sobrevivência dos ambulantes, uma vez que os compelia ao pagamento de mais taxas, prejudicando suas rendas. Outrossim, ter sua via de trabalho comprometida, impedia-os de exercer a atividade, ficando sem o faturamento do período. Mais do que a multa a ser paga, o maior prejuízo decorrente da apreensão era ficar sem o instrumento/ meio de trabalho. Por este motivo, os requerimentos de devolução de bens são aqueles nos quais os solicitantes evidenciam com maior intensidade a relação importante entre eles e a posse dos recursos utilizados para trabalhar e sobreviver.

Mesmo diante da percepção de sua importância econômica e social e dos significados apreendidos por estes trabalhadores, não é possível saber, por meio das fontes estudadas, se houve, neste período, mobilização pública de ambulantes contra a obrigatoriedade da licença, aos valores dos impostos, às constantes apreensões ou às ideias de modernização que iam de encontro à sua existência.²²⁷ Entretanto, as reclamações ao prefeito sobre taxas cobradas assim como de apreensões indiscriminadas não eram incomuns e auxiliam na compreensão dos significados das medidas restritivas para cada tipo de ambulante. Ao mesmo tempo, os inúmeros casos de apreensão por falta da permissão mostram que a adesão às políticas de reordenamento das funções urbanas não ocorria amplamente ou, ocorria de formas não esperadas pelas autoridades, suscitando relações de cumplicidade e conflitos entre os ambulantes e a própria população.

²²⁷ Apesar de não terem sido encontradas mobilizações deste tipo no período estudado, um requerimento de verdureiros ambulantes do Mercado de 1933 confirma que, no ano de inauguração do Mercado, em 1908, eles teriam iniciado uma greve contra os aumentos sucessivos do aluguel de quartos para ali venderem seus produtos que de 3\$000 chegou a 10\$000. De acordo com o requerimento, na época, o movimento teve resultados positivos e o valor foi alterado para 8\$000. Além dessa reclamação, a greve foi motivada, segundo os verdureiros, pela ausência de locais para trabalharem na parte externa do Mercado – fato que, anos depois, influenciaria na colocação de tabuleiros externos no Mercado. No entanto, a inauguração dos galpões para venda de verduras elevou novamente o valor do aluguel, motivando o envio do requerimento citado ao prefeito em 1933, solicitando sua revisão. O trabalho de MARTINS, 2010, p.361 também menciona a greve ocorrida em 1908.

Capítulo IV

Estratégias de sobrevivência e ressignificações dos instrumentos de controle e disciplina

Os combates à atividade ambulante não conseguiram colocar fim à prática de trabalhar nas ruas. Neste momento, portanto, serão analisadas as ações postas em prática por ambulantes e por aqueles que desejavam entrar na atividade diante dos aparelhos disciplinares e repressores, como a obrigatoriedade da licença, o pagamento dos impostos, as multas, as apreensões de mercadorias, a limitação dos horários e lugares de atuação e o controle de artigos vendidos. A investigação dos requerimentos apresentam as sociabilidades, relações de cumplicidade e conflitos inseridos no contexto dos instrumentos de controle descritos acima e que, ao mesmo tempo, são carregadas de estratégias e artimanhas em prol da sobrevivência, em um cenário de tensão entre repressão e convivência.

Os requerimentos demonstram que eram variadas as solicitações, ao prefeito, relacionadas à atividade ambulante, assim discriminadas: 1) **licença e isenção de impostos**, onde há um tom conciliador no qual os laços de tolerância em relação à dominação não parecem ser cortados. Muitas vezes há uma mistura entre a descrição dos problemas pessoais e o reconhecimento da sensibilidade do governo para encaminhar soluções; 2) **restituição de impostos**, nas quais podemos notar certa comunicação entre os ambulantes; 3) **restituição de bens e mercadorias**, onde a apropriação de doutrinas do Estado Novo como o trabalho, família e justiça social é um argumento importante para obter aquilo que desejam frente às autoridades; 4) **revisão de impostos**, nas quais há a expressão de uma organização direta e objetiva de algumas categorias de ambulantes, sendo os tons das solicitações menos pessoais; 5) **fiscalização e aplicação de multas**, onde, novamente, alguns dos pilares do regime político como o trabalho, bem-estar, justiça social e progresso são apropriados pelos solicitantes a fim de conseguirem êxito em seus pedidos. Porém, nestes casos, os interessados são comerciantes estabelecidos. Concomitante à análise dos requerimentos, os comunicados e registros dos fiscais (muitos dos quais presentes na página de trás dos requerimentos) aparecem para dar sustentação e fundamentar as hipóteses aqui apresentadas, principalmente nos casos relacionados à apreensão de mercadorias e aplicação de multas.

Apesar de contar com solicitações marcadas por objetivos diferentes, o conjunto de requerimentos de licença, isenção de impostos, devolução de bens e mercadorias apresenta uma semelhança no vocabulário e termos usados. Assim, por exemplo, os requerimentos de revisão, restituição de impostos, de fiscalização e aplicação de multas contêm um enunciado onde a precária situação social não é diretamente apresentada, mas sim o conhecimento das leis e normas municipais. Estas características auxiliam no entendimento das decisões (na maioria das vezes de indeferimento) dos prefeitos aos pedidos elaborados por diversas

categorias de ambulantes e às manifestações dos fiscais e comerciantes estabelecidos. Ao mesmo tempo, não se pode negar a necessária percepção dos critérios da produção dos discursos presentes nas respostas da Repartição Fiscal e nos comunicados dos fiscais nos quais deveriam ocorrer modificações de traços linguísticos do infrator pela escrita do funcionário da Prefeitura e omissões de dados. Desse modo, a informação concisa e mínima pode esconder possíveis conflitos – verbais e/ou físicos – ocorridos no momento da autuação e multa.

A leitura crítica dos documentos não significa, portanto, a busca da “verdade” sobre o período trabalhado, assim como a questão de separação da fala “espontânea” daquelas que foram incitadas ou reelaboradas não poderia inutilizar estes documentos. As repetições, contradições, fatos mal explicados, dados diferentes sobre os mesmos aspectos e também lacunas podem fornecer informações diversas a respeito de inúmeros conflitos e variadas leituras sobre uma mesma situação.

4.1. Requerimentos de licença e isenção de impostos

Grande parte dos requerimentos de licença e isenção de impostos encontrada foi enviada ao prefeito a partir de 1937. Deste ano em diante, há um número maior de pedidos, muitos destes influenciados pelas mudanças que ocorreram na legislação referente a ambulantes por meio da Lei Municipal 520 de 1937 e pela Lei Estadual 2.485 de 1935. O tom das cartas é sempre amigável, com palavras simples, chegando mesmo a soar como pessoal, aspecto marcante da estratégia de comunicação elaborada pelas classes populares para se dirigirem às autoridades.²²⁸ É possível notar também que, em alguns casos, a letra da assinatura é muito parecida com a grafia do conteúdo do documento, o que permite supor que alguns requerentes escreviam seus pedidos de próprio punho, de acordo com seus anseios.

Além das solicitações para aquisição de licença, parte da documentação revelou que a maioria dos ambulantes aproveitava para pedir, no mesmo requerimento, a isenção do imposto decorrente da autorização municipal. Alegavam, em alguns casos, não terem condições para arcar com estes gastos, por serem pessoas pobres e sem recursos. Como já observado nos capítulos anteriores, eram precárias as condições de habitação, alimentação e

²²⁸ SILVA, op.cit.

trabalho da população mais pobre. Estes pedidos demonstram como a população deveria estar atenta às diversas mudanças que ocorriam naquele momento, principalmente em relação às formas de autorização de negócios e cobranças de impostos e destas com as mínimas condições de vida possíveis de serem alcançadas.

As modificações, na prática ambulante e na cobrança dos impostos ocorridas a partir de 1937, transparecem quando se faz a leitura dos requerimentos e das respostas das autoridades municipais a eles. A mudança na definição dos espaços, permitidos e proibidos, para a atuação dos ambulantes é uma das mais notadas. Até início da década de 1930, o estacionamento de ambulantes nos largos e praças da cidade era permitido, como afirma o prefeito Orosimbo Maia, naquele ano, em resposta ao abaixo-assinado de comerciantes ali estabelecidos. Um requerimento solicitando licença ambulante para “estacionamento” em uma praça comprova que este se tornara proibido em finais dos anos de 1930.

Neste requerimento, de março de 1939, Maurício Cheguri solicitou a licença para negociar como ambulante de armarinhos, com “estacionamento”, no Largo Corrêa de Mello, próximo ao Mercado Municipal.²²⁹ Em resposta, o fiscal afirmou que o requerimento contrariava o art. 20 da lei 520, sendo o pedido indeferido pelo prefeito. Talvez por confusão das duas leis – a de 1906 e a de 1937 – e, por serem pontos bem localizados para o comércio, muitos ambulantes insistissem em solicitar permissão para estacionamento no Largo do Rosário e Largo Corrêa de Melo (próximo ao Mercado Municipal) o que, segundo as respostas dos fiscais, contrariava a legislação daquele momento.

Por sua vez, o ambulante Guilherme Winzirl, que pretendia atuar na Rua Barão de Jaguará, local próximo ao Largo do Rosário, enviou a solicitação para conseguir licença ainda no início da década de 1930.²³⁰ Como na maioria dos documentos seu requerimento não possui uma resposta da Prefeitura, porém o registro de seu nome, no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal, comprova que o pedido foi deferido.

Vendedor de doces e balas, o nome de Guilherme aparece, no ano de 1931, em dois momentos; um com valor do imposto de 15\$000 e outro de 16\$000. O motivo para aparecer duas vezes poderia ser a cobrança parcelada do imposto, porém, observando o documento detalhadamente, nota-se que, na segunda vez, seu nome vem acompanhado da expressão “com estacionamento.” Portanto, uma das justificativas para a existência dos dois registros deveria ser o fato de Guilherme possuir “estacionamento” e, dessa forma, ser obrigado ao pagamento tanto do imposto de ambulante, quanto do de estacionamento.

²²⁹AHMC. Requerimento de Maurício Cheguri, 27/03/1939. Licença. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²³⁰AHMC. Requerimento de Guilherme Winzirl, 04/07/1931. Licença. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

Outra modificação nas leis estudadas e notada nas fontes foi a alteração no sistema tributário estadual pela Lei 2.485 de 1935. Segundo esta lei, o Estado passou a lançar diretamente o Imposto sobre Indústria e Profissões – e por consequência, o de ambulantes também – cabendo às prefeituras apenas arrecadar as duas partes, a dela e a do Estado. Além disso, a lei decretou, de acordo com seu artigo 20, a isenção fiscal para aqueles que comprovassem, por meio de Atestado da Diretoria Geral da Receita do Estado, ser miserável ou impossibilitado de trabalhar por problemas de saúde.

A partir de então, aparecem diversas solicitações de pessoas que se declaravam pobres, doentes, com idades avançadas e em sua maioria, analfabetas. Foi o caso de Antonio Gimenes, imigrante espanhol, de 42 anos, que atuava próximo à Estação da Companhia Paulista.²³¹ Seu nome consta no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e, portanto, possuía licença e cadastro naquela repartição da Prefeitura antes das modificações nas leis estadual e municipal, porém, com mercadorias diferentes. Em 1931, Antonio estava registrado como ambulante de doces e no ano seguinte, de amendoim, todavia, o imposto cobrado era equivalente para as duas mercadorias: 22\$000. Em janeiro de 1937, Antonio Gimenes escreve ao prefeito requerendo a isenção de imposto sem especificar a mercadoria que vendia. O manuscrito, enviado à Prefeitura, não possui a assinatura do solicitante, mas, de outra pessoa que teria assinado por ele, afirmando sua condição de analfabeto.

De acordo com seu pedido, além de não saber escrever e ler, Antonio Gimenes era pobre, tinha saúde debilitada e era cego do olho direito, situação comprovada pelo atestado do Instituto Penido Burnier, anexado ao requerimento. Por tais motivos alega não poder arcar com os valores dos impostos. Segundo resposta da Repartição Fiscal, Antonio Gimenes deveria enviar seu pedido ao coletor estadual, a fim de obter o atestado de sua condição, exigido por lei. Não há manifestações posteriores sobre o assunto, tampouco, sobre o deferimento ou não da solicitação.

Josepha Lopes, em 18 de outubro de 1939, obteve o deferimento do prefeito Euclides Vieira para o mesmo pedido.²³² Portuguesa, viúva, com 73 anos de idade, residente à Rua Dr. Ricardo, desejava trabalhar como ambulante de fazendas e já havia adquirido a isenção estadual exigida por lei. Assim, requeria à Prefeitura a licença municipal para trabalhar “livremente”, ou seja, sem correr o risco de ter as mercadorias apreendidas pelos fiscais. No

²³¹AHMC. Requerimento de Antonio Gimenes, 28/01/1937. Licença e isenção de imposto. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²³²AHMC. Requerimento de Josepha Lopes, 18/10/1939. Licença e isenção de impostos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

dossiê de Josepha há, anexado, o atestado da Diretoria Geral da Receita do Estado, a “prova” necessária de que necessitava de isenção fiscal.

Supondo que todos os requerentes fossem conhecedores da lei e soubessem da exigência de determinados documentos, o conteúdo das cartas alterna-se entre dramas pessoais e a confiança na capacidade e sensibilidade do governo em encontrar soluções para os problemas da população. Intencional ou não, o apelo ao paternalismo do Estado aparece destacado nesse tipo de requerimento, como se a própria lei não fosse suficiente para atendê-los. Era preciso confiar no “espírito justiceiro e de apoio de V. Excia” tal como escreve Izaltin A. Souza, em 1933.²³³

Izaltin escreve ao então prefeito Alberto Sequeira Lima como se ambos fossem amigos de longa data. A carta, escrita à mão, inicia-se com a afirmação de ter o objetivo de pedir um “favor” ao prefeito. Após ressaltar a característica do chefe do executivo municipal de “ser amigo dos pobres”, pede a licença, por três meses, para vender doces, destacando que esta deveria ser gratuita, ou seja, isenta do imposto. Como comprovação da “íntima” relação com o prefeito, Izaltin alega tê-lo conhecido nas Oficinas da Mogyana, quando ainda trabalhava na seção de locomoção. Izaltin afirma que continuava a trabalhar na Cia Mogyana, mas que seus vencimentos eram de 180\$000, os quais, segundo ele, não eram suficientes para seu sustento, motivo pelo qual pede a licença para vender das 17 horas até às 21 ou 22 horas, período fora de seu horário de trabalho na Mogyana. Finaliza da seguinte maneira: “Se não for possível peço que desculpar (sic) pela minha imprudência. Sem mais desde já confesso-me grato. Seu amigo e criado às ordens.”

Este requerimento, além de possibilitar perceber a atividade ambulante concebida como um “bico”, ou seja, uma complementação da renda mensal para aquele que exercia outra profissão, permite apreender uma estratégia de negociação entre o requerente e as autoridades.²³⁴ O objetivo de Izaltin era obter a autorização para vender doces durante um período determinado. No entanto, durante o horário cogitado por ele, o comércio ambulante não era permitido. Uma de suas últimas frases demonstra que Izaltin talvez fosse consciente da impossibilidade de seu pedido ser deferido. Porém, está claro que a retórica impregnada de contornos dramáticos (como o salário insuficiente para seu sustento) e o recurso à justiça social atuavam como estratégias para a conquista de seu objetivo.

²³³ AHMC. Requerimento de Izaltin de Souza, 03/01/1933. Licença e isenção de impostos. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²³⁴ ARAÚJO, Erick Assis de. op. cit., pp. 261-184.

O tom conciliador e prenhe de comoção, presente na escrita de Izaltin e, também na da Antonio Gimenes, aparece em outro requerimento, enviado por Antonio Ruiz Leiva ao prefeito, em maio de 1939. Este informa que havia sido submetido a uma intervenção cirúrgica na Santa Casa de Campinas e que, por esta razão, requisitava a isenção de imposto para a venda de brinquedos para crianças durante alguns dias.²³⁵ Para esse fim, a Prefeitura pediu o Atestado de Isenção do Estado. Porém, até março de 1941, Antonio Ruiz Leiva não havia comparecido com o documento, sendo arquivado o pedido, de acordo com a anotação contida no verso da carta. A solicitação abrangia um curto período de tempo, provavelmente, aquele no qual Antonio Ruiz ficaria impossibilitado de trabalhar em outra ocupação. Parece, todavia, que o intervalo entre solicitar, obter o Atestado da Diretoria Geral da Receita do Estado e enviá-lo, novamente, junto ao pedido de isenção ao prefeito, talvez fosse maior do que os pretendidos “alguns dias”. Novamente, ser ambulante surge como uma condição temporária, um “bico”, necessário naquele momento.

Conceber a prática ambulante como uma ocupação temporária aparece como algo corriqueiro entre aqueles que solicitavam a licença ao prefeito e afirmavam o papel da prática ambulante como uma atividade extra e comum. No final de 1939, Jorge Icaci e sua esposa, Ana Icaci, dizendo-se residentes em São Paulo e moradores da pensão Santa Luzia, em Campinas, pedem licença para venda de flores artificiais durante o período de cinco dias. Neste caso, trata-se de “ambulantes não estabelecidos”, por não serem moradores da cidade, mas que desejavam atuar como ambulantes nela. O fiscal, após analisar o caso, nota que haveria, segundo ele, uma “falha” na Lei 520 que não estabelecia licença por dias ou meses. Assim, sugere ao prefeito conceder a licença na base da taxa anual referente à zona de residência – temporária – do requerente.²³⁶ A sugestão foi aceita por Euclides Vieira que deferiu o pedido de Jorge e Ana.

Independente da motivação para o pedido, os modos e costumes dos ambulantes, ao fazerem uma solicitação à autoridade municipal, tinham algumas características semelhantes. Além de pedidos como o de Josepha, que não recorre ao teor informal em seu requerimento, mas destaca sua situação social, havia quem fizesse uso do tom conciliador a fim de tentar angariar simpatias no processo de negociação para atingir seus objetivos diante do paternalismo tradicional que ainda poderia haver entre a população e as autoridades. Porém,

²³⁵ AHMC. Requerimento de Antonio Ruiz Leiva. 31/05/1939. Licença e isenção de imposto. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²³⁶ AHMC. Requerimento de Jorge Icaci e Ana Icaci, 30/01/1939. Licença. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

se Josepha obteve o deferimento de seu pedido prontamente, pois enviou a documentação necessária, o mesmo não teria acontecido com Antonio Gimenes e Izaltin A. de Souza, que não enviaram o atestado obrigatório de saúde ou de miséria, fato que aponta a burocracia como mais um recurso de controle à prática ambulante, independente da maneira como a solicitação se estruturava textualmente.

No caso de Antonio Gimenes, este talvez possa ter se confundido quanto à origem do atestado exigido, pensando que talvez pudesse ser uma declaração de um médico especialista qualquer. Esta consideração justificaria ter anexado o atestado do Instituto Penido Burnier, instituição de referência na área de oftalmologia da cidade, e não o da Diretoria Geral da Receita do Estado o que, provavelmente deve ter levado à resposta negativa da Repartição Fiscal. Por outro lado, Izaltin não enviou atestados ou, tampouco, se declarou doente e velho. Apenas manifestou uma suposta “amizade” com o prefeito e, a partir dessa relação entre amigos, deixou implícito que um “favor” não seria algo incomum e possível de ser negado. Como ocorreu com Antonio Gimenes, o requerimento não foi respondido e não há como saber o que aconteceu depois.

Ao contrário do que aconteceu a Izaltim e Antonio Ruiz Reiva, o ambulante Salomão Haddad, em agosto de 1939, recorreu ao artigo 20 da Lei Estadual 2.485 e à Lei Municipal 520 com o objetivo de conseguir a isenção de impostos e foi atendido.²³⁷ As justificativas foram, desde possuir idade avançada – não mencionada no requerimento – até ser pobre e possuir problemas de saúde – também não especificados. Segundo Salomão, ele já havia solicitado a isenção à Recebedoria de Rendas do Estado e, portanto, aguardava o atestado de sua condição econômica e de saúde. Não há informação no documento sobre o deferimento ou não do caso. Contudo, em janeiro de 1940, ele escreve novamente ao prefeito solicitando a isenção para a venda de fazendas e armarinhos, apresentando o Atestado da Recebedoria de Rendas do Estado e assim, teve seu pedido deferido.

Os formatos dos requerimentos, datilografados e com a assinatura de outra pessoa por Salomão Haddad levam a crer que este era, assim como muitos, analfabeto, porém, nem por isso desconhecedor de seus direitos. Através dos dados encontrados na resposta positiva da Repartição Fiscal ao último pedido, presume-se que o requerimento anterior possa ter sido deferido. Entretanto, outra possibilidade seria a de que o requerimento de janeiro de 1940 fora enviado após o indeferimento do primeiro. Neste caso, o atestado da Recebedoria de Rendas do Estado que, segundo Salomão, fora solicitado em agosto de 1939, havia demorado cerca de

²³⁷ AHMC. Requerimento de Salomão Haddad, 21/08/1939. Licença e isenção de imposto. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

quatro meses para ser expedido. A suposta demora na expedição do atestado confirmaria a justificativa para o não comparecimento de muitos solicitantes com o documento exigido, resultando no arquivamento de pedidos como o de Antonio Gimenes.

Licença também concedida, perante a apresentação da documentação exigida, obteve Ida Labate, em 1939.²³⁸ Viúva e necessitando trabalhar para seu sustento, Ida optou por seguir o ramo de seu falecido marido, segundo ela, ambulante de linguça. Mais uma vez, há o recurso ao apelo emocional, destacado, por exemplo, na frase que explica que o lucro “mal dá para o sustento de meus filhinhos”, acrescentando que eram cinco filhos menores. Dessa forma e sendo seu “único meio de vida” pede, “se possível”, a isenção de imposto. Fazendo parte de uma pequena parte de requerimentos femininos encontrados neste trabalho, Ida Labate escreveu a carta e foi atendida pelo prefeito.

A retórica do sofrimento e a invocação à família são marcas recorrentes dos requerimentos de licença e isenção de imposto. Ao mesmo tempo, os requerentes demonstram o uso, para argumentação de seus pedidos, de categorias presentes na propaganda do governo Vargas²³⁹: no caso de Ida Labate, a justiça social e a família. A dificuldade em manter o sustento dos filhos permite que Ida visualize o Estado (no caso, o governo municipal), como protetor da família e de seu bem estar social. Sem a licença, que somente o prefeito podia autorizar, a sobrevivência de sua família estaria em risco. Se os requerentes recorrem ao “espírito de justiça e humanitário” é porque ela é constantemente vinculada à imagem do governo. O final da carta de Salomão Haddad é emblemático neste sentido também: “Certo do alto espírito de justiça e humanitário de vossa excelência.” Manifesta-se, nestes casos, uma consciência política mais marcada pela experiência de vida do que pelo contato com instituições ou organizações partidárias. São suas condições de vida e interpretações do mundo que os levam a tentar tirar algum proveito destes símbolos de dominação. Mesmo que não participassem das classes de trabalhadores, às quais a legislação federal garantia, agora em âmbito nacional, alguns direitos, ainda era possível negociar diante de categorias como justiça, família e trabalho. Por outro lado, é importante destacar que, em momento algum, os problemas pessoais relatados pelos requerentes são relacionados à inabilidade das autoridades em governar a cidade. Esta atitude fazia parte da negociação. Nas palavras de Erick Araújo, a respeito da população de Fortaleza, durante o Estado Novo “O interessante nestas

²³⁸AHMC. Requerimento de Ida Labatte, 23/09/1939. Licença e isenção de imposto. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²³⁹FERREIRA, Jorge Luiz. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas”, **Estudos Históricos** 3,6, 1990, pp. 180-95.

manifestações é como as pessoas comuns se apropriavam da doutrina do Estado Novo [...] e contra argumentavam com base nestes mesmos princípios para exigirem inclusão social”.²⁴⁰

Como é possível notar, a própria legislação municipal e estadual também estimulavam a elaboração de requerimentos piches de um discurso emocional ao exigir, por exemplo, a comprovação da condição de miséria e problemas de saúde para obter a isenção do imposto de ambulante. Ao mesmo tempo, as diversas taxas e impostos a serem pagos, de acordo com a lei municipal, após a aquisição da licença, acabavam por confundir alguns ambulantes. Salomão Mamede enviou, em 1939, um requerimento bastante parecido aos mencionados acima.²⁴¹ Junto a este, anexou o atestado de pobreza e de idade avançada e pediu a isenção do imposto decorrente da licença pela venda de armarinho. A solicitação foi deferida pelo então prefeito Euclides Vieira.

Entretanto, três dias após obter a licença, o fiscal Benedito da Costa Camargo registrou um comunicado informando que as mercadorias vendidas por Salomão Mamede haviam sido apreendidas.²⁴² Meias e colchas foram tomadas pelo fiscal porque o ambulante estava sem a licença para vendê-las. O primeiro requerimento contradiz essa informação, já que nele o prefeito anotou que a licença, bem como a isenção, foram expedidas no dia 25 de junho de 1939. Mas as mercadorias foram apreendidas em 28 de junho! Neste mesmo dia, o ambulante enviou outro requerimento ao prefeito, dessa vez solicitando a devolução de suas mercadorias, admitindo que estava sem a licença, mas que já a tinha pago. Porém Salomão já havia obtido a isenção do pagamento da licença dias antes e não precisaria pagar mais nada. Como, então, teria pago?

Uma hipótese seria a de que Salomão retirou sua licença com isenção e foi obrigado a pagar a multa por ter sido pego vendendo sem a chapa, confundindo em seguida, a expressão “licença”, ou melhor, “imposto de licença”, com “posse da chapa”. O pagamento, a que ele se refere como “licença”, deveria ser o da multa e taxas por vender sem a chapa, e não o do imposto propriamente dito. Salomão talvez ainda não soubesse que sua licença já havia sido concedida. Enquanto isso, comercializava ilegalmente pelas ruas da cidade na intenção de obter alguma renda, como deveriam fazer muitos dos que aguardavam a autorização da Prefeitura.

²⁴⁰ ARAUJO, Erick Assis de. op. cit. p. 273.

²⁴¹ AHMC. Requerimento de Salomão Mamede, 08/06/1939. Licença e isenção de imposto. Requerimento de Salomão Mamede, 28/06/1939. Restituição de bens e mercadorias. **Grupo Finanças**. Documentos avulsos.

²⁴² AHMC. **Livro de Registro dos Fiscais**. Ano 1939.

De acordo com a afirmação de que Salomão não possuía licença, cogita-se a ideia de que os dados dos ambulantes deveriam demorar a ser atualizados; afinal, no dia da apreensão Salomão Mamede, já estava autorizado a comercializar e, mesmo assim, teve que arcar com uma multa e apreensão de seus bens. Todavia, pode-se pensar que, também, entre os fiscais, o termo “sem licença” significava o mesmo que “sem a chapa de ambulante”, fato que mais do que indicar uma confusão nos termos contidos nas fontes denota a atuação indiscriminada da Repartição Fiscal, a qual recebia o pagamento de multas mesmo de quem já possuía licença e que, por deficiência do serviço público, era prejudicado.

Percebe-se que, a partir de 1937, a vinculação do pedido ao Atestado da Diretoria Geral da Receita do Estado dificultou e desestimulou a persistência no andamento do processo de obtenção da licença e isenção de impostos, mediante o tempo que levava para obtê-lo. A ausência de respostas e dados sobre o andamento dos pedidos de Antonio Gimenes e Izaltim A. de Souza, por exemplo, devem estar ligados a estes fatores. Por conseguinte, não houve a resolução do problema social inerente à necessidade de todos de trabalhar “legalmente”, principalmente, àqueles teoricamente abrangidos pelas leis: idosos, pessoas com problemas físicos e miseráveis. Uma das consequências, será, nas décadas seguintes, o aumento da clandestinidade.

Todavia, não há registros dos nomes de requerentes com pedidos arquivados nos comunicados de apreensão por falta de licença, fato que comprovaria, após a resposta negativa da Prefeitura ou dificuldade em obter os documentos necessários para a licença municipal, a hipótese de muitos requerentes tornarem-se ambulantes ilegais. Além disso, o arquivamento dos pedidos poderia ser motivado por diversas causas, não apresentadas na documentação pesquisada como: o requerente ter falecido, encontrado outra profissão, simplesmente desistido do comércio ambulante ou mudado de cidade, como no caso de João da Silva.

Residente na Avenida Julio de Mesquita, João da Silva, de 18 anos, não possuía a mão direita.²⁴³ Esta era a justificativa para trabalhar como ambulante, solicitando, além da licença, a isenção do imposto. Afirmava que já havia requerido o Atestado da Recebedoria de Rendas do Estado. Fazia o pedido à Prefeitura, antes de obtê-lo, para “agilizar” o processo. O arquivamento do pedido foi justificado pela mudança de João para outra cidade.

Apesar deste caso, é preciso considerar que, por serem pessoas pobres, com algum problema físico ou idade avançada, obter outra forma de aquisição de renda seria algo difícil,

²⁴³ AHMC. Requerimento de João da Silva, 24/04/1940. Licença e isenção de imposto. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

quicá impossível, frente à realidade em que se encontravam. Excluindo as hipóteses de falecimento ou mudança de cidade, a ilegalidade deveria ser o caminho mais fácil a ser percorrido para aqueles que tinham suas solicitações indeferidas.

4.2. Requerimentos de restituição de impostos

As solicitações de restituição de imposto estão entre aquelas que menos ocorriam entre os ambulantes. Quase não há pedidos alegando uma cobrança indevida e a devolução do valor pago. No entanto, o interessante, nestes poucos casos, é a existência de consciência quanto aos próprios direitos, a determinação em reclamar de um imposto calculado erroneamente e a verificação de possíveis comunicações existentes entre os ambulantes.

Os requerimentos de três ambulantes, com pontos fixos no Mercado Municipal, caracterizam-se por esta última opção. A estrutura das cartas, assim como o formato, com capa e nomes dos requerentes em cada uma delas e as letras idênticas indicam que foram elaboradas pela mesma pessoa. Além disso, a proximidade das datas do envio sugere que os três solicitantes se conheciam e mantinham comunicação a respeito de seus possíveis direitos.

Victorino Rodrigues, Manoel Rodrigues e Ramiro Bento escreveram ao prefeito pedindo a restituição de 50% do imposto em 1937.²⁴⁴ Os três manifestaram seus pedidos antes da instituição da Lei 520, estando ainda em vigor o Regulamento da Lei 116 de 1906. Nenhuma das solicitações foi deferida e o motivo foi o mesmo: os três eram ambulantes e não tinham direito à restituição requerida.

A leitura dos requerimentos sugere que os três ambulantes teriam observado alguns negociantes do Mercado Municipal recebendo a tal restituição. De acordo com a resposta do fiscal, apenas negociantes estabelecidos no Mercado com aluguel de quartos possuíam direito à restituição de parte do imposto pago de acordo com a Tabela I da Lei 116. Os requerentes, atuantes no Mercado, concluíram poder usufruir desse privilégio, pois, eram também negociantes ali fixados.

Contudo, de acordo com a Repartição Fiscal, os três eram registrados como ambulantes, estando sujeitos ao estabelecido na Tabela 2 e não na Tabela 1 da Lei 116. A última referia-se somente a comerciantes estabelecidos e não incluía ambulantes. Segundo o

²⁴⁴AHMC. Requerimentos de Victorino Rodrigues, 11/02/1937; Ramiro Bento, 11/02/1937 e Manoel Rodrigues, 13/02/1937. Restituição de imposto. **Grupo Finanças**. Documentos avulsos.

fiscal, mesmo tendo pontos fixos, permaneciam sendo ambulantes e a restituição somente era paga a negociantes estabelecidos.

Conhecida no imaginário da população e estigmatizada como atividade itinerante e de pessoas que infringiam as leis, estes ambulantes não mais se identificavam – ou não desejavam se identificar – como tais, apesar de, oficialmente o serem. Por comercializarem no Mercado Municipal com estacionamento fixo, “ignoraram” a lei e fizeram o pedido. O tempo de negócio e a exclusividade no Mercado poderiam ser os argumentos necessários para não se considerarem ambulantes e, assim, usufruírem da restituição exclusiva para comerciantes estabelecidos. Inseridos no processo de controle e disciplina que visa à exclusão dos ambulantes das ruas da cidade, a experiência de vida e o pleno exercício da profissão como comerciantes legalizados num espaço público fechado (o Mercado) lhes permitiam um afastamento (imaginário) da profissão de ambulante. Ao mesmo tempo, este “distanciamento” só teria razão se obtivessem os benefícios almejados, fato que não ocorreu.

Além dessa questão, as informações contidas nestes documentos fornecem alguns aspectos relativos ao cotidiano dos ambulantes. Por meio da resposta da fiscalização aos requerimentos, observa-se que, entre os ambulantes que comercializavam nos arredores do Mercado Municipal, a maioria era composta por chacareiros ou empregados destes. Verduras, frutas, ovos, aves eram produtos comercializados na parte externa do Mercado e geralmente vindos dos sítios e chácaras existentes nos bairros periféricos de Campinas os quais, a partir da década de 1940, seriam totalmente urbanizados.

Supondo que Victorino e Manoel pudessem ser irmãos – hipótese pensada a partir do sobrenome em comum e da venda dos mesmos produtos (verduras) – a existência de parentes em um mesmo ramo do comércio, na intenção de aumentar a renda familiar, revela-se como presente entre os ambulantes. Por esse motivo e também pelas manifestações dos fiscais, conclui-se que a presença feminina não deveria ser rara.

O fiscal Sylvio Ramos identifica como “quitandeiros” os ambulantes de verduras fixos na parte externa do Mercado Municipal e afirma que, segundo estes, era difícil conduzir todos os dias os tabuleiros exigidos pela fiscalização para o comércio. Além da questão higiênica e de salubridade, um dos motivos para a construção de bancas poderia estar relacionado à presença de mulheres que, possuindo menor força física que os homens tinham mais dificuldades em conduzir os tabuleiros, possibilidade que reforça a hipótese da presença feminina no comércio ambulante de verduras. Sabe-se também que, durante as primeiras décadas do século XX essa

atividade era ocupada em grande parte por mulheres, como afirma Valter Martins.²⁴⁵ Elas não teriam desaparecido na década de 1930.

Os tabuleiros e, em seguida, as bancas externas, eram de uso exclusivo de chacareiros e floricultores e a implantação de ambos, cada qual em seu tempo, ocasionou um aumento nos valores pagos pelos quitandeiros/ verdureiros. Além de um hipotético atendimento às reclamações dos quitandeiros/ verdureiros, não se pode esquecer que tal medida refletia também a preocupação da Administração com a Saúde Pública. Devido à construção das bancas, o aluguel pela localização ou estacionamento subira de 10\$000 para 14\$000.²⁴⁶

Como explicitado pelo fiscal, o horário de comércio dos quitandeiros no Mercado iniciava-se às 05hs30min e estendia-se até às 8 horas da manhã, devendo todos sair em seguida para as ruas. Podiam estender suas mercadorias no passeio, porém mais tarde, a Prefeitura, provavelmente influenciada pelas medidas da Vigilância Sanitária, exigiu que fôrassem as mercadorias com panos grossos e em seguida com os tabuleiros de madeira, a fim de impedir contaminação direta dos alimentos, prejudicando sua qualidade.

Outro exemplo de requerimento de restituição de imposto é o de Silvério Presente, enviado em 1940.²⁴⁷ Ambulante de frutas com carroça, Silvério afirma que teria efetuado o pagamento do imposto de sua carroça e de ambulante no valor de 100\$000. Contudo, segundo ele, o encarregado da arrecadação dos impostos teria feito as guias lançando os impostos como comerciante de 2ª zona, e Silvério era comerciante da 3ª zona, mais barata. Após pagar a importância no valor errado, o ambulante solicitava a restituição da quantia de 20\$000 paga a mais e enviava também o recibo como prova do pagamento.

Depois de várias informações recebidas e enviadas pela Repartição Fiscal, seguidas da confirmação dos fatos descritos por Silvério, a solicitação foi aceita e a restituição efetuada. Ainda que este caso extrapole o espaço de atuação definido em neste trabalho (a região central e seus arredores, portanto, 1ª e 2ª zona), ele é emblemático no que toca à existência da queixa contra o resultado da ação de um funcionário. A reclamação pressupõe o reconhecimento dos direitos, ou nas palavras de Eduardo Silva a respeito daqueles que enviavam suas queixas ao presidente Vargas, “do que seja socialmente reconhecido como tal,”²⁴⁸ afirmando a busca de participação junto ao poder público. O objetivo era recuperar aquilo que Silvério, como

²⁴⁵ MARTINS, 2009, p.61.

²⁴⁶ Adiante será analisado um requerimento, já citado anteriormente, enviado pelos quitandeiros/ verdureiros ao prefeito, em 1933, reclamando exatamente deste aumento no valor do aluguel.

²⁴⁷ AHMC. Requerimento de Silvério Presente, 01/04/1940. Restituição de imposto. **Grupo Finanças.** Documentos avulsos.

²⁴⁸ SILVA, op.cit, p.145.

ambulante, considerava lícito esperar do governo, ou seja, sua condição para sobrevivência através da cobrança justa do imposto. Os requerimentos a seguir corroboram ainda mais esta estratégia.

4.3. Requerimentos de restituição de bens e mercadorias

O levantamento das fontes revelou um número grande de requerimentos de restituição de bens e mercadorias. Por tratar-se de pedidos e queixas relacionados às ações de fiscais, as análises destas solicitações ocorreram concomitantes à investigação dos comunicados e livros de registros da Repartição Fiscal. O cruzamento das fontes possibilitou a elaboração de diversas hipóteses e cenários a respeito do cotidiano ambulante, assim como permitiu dar sustentação aos argumentos suscitados.

Estas fontes sinalizam os tipos de artimanhas e estratégias utilizadas para escapar da multa e da apreensão de mercadorias. As formas de negociação presentes nesta documentação revelam-se como maneiras de resistir e sobreviver na profissão, em um ambiente de constante ameaças e conflitos, diante da presença do fiscal e de comerciantes estabelecidos. Assim, ao mesmo tempo, os dados contidos indicam diversas interpretações em relação à presença ambulante nas ruas da cidade, como também, algumas justificativas para ser ou não ambulante regularizado.

Caso não estivessem legalizados, portando as respectivas chapas, que caracterizavam a licença obtida e os impostos, de ambulante ou de estacionamento, pagos, os ambulantes tinham suas mercadorias apreendidas pelos fiscais e sofriam a aplicação da multa. A ausência da chapa não aparece claramente nos documentos como causa da apreensão, mas a compilação destes dados com os presentes no Livro de Assuntos da Repartição Fiscal²⁴⁹ e nos comunicados de apreensão de mercadorias levam a essa hipótese. É comum encontrar, neste tipo de requerimento, alguns ambulantes com os nomes registrados no respectivo livro e também anotados nos comunicados dos fiscais que se referiam à apreensão de mercadorias.

Dessa forma, mesmo possuindo a licença, o ambulante corria o risco de ter suas mercadorias apreendidas, caso estivesse sem a chapa de ambulante. Foi o que pode ter

²⁴⁹AHMC. Registros de Ambulantes. **Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Registro de Firms** (1930-1936), pp.88-101.

ocorrido com Salomão Mamede, no caso descrito anteriormente. A licença não era garantia de segurança para os negociantes da rua perante a atuação dos fiscais. Outros motivos para a apreensão poderiam ser: a irregularidade das mercadorias ou o não respeito a dispositivos do regulamento - como a exigência do tabuleiro para quitandeiros/ verdureiros e de tabuleiros fechados para vendedores de doces.

Após terem a mercadoria apreendida pelo fiscal, muitos dos que tinham os produtos confiscados escreviam ao prefeito dizendo que estavam apenas levando mercadorias de um estabelecimento para outro. Segundo os fiscais, eles apenas buscavam iludir as autoridades, afirmando possuir alguma ligação com um estabelecimento comercial na intenção de escaparem das multas e reaverem as mercadorias. Esta afirmação confirma que há um constante conflito nos discursos dos requerentes e dos fiscais que perpassa a escrita das fontes. Enquanto os solicitantes declaram que a apreensão era injusta por não serem ambulantes, os fiscais, por meio da retórica de desqualificar o discurso do outro, dizem que eles, os ambulantes, eram mentirosos e tentavam sempre enganar as autoridades.

Com a alegação de não ser ambulante, Arthur Maluf escreve a Sylvio Leite de Barros, em agosto de 1934, confiando no “senso de justiça” do prefeito municipal.²⁵⁰ Em seu requerimento alega ser empregado de Salim Zaidan, que tinha estabelecimento de verduras no Mercado Municipal e, assim, não poderia ser acusado de atuar como ambulante das mercadorias confiscadas. Reivindica a devolução de sessenta pares de meia, três cuecas e uma caixa de miudezas apreendidas pelo fiscal.

Segundo Arthur Maluf, ele mesmo teria comprado as mercadorias a pedido de seu irmão, Antonio Maluf, residente em São José dos Campos. Quando a mercadoria estava pronta para embarcar para a cidade do irmão, disse ter sido abordado no viaduto da Paulista – a Estação da Cia Paulista – próximo à Vila Industrial, pelo fiscal Chiavegnato, que julgou ser ele ambulante. Arthur afirma não exercer tal atividade e que não havia testemunhas que dissessem que ele estava oferecendo as mercadorias, como alegara Chiavegnato. O andamento do processo deu-se com o envio do requerimento à Repartição Fiscal para “verificação”. Há mais do que uma resposta e um longo texto, escrito pelo fiscal, argumentando contra e desqualificando as afirmações de Arthur Maluf.

²⁵⁰ AHMC. Requerimento de Arthur Maluf, 06/08/1931. Restituição de bens e mercadorias. **Grupo Finanças**. Caixa 48. Este documento foi utilizado anteriormente para análise das formas de apropriação e interpretação das leis por parte de ambulantes e da população. Neste momento ele serve de fundamento para a hipótese de estratégias criadas a fim de fugir das multas e fiscalização.

Em uma das respostas, o fiscal declara que Arthur Maluf era, além de ambulante de armarinhos, feirante, negociando palmitos e tomates, fornecendo indícios de que conhecia o cotidiano de determinados ambulantes. Segundo Chiavegnato, o requerente caminhava pelo centro com as mercadorias e, ao que parece, esta atitude, para o fiscal, por si só, “comprovaria” ser ele ambulante. Os argumentos expostos por Arthur e, citados acima, são completamente ignorados mediante a visão preconcebida do fiscal.

Todas as declarações de Chiavegnato estabelecem que Arthur Maluf era ambulante sem licença, uma vez que este teria sido pego, praticamente em flagrante, “oferecendo” mercadorias pelas ruas do centro. De acordo com o fiscal, logo que Arthur foi abordado, foi solicitado a ele que apresentasse a licença, a qual teria afirmado não possuir. Nas palavras do fiscal, o argumento utilizado por Arthur – “de que as mercadorias foram encomendadas pelo seu irmão morador em outra cidade” – era algo corriqueiro entre os diversos subterfúgios dos ambulantes sem licença.

É interessante notar neste caso que, o simples ato de portar mercadorias e caminhar pelas ruas da cidade aparece como algo contrário ao estabelecimento da ordem e controle, levando a ser identificado, imediatamente, como ambulante. A normatização dos espaços e das formas de viver estabelece um espaço de conflito, onde as práticas e os costumes da população mais pobre eram perseguidos e desqualificados. Alguns hábitos poderiam expressar modos de vida inadequados e, caso fossem realizados na rua, em público, “corrompendo a ordem”, deveriam ser punidos ou extinguidos. Por este motivo, as manifestações da Repartição Fiscal, em resposta à requerimentos como o de Arthur Maluf, possuem quase o mesmo teor e são contrárias à argumentação do requerente.

Outro dado referente ao mesmo requerimento e que chama atenção é o envolvimento da imprensa na interpretação dos acontecimentos incluindo ambulantes. Sendo um caso singular, é o único onde aparece um recorte de jornal, de título “Sem licença não pode vender!” do *Jornal de Hoje* de 08/08/1934. Esta informação possibilita notar que havia alguma repercussão na imprensa quanto às medidas da Repartição Fiscal. O artigo narra a apreensão das mercadorias de acordo com o depoimento de Chiavegnato, caracterizando Arthur Maluf como ambulante. Porém, como se trata apenas de um recorte, não é possível afirmar se aquela era uma posição a favor da Repartição Fiscal, uma crítica à exigência da licença para vender ou às ações arbitrárias dos fiscais. Outros artigos do *Jornal de Hoje* infelizmente não foram encontrados para que o tema fosse melhor trabalhado.

O acontecimento de outubro de 1932, envolvendo Simão Tallerman e seu irmão, não foi diferente do ocorrido e do desfecho da ação de Arthur Maluf.²⁵¹ Alegando ser empregado comissionado da Casa Jacob Churguin, Simão solicita ao prefeito a devolução das mercadorias apreendidas quando seu irmão as transportava. De acordo com Simão, trabalhando para o estabelecimento citado, ele deveria percorrer as ruas da cidade à procura de fregueses, que encomendavam a mercadoria. Ele ia ao fornecedor buscá-la e a levava à casa do freguês para efetuar o negócio. Em sua opinião, diferenciava-se de um ambulante, já que não caminhava pelas ruas com a mercadoria nas mãos, oferecendo-a, como teria sido o caso de Arthur Maluf. Simão argumenta que não possuía licença, por não ser ambulante e sim uma “espécie de caixeiro praticista”.

Suas mercadorias teriam sido apreendidas quando seu irmão, Henrique, o teria substituído, pois ele adoecera havia cinco meses mais ou menos. Henrique acabou sendo surpreendido pelo fiscal, que exigiu a apresentação da licença de ambulante. Não possuindo a autorização municipal, foi obrigado a entregar a mercadoria, deixando Simão em dívida com o Sr. Churguin. Em seu requerimento, Simão declara que, dois dias antes do envio da solicitação, teria ocorrido o mesmo com ele e que não teria motivo para ter licença, uma vez que não era ambulante. Porém, mesmo não exercendo a atividade, Simão manifesta-se disposto a pagar o trimestre do imposto e mais os 20\$000 de multa, referentes à suposta falta de licença, contanto que lhes fossem devolvidas as mercadorias apreendidas nos dois momentos.

Novamente, a fiscalização afirma que Simão, assim como Arthur e outros ambulantes, pretendia burlar a lei e fugir da obrigação de pagar impostos. Segundo a Repartição Fiscal, se não fosse, de fato, ambulante, Simão não deveria reclamar por mercadorias que não eram suas. Mas não cogita a possibilidade de ser, exatamente, porque as mercadorias não eram suas que Simão mostrava-se aflito. A possibilidade de uma dívida com o Sr. Churguin que, segundo Simão, passara a existir, não é levada em conta pela Repartição como motivação para a reclamação das mercadorias.

Na tentativa de invalidar ainda mais a queixa de Simão, o fiscal declara que, na primeira apreensão, o irmão de Simão deu o nome Henrique e na segunda, Samuel. A mentira, a respeito do nome, compunha, aos olhos do fiscal, mais um elemento de “prova” de que o requerente desejava burlar a fiscalização, comprovando a condição de ambulante, conhecidos por enganadores. Irredutível quanto ao seu posicionamento, a Repartição Fiscal não cogita

²⁵¹AHMC. Requerimento de Simão Tallerman, 21/10/1932. Restituição de bens e mercadorias. **Grupo Finanças**. Caixa 49.

que o medo de perder as mercadorias do irmão, poderia ter levado Henrique ou Samuel a mentir seu nome. Por fim, o prefeito acata a informação dos fiscais e indefere o pedido de Simão Tallerman.

Em junho de 1940, Juvenal Pinheiro escreve ao prefeito na tentativa de convencê-lo de que não era ambulante e, por isso, deveria ter suas mercadorias restituídas.²⁵² De acordo com o registro da apreensão realizado pelo fiscal Benedito da Costa Camargo no Livro de Registros de Fiscais, o ambulante teve suas mercadorias confiscadas também por falta de licença. O requerente declara ser empregado da casa J.O. Mattos Penteado e pede a restituição dos três cortes de brim que seriam, segundo ele, para seu uso próprio e não para venda, como o fiscal julgara precipitadamente.

A Repartição Fiscal, ou melhor, o próprio Benedito da Costa Camargo, porém, contradiz a alegação de Juvenal, dizendo que ele não era empregado de J.O. Mattos Penteado. O fiscal manifesta-se afirmando que Juvenal era, na verdade, um intermediário²⁵³, sendo autuado por oferecer três cortes de brim sem a licença necessária. Ainda segundo o funcionário da Prefeitura, após ter sua mercadoria apreendida, Juvenal teria dito ao fiscal que negociava daquela maneira (sem a licença) porque não tinha recursos. Todavia, o ambulante não pudera comprovar sua situação financeira, uma vez que não possuía o Atestado Estadual. Ainda assim, de acordo com o relato do fiscal, Juvenal teria estado na Repartição Fiscal quatro vezes, solicitando a devolução das mercadorias. A última informação contida no documento demonstra que seu pedido fora indeferido pelo prefeito.

Observa-se nestes documentos que, de acordo com as declarações dos fiscais, uma das maneiras de tentar escapar da multa, da apreensão de mercadorias e em último caso, reaver as mercadorias era declarar-se como empregado de algum estabelecimento comercial ou ter outro tipo de ligação com ele. Havia também aqueles que afirmavam serem os produtos para consumo próprio, por mais estranho que parecesse alguém possuir dezenas de pares de meias. Segundo os fiscais, argumentações como as de Arthur, Simão e Juvenal eram somente uma maneira de enganar e mentir a fim de não serem multados e terem as mercadorias devolvidas, algo típico de ambulantes. Por outro lado, não há elementos que provem, de fato, serem os solicitantes ambulantes, apenas o julgo do fiscal. A perseguição, portanto, deveria ser implacável e arbitrária, enquanto o prefeito, considerado como única possibilidade de defesa,

²⁵² AHMC. Requerimento de Juvenal Pinheiro, 11/06/1940. Restituição de bens e mercadorias. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²⁵³ Aqui, a palavra “intermediário” aparece no sentido de um entregador de mercadorias, tal como Arthur Maluf, em requerimento anterior, afirmava ser.

assume uma posição afastada perante os pedidos, indeferindo, sem comentários, as solicitações.

Por outro lado, considerando a versão dos requerentes, é provável que muitas pessoas com mercadorias apreendidas pelos fiscais fossem, de fato, “intermediários” ou “empregados” das casas comerciais mencionadas, como eles próprios afirmavam. Comerciantes estabelecidos no Mercado ou em lojas de varejo deveriam contratar alguém para entregar ou oferecer suas mercadorias pelas ruas da cidade ou de porta em porta. O negócio era interessante para todos os envolvidos. Dessa maneira, os lucros poderiam ser maiores para o comerciante estabelecido, já que não havia obrigações legais entre ele e seu “intermediário”, o sujeito “contratado”, por sua vez (ambulante ou não), obtinha mais um meio de garantir uma renda a mais ao final do mês e o cliente não necessitava se deslocar até o local de venda para obter a mercadoria desejada. Contudo, sem a licença para percorrer as ruas da cidade em posse de mercadorias, o risco destes “intermediários” serem confundidos como ambulantes pelo fiscal, sofrerem a aplicação da multa e terem os artigos confiscados era grande.

Nos casos expostos acima, tanto o conteúdo do discurso dos fiscais quanto dos solicitantes revelam estratégias de sobrevivência e inserção social diante das dificuldades e obstáculos impostos pela precariedade das condições de trabalho e de vida. Outro ponto a observar é que a maioria dos requerimentos deste tipo referem-se à apreensão de tecidos, cortes de fazendas. Excluindo o fato de serem ou não ambulantes (uma vez que eles próprios não se consideravam como tal), foi visto no capítulo anterior, o quanto deveria representar para um vendedor de rua de tecidos a obtenção da licença e o imposto dela decorrente. O alto valor do imposto ao lado da incerteza da venda e do lucro poderia propiciar a escolha pela clandestinidade.

Com o nome presente em dois comunicados de diferentes origens, Simão Elias vendedor de tecidos, é um exemplo de quem se recusava a ter a licença. Em dezembro de 1931, o Delegado Regional de Polícia comunicou o confisco de suas mercadorias e de um suposto companheiro de Simão, de nome Francisco Sentillo.²⁵⁴ Anos mais tarde, em 1940, o nome de Simão Elias retornaria à Repartição Fiscal por meio do comunicado do fiscal Herculano Krambeth pelo mesmo motivo.²⁵⁵ No comunicado, o fiscal afirma que Simão Elias declarou-se morador da cidade de São Paulo e, segundo Krambeth, estava vendendo tecidos

²⁵⁴ AHMC. Comunicado do Delegado Regional de Polícia, 19/12/1931. Comunicados. **Grupo Segurança Pública**. Caixa 2.

²⁵⁵ AHMC. **Livro de Registro dos Fiscais**. Ano 1940.

de brim sem licença novamente. Neste mesmo comunicado há a informação, posterior à apreensão, de que Simão teria pago o imposto de licença, a multa e retirado suas mercadorias.

Nota-se que Simão era um ambulante “não estabelecido” e optava por permanecer na clandestinidade ao invés de requerer a licença, isto até o momento em que o fiscal lhe aplicasse a multa e confiscasse seus produtos, que aconteceu no fato descrito acima. De acordo com o regulamento de 1937, os ambulantes não estabelecidos na cidade também estavam sujeitos ao fisco e deveriam, não somente requerer a licença, como pagar o imposto anual. Porém, comprar em São Paulo e vender em Campinas parecia ser um bom negócio, principalmente, se fosse possível escapar da fiscalização e do imposto obrigatório, ainda que somente durante algum tempo.

Os diversos artifícios usados para escapar do fisco, das multas e terem as mercadorias devolvidas indicam também a existência de ações arbitrárias dos fiscais, algo parecido com a “caça aos ambulantes”. Um exemplo que confirma a perseguição excessiva pode ser verificado no requerimento de Francisca Ventre, enviado em novembro de 1939.²⁵⁶

Moradora da Rua 13 de Maio, localizada no centro de Campinas, e proprietária da Alfaiataria Nova Paulista, Francisca Ventre escreve ao prefeito solicitando a devolução de mercadorias apreendidas de seu empregado Marotta Geraldo. Três cortes de fazenda haviam sido apreendidos quando ele os transportava e, segundo Francisca Ventre, não os vendia. A manifestação da fiscalização apenas informa que Marotta Geraldo teria dito que as mercadorias eram suas e, por isso, fora multado em 20\$000. Logo em seguida, abaixo da resposta enviada pela Repartição Fiscal, há uma nota dizendo: “Indenizado”. Após pagar a multa de 20\$000, Francisca Ventre deve ter recebido as mercadorias de volta e/ou o valor da multa. Solução semelhante poderia ter ocorrido se os supostos empregadores de Simão Tallerman e Juvenal Pinheiro tivessem enviado, eles próprios, requerimentos ao prefeito com a queixa a respeito do confisco da mercadoria. No desfecho deste caso, fica evidente a relação preponderante do discurso do dominante (empregado) sob o do subordinado (Simão Tallerman, Juvenal Pinheiro ou Marotta Geraldo). A comprovação, por meio da manifestação do empregador, de ser empregado de determinado estabelecimento confere um resultado positivo ao requerimento. Por outro lado, a palavra do pobre (ambulante ou não) sem prestígio social ou econômico é desvalorizada constantemente pela fala dos fiscais.

As atitudes de injustiça cometidas por alguns fiscais eram alvo de reclamações dos ambulantes. Como já observado, apesar de possuírem a licença poderiam ter suas mercadorias

²⁵⁶ AHMC. Requerimento de Francisca Ventre, 01/01/1938. Restituição de bens e mercadorias. **Grupo Finanças**. Caixa 48.

apreendidas, e esta era uma das causas da revolta. O fiscal multava-os por estarem sem a chapa e registrava-os, em seus comunicados, como ambulantes sem licença. Entretanto, em alguns casos, o ambulante acabava, de certa maneira, concordando com o motivo da apreensão, mas escrevia ao prefeito na intenção de obter uma solução favorável ao seu problema.

Foi o caso do ambulante sírio Miguel Mansur que escreve, em 1939, ao prefeito, após o confisco realizado pelo fiscal Herculano Krambeth, anotado no Livro de Registro de Fiscais. As mercadorias de armarinhos foram apreendidas devido à falta de licença. Mesmo sem possuir a respectiva autorização, Miguel Mansur envia uma carta datilografada ao prefeito pedindo a devolução de suas mercadorias e confirma que, na ocasião da apreensão, de fato, vendia clandestinamente.²⁵⁷ O enunciado da carta de Miguel Mansur é muito semelhante àquele contido nos requerimentos de isenção de imposto de licença. Miguel relata suas difíceis condições de vida pelo fato de ser pobre, com 75 anos de idade e lançar mão da atividade ambulante para obter sua subsistência.

Reconhecendo que atuava ilegalmente como ambulante, ele apela para “o nobre coração de um digníssimo prefeito, para um ato de caridade a um pobre ancião”. Em nenhum momento da carta é citado o fato de que o valor dos impostos ou da licença poderia dificultar a legalização de Miguel. Sem meios e apoios legais que lhe garantissem o acesso aos direitos básicos de vida, Miguel aceita sua condição de comerciante clandestino e pobre para poder recorrer ao paternalismo da sociedade e novamente tentar sobreviver. Dessa maneira, encontra argumentos na busca pela sobrevivência por meio do trabalho para conseguir a devolução de suas mercadorias. A resposta do prefeito é favorável a Miguel Mansur, destacando que a situação e idade do requerente foram os motivos para a autorização da devolução das mercadorias. As condições de vida de Miguel aparecem de acordo com as exigências das leis estadual e municipal, que apenas concediam isenção aos miseráveis e impossibilitados de trabalhar em outra profissão, àqueles os quais nenhuma legislação garantia os direitos sociais tão divulgados pelo governo federal.

Situação diferente ocorreu após Manoel de Jesus redigir a solicitação para devolução de suas mercadorias em dezembro de 1936.²⁵⁸ Segundo Manoel, ele pagava seus impostos, e apesar disso, estava sendo “perseguido” e proibido de vender suas mercadorias nas feiras

²⁵⁷ AHMC. Requerimento de Miguel Mansur, 10/05/1939. Restituição de bens e mercadorias. **Grupo Finanças**. Caixa 49.

²⁵⁸ ACMC. Requerimento de Manoel de Jesus, ano 1937. **Requerimentos não atendidos e ofícios**. Caixa 90.

semanais, por decisão do prefeito municipal. Teria sido informado de estar suspenso “sem a menor razão de ser” já que não devia ao fisco e possuía licença.

Após esperar, durante quatro semanas, pela resposta da Prefeitura ao seu ofício que pedia a reconsideração da medida que “além de vexatória lhe causava prejuízos materiais e morais”, Manoel teve suas mercadorias confiscadas. De acordo com seu relato, quem havia recebido a multa fora sua esposa, Conceição de Jesus, presente com uma banca na feira livre da Praça Rui Barbosa, no centro de Campinas quando as mercadorias foram apreendidas. Era comum, a partir da década de 1930, alguns ambulantes possuírem licença para comercializarem nas feiras semanais que ocorriam nas praças da cidade no intuito de garantirem uma renda fixa e segura para a semana. Mais comum ainda, era a presença de familiares atuando juntos e auxiliando na atividade.

Nesse dia de novembro, estando com sua banca na feira, saído, segundo ele, por alguns instantes e deixando-a sob a responsabilidade de sua esposa, o fiscal Costa Ribeiro apreendeu seus produtos. As cinco caixas de ovos, 53 frangos, dois cabritos e diversos outros artigos de consumo seriam doados para alguma casa de caridade se não fossem retirados em 24 horas. Manoel requeria, além da restituição dos bens aludidos, providência para que não fosse mais “molestado” e que fossem relevadas as multas de 20\$000, pela venda sem autorização, e de 90\$000, por desacato à autoridade, que haviam sido em nome de sua esposa, Conceição de Jesus.

Manoel não recorreu, como acontecia com a maioria dos ambulantes, ao prefeito municipal, mas sim aos vereadores, endereçando seu requerimento à Câmara Municipal. Parecia muito indignado com o que denominava “ações do prefeito municipal e seus funcionários”, e, talvez, por isso escreve à Câmara e não diretamente ao prefeito. A injustiça neste caso, vinha do próprio prefeito, aquele do qual se esperava apoio e justiça, daí a indignação no teor da carta de Manoel. Os laços de tolerância em relação à autoridade haviam sido quebrados no momento em que Manoel percebeu que sua dignidade social tinha sido ofendida.²⁵⁹ Apesar da manifestação mais ousada, constam no requerimento, além dos recibos de autos de infração anexados ao dossiê, uma breve resposta da Câmara, em janeiro de 1937, que mandava arquivar o processo. Alegava não poder decidir sobre o assunto, pois não cabia a

²⁵⁹ ARAÚJO, Erick Assis de. op. cit, p.284. Conforme este autor, durante o período do regime de Getúlio Vargas, em Fortaleza, ocorreram diversas formas de inserção social da população mais pobre. Uma delas teria sido aquela nas quais ações populares resultaram em enfretamento com o poder público ou qualquer outra instância que ofendesse a dignidade social dos dominados que assumiram uma posição mais radical. A frase escrita por Manuel a respeito da apreensão, “além de vexatória lhe causava prejuízos materiais e morais”, é emblemática neste sentido.

ela. Sem uma resposta, a opção de enviar o requerimento à Câmara não surtira o efeito desejado.

No momento da autuação e de acordo com o relato do próprio ambulante, quem estava na banca era sua esposa, Conceição de Jesus e esta, provavelmente, não possuía registro. A Lei 116 de 1906 em seu artigo 3º afirma que “Os ambulantes de qualquer espécie não poderão com o pagamento de um só imposto ocupar outra pessoa com a venda de suas mercadorias, nem mesmo a pretexto de simples auxiliar.”²⁶⁰ Este aspecto poderia justificar a multa de 20\$000. Talvez, Conceição definisse a si mesma como auxiliar ao fiscal, afirmando que seu marido voltaria logo para a banca. Por esse motivo não teria compreendido o motivo ou aceito que levassem as mercadorias, sofrendo multa por desacato à autoridade.

Manoel de Jesus notou que a ação do fiscal fora implacável demais, uma “perseguição” à sua pessoa, como ele mesmo afirmava. O pouco tempo que estivera distante da barraca não deveria, na sua interpretação, caracterizar-se como “ocupar outra pessoa com a venda de suas mercadorias.” A manifestação demonstra a capacidade de enfrentamento e denúncia diante do que era considerado injusto, daí a procura de proteção e justiça. Era em defesa de sua sobrevivência e da preservação dos meios de seu trabalho que ele pedia providências. Conforme afirma Ferreira, a respeito das solicitações dos trabalhadores durante o período Vargas, “O clamor por justiça está vinculado ao emprego, ao salário, ao bem-estar dos filhos, enfim, a uma vida melhor”.²⁶¹ Manoel, impedido de trabalhar devido ao confisco de suas mercadorias e a “perseguição” dos fiscais, decidiu clamar à Câmara Municipal para que pudesse trabalhar, contudo, não obteve o resultado esperado.

Para que os requerentes obtivessem a mercadoria apreendida de volta, era necessário pagar a multa e as despesas advindas com a apreensão além de comprovar que o imposto de licença havia sido pago. Caso não concordassem com a apreensão e com as atitudes dos fiscais, poderiam sofrer a multa por desacato, tal como ocorreu a Conceição ou, acabar presos como será visto a seguir, no caso envolvendo o ambulante José Tavares Júnior.

Em 1931 e 1932 consta do Livro de Registros da Repartição Fiscal, o nome do ambulante José Tavares, que possuía licença como vendedor de peixes na Rua Andrade Neves. Anos mais tarde, outro José Tavares, porém com sobrenome Júnior, enviou um requerimento no qual reclamava a devolução de seu instrumento de trabalho, uma caixa

²⁶⁰ AHMC. Art. 3º da Lei 116 de 1906. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

²⁶¹ FERREIRA, op.cit, p. 192.

térmica para se vender peixes.²⁶² A leitura deste documento proporcionou diversas interpretações sobre o caso e o levantamento de conjecturas acerca do universo ambulante do período. Destacam-se, por exemplo, uma possível herança de profissão entre familiares e os conflitos entre ambulantes e a fiscalização.

Além do registro do nome de José Tavares em 1932, o outro José Tavares “Júnior” possuía também registro, no mesmo ano, como comerciante ambulante de frutas, com imposto de 35\$000 e atuando no mesmo local que o vendedor de peixes, na Rua Andrade Neves. O fato de José Tavares não ter seu nome, em nenhum dos registros, grafado com o cognome “Júnior” levou a desconsiderar a hipótese de tratar-se da mesma pessoa.

Anos mais tarde, em julho de 1940, José Tavares Júnior aparece como vendedor de peixes no requerimento enviado ao prefeito após envolver-se em um conflito com os fiscais da Inspetoria de Alimentação Pública.²⁶³ Pela semelhança nos nomes e pelo cognome “Júnior”, pode-se supor que José Tavares Júnior, autor do requerimento, fosse filho de José Tavares, e teria herdado a mesma profissão do pai, algo comum entre pessoas da mesma família, principalmente entre pai e filho.

A fim de perceber os conflitos entre ambulantes e os representantes da Administração, o requerimento de José Tavares Júnior torna-se um exemplo. Em 1940, José Tavares Júnior atuava como comerciante ambulante de peixes com caixas à tração animal. Ele expõe ao prefeito Euclides Vieira que, no dia 19 de julho daquele ano, havia sido intimado pelo fiscal Sebastião Barbosa a deixar sua caixa térmica com peixes à disposição da Inspetoria de Alimentação Pública para que fosse examinada, sendo a mesma depositada no Frigorífico Municipal para que depois pudesse ser retirada. No dia seguinte, ao dirigir-se ao Frigorífico para retirar seus pertences, José Tavares Júnior não conseguiu, pois a caixa não se encontrava mais lá. Afirmando estar de acordo com as exigências da Delegacia da Saúde da cidade, o requerente solicita a devolução da mesma, ressaltando seu valor de 100\$000 e sua importância na conservação do alimento que comercializava acrescentando que, por não estar de posse dela, estava impossibilitado de trabalhar.

²⁶² AHMC. Requerimento de José Tavares Júnior, 23/07/1940. Restituição de bens e mercadorias. **Grupo Finanças**. Caixa 48

²⁶³ Ao contrário dos outros requerimentos analisados, o de José Tavares Júnior revela a atuação de outro órgão público, ligado à Diretoria da Saúde: a Inspetoria de Alimentação Pública. Assim como a Repartição Fiscal e sua seção de Fiscalização, ela era responsável pelas inspeções, controle e multas relativas ao comércio e abastecimento de alimentos. Apesar dessa diferença, o documento não foi encontrado no Grupo Saúde, como seria de esperar. Estava contido no conjunto de documentos relacionados às Finanças. Sua guarda, ao lado dos requerimentos redirecionados à Repartição Fiscal, auxilia na afirmação da importância da contribuição ao fisco dos ambulantes para a Administração Municipal.

A solicitação foi encaminhada, por Euclides Vieira, à Inspetoria de Alimentação Pública que, em 29 de julho, respondeu que o peixe de José Tavares Júnior havia sido apreendido por encontrar-se deteriorado e que, por isso, fora encaminhado ao Frigorífico. Segundo afirmação do responsável pela informação, a caixa não fazia parte da apreensão e deveria ter sido entregue ao ambulante, mas fora depositada no Frigorífico, por motivo desconhecido. O fiscal Sebastião Barbosa telefonou ao estabelecimento e um dos funcionários teria declarado que não sabia se a caixa fora retirada ou furtada.

Diante desta informação, o prefeito Euclides Vieira encaminhou o requerimento ao Frigorífico. O encarregado do local escreve, em 1 de agosto de 1940, que José Tavares Júnior teria desacatado os funcionários do local e, por isso, fora levado preso à Delegacia Regional de Polícia, uma vez que não teria razão na reclamação e que a caixa já havia sido entregue ao tio do requerente.

Nesta exposição fica explícita a preocupação de José Tavares Júnior em poder exercer sua profissão. Sem a referida caixa térmica exigida, por lei, para o comércio de peixes, ele estaria impossibilitado de trabalhar e isto aconteceu durante doze dias, até o momento de desespero de José, quando acabou sendo preso por desacato. Não é possível afirmar que a caixa tenha sido devolvida logo após a prisão de José, ou antes, para seu tio. Entretanto, o documento possibilita perceber a consciência quanto à necessidade da posse do instrumento de trabalho e a aflição do ambulante diante da situação de não poder exercer sua profissão de acordo com o que estava previsto na lei.

Assim como nos outros casos, José Tavares Júnior termina seu relato “confiante, pois, no espírito altamente Justiceiro que caracteriza V. Excia e, certo em ser atendido, aguarda o respeitável deferimento”. É interessante notar que José destaca a necessidade de reaver sua caixa térmica argumentado sobre a lei que proíbe o comércio de peixes sem este instrumento. Sem a caixa térmica não era permitido trabalhar, portanto, não conseguia estar de acordo com a lei, por isso queixava-se ao prefeito. Não há, neste caso, referência à política autoritária dos fiscais e/ou da própria Prefeitura, a estratégia utilizada é o argumento presente na legislação municipal e não sua negação.

Contudo, o desfecho da situação revela semelhanças com o caso ocorrido com Manoel em 1936: a percepção de injustiça e desespero diante de uma multa ou dívida, resultando na impossibilidade de trabalhar e sobreviver, que tornam o teor dos pedidos, como o de Manoel, mais secos e sem nuances de cordialidade. No caso de José, esta característica de revolta aparece através das declarações dos funcionários da Prefeitura, após estes afirmarem que ele

não tinha razão em seu pedido. A procura, em vão, pelo instrumento de trabalho, ocasionou uma reação de contestação por parte de José provocando a prisão por desacato.

Sem levar em consideração os resultados positivos ou negativos dos pedidos, outra característica neste tipo de requerimento é a presença da consciência, por parte dos requerentes, quanto a poder recorrer ao prefeito no intuito de obter seus direitos e alguns privilégios. A própria legislação municipal, por meio dos artigos 11 e 13 da Lei 116 de 1906, concedia o direito ao contribuinte de reclamar, no prazo de oito dias, caso se sentisse agravado com a aplicação de taxas, multas e apreensão. Disposição semelhante ocorre no artigo 7º da Lei 520 de 1937.

Entretanto, são poucos os requerimentos que possuem argumentação baseada neste direito. A maioria, dentro do direito garantido por lei, consciente ou inconscientemente, faz uso das concepções de dominação, controle e disciplina selecionando as que mais se aproximam da defesa de seus interesses.²⁶⁴ Para isso, há uma reelaboração do discurso dominante de acordo com suas condições de vida, mostrando como fazia parte do cotidiano, destes ambulantes e pessoas comuns, a necessidade de recorrer a estratégias de sobrevivência a favor de sua maneira de viver. Quando tais argumentos não alcançavam os objetivos desejados, a suposta sociedade harmoniosa entrava em conflito diante do descontentamento e denúncia de injustiças, presentes em manifestações como as de Manoel e José Tavares Júnior.

4.4. Requerimentos de revisão de impostos

Ao contrário dos requerimentos já apresentados, estes possuem a característica de terem sido elaborados e pensados por mais de uma pessoa. Sugerindo um maior grau de alfabetização devido ao conteúdo argumentativo das solicitações, supõe-se tratar-se, os requerentes, de elementos bastante representativos no cenário urbano, pois, conseguiam reunir um determinado número de ambulantes com interesses comuns e, em alguns casos, obter os resultados esperados. Esta documentação é constituída, sobretudo, por requerimentos de fotógrafos ambulantes e de ambulantes verdureiros.

Dentre os requerimentos de fotógrafos ambulantes estão aqueles que reivindicam, principalmente, direitos e modificações na legislação sob a forma de abaixo-assinados. Em

²⁶⁴ THOMPSON, op.cit, p.19. De acordo com Thompson, quando procura legitimar seus protestos, o povo retorna às regras que melhor defendam seus interesses atuais.

todas as solicitações apresentadas, o elemento de crítica principal é o imposto cobrado pelo Município. Fazendo uso do direito garantido pela legislação municipal de reclamar a respeito da cobrança dos impostos, escrevem ao prefeito, questionando as formas de pagamento e os valores das taxas lançadas.

Ao contrário dos requerimentos anteriores, estes abaixo-assinados possuem a característica de reivindicar algo questionando a situação presente de maneira direta. Aspecto que revela a importância que estes trabalhadores possuíam no espaço urbano diante das autoridades municipais. Entretanto, apesar da ausência de elogios ao prefeito municipal e do apelo à situação econômica e social, eles também fazem uso de ideias dominantes para atingir seus objetivos, como chamar atenção para as falhas na fiscalização como decorrência de uma forma de cobrança de imposto considerada, por eles, inadequada.²⁶⁵

Entre as requisições analisadas, uma é menos extensa e contém apenas a solicitação e os nomes dos requerentes. As demais, com argumentos e sugestões mais consistentes, demonstram estratégias mais elaboradas para o convencimento e persuasão daquele que seria o responsável pelo atendimento de seus pedidos: o prefeito municipal.

Às vésperas do Natal de 1930, três fotógrafos ambulantes Francisco Bento, Antenor de Oliveira e Ramiro Salman enviam ao prefeito José Pires Neto um abaixo assinado solicitando a revisão dos impostos pagos por eles.²⁶⁶ Segundo os requerentes, possuíam estacionamento no Largo do Rosário e pagavam, anualmente, a quantia de 600\$000 em prestações mensais de 50\$000 acrescidos de 30\$000 pela taxa de estacionamento. Os solicitantes fornecem a informação de que os fotógrafos estavam classificados em três categorias e que eles, fotógrafos ambulantes, não eram oficialmente classificados, ou seja, sua atividade não constava nas tabelas de taxação de impostos. Segundo os abaixo assinados, por não constar a atividade na lei, eles tinham que pagar o dobro do imposto que deveriam pagar os classificados.

No Livro de Registros de Ambulantes, dos anos 1931 e 1932, aparecem os nomes dos três requerentes, o que confirma a condição de serem ambulantes que pagavam o imposto. Mas, segundo eles, a cobrança era abusiva, afirmando que em nenhuma cidade do interior o fotógrafo ambulante pagaria uma taxa tão elevada quanto em Campinas.

²⁶⁵ FERREIRA, op.cit.

²⁶⁶ AHMC. Abaixo-assinado de fotógrafos ambulantes, 24/12/1930. Revisão de impostos, multas e taxas. **Grupo Finanças**. Documento avulso. Dois meses antes, os mesmos ambulantes já haviam solicitado, em 01/10/1930, a redução no valor do mesmo imposto de licença.

A fim de que o pedido não fosse indeferido frente à provável alegação de desejarem fazer concorrência aos fotógrafos com ateliês, daí a justificativa das autoridades para que o valor do imposto fosse alto, atestam o contrário, fazendo uso de argumentos baseados em suas condições de sobrevivência na profissão. Segundo os requerentes, a clientela de ambos era diferente e, se os ateliês estavam em dificuldades, era devido à crise que atingia a todos. Alegam que casamentos, batizados, aniversários e recepções eram serviços nunca confiados aos fotógrafos ambulantes e que por isso, os ateliês possuíam mais rendimentos. Acrescentando razões para a revisão do imposto, afirmam-se prejudicados pelo mau tempo, já que atuavam ao ar livre. Por fim, sustentam a improcedência da ideia de concorrência desleal e aterrorizante relacionada à presença os fotógrafos ambulantes na cidade. Após a exposição de seus motivos e justificativas, solicitam a classificação na tabela de impostos municipais, redução da taxa “exagerada” que pagavam e pagamento do imposto anualmente ou semestralmente, com direito a vantagens, como descontos.

A Repartição Fiscal responde afirmando que os fotógrafos ambulantes estavam sujeitos ao imposto de 50\$000 mais 30\$000 de estacionamento, não procedendo ao que alegavam. Sem estender-se sobre o assunto, o prefeito Pires Neto indefere o pedido antes do final de 1930. A justificativa para o indeferimento consistiu na alegação de que para que fossem atendidos a lei deveria ser modificada e que, durante muitos anos, a mesma lei vigorou sem reclamação.

Embora o pedido dos fotógrafos ambulantes tenha sido indeferido, a partir dos dados contidos nos Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos, verificamos que, em 1931, foi aprovada a redução no imposto da categoria²⁶⁷, onde aparece o valor do imposto correspondente a 30\$000 mensais. Constata-se que a Prefeitura, apesar de negar a solicitação em 1930, acabou atendendo ao requerimento dos fotógrafos, incluindo-os no Regulamento de Indústrias e Profissões de 1906. Esta determinação é emblemática para a importância conferida aos fotógrafos como aqueles que propagavam as imagens da cidade moderna. Sua presença e atividade eram importantes para os fins contidos no projeto modernizador de Campinas. Atender as solicitações que chegavam destes trabalhadores era como permitir o avanço de atividades modernas, em detrimento das antigas. Contudo, mesmo fotógrafos, alguns deles eram também ambulantes, aspecto que causava conflitos e indecisão no momento de atender ou não às suas solicitações.

²⁶⁷ AHMC. Ato 18 de 1931. **Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

Dois anos mais tarde, também no mês de dezembro, os mesmos três ambulantes e outros dois, César Augusto de Souza e Fernando Gonzaga, enviam um novo requerimento ao prefeito reafirmando a crítica de que o imposto havia sido criado a título precário. Desta vez, no entanto, pedem a modificação na maneira como o imposto era cobrado. Segundo o requerimento, o imposto deveria ser coletado por ano e pago por semestres, como ocorria com os demais comerciantes.²⁶⁸ O pagamento do imposto de fotógrafos ambulantes era feito mensalmente. Uma das estratégias utilizadas para incutir a realização de seu pedido, foi o princípio de que a cobrança, da maneira como era feita, dificultava a fiscalização.

Percebe-se, novamente, o recurso a uma argumentação feita a partir do instrumento de controle presente na legislação municipal a fim de atingir aquilo que se deseja.²⁶⁹ Conforme declaravam, alguns fotógrafos ambulantes, depois de pagarem um mês, começavam a fugir da fiscalização. Estas fugas prejudicariam o fisco, já que o ambulante passava dois ou três meses sem pagar a contribuição. A partir desta declaração, os fotógrafos ambulantes passam a explorar as situações de conflitos existentes entre ambulantes e fiscais demonstrando que não estavam alheios ao cotidiano que os rodeava e que, de certa maneira, sabiam utilizar-se destes embates em benefício próprio.

A resposta da Repartição, no dia 27 de dezembro, contudo, inicia-se com a afirmação de que os requerentes baseavam-se em falsidades para obterem seu objetivo.

Declaração bem parecida àquelas referentes ao desfecho dos casos de Arthur Maluf e Simão Tallerman, nos requerimentos de devolução de mercadorias. Outra vez, há a tentativa, por parte dos funcionários municipais, de desqualificar o discurso dos solicitantes, a fim de que seus pedidos fossem indeferidos.

Segundo a Repartição Fiscal, o imposto não teria sido criado a título precário, mas incluso na Lei 116, Tabela 3 (50\$000 por mês), por um pedido que os próprios ambulantes teriam feito ao prefeito Pires Netto. Acrescenta que, além da redução a 30\$000 por mês, o fiscal esperava o pagamento até o dia 15 de cada mês, mas, mesmo assim, muitas vezes os ambulantes deixavam de pagar; porém eram obrigados a pagar o atrasado para voltar a trabalhar, devendo apresentar a licença estadual. Segundo o fiscal, não havia motivos para os fotógrafos ambulantes serem atendidos. O prefeito acata as afirmações do funcionário da prefeitura e o pedido é indeferido.

²⁶⁸ De acordo com a Tabela 2 da Lei 116 de 1906, havia diferenças na forma de pagamento do imposto, como já explicitado em outro momento. A afirmação dos ambulantes fotógrafos de que os demais comerciantes pagavam seus impostos semestralmente pode ser confirmada com a Lei 520 de 1937, onde a maioria – não todos, como os requerentes atestavam, tinha o imposto com forma semestral de pagamento.

²⁶⁹ THOMPSON, op.cit.

As informações fornecidas pela Repartição Fiscal e os requerimentos enviados pelos fotógrafos ambulantes possibilitam enxergar o conflito entre os dois lados. De acordo com o fiscal Sylvio Ramos, os ambulantes se baseavam em falsidades para obterem seu objetivo, afirmando que o imposto, da maneira como era cobrado, estava previsto por lei. Além disso, declara que o prazo para o pagamento muitas vezes era prolongado e mesmo assim, alguns deixavam de pagar. Contudo, era exatamente este último aspecto um dos argumentos dos ambulantes para justificar a mudança na forma de lançamento. Mas foi também o motivo do indeferimento da Administração. A falta de pagamento era vista como motivo para que o imposto continuasse a ser cobrado como previsto e não como fator da modificação, na opinião dos ambulantes, para melhora do próprio fisco.

Neste tipo de documento fica evidente a presença de um grupo de ambulantes que, juntos, buscavam objetivos que os favorecessem e que, em alguns momentos, obtinham resultados favoráveis, como a redução do imposto e sua inclusão na Tabela 3 de 1906. Os nomes de três trabalhadores, Francisco Bento, Romero Salmon e Antenor de Oliveira, são constantes nos requerimentos. Essa constância revela a presença significativa dos fotógrafos ambulantes em reivindicar seus propósitos, permitindo supor que a profissão era estável para alguns e propiciava a identificação e interesses comuns.

A insistência por outra forma na cobrança dos impostos deixa entrever que talvez a renda destes ambulantes não obedecesse àquilo que a Administração considerava normal, ou seja, um rendimento mensal contínuo, como acontecia com os fotógrafos que não eram ambulantes. O pedido de pagamento por semestres, no entanto, poderia ser prejudicial à Prefeitura, que esperava receber mensalmente uma renda específica.

Este fato demonstra que muito do que era imposto pela Administração se confrontava com a realidade dos habitantes. No caso, o equilíbrio dos cofres públicos aparece como mais relevante do que a modificação na lei. Satisfazer os ambulantes e facilitar o pagamento de impostos, não parecia ser um bom negócio. Surge a questão se essa atitude era, de fato, motivada pelos rendimentos obtidos ou por um projeto que visava diminuir cada vez mais a atividade dos fotógrafos ambulantes, obrigando-os a se estabelecer em ateliês e, dessa maneira, a sair das ruas.

Quitandeiros/ verdureiros com bancas externas no Mercado Municipal também enviaram requerimentos ao prefeito. Uma das características marcantes de um destes requerimentos é que os solicitantes não se identificam como ambulantes e sim, como

verdureiros.²⁷⁰ Apesar de não mencionada a prática ambulante, é possível afirmar que estes verdureiros eram ambulantes. O Regulamento do Mercado Municipal previa que as bancas externas, utilizadas pelos requerentes, fossem de uso exclusivo de ambulantes de verduras e flores e o fiscal Sylvio Ramos afirma essa condição em resposta a requerimentos já citados anteriormente.²⁷¹

Autodenominações à parte, o requerimento enviado pelos verdureiros em 1933 indica a importância e consciência da dimensão de sua presença no comércio da cidade. Como já mencionado, para que pudessem comercializar com bancas externas ao Mercado Municipal, estes ambulantes deveriam pagar um aluguel pelo estacionamento. Desde a inauguração do Mercado Municipal verdureiros reclamavam ao prefeito sobre os valores pagos, assim como dos aumentos relativos ao aluguel. A correção dos valores em 1908, logo após a inauguração do Mercado, teria sido um dos motivos para a greve “pacífica” ocorrida naquele ano e lembrada no requerimento. Tão logo eclodida a greve, o pedido dos verdureiros para que o aumento fosse revisto foi aceito, chegando por fim, ao custo de 10\$000 mensais.²⁷²

Segundo os verdureiros, este preço teria se mantido até final do ano de 1932, quando eles recorreram verbalmente ao prefeito, pedindo a redução da taxa diante do que identificaram como “grave situação financeira” que teria atingido “profundamente” o comércio de verduras da cidade. De acordo com a manifestação dos requerentes, o prefeito teria concordado em acatar a solicitação. Entretanto, no início do mês de janeiro de 1933, o valor do aluguel mensal das bancas passou a corresponder a 15\$000 para, como afirmaram os requerentes, “espanto dos verdureiros”.

Através da solicitação, agora em escrito, dirigiam-se ao prefeito com o objetivo de que ele revisasse o novo valor que estaria “acima das possibilidades de uma classe cujos rendimentos são minguados”. Neste documento, ao lembrar a mobilização ocorrida em 1908, os verdureiros ambulantes destacam seu poder de organização frente às medidas consideradas injustas, como o aumento da taxa de aluguel ocorrido naquele ano. Conscientes de sua importância para o abastecimento da cidade acreditavam no atendimento de seu pedido. Todavia, no Regulamento do Mercado Municipal para o ano de 1934, verifica-se que

²⁷⁰ AHMC. Abaixo Assinado de verdureiros ambulantes do Mercado Municipal, 04/01/1933. Revisão de imposto, multas e taxas. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²⁷¹ Além da informação contida no Regulamento do Mercado Municipal, o fiscal Sylvio Ramos, em resposta aos requerimentos de Victorino Rodrigues, Ramiro Bento e Manoel Rodrigues de 1937, confirma que as bancas externas do Mercado estavam previstas para uso de ambulantes chacareiros e floricultores.

²⁷² A respeito da greve dos verdureiros eclodida em 1908 ver nota 226 e MARTINS, 2010, p.361.

o valor do aluguel de banca externa teve apenas uma pequena redução, passando de 15\$000 para 14\$000.²⁷³

Interessante notar que o que prevalece neste caso é o questionamento do valor do aluguel cobrado para a realização da atividade. A solicitação dos verdureiros se dá em favor de que pudessem trabalhar, fazer suas vendas, sem que os gastos com taxas e impostos prejudicassem os lucros que viessem a obter. Diferentemente da maioria dos requerimentos individuais, este documento, coletivo, identifica os problemas de uma categoria, e não questões pessoais, apontando soluções convenientes a interesses comuns. Ao mesmo tempo não deixa de elogiar o “alto espírito de justiça” do prefeito lembrando que ele próprio já havia considerado o aumento da taxa exagerado. Assim, como lembra Ferreira, a denúncia é seguida de elogios.²⁷⁴ Não há posição contrária ou crítica à existência da taxa de aluguel, mas sim ao seu valor. Ao mesmo tempo em que é rebelde, por criticar, também elogia, sendo deferente.²⁷⁵ A defesa de uma cobrança justa e condizente com seus rendimentos é usada como argumento a favor de seus interesses.

Por outro lado, é fato que a lembrança das mobilizações passadas adquire ares de ameaça e de afirmação da capacidade de manifestação pública diante daquilo que consideram injusto e em desacordo com a realidade em que vivem. Conflito e radicalização poderiam existir desde que os laços de tolerância em relação à dominação fossem rompidos pelo sentimento de ataque à dignidade e condição de trabalhadores. É exatamente sobre esta possibilidade que a memória da greve de 1908 pretende chamar a atenção do prefeito, para que não houvesse injustiças.

Em 1934, um documento parecido a este foi enviado ao prefeito com a autoria da Sociedade União dos Leiteiros e Horticultores de Campinas. A manifestação também é em defesa dos ambulantes de verduras, porém, neste caso, eles não ocupam as bancas externas do Mercado Municipal, estão pelas ruas da cidade. São pequenos proprietários de chácaras e sítios com plantações de verduras que se sentiam agravados com o aumento de 60\$000 na taxa de estacionamento. Para corroborar o pedido de revisão do imposto, lembram que havia outras taxas e, além das dificuldades para manter suas culturas, um longo tempo dispensado para este trabalho.

²⁷³ AHMC. Decreto 93 de 1934. **Livro de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos** (1889-1940).

²⁷⁴ FERREIRA, op. cit., p. 185.

²⁷⁵ THOMPSON, op. cit. pp.19-21. A ideia de ambiguidade na forma de agir é levantada por Thompson a respeito da identidade social dos trabalhadores e da cultura popular, onde é possível, segundo o autor, perceber uma identidade deferente e outra rebelde.

Infelizmente não há resposta do prefeito ou da Repartição Fiscal ao requerimento, assim como são vagas as respostas à solicitação anterior. Enquanto no segundo documento prevalece a denúncia das dificuldades da categoria, não só diante do aumento do imposto de estacionamento, mas durante toda a profissão, o que marca o abaixo-assinado dos verdureiros do Mercado é sua capacidade de organização e mobilização. Entretanto, ao mesmo tempo em que denunciam e protestam contra os aumentos e cobranças indevidas, mostram-se confiantes a respeito das decisões do prefeito, chamando atenção as referências à proteção e justiça, presentes nos discursos políticos do período. Aspecto este que demonstra, sobretudo, uma releitura dos padrões políticos e culturais da época, a qual propicia a elaboração de modos e estratégias diversos dos ambulantes de lutarem por seus interesses.

4.5. Requerimentos de fiscalização e aplicação de multas

Os autores dos requerimentos referentes às solicitações de fiscalização e aplicação de multas são, em todos os casos, identificados como comerciantes estabelecidos. Embora a presença do comércio ambulante causasse incômodo, a maioria das reclamações diz respeito às atuações dos fiscais. Além disso, muitos comerciantes escreviam ao prefeito solicitando medidas contra outros estabelecimentos comerciais que segundo eles, corrompiam a lei e regulamento do comércio. As principais reclamações deste tipo referem-se ao funcionamento fora do horário e dos dias estabelecidos por lei. Entretanto, a fim de não fugir do objetivo deste estudo, os requerimentos destacados a seguir estão relacionados somente às queixas a respeito da atuação e presença de ambulantes nos espaços da cidade.

Este tipo de solicitação divide-se entre requerimentos individuais e abaixo-assinados, nos quais as manifestações apontam os interesses daqueles que escrevem. Um aspecto relevante é que, como observado nas cartas enviadas ao prefeito pelos ambulantes, os comerciantes estabelecidos fazem uso da seleção de elementos simbólicos do regime político em vigor, como a crença na justiça social do prefeito, para exigirem algo.

Dessa forma, em março de 1930, dezesseis comerciantes escrevem ao prefeito destacando a confiança em seus “atos criteriosos”. Iniciam o texto reclamando e pedindo a intervenção do prefeito sobre um ambulante de frutas que estaria vendendo em vários pontos

da cidade.²⁷⁶ Segundo os abaixo-assinados, o ambulante estaria prejudicando-os, uma vez que eles pagavam seus impostos e tinham outras despesas como fretes, alugueis e empregados, o que os impediria de vender o produto pelo mesmo preço que o ambulante de frutas. A queixa contra a concorrência desleal era o real motivo do requerimento, que pedia providências da Administração Municipal.

Algo que chama atenção é a afirmação dos comerciantes de que “todos tinham o direito de negociar”, mas que, por outro lado, não era justo que um ambulante, irregular ou clandestino, prejudicasse àqueles que contribuía para os cofres públicos. Apesar de reclamarem da presença do ambulante, a alegação não indica a intenção direta de que este fosse impedido de trabalhar. O pedido para o estabelecimento de um ponto para o ambulante fixar seu caminhão confirma esta constatação e permite construir possibilidades de relações entre comerciantes estabelecidos e ambulantes. Se alguns queriam que os ambulantes desaparecessem, aumentando cada vez mais o imposto respectivo e dificultado, assim, a permanência de suas atividades, outros, talvez, visassem apenas o equilíbrio na concorrência, insistindo na importância do pagamento dos impostos.

A resposta da Repartição Fiscal ao requerimento contém a informação de que o ambulante pagava o imposto referente, contrariando a afirmação dos solicitantes. Logo em seguida, no mesmo documento, o então prefeito Orosimbo Maia ressalta a importância da presença dos ambulantes na cidade, uma vez que estes “venderiam frutas com grande vantagem no preço aos consumidores, favorecendo-os”.

Ainda em 1930, outro abaixo-assinado, com a assinatura de 26 comerciantes estabelecidos, foi elaborado e enviado ao prefeito José Pires Neto, queixando-se da presença de ambulantes ao redor do Mercado Municipal.²⁷⁷ Solicitavam, de imediato, a solução para aquilo que consideravam um problema. O propósito maior era que os ambulantes fossem proibidos de comercializar naquele local. Desejavam, segundo eles, a possibilidade de negociar com “ampla liberdade”, impedida pela presença dos ambulantes.

Os requerentes afirmam que o estacionamento dos ambulantes estava trazendo prejuízos ao trânsito das pessoas que desejavam fazer suas compras no Mercado. Apresentam como argumento o fato de os ambulantes pagarem, segundo eles, somente a estadia no referido local, enquanto os abaixo-assinados, além do aluguel, pagavam também todos os

²⁷⁶AHMC. Abaixo-assinado de comerciantes estabelecidos, 22/03/1930. Fiscalização, vistoria e aplicação de multas. **Grupo Finanças**. Caixa 26.

²⁷⁷AHMC. Abaixo-assinado de comerciantes estabelecidos, 12/12/1930. Fiscalização, vistoria e aplicação de multas. **Grupo Finanças**. Caixa 26.

impostos exigidos. Sentindo-se prejudicados pela concorrência, que julgavam desleal, acrescentam, como justificativa do pedido, a informação contida no regulamento do comércio que impunha o estacionamento de ambulantes no local apenas das 6 horas até às 8 da manhã. O pedido foi indeferido pelo prefeito, sobretudo devido a cinco argumentos apresentados na resposta do Fiscal Sylvio Ramos.

Segundo o fiscal, todos os ambulantes ali presentes pagavam os impostos e alguns pagariam ainda o estacionamento. Além disso, afirma que só traziam benefício à população, com produtos de fora e vendendo-os a menos que a metade dos preços praticados no Mercado da cidade. Ainda conforme o fiscal, o Mercado era uma propriedade do município de Campinas, por isso, todos tinham igualdade de comércio, caso pagassem seus impostos. Não havia, de acordo com o funcionário da prefeitura, impedimento do trânsito de pessoas devido à presença dos ambulantes no local, como declaravam os comerciantes; apenas os veículos eram prejudicados. Por fim, alega que a reclamação era motivada exatamente por existir a ampla liberdade de negócio requerida pelos comerciantes e que, conseqüentemente, estes deveriam sofrer e acostumar-se com a concorrência de outros negociantes que possuíam preços mais convidativos, como era o caso dos ambulantes.

O fundamento das cartas que criticam a permanência dos ambulantes na cidade consiste de queixas quanto à atuação dos fiscais, que “fariam vistas grossas” à presença dos ambulantes sem licença nas ruas e calçadas, fato que, segundo os solicitantes, atrapalhava o trânsito e circulação das pessoas. Embora estivessem preocupados, na realidade, com a concorrência decorrente da presença dos ambulantes, percebe-se que, como argumento para atrair um posicionamento favorável do prefeito, os comerciantes estabelecidos incorporam o discurso presente nos futuros projetos de remodelação, no qual a problemática giraria em torno do trânsito, da circulação de pessoas e mercadorias. Como os fiscais eram os responsáveis pela arrecadação dos impostos, alegam, ainda, que a má atuação destes funcionários municipais causava prejuízos aos cofres públicos, uma vez que seriam indulgentes diante da presença de muitos ambulantes sem licença. Ou seja, na visão dos comerciantes estabelecidos, os ambulantes eram um mal à cidade e à modernidade, prejudicando seu desenvolvimento e eles, comerciantes, estariam interessados somente no bem comum a todos: o progresso de Campinas.

Estas reclamações, seguidas das respostas da Repartição Fiscal e do prefeito, revelam que, para a Administração Municipal no início dos anos 30, a licença, o pagamento dos impostos e o abastecimento da população ainda eram significativos quando o assunto era

ambulantes, destacando que “todos tinham o direito de negociar”. Não é possível afirmar que no segundo documento os comerciantes estabelecidos não soubessem que os ambulantes ao redor do Mercado pagassem seus impostos de estacionamento, porém, sua grande preocupação, evidentemente, corresponde à queda nos lucros obtidos devido à concorrência dos preços. São estes, e não as bancas externas, os verdadeiros obstáculos que impedem os fregueses de chegarem ao interior do Mercado, uma vez que encontram pelo caminho, preços mais convidativos, como afirma o fiscal. É a presença do ambulante que incomoda, sendo a suposta falta do pagamento de impostos e licença apenas a desculpa para interpelarem a favor da proibição deste comércio. As mudanças na legislação e na estrutura urbana, principalmente devido ao Plano de Melhoramentos Urbanos, tornariam este pensamento mais próximo das ações municipais nos anos seguintes, reforçando a fiscalização e dificultando ainda mais a permanência na atividade ambulante.

Em 1934, ano de aprovação do Plano de Melhoramento Urbanos, a União de Varejistas e Proprietários de Imóveis de Campinas, principal instituição defensora do aumento na fiscalização e, portanto, de obstáculos para que os ambulantes pudessem desempenhar suas atividades, enviou um requerimento sobre este assunto ao prefeito.²⁷⁸ No requerimento, os comerciantes ligados à Associação afirmam sofrer concorrência desleal dos ambulantes que, segundo eles, disfarçavam suas atividades e isentavam-se dos impostos, além de possuírem depósitos clandestinos de mercadorias. Somente quando a fiscalização tornava-se mais rígida é que, conforme abaixo-assinados, os ambulantes paravam de agir dessa forma. A maneira pela qual, supostamente, os ambulantes “disfarçavam” sua atividade não foi relatada pela União. Interessante perceber que o estereótipo de enganadores e transgressores da lei é reforçado na manifestação dos comerciantes a respeito de como agiam os ambulantes. A resposta do fiscal geral Sylvio de Barros ao documento, porém, não menciona atitude direta a fim de evitar os “abusos” mencionados e cometidos pelos ambulantes.

Além destas declarações, o abaixo-assinado contém a sugestão de aumentos – exorbitantes – para os impostos de ambulantes em relação à Tabela da lei de 1906 e também à de 1924, delineando uma proposta de restrição ao comércio ambulante e, futuramente, sua proibição. Mesmo sob a pressão pela revisão, reforçada por reivindicações, desde final dos anos 1920²⁷⁹, não houve correção dos valores cobrados além da ocorrida em 1924; muito

²⁷⁸AHMC. Abaixo-assinado da União de Varejistas e Proprietários de Imóveis de Campinas, 02/10/1936. Fiscalização, vistoria e aplicação de multas. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

²⁷⁹ACMC. Projeto do vereador Pedro Anderson para revisão da tabela de impostos de ambulantes. **Índices, ofícios diversos e resoluções** (1929-1937). Caixa 78 – Apesar de o projeto ter sido elaborado em 1928, os

embora as declarações do prefeito, a respeito da revisão da tabela de impostos de ambulantes e presentes nas respostas aos abaixo-assinados, demonstrem concordância com a necessidade de reajuste, vêm, porém, acompanhadas da afirmação de que era necessária uma revisão completa, de toda a tabela de imposto, e não somente da de ambulantes.

Em fevereiro de 1937, Domingos Vitullo, outro comerciante estabelecido com quitanda de verduras e hortaliças, solicitou maior fiscalização e cumprimento da lei referente ao comércio na cidade.²⁸⁰ Não há como identificar se a reclamação era direcionada aos ambulantes de fato, já que não faz referência a eles. Entretanto, Domingos declara-se contra aqueles que denomina “comerciantes que abusam e desrespeitam a lei”, pois em seu entendimento, prejudicavam o fisco e também os que pagavam seus impostos. Importante destacar que, para muitos comerciantes estabelecidos, apenas o fato de ser ambulante já fazia com que fosse atribuído o estigma de contraventor, irregular e clandestino, daí a afirmação levar a crer que Domingos Vitullo referia-se aos ambulantes. Não há registro da resposta da fiscalização, tampouco do prefeito em relação ao requerimento.

Nos casos expostos, percebe-se, principalmente, por meio das declarações vindas da Repartição e do próprio prefeito Orosimbo Maia, a preocupação da Administração em não combater diretamente o comércio ambulante, mas sim o comércio ambulante clandestino e irregular, ou seja, aquele que prejudicava o fisco e não trazia para os cofres públicos alguma arrecadação. A importância do recebimento de taxas e impostos e a participação no abastecimento da população por parte dos ambulantes, portanto, deve ser levada em conta quando contextualizadas em relação às maneiras de agir tanto da Repartição Fiscal quanto do próprio prefeito.

Porém, é preciso notar que estas declarações ocorrem ainda no início da década de 1930, período no qual a contribuição fiscal, advinda da ocupação ambulante, ainda fazia parte dos planos orçamentários da Prefeitura. Assim, após a aprovação do Plano de Melhoramentos em 1934, da racionalização e divisão funcional dos espaços que, a princípio, geram um aumento na fiscalização e restrição das formas e ações fora da ordem estabelecida, os discursos da Repartição Fiscal modificam-se e não há mais certa “proteção” do prefeito em relação à atividade ambulante.

pareceres da Câmara sobre o assunto estendem-se até 1930, quando não há mais documentos referentes a proposta do vereador.

²⁸⁰AHMC. Requerimento de Domingos Vitullo, 02/1937. Fiscalização, vistoria e aplicação de multas. **Grupo Finanças**. Documento avulso.

Deste período em diante, pode-se dizer que os prefeitos passaram a se posicionar de modo, efetivamente, contrário aos ambulantes. Aprovaram regras mais rígidas quanto à ocupação do espaço urbano e não mais teceram comentários sobre a importância destes negociantes para, por exemplo, o abastecimento da cidade, muito embora, as fontes demonstrem que, enquanto não lhes eram apresentados conflitos entre estes e a fiscalização e comerciantes estabelecidos, a “tolerância” (algumas vezes voltada para o banimento parcial da prática, outras para uma sobre-regulação) em relação à sua permanência nos espaços urbanos, não tenha se modificado.

Considerações finais

A coexistência entre o antigo e o moderno no espaço urbano constitui-se de conflitos e embates onde a continuidade e a ruptura perpassam os instrumentos de controle e disciplina conferindo sentido à vida de todo dia da população e, neste estudo, ao cotidiano dos ambulantes. Doceiras, verdureiros, fotógrafos, engraxates, vendedores de frutas, de tecidos, armarinhos correspondiam, entre 1929 e 1940, a uma camada da população que garantia o abastecimento não só das casas de muitos habitantes, mas também dos cofres da cidade e de suas próprias mesas. Ainda assim, foram alvos de intervenções do poder municipal, as quais estimularam novos modos de atuação, releituras das normas e de seus aparelhos coercitivos, proporcionando sua permanência, ainda hoje, nos espaços urbanos.

Ao longo do período em estudo, a cidade de Campinas passou por diversas transformações e reformulações em sua estrutura urbana e econômica, voltadas para o setor secundário e terciário, pautadas em novos modos e padrões de se viver, especialmente em sua região central e arredores, local onde ainda está localizada a maioria dos ambulantes da cidade. Os surtos de urbanização, presentes em diversas cidades do país e o discurso do período ligado ao progresso e harmonia da sociedade, visando a impessoalidade e homogeneização das relações, propiciaram um combate às práticas e costumes antigos, por meio do controle, disciplina ou extinção. Dentre estas práticas, a atividade ambulante, como forma popular de ocupação do espaço, opção profissional permanente e um modo de trabalho que desafiava certas características normativas do trabalho em uma economia capitalista e industrializada, foi entendida, pelas elites locais e poder municipal, como algo fora do lugar.

Entretanto, ainda na década de 1930, o comércio ambulante era o meio mais barato e de fácil aquisição de alimentos para todos os setores da sociedade. Comprar nos mercados, que começavam a fazer parte da realidade moderna brasileira, acarretava não somente o deslocamento até o local onde estavam situados, mas sujeitar-se a um preço mais alto, pois, em Campinas, os comerciantes que vendiam no Mercado tinham que pagar, além do imposto pela licença, o aluguel para a utilização das bancas e quartos.

Além do mais, este tipo de comércio, principalmente em épocas de crise, se caracterizava como mais uma alternativa de sobrevivência e/ou complementação de renda de grande parte da população mais pobre. Frente à carência de possibilidades de acomodação no mercado produtivo, a presença no comércio ambulante de trabalhadores pobres, idosos,

jovens e de pessoas com algum problema físico aliviava a tensão causada pelos desocupados, alvos da intensa vigilância durante o Estado Novo e, ao mesmo tempo, camuflava os problemas sociais e econômicos da cidade. Daí certa complacência e ambiguidade das autoridades diante de sua presença; o total banimento da prática ou a sobre-regulação mais intensificada daqueles que possuíam a autorização municipal, traria custos sociais e políticos muito altos.

Neste sentido, o poder municipal, ao mesmo tempo em que restringia, fazia concessões para evitar conflitos entre os comerciantes estabelecidos e ambulantes regularizados, além de mascarar o problema do desemprego e outras questões sociais. A partir desta perspectiva este trabalho voltou-se para a tentativa de compreender os aparelhos de controle social dirigidos à atividade ambulante e implementados na cidade desde finais do século XIX até 1940. O objetivo principal consistiu em apreender os modos como os sujeitos componentes de uma categoria de trabalhadores heterogênea, “virando-se como podiam”, perceberam e fizeram suas próprias leituras destes mecanismos disciplinares e de vigilância ao ponto de permanecerem nos espaços urbanos até os dias atuais.

Qual a relevância do pagamento de imposto diante de uma mercadoria vendida ou serviço oferecido? O que equivalia, na vida destes negociantes, pagar uma multa de 20\$000 (vinte mil réis) ou uma licença de 20, 30, 50 até 500 mil réis para vender sua mercadoria? Quais as consequências da apreensão e das multas e a importância de escapar/ fugir delas? Por que a escolha pela incerteza da renda e por um cotidiano de intensas ameaças e conflitos com fiscais e comerciantes estabelecidos? Quais situações acabaram por motivar a adesão aos instrumentos de controle e quais estimularam a resistência a eles, ainda que não nos moldes tradicionais de uma revolta popular?

Com base nestas questões, procurou-se reconstruir um período no qual as constantes multas e apreensões de mercadorias revelaram um cenário conflituoso, entre ambulantes e as autoridades legais, muitas vezes impregnadas do discurso de comerciantes estabelecidos incomodados com a concorrência do vendedor de rua. O que estava em causa não era o combate ou controle dos lucros elevados e ilícitos, mas sim a uma forma de vida fora dos padrões e normalização estabelecidos por aquilo que intelectuais, engenheiros, urbanistas, sanitaristas, governantes e elites locais denominavam “modernidade”.

Por meio das fontes consultadas foi possível perceber que, apesar de não terem sido identificadas, entre 1929 e 1940, mobilizações²⁸¹ entre ambulantes contra as leis instituídas e normas estabelecidas, a adesão e o apoio às regras e mudanças urbanísticas nem sempre ocorreram, ou melhor, ocorriam de maneira diferente da planejada pelas autoridades municipais. Ao mesmo tempo, foi possível notar que os instrumentos de controle, proporcionados pelas leis e regulamentos, passaram a ser usados de acordo com os interesses de quem era alvo das normas. Elementos que podiam não corresponder à realidade dos ambulantes, mas que estavam presentes no contexto em que viviam, tornaram-se meios para elaboração de estratégias de vida, colaborando para a transformação e reestruturação dos modos de ocupação e ação da atividade.²⁸²

As solicitações enviadas aos prefeitos demonstram a presença de interpretações contraditórias por parte dos ambulantes a respeito das normas e instrumentos de controle que intencionam discipliná-los. Todavia, como explicita Marilena Chauí, “a aparência de incoerência, na verdade, exprime um processo de conhecimento, a criação de uma cultura ou de um saber a partir de ambiguidades que não estão na consciência dessa população, mas na realidade em que vivem”.²⁸³

Por intermédio dessa perspectiva, nota-se a presença de dois tipos de consciência que, segundo E. P. Thompson, podem ser derivadas de dois aspectos da mesma realidade. De um lado aqueles que jogam de acordo com as regras, com a aceitação de sua condição, necessária para sobreviver; exemplificados principalmente nos requerimentos de licença e isenção de impostos. E de outro, uma consciência derivada da experiência de exploração e repressão, que expõe os instrumentos de dominação e controle à crítica e com menos frequência, à revolta.²⁸⁴ Ainda assim, é possível notar estas duas interpretações no mesmo indivíduo ou em uma categoria de ambulante. É o caso, por exemplo, do abaixo-assinado dos verdureiros estacionados no Mercado Municipal no qual, ao mesmo tempo em que afirmam a confiança

²⁸¹ As mobilizações aqui referidas correspondem a movimentos reivindicatórios organizados. Entende-se que as relações de conflito, resistência e reorganização, encontradas no cotidiano dos ambulantes, não devem ser tão somente compreendidas nesta definição de *mobilização* uma vez que tal análise permitiria apenas uma visão restrita de resistência. Muitas vezes, as formas de resistir e fazer pressão da população, sempre ligadas aos movimentos organizados e suas ideologias, não permite entrever uma imagem das pessoas comuns – não ligadas a movimento algum - além da submissão e domesticização.

²⁸² CHAUI, op. cit. A autora afirma que pode não haver recusa da “modernidade”, mas sim um usufruto de seus instrumentos de acordo com a própria vontade do indivíduo ou comunidade. Este uso singular, marcado por recriações, é o que Chauí denomina de “resistências”. Pode-se afirmar que os ambulantes não atuavam apenas dentro do universo simbólico criado por eles. Eles dialogavam e se constituíam com e contra outros discursos.

²⁸³ CHAUI, op. cit., p. 158.

²⁸⁴ THOMPSON, op.cit, pp.20-21.

na capacidade de justiça do prefeito, sendo deferentes às suas determinações, também se mostram com capacidade de mobilização e crítica diante de uma experiência de injustiça.

Uma vez que se concebe a temporalidade da história do cotidiano como diversa daquela que define os chamados grandes processos econômicos, políticos e demográficos, no decorrer deste trabalho a presença do comércio ambulante apresentou-se constituída por representações sociais em constante processo de reorganização no tempo e marcada por ambiguidades, por meio das quais fica evidente a coexistência entre passado e presente, antigo e moderno.²⁸⁵ Sabe-se que os ambulantes, resquícios ainda da cidade escravista, a partir de um período de crescimento econômico e industrial, passaram a ser parcialmente dependentes deste sistema de produção e de seus respectivos circuitos de circulação e consumo. Porém, sua resistência estava mais circunscrita aos limites e avanços impostos pelos aparelhos de controle e vigilância às seus modos de sobrevivência do que às transformações que ocorriam no contexto que estavam inseridos. Sendo assim, no momento em que se observa uma pressão disciplinar mais intensa verificam-se posturas mais radicais.

Ainda hoje encontramos um discurso que respalda comerciantes estabelecidos (varejistas) e o poder local no que concerne à necessidade de retirar/ esconder os ambulantes da região central da cidade, com as justificativas de não respeitarem a legislação tanto sanitária, quanto tributária, além da trabalhista, de prejudicarem a imagem da cidade contribuindo para o aumento da sujeira e de atividades criminosas, como o comércio de artigos pirateados e até mesmo o tráfico e uso de drogas. Destes discursos que permanecem e se reelaboram contra a presença dos ambulantes, fica a ideia de que tudo que não seja trabalho, na acepção convencional, deve ser apenas tolerado temporariamente, inscrito num conjunto de atividades praticadas por grupos marginais, que vivem às brechas da sociedade.²⁸⁶

Atualmente, o centro de Campinas conta com a presença de muitos ambulantes. Sua principal particularidade é a dimensão dos espaços regularizados para o exercício da atividade nas áreas públicas. Grande parte dos tabuleiros removíveis foi substituída por unidades padronizadas, permanentes, instaladas em corredores, principalmente, próximos aos grandes terminais de ônibus. Estas áreas, regularizadas, abrigam cerca de mil trabalhadores, principalmente vendedores de eletroeletrônicos, roupas e calçados. Entre eles pode ser percebido o surgimento de entidades de liderança para intermediar negociações com o poder

²⁸⁵ FREHSE, 2005, p.234.

²⁸⁶ LOPES, Daniel Seabra. "Os ciganos de Lisboa e a venda ambulante" In: **Etnográfica**, Vol. X (2), 2006, pp. 319-335.

público, garantir segurança e resolver conflitos de convivência entre os ambulantes regularizados.²⁸⁷

As políticas de regulamentação destes espaços para a atuação dos ambulantes iniciaram-se, segundo Sakai, na década de 1980, sendo que, nos anos 2000, a concessão da licença passou a ser condicionada ao pagamento das instalações padronizadas. A concretização de medidas para questões relacionadas ao destino dos ambulantes aparece, em finais do século XX, no âmbito de um programa de intervenções na área central, como projeto de revitalização.²⁸⁸

A constituição destes novos espaços de apropriação do solo acontece sob o direcionamento do governo municipal, o qual, tal como no período deste estudo, permanece tolerando a ocupação do solo público como forma de controlar a atividade, administrar conflitos entre ambulantes e comerciantes estabelecidos e solucionar os problemas sociais e econômicos que empregos, como o de ambulante, podem esconder. O ambulante fixado é resultado da inserção deste tipo de comércio em um modelo de cidade pautado no funcionalismo e racionalidade. Ao não trazer, como outrora, problemas ao livre fluxo de veículos e transeuntes, o desenvolvimento da atividade passa a ser tolerado pelo poder municipal.

Contudo, Sakai chama atenção para as práticas que se tornaram comuns após o condicionamento da licença à permanência em um ponto fixo. A restrição a um grupo limitado de ambulantes estimulou a venda e aluguel do espaço, formando um mercado paralelo ao das atividades comercializadas pelos trabalhadores.²⁸⁹ Por outro lado, aos mais pobres e impossibilitados de pagar à Prefeitura pelo uso do solo, coube a tarefa de reelaborar os mecanismos de dominação a favor de sua inserção política no espaço urbano, alugando, comprando ou simplesmente trabalhando para aqueles que possuem o direito à licença e permanência no espaço público.

É perceptível, neste contexto atual, que as diversas formas de atuação dos ambulantes permanecem intimamente ligadas às suas relações sociais, de trabalho, de negociações, de resistência constituindo estratégias de sobrevivência diante da realidade em que vivem. A construção de redes de sociabilidades aparece, portanto, como pontos de negociação, com

²⁸⁷ SAKAI, Roberta Yoshie. **A ocupação da área central pelo comércio ambulante**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, SP, 2011, p.21.

²⁸⁸ Importante destacar que, em Campinas, efetivamente, não há uma política de regulação participativa, negociada, de longo prazo e constituída por princípios e instrumentos distantes do banimento, sobre-regulação ou liberalização plena.

²⁸⁹ SAKAI, op.cit, pp.24-25.

aspectos e determinantes culturais, sociais, econômicas e também políticas, posto que supõem noções de bem público, podendo encontrar algum apoio na tradição paternalista das autoridades e/ou na cumplicidade da própria população que habita as cidades.²⁹⁰ Apesar dos opositores e dos mecanismos de controle e repressão, o comércio ambulante continua a ser um elemento marcante e necessário à sobrevivência da população, insistindo e adquirindo, no decorrer dos anos, formas e contornos diferentes.

Se, entre 1929 e 1940, a atividade ambulante era fruto do desemprego, da falta de oportunidade para determinados grupos excluídos da condição de cidadania e continuava a existir porque solucionava diversos problemas urbanos, a resposta a que chegamos é a de que mais do que razões estruturais para sua permanência, ser ambulante tornou-se um estilo de vida preñado de estratégias para sobreviver. Reconhecer sua importância histórica e social é propiciar que este modo de vida seja, de fato, reconhecido como legítimo e responsável por parte da formação dos costumes campineiros. Um modo de vida a partir do qual as ruas e praças aparecem como lugares de construção e reconstrução de mundos, sonhos e histórias, misturando o privado e o público. Daí a ineficiência de políticas públicas para que desapareçam dos espaços da cidade moderna e a constatação de que atravessaram anos e anos à procura, sempre, de meios para continuar a viver.

²⁹⁰ THOMPSON, op. cit., p.152.

Fontes

AHMC – Arquivo Histórico Municipal de Campinas

Comunicados - Grupo Finanças (caixas 26, 46, 49 e 50).

Livro de Assuntos da Repartição Fiscal e Abertura de Firmas. Data: 1930 – 1936.

Livro de Registro dos Fiscais. Data: 1938 – 1940.

Livro de registros entre 1932 a 1966 de aluguel de bancas, quartos, lugares no Mercado Municipal – Para reforma de contratos (Abril/1932 a 1966).

Livros de Leis, Atos, Decretos, Resoluções e Provimentos. (1889 – 1940).

Relatórios dos Prefeitos (1929-1940).

Requerimentos - Grupo Segurança Pública (Caixas 2 e 4).

Requerimentos/ Abaixo Assinados – Grupo Finanças (caixas 27, 28, 47 e 48 e documento avulsos).

ACMC – Arquivo da Câmara Municipal de Campinas

Caixa 78 – Índices, ofícios diversos e resoluções. Ano: 1930.

Caixa 90 – Requerimentos não atendidos e ofícios. Ano: 1937.

Biblioteca Digital Fundação IBGE

Censos Demográficos de 1920 e 1940.

Biblioteca Digital SEADE

Estatística Industrial do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. Anos: 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937.

Censo Demográfico e Escolar do Estado de São Paulo de 1934. In: **Boletim do Departamento Estadual de Estatística**. São Paulo, n.1, v.1, jan.1939 e n.5, maio de 1939.

Leis digitalizadas

Brasil

Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acesso em 05 fev. 2013).

São Paulo (Estado)

Lei Estadual 2.485 de 16 de dezembro de 1935. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1935/lei%20n.2.485,%20de%2016.12.1935.htm>. (Acesso em 19 fev. 2013).

Referências Bibliográficas²⁹¹

Livros

ARAÚJO, Ângela M.C. **A construção do consentimento:** corporativismo e trabalhadores nos anos trinta. São Paulo: Scritta, 1998.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade:** Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. **Campinas:** o despontar da modernidade. Campinas, SP: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BRITO, Jolumá. **História da Cidade de Campinas.** v.22. Campinas, SP: Ind. Graf. Saraiva S.A., 1966.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2:** morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril:** cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural.** São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Conformismo e resistência.** Aspectos da cultura popular no Brasil. 6ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, cordão, perfume barato:** uma literatura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

²⁹¹ De acordo com Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

DAVIS, Natalie Zemon. **Cultura do povo: sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DE DECCA, Edgar. **O Silêncio dos Vencidos.** 2ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1880 a 1930.** São Paulo: Atual, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusão: Brasil 1937-1945.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1987.

FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins de império.** São Paulo: Edusp, 2005.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. **Os Excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850 – 1930).** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

LEME, Roberto Silva. **Edifícios de habitação coletiva em Campinas e as manifestações da arquitetura moderna.** 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2009.

LUBATTI, Maria Rita da Silva. **Vendedor ambulante, profissão folclórica: pesquisas nas ruas, parques e jardins de São Paulo.** São Paulo: Escola de Folclore: Secretaria de Estado da Cultura, 1982.

MAFFESSOLI, Michel. **O conhecimento comum: compêndio de sociologia compreensiva.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

MARTINS, Valter. **Mercados urbanos, transformações na cidade**: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MAYHEW, Henry. **London labour and the London poor**. vol. 1. New York: Dover Publications, 1968.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**. O detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINTO, Maria Inez Machado Borges. **Cotidiano e Sobrevivência**: a vida do trabalhador pobre na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo: Edusp, 1994.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **História sem fim...** Inventário da saúde pública. São Paulo – 1880-1930. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: a legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1999.

SANTOS, Antonio da Costa. **Campinas, das origens ao futuro**: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas, SP: Unicamp, 2002.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro, NOVAES, José Nogueira. **A febre amarela em Campinas** – 1889-1900. Campinas, SP: CMU/UNICAMP, 1996.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à Indústria**: uma cidade e seu tempo. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SILVA, Eduardo. **As queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

_____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia as Letras, 1998.

_____. **Tradição, revolta e consciência de classe**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **Vida urbana: a evolução do cotidiano da cidade brasileira**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Artigos publicado em livros, revistas e meio eletrônicos

BHOWMIK, Sharit K. “Street vendors in Asia: a review” In: **Economic and Political Weekly**. Vol.40, No.22/23, may 28/jun. 10 2005, pp. 2256-2264. Disponível em: <http://www.jstor.org/discover/10.2307/4416705?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21103356853947>. Acesso em 29/01/2014.

CARVALHO, José Murilo. “Marcha acelerada (1930-1964)” In: **Cidadania no Brasil – O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHARTIER, Roger. “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico” In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n.16, 1995, pp.179-192.

CUNHA, Erika J. R. e LEMOS Celina Borges. “A natureza do espaço urbano: formação e transformação de territórios” In: **Educação e Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 32-42, jan. /abr. 2008.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. “Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação” In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERREIRA, Jorge Luiz. “A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas” In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1990.

FREHSE, F. “Cartões postais paulistanos da virada do século XX: problematizando a São Paulo 'moderna” In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 6, n.13, jun./2000. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832000000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt.

DANTAS, E. W. C. “Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995)” In: **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. IX, n. 202, dic./ 2005. Disponível em:

<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-202.htm>. Acesso em 19 fev. 2013.

DEL FIORENTINO, Teresinha Aparecida. “O operariado campineiro de 1930 a 1945” In: **Revista da SBPH**, São Paulo, n.1. p. 17-34, 1983.

FAUSTO, Boris. “Conclusão – A crise dos anos vinte e a revolução de 1930”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira**. Tomo III, 2º vol. São Paulo: Bertrand, 1990.

GOMES, Ângela de Castro. “A política brasileira em busca da modernidade: as fronteiras entre o público e o privado” In: NOVAIS, Fernando A. (coordenador geral da coleção). **História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. v.4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LOPES, Daniel Seabra. “Mercados encobertos: os ciganos de Lisboa e a venda ambulante” In: **Etnográfica**, Vol. X (2), 2006, pp. 319-335.

MARTINS, Ana Lucia. A invenção e/ou eleição dos símbolos urbanos: História e Memória da cidade paulista. In: BRESCIANI, M.S. (org.). **Imagens da Cidade - século XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

MARTINS, Valter. “Pelas ruas, de porta em porta: verdureiros, quitandeiras e o comércio ambulante de alimentos em Campinas na passagem do império à república” in: **Revista de História Regional**, v. 14, n.2, p. 53 - 81, 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2349/1843>. Acesso em 19 fev. 2013.

MONTEIRO, Ana Maria Góes. “Ramos de Azevedo e a modernidade urbana da Campinas dos barões do café” In: **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR**, Salvador, maio/2005, p.2. Disponível em:

<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/3442/3372>. Acesso em 16/01/2014.

PECHMAN, Robert Moses. “A cidade dilacerada” e DAMASIO, Cláudia Pilla. “A construção e a imagem cidade-progresso em Porto Alegre na virada do século” In: SOUZA, Célia F. de e PESAVENTO, Sandra J. (org.). **Imagens Urbanas**. Os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

PESAVENTO, Sandra J. “Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginadas.” **Revista Brasileira de História**, vol.27, n.53, jan./jun. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.8, n. 16, p. 279-290, 1995. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147>. Acesso em 19 fev. 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Frentes populares para a revolução” In: **Estratégias da ilusão**. A revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

POSSAMAI, Zita Rosane. “Narrativas fotográficas sobre a cidade” In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, n.53, 2007.

VITTE, Antonio Carlos, CISOTTO, Mariana Ferreira e VILELA FILHO, Luiz Ribeiro. “A urbanização e a incorporação das várzeas ao espaço urbano de Campinas (SP), Brasil” In: **Revista Eletrônica de Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPR – Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.105-132, jan./jun.2010. p. 117. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/geografar/article/viewFile/17784/11615> Acesso em 15/07/ 2013.

ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. “Edifício Santana: o primeiro arranha-céu de Campinas” In: **9º Seminário Docomomo Brasil – Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente**. Jun. 2011, Brasília. Disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/017_M28_RA-SantanaOPrimeiroArranhaCeuDeCampinas-ART_silvia_zakia.pdf. Acesso em 18 jul. 2013.

Dissertações e Teses

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas**: migrantes e a expansão do Polo Industrial Paulista. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 1992.

CARNIELLI, Flávio de Godoy. **Gazeteiros e bairristas**. Histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2007.

CARVALHO, Edemir. **Crise urbana e habitação popular em Campinas**. 1870-1956. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 1991.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. **O ideário de Getúlio Vargas no Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 1999.

DEZAN, Waldir Vilalva. **A implantação de uma modernidade**: o processo de verticalização da área central de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2007.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. **Trabalhadores de rua de Salvador**: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 2006.

LEME, Roberto Silva. **Edifícios de habitação coletiva em Campinas e as manifestações da arquitetura moderna**. 2009. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, 2009.

PEDROSO, Francis. **O centro de Campinas (SP) – Usos e transformações**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp – IG), Campinas, SP, 2007.

RODRIGUES, Cristian Vicente. **Vislumbrando os sujeitos “invisíveis” sob o fogo das práticas de controle social** – Uberaba 1865/1935. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2009.

RODRIGUES, Fabíola. **A invenção da cidade: população e planejamento urbano, imaginário e poder na formação urbana de Campinas (1930-2006)**. 2008. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2008.

SAKAI, Roberta Yoshie. **A ocupação da área central pelo comércio ambulante. Negociações e produção do espaço urbano**. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), São Carlos, SP, 2011.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes. **Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: diferenciações políticos-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000)**. 2008. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP, 2008.

ZAKIA, Silvia Amaral Palazzi. **Construção, arquitetura e configuração urbana de Campinas nas décadas de 1930 e 1940**. O papel de quatro engenheiros modernos. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

ZAMBELLO, Marco Henrique. **Ferrovia e Memória: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da Vila Industrial de Campinas**. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Recorte do espaço urbano da cidade de Campinas abordado neste estudo
(1929 - 1940)

1. Local onde se encontrava a Estação da Cia. Mogyana.
2. Região onde ficavam o Mercado das Hortaliças, “Mercadinho”, construído em 1886 e o Mercado Grande, construído em 1861.
3. Largo do Rosário e Praça Visconde de Indaiatuba.
4. Mercado Municipal de Campinas.
5. Local onde se encontrava a Estação da Cia. Paulista, em frente ao Largo Floriano Peixoto.

Fonte da Imagem: AHMC. **Planta Cadastral de 1929.**

APÊNDICE 3

Locais de apreensão de mercadorias de ambulantes clandestinos e irregulares (1929-1940)

Ruas e locais com registros de apreensões de mercadorias pelos fiscais.

1 - Rua Andrade Neves	7 - Rua 13 de Maio	13 - Rua Cônego Cipião
2 - Rua Saldanha Marinho	8 - Rua Costa Aguiar	14 - Avenida João Jorge
3 - Largo do Mercado Municipal	9 - Rua César Bierrembach	15 - Rua Uruguaiana
4 - Largo Floriano Peixoto - Largo da Estação	10 - Rua Padre Vieira	16 - Avenida da Saudade
5 - Rua Campos Sales	11 - Rua Antonio Cesarino	17 - Rua da Abolição
6 - Largo do Rosário	12 - Rua Itú	

Fonte dos dados: AHMC. Comunicados de apreensão de mercadoria e Comunicados de infração de posturas. Comunicados. **Grupo Finanças e Livro de Registro dos Fiscais** (1938-1940).

Fonte da Imagem: AHMC. **Planta Cadastral de 1929**.

APÊNDICE 4

Ruas com residências de ambulantes (1929-1940)

■ Ruas com residências de ambulantes.

1 – Rua Alberto Sarmiento	11 – Rua José Paulino	21 – Rua Álvares Machado
2 – Rua Andrade Neves	12 – Rua Padre Vieira	22 – Rua Visconde do Rio Branco
3 – Rua Avenida Brasil	13 – Rua Ferreira Penteado	23 – Rua Campos Salles
4 – Rua Barão de Atibaia	14 – Rua Riachuelo	24 – Rua 13 de Maio
5 – Rua Barão de Ataliba	15 – Rua Barão de Jaguará	25 – Rua Costa Aguiar
6 – Rua Vieira Bueno	16 – Rua Proença	26 – Rua Prudente de Moraes
7 – Rua Santos Dumont	17 – Rua da Abolição	27 – Rua Silveira Lopes
8 – Rua Julio de Mesquita	18 – Rua Dr. Betim	28 – Rua Carlos de Campos
9 – Rua 14 de Dezembro	19 – Rua Roberto Normanton	29 – Rua Dr. Ricardo
10 – Rua Francisco Glicério	20 – Rua Gal. Câmara	

Fonte dos dados: AHMC. Requerimentos e Comunicados. **Grupo Finanças** (1929 - 1940) e **Livro de Registro dos Fiscais** (1938-1940).

Fonte da Imagem: AHMC. **Planta Cadastral de 1929**.